

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES – MESTRADO

GENILDO COELHO HAUTEQUESTT FILHO

ARQUITETURA URBANA DO CAFÉ EM MUQUI-ES

VITÓRIA

2011

GENILDO COELHO HAUTEQUESTT FILHO

Arquitetura urbana do café em Muqui-ES

Dissertação apresentada ao Programa Pós-graduação em Artes – Mestrado – da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Artes, na área de concentração Patrimônio e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Pôrto Ribeiro

VITÓRIA
2011

Hautequestt Filho, Genildo Coelho.

Arquitetura urbana do café em Muqui-ES / Genildo Coelho Hautequestt Filho. – 2011.

249 f.

Orientador: Nelson Pôrto Ribeiro

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Arquitetura Eclética. 2. Tipologias Arquitetônicas. 3. Materiais e técnicas construtivas. 4. Muqui. I Ribeiro, Nelson Porto. II Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. Título.

GENILDO COELHO HAUTEQUESTT FILHO

ARQUITETURA URBANA DO CAFÉ EM MUQUI-ES

Dissertação apresentada ao Programa Pós-graduação em Artes – Mestrado – da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Artes, na área de concentração Patrimônio e Cultura.

Aprovada em 6 de junho de 2011.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Nelson Pôrto Ribeiro
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof^a. Dr^a. Luciene Pessotti de Souza
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Clara Luzia Miranda
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. José Pessôa
Universidade Federal Fluminense

A todos aqueles que nasceram ou escolheram a cidade de Muqui para viver, pela amizade, carinho e, principalmente, pelo respeito por meu trabalho.

[...] e penso na casa, no dono da casa, na família, na gente que passou por aqui. A casa não é mais a mesma, a casa não é mais a casa, é um grande navio que vai singrando o tempo, que vai embarcando e desembarcando gente no porto de cada domingo [...].

Rubem Braga

RESUMO

Tipologias, materiais e técnicas construtivas da arquitetura urbana do café produzida em Muqui, sul do estado do Espírito Santo, entre os anos de 1918 (final da Primeira Guerra Mundial) e 1976 (pós Programa de Erradicação dos Cafeeiros Improdutivos) são objetos desse estudo. Em função de diversos determinantes históricos, o município teve boa parte de seu acervo arquitetônico urbano e rural preservados, sendo que somente a partir do ano de 1998 foi iniciado um processo de gestão patrimonial local. Para a compreensão da arquitetura, discutiremos a economia do café e seus reflexos na formação da cidade de Muqui, buscando compreender sua importância no contexto regional e nacional. A partir desse estudo, foi possível dividir a arquitetura remanescente em quatro períodos distintos de evolução, e, posteriormente, classificá-la de acordo com suas características tipológicas. A pesquisa tem como base o levantamento cadastral de trinta e cinco dos quarenta e cinco imóveis estudados, aliado ao conhecimento prévio de todos os 272 imóveis de interesse de preservação remanescentes na cidade, atualmente tombada pelo conselho Estadual de Cultura. A partir dela foi possível classificar os materiais e as técnicas construtivas de forma descritiva e analítica, o que poderá contribuir para a melhoria no processo de gestão do patrimônio local.

Palavras-chave: Arquitetura eclética, tipologias arquitetônicas, materiais e técnicas construtivas, Muqui.

ABSTRACT

This paper aims at studying the typology, materials and construction techniques of the urban architecture of the coffee produced in Muqui city, southern state of Espírito Santo, between 1918 (the end of World War I) and 1976 (after the Eradication Program of Unproductive Coffee Trees). Due to different historical determinants, the city had much of its urban and rural architectural heritage preserved, and only after the year of 1998 a process of local estate management began. In order to understand the architecture, discuss the coffee economy and its impact in shaping the city of Muqui, we will be aiming at understanding its importance in the regional and national context. From this study it was possible to divide the remaining architecture into four distinct periods of evolution, and then classify it according to their typological characteristics. This research is based on the land register survey on thirty-five out of forty-five buildings studied, combined with the prior knowledge of all 272 remaining restoration-interested buildings in the city, currently registered by the State Council of Culture. It was possible then, to classify the materials and construction techniques in a descriptive and analytical way, which may contribute to the improvement of the process of local estate management.

Keywords: eclectic architecture, architectural typologies, materials and construction techniques, Muqui.

LISTA DE FOTOS

Foto 01 - Fazenda Entre Morros, 1981	41
Foto 02 - Fazenda Santa Rita, 1999	41
Foto 03 - Hospedaria dos Viajantes, 1903	42
Foto 04 - Hotel Glória, modernização da hospedaria dos Viajantes, década de 1930	42
Foto 05 - Prefeitura Municipal, inaugurada em 1939	42
Foto 06 - Vista panorâmica da cidade entre 1915 e 1937	44
Foto 07 - Vista panorâmica da cidade - década de 1940	44
Foto 08 - Avenida Vieira Machado década de 1940	52
Foto 09 - Avenida Vieira Machado década de 1940	52
Foto 10 - Sala de jantar da Fazenda Santa Rita	64
Foto 11 - Forro da sala de estar da fazenda Santa Rita	64
Foto 12 - Terreiro de café de tijolo queimado da Fazenda Santa Rita - 2004	65
Foto 13 - Sistema de captação de água para a lavagem do café - Fazenda Santa Rita	65
Foto 14 - Paiol da Fazenda Santa Rita	66
Foto 15 - Forno da Fazenda Santa Rita	66
Foto 16 - Palacete Rambalducci antes da reforma de 1926	67
Foto 17 - Palacete Rambalducci reformado no ano de 1926	67
Foto 18: Palacete Rambalducci	67
Foto 19 - Praças Geraldo Viana e Salim Balmas no início do século XX	69
Foto 20 - Rua Vieira Machado no início do século XX	69
Foto 21 - Vista geral da cidade na década de 1940	70
Foto 22 - Casa Ana Fraga construída em 1918	71
Foto 23 - Casa Tereza Brito construída na década de 1920	71
Foto 24 - Escadaria de acesso ao Palacete Bigghi, antigo Automóvel Clube de Muqui, atual sede da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	71
Foto 25 - Varanda lateral do Palacete Bigghi	71
Foto 26 - Azulejo Casa Marta Rodrigues	72
Foto 27 - Azulejo varanda Palacete Bastos	72

Foto 28 - Loggia Hotel Santa Terezinha	73
Foto 29 - Loggia Casa Ana Maria Brasil Ayub Binoti	73
Foto 30 - Pinturas da sala principal da Casa Jorge Nunes Acha 1932	74
Foto 31 - Pinturas da sala principal da Casa Ana Fraga - 1927	74
Foto 32 - Varanda lateral da Casa Ana Fraga com pinturas de A. Monti de 1927 ...	74
Foto 33 - Varanda lateral da Casa Maria Inês Vilela com pinturas de A. Monti	74
Foto 34 - Prefeitura Municipal de Muqui, década de 1950	77
Foto 35 - Casa Anna Acha Ayub, 1954	77
Foto 36 - Biblioteca Pública Municipal, década de 1950	77
Foto 37 - Casa João Nunes, 1954	77
Foto 38 - Casa Família Carvalho, 1970	78
Foto 39 - Jardim de Infância Jurandyr França Martins, década de 1960	78
Foto 40 - Piso em mosaico de taco da Biblioteca Pública Municipal, década de 1950	78
Foto 41 - Acesso principal da Casa da Família Brazil, década de 1970	78
Foto 42 - Casa Léia Fragoso	91
Foto 43 - Casa João Tomé Siqueira	100
Foto 44 - Casa Maurílio dos Santos	100
Foto 45 - Casa Bighi	107
Foto 46 - Armazém Sérgio Costa Ribeiro	114
Foto 47 - Casa da Farinha	114
Foto 48 - Estrutura Casa Mariinha Fraga	123
Foto 49 - Estrutura paiol Fazenda Santa Rita	123
Foto 50 - Estrutura da varanda frontal da Fazenda Santa Rita	123
Foto 51 - Alicerce da ruína da senzala da Fazenda Santa Rita	124
Foto 52 - Muro de arrimo do Palacete Rambalducci	124
Foto 53 - Porão Casa Maria Inês Vilela	124
Foto 54 - Porão Casa Maria Inês Vilela	124
Foto 55 - Estrutura Casa Maria Inês Vilela	125
Foto 56 - Estrutura Casa Maurílio dos Santos	125
Foto 57 - Parede de vedação de pau a pique – casa de colono Fazenda Candura	126
Foto 58 - Parede de vedação, casa de colono Fazenda Santa Rita	127
Foto 59 - Parede estrutural da Fazenda dos Andes	127

Foto 60 - Porta do acesso principal da Fazenda Santa Rita	128
Foto 61 - Porta principal da Casa Ana Fraga	128
Foto 62 - Janela da Fazenda Santa Rita	128
Foto 63 - Casa Américo Maia	128
Foto 64 - Janela Palacete Bigli	129
Foto 65 - Janela Casa Ney Rambalducci	129
Foto 66 - Casa Penha Maia	129
Foto 67 - Respirador do forro da Casa Ana Maria Brasil Ayub Binoti	130
Foto 68 - Forro com respirador da Casa Ney Rambalducci	130
Foto 69 - Forro da sala de estar do Palacete Bigli	131
Foto 70 - Forro da sala de estar da Casa Marta Rodrigues	131
Foto 71 - Varanda da Casa Maria Inês Vilela	131
Foto 72 - Detalhe do forro em estuque da varanda da Casa Ana Fraga	131
Foto 73 - Piso da Casa Maurílio Santos	132
Foto 74 - Piso da sala de jantar da Casa Marta Rodrigues	132
Foto 75 - Escada do Palacete Bastos	133
Foto 76 - Escada da Casa Ney Rambalducci	133
Foto 77 - Piso da varanda da Casa Leia Fragoso	133
Foto 78 - Banheiro da Casa Leia Fragoso	133
Foto 79 - Casa Marcondes Petrágia	136
Foto 80 - Casa Maria Inês Vilela	138
Foto 81 - Detalhe do corrimão em pedra da Fazenda Santa Rita	140
Foto 82 - Antiga venda ainda remanescente no bairro Boa Esperança	140
Foto 83 - Capitel de coluna de sustentação do teto da varanda da Casa Marta Rodrigues	140
Foto 84 - Azulejo da varanda da Casa Marta Rodrigues	140
Foto 85 - Pintura do italiano Monti retratando a Lagoa Rodrigo de Freitas – Casa Ana Fraga	140
Foto 86 - Detalhe da fachada da Casa Marta Rodrigues	140

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Esquema funcional simples onde acontece a total separação das atividades funcionais dos imóveis	89
Gráfico 02 - Esquema funcional complexo que demonstra todas as possibilidades de sobreposição de atividades funcionais dos imóveis	89
Gráfico 03 - Esquema funcional detalhado - Casa Ana Fraga	96
Gráfico 04 - Esquema funcional resumido - Casa Ana Fraga	96
Gráfico 05 - Esquema funcional detalhado - Casa Léia Fragoso	99
Gráfico 06 - Esquema funcional resumido - Casa Léia Fragoso	99
Gráfico 07 - Esquema funcional detalhado - Casa João Tomé Siqueira	103
Gráfico 08 - Esquema funcional resumido - Casa João Tomé Siqueira	103
Gráfico 09 - Esquema funcional detalhado - Casa Maurílio dos Santos	105
Gráfico 10 - Esquema funcional resumido - Casa Maurílio dos Santos	105
Gráfico 11 - Esquema funcional detalhado - Casa Wilson Barreiros	107
Gráfico 12 - Esquema funcional resumido - Casa Wilson Barreiros	107
Gráfico 13 - Esquema funcional detalhado do pavimento residencial (superior) - Palacete Bighi	111
Gráfico 14 - Esquema funcional resumido do pavimento residencial (superior) - Palacete Bighi	111
Gráfico 15 - Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Palacete Bighi	111
Gráfico 16 - Esquema funcional detalhado do pavimento residencial (superior) - Casa João Nunes	113
Gráfico 17 - Esquema funcional resumido do pavimento residencial (superior) - Casa João Nunes	113
Gráfico 18 - Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Casa João Nunes	114
Gráfico 19 - Esquema funcional resumido dos armazéns	118
Gráfico 20 - Esquema funcional detalhado - Casa Família Rodrigues (1)	183
Gráfico 21 - Esquema funcional resumido - Casa Família Rodrigues (1)	183
Gráfico 22 - Esquema funcional detalhado - Casa Armando Porcari	186
Gráfico 23 - Esquema funcional resumido - Casa Armando Porcari	186

Gráfico 24 - Esquema funcional detalhado - Casa Poty Formel	189
Gráfico 25 - Esquema funcional resumido - Casa Poty Formel	189
Gráfico 26 - Esquema funcional detalhado - Casa Nadir Dutra Lopes	192
Gráfico 27 - Esquema funcional resumido - Casa Nadir Dutra Lopes	192
Gráfico 28 - Esquema funcional detalhado - Casa Família Rodrigues (2)	195
Gráfico 29 - Esquema funcional resumido - Casa Família Rodrigues (2)	195
Gráfico 30 - Esquema funcional detalhado - Casa Senador Dirceu Cardoso	197
Gráfico 31 - Esquema funcional resumido - Casa Senador Dirceu Cardoso	197
Gráfico 32 - Esquema funcional detalhado - Casa Martha Rodrigues	200
Gráfico 33 - Esquema funcional resumido - Casa Martha Rodrigues	200
Gráfico 34 - Esquema funcional detalhado - Casa Mariinha Fraga	202
Gráfico 35 - Esquema funcional resumido - Casa Mariinha Fraga	202
Gráfico 36 - Esquema funcional detalhado - Casa José Martins Filho	205
Gráfico 37 - Esquema funcional resumido - Casa José Martins Filho	205
Gráfico 38 - Esquema funcional detalhado - Casa Elias Haddad	207
Gráfico 39 - Esquema funcional resumido - Casa Elias Haddad	207
Gráfico 40 - Esquema funcional detalhado - Casa Maria Lilian Nunes Barreto	210
Gráfico 41 - Esquema funcional resumido - Casa Maria Lilian Nunes Barreto	210
Gráfico 42 - Esquema funcional detalhado - Casa Fabiana Carmanhanes	212
Gráfico 43 - Esquema funcional resumido - Casa Fabiana Carmanhanes	212
Gráfico 44 - Esquema funcional detalhado - Casa João Batista Félix	214
Gráfico 45 - Esquema funcional resumido - Casa João Batista Félix	214
Gráfico 46 - Esquema funcional detalhado - Casa Antônio Tuão	216
Gráfico 47 - Esquema funcional resumido - Casa Antônio Tuão	216
Gráfico 48 - Esquema funcional detalhado do pavimento residencial (superior) - Palacete Bastos	220
Gráfico 49 - Esquema funcional resumido do pavimento residencial (superior) - Palacete Bastos	220
Gráfico 50 - Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Palacete Bastos	220
Gráfico 51 - Esquema funcional detalhado do pavimento residencial (superior) - Casa Leni Ayub	222
Gráfico 52 - Esquema funcional resumido do pavimento residencial (superior) - Casa Leni Ayub	222

Gráfico 53 - Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Casa Leni Ayub	222
Gráfico 54 - Esquema funcional detalhado - Casa Ney Rambalducci	225
Gráfico 55 - Esquema funcional resumido - Casa Ney Rambalducci	225
Gráfico 56 - Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Casa Ney Rambalducci	225
Gráfico 57 - Esquema funcional detalhado do pavimento residencial (superior) - Palacete Rambalducci	228
Gráfico 58 - Esquema funcional resumido do pavimento residencial (superior) - Palacete Rambalducci	228
Gráfico 59 - Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Palacete Rambalducci	228
Gráfico 60 - Esquema funcional detalhado do pavimento residencial (superior) - Casa Ana Maria Brasil Ayub Binoti	230
Gráfico 61 - Esquema funcional resumido do pavimento residencial (superior) - Casa Ana Maria Brasil Ayub Binoti	230
Gráfico 62 - Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Casa Ana Maria Brasil Ayub Binoti	230
Gráfico 63 - Esquema funcional detalhado do pavimento residencial (superior) - Casa do Ozorinho	233
Gráfico 64 - Esquema funcional resumido do pavimento residencial (superior) - Casa do Ozorinho	233
Gráfico 65 - Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Casa do Ozorinho	233
Gráfico 66 - Esquema funcional detalhado do pavimento residencial (superior) - Casa Anna Acha Ayub	237
Gráfico 67 - Esquema funcional resumido do pavimento residencial (superior) - Casa Anna Acha Ayub	237
Gráfico 68 - Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Casa Anna Acha Ayub	237
Gráfico 69 - Esquema funcional detalhado do pavimento residencial (superior) - Casa Penha Maia	239
Gráfico 70 - Esquema funcional resumido do pavimento residencial (superior) - Casa Penha Maia	239

Gráfico 71 - Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Casa Penha Maia	239
Gráfico 72 - Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Galpão Cafessul	242
Gráfico 73 - Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Galpão Família Carvalho	245
Gráfico 74 - Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Bar Ideal	247
Gráfico 75 - Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Padaria Vitória	249

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa de localização das áreas cafeeiras no Brasil de 1840 a 1885	34
Figura 02 - Mapa anexo à escritura da Fazenda Boa Esperança	40
Figura 03 - Foto de uma tela que retrata as três fases da Matriz São João Batista.	42
Figura 04 - Mapa da cidade de Muqui na década de 1940	50
Figura 05 - Mapa da evolução urbana da cidade de Muqui 1838 – 2011	58
Figura 06 - Mapa da cidade de Muqui, identificando as edificações estudadas de acordo com suas tipologias	92
Figura 07 - Mapa da cidade de Muqui, identificando as edificações estudadas de acordo com os períodos de construção	93
Figura 08 - Implantação Casa Ana Fraga	94
Figura 09 - Fachada frontal Casa Ana Fraga	94
Figura 10 - Planta Casa Ana Fraga - a casa existente nos fundos do lote é uma construção recente	96
Figura 11 - Fachada lateral Casa Ana Fraga	97
Figura 12 - Fachada frontal Casa Léia Fragoso	99
Figura 13 - Planta Casa Léia Fragoso	99
Figura 14 - Planta diagrama de piso Casa Léia Fragoso	99
Figura 15 - Implantação Casa Léia Fragoso	100
Figura 16 - Implantação Casa João Tomé Siqueira	102
Figura 17 - Planta Casa João Tomé Siqueira	103
Figura 18 - Planta Casa João Tomé Siqueira - modificações ao projeto original em hachura	103
Figura 19 - Fachada frontal Casa João Tomé Siqueira	103
Figura 20 - Implantação Casa Maurílio dos Santos	104
Figura 21 - Planta Casa Maurílio dos Santos	105
Figura 22 - Fachada frontal Casa Maurílio dos Santos	105
Figura 23 - Implantação Casa Wilson Barreiros	106
Figura 24 - Planta Casa Wilson Barreiros	106
Figura 25 - Fachada frontal Wilson Barreiros	106
Figura 26 - Implantação Casa Bighi	109
Figura 27 - Planta pavimento térreo Casa Bighi	110

Figura 28 - Planta pavimento superior Casa Bighi	110
Figura 29 - Fachada frontal Casa Bighi	111
Figura 30 - Implantação Casa João Nunes	112
Figura 31 - Planta pavimento térreo Casa João Nunes	113
Figura 32 - Planta pavimento superior Casa João Nunes	113
Figura 33 - Fachada frontal Casa João Nunes	113
Figura 34 - Implantação Armazém Sérgio Costa Ribeiro	116
Figura 35 - Planta Armazém Sérgio Costa Ribeiro	116
Figura 36 - Fachada frontal Armazém Sérgio Costa Ribeiro	116
Figura 37 - Implantação Casa da Farinha	117
Figura 38 - Planta Casa da Farinha	117
Figura 39 - Fachada frontal Casa da Farinha	118
Figura 40 - Estrutura de parede de pau a pique	126
Figura 41 - Estrutura de parede de pau a pique	126
Figura 42 - Planta pavimento térreo - Casa Família Rodrigues (1)	181
Figura 43 - Fachada frontal - Casa Família Rodrigues (1)	182
Figura 44 - Fachada lateral - Casa Família Rodrigues (1)	182
Figura 45 - Planta situação / diagrama de telhado - Casa Família Rodrigues (1)...	183
Figura 46 - Planta pavimento térreo - Casa Armando Porcari	184
Figura 47 - Fachada lateral - Casa Armando Porcari	184
Figura 48 - Fachada frontal - Casa Armando Porcari	185
Figura 49 - Planta situação / diagrama de telhado - Casa Armando Porcari	185
Figura 50 - Planta porão - Casa Poty Formel	186
Figura 51 - Planta pavimento térreo - Casa Poty Formel	187
Figura 52 - Fachada lateral - Casa Poty Formel	187
Figura 53 - Fachada frontal - Casa Poty Formel	188
Figura 54 - Planta situação / diagrama de telhado - Casa Poty Formel	188
Figura 55 - Planta pavimento térreo - Casa Nadir Dutra Lopes	189
Figura 56 - Planta porão - Casa Nadir Dutra Lopes	190
Figura 57 - Fachada lateral - Casa Nadir Dutra Lopes	190
Figura 58 - Fachada frontal - Casa Nadir Dutra Lopes	191
Figura 59 - Planta situação / diagrama de telhado - Casa Nadir Dutra Lopes	191
Figura 60 - Planta Pavimento térreo - Casa Família Rodrigues (2)	192
Figura 61 - Planta porão - Casa Família Rodrigues (2)	193

Figura 62 - Fachada frontal - Casa Família Rodrigues (2)	193
Figura 63 - Fachada lateral - Casa Família Rodrigues (2)	194
Figura 64 - Implantação / diagrama de telhado - Casa Família Rodrigues (2)	194
Figura 65 - Planta pavimento térreo - Casa Senador Dirceu Cardoso	195
Figura 66 - Planta porão - Casa Senador Dirceu Cardoso	196
Figura 67 - Fachada frontal - Casa Senador Dirceu Cardoso	196
Figura 68 - Fachada lateral - Casa Senador Dirceu Cardoso	197
Figura 69 - Planta pavimento térreo - Casa Marta Rodrigues	198
Figura 70 - Fachada lateral - Casa Marta Rodrigues	199
Figura 71 - Fachada frontal - Casa Marta Rodrigues	199
Figura 72 - Implantação / diagrama de telhado - Casa Marta Rodrigues	199
Figura 73 - Planta Pavimento térreo - Casa Mariinha Fraga	200
Figura 74 - Fachada Lateral - Casa Mariinha Fraga	201
Figura 75 - Fachada frontal - Casa Mariinha Fraga	201
Figura 76 - Implantação / diagrama de telhado - Casa Mariinha Fraga	202
Figura 77 - Planta pavimento térreo - Casa José Martins Filho	203
Figura 78 - Fachada frontal - Casa José Martins Filho	204
Figura 79 - Implantação / diagrama de telhado - Casa José Martins Filho	204
Figura 80 - Planta pavimento térreo - Casa Elias Haddad	205
Figura 81 - Fachada lateral - Casa Elias Haddad	206
Figura 82 - Fachada frontal - Casa Elias Haddad	206
Figura 83 - Implantação / diagrama de telhado - Casa Elias Haddad	207
Figura 84 - Planta pavimento térreo - Casa Maria Lilian Nunes Barreto	208
Figura 85 - Fachada lateral - Casa Maria Lilian Nunes Barreto	208
Figura 86 - Fachada frontal - Casa Maria Lilian Nunes Barreto	209
Figura 87 - Implantação / diagrama de telhado - Casa Maria Lilian Nunes Barreto	219
Figura 88 - Planta pavimento térreo - Casa Fabiana Carmanhanes	210
Figura 89 - Fachada frontal - Casa Fabiana Carmanhanes	211
Figura 90 - Implantação / diagrama de telhado - Casa Fabiana Carmanhanes	211
Figura 91 - Planta pavimento térreo - Casa João Batista Félix	212
Figura 92 - Fachada frontal - Casa João Batista Félix	213
Figura 93 - Implantação / diagrama de telhado - Casa João Batista Félix	213
Figura 94 - Planta pavimento térreo - Casa Antônio Tuão	214

Figura 95 - Fachada frontal - Casa Antônio Tuão	215
Figura 96 - Implantação / diagrama de telhado - Casa Antônio Tuão	215
Figura 97 - Planta primeiro pavimento - Casa Bastos	217
Figura 98 - Planta segundo pavimento - Casa Bastos	218
Figura 99 - Fachada frontal - Casa Bastos	218
Figura 100 - fachada lateral - Casa Bastos	219
Figura 101 - Implantação / diagrama de telhado - Casa Bastos	219
Figura 102 - Planta segundo pavimento - Casa Leni Ayub	220
Figura 103 - Planta primeiro pavimento - Casa Leni Ayub	221
Figura 104 - Fachada frontal - Casa Leni Ayub	221
Figura 105 - Implantação / diagrama de telhado - Casa Leni Ayub	222
Figura 106 - Planta segundo pavimento - Casa Ney Rambalducci	223
Figura 107 - Planta primeiro pavimento - Casa Ney Rambalducci	223
Figura 108 - Fachada principal - Casa Ney Rambalducci	224
Figura 109 - Implantação / diagrama de telhado - Casa Ney Rambalducci	224
Figura 110 - Planta segundo pavimento - Casa Rambalducci	225
Figura 111 - Planta primeiro pavimento - porão - Casa Rambalducci	226
Figura 112 - Fachada lateral - Casa Rambalducci	226
Figura 113 - Fachada frontal - Casa Rambalducci	227
Figura 114 - Implantação / diagrama de telhado - Casa Rambalducci	227
Figura 115 - Planta segundo pavimento - Casa Ana Maria Brasil Ayub Binoti	228
Figura 116 - Planta pavimento térreo - Casa Ana Maria Brasil Ayub Binoti	229
Figura 117 - Fachada frontal - Casa Ana Maria Brasil Ayub Binoti	229
Figura 118 - Implantação / diagrama de telhado - Casa Ana Maria Brasil Ayub Binoti	230
Figura 119 - Planta pavimento térreo - porão - Casa do Ozorinho	231
Figura 120 - Planta segundo pavimento - Casa do Ozorinho	231
Figura 121 - Fachada lateral - Casa do Ozorinho	232
Figura 122 - fachada frontal - Casa do Ozorinho	232
Figura 123 - Implantação / diagrama de telhado - Casa do Ozorinho	233
Figura 124 - Planta pavimento superior - Casa Anna Acha Ayub	234
Figura 125 - Planta pavimento térreo - Casa Anna Acha Ayub	235
Figura 126 - Fachada lateral - Casa Anna Acha Ayub	235
Figura 127 - Fachada frontal - Casa Anna Acha Ayub	236

Figura 128 - Implantação / diagrama de telhado - Casa Anna Acha Ayub	236
Figura 129 - Planta pavimento térreo - Casa Penha Maia	237
Figura 130 - Planta pavimento superior - Casa Penha Maia	238
Figura 131 - Implantação / diagrama de telhado - Casa Penha Maia	238
Figura 132 - Planta pavimento térreo - Galpão Cafessul	240
Figura 133 - Fachada lateral - Galpão Cafessul	241
Figura 134 - Fachada frontal - Galpão Cafessul	241
Figura 135 - Implantação / diagrama de telhado - Galpão Cafessul	242
Figura 136 - Planta pavimento térreo - Galpão Família Carvalho	243
Figura 137 - Fachada lateral direita - Galpão Família Carvalho	243
Figura 138 - Fachada lateral esquerda - Galpão Família Carvalho	244
Figura 139 - Fachada frontal (Praça da Bandeira) - Galpão Família Carvalho	244
Figura 140 - Implantação / diagrama de telhado - Galpão Família Carvalho	245
Figura 141 - Planta pavimento térreo - Bar Ideal	246
Figura 142 - Implantação / diagrama de telhado - Bar Ideal	246
Figura 143 - Planta pavimento térreo - Padaria Vitória	247
Figura 144 - Fachada lateral - Padaria Vitória	248
Figura 145 - Fachada frontal - Padaria Vitória	248
Figura 146 - Implantação / diagrama de telhado - Padaria Vitória	249

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Porcentagem dos principais produtos na pauta de exportações brasileiras	37
Tabela 2 - Porcentagem da produção brasileira sobre a produção mundial de café	37
Tabela 3 - Elementos construtivos: paredes portantes e de vedação	169
Tabela 4 - Elementos construtivos: vãos – portas	169
Tabela 5 - Elementos construtivos: vãos – janelas	170
Tabela 6 - Elementos construtivos: bandeiras	171
Tabela 7 - Elementos construtivos: forros	172
Tabela 8 - Elementos construtivos: pisos	173
Tabela 9 - Elementos construtivos: coberturas	174
Tabela 10 - Elementos construtivos: Alpendres, varandas, loggias e balcões	175
Tabela 11 - Elementos construtivos: escadas	176
Tabela 12 - Elementos construtivos: revestimentos	177
Tabela 13 - Elementos construtivos: pintura – alvenarias	178
Tabela 14 - Elementos construtivos: pintura – esquadrias, forros, estruturas de madeira, aparentes	179
Tabela 15 - Elementos construtivos: ornamentação	180

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
2 A ECONOMIA DO CAFÉ E A FORMAÇÃO DA CIDADE DE MUQUI	31
2.1 PANORAMA NACIONAL E REGIONAL DA ECONOMIA DO CAFÉ	33
2.2 A FORMAÇÃO URBANA DA CIDADE DE MUQUI	37
3 EXEMPLARES DA ARQUITETURA DO CICLO CAFEIEIRO EM MUQUI	53
3.1 PANORAMA DA PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA EM MUQUI ENTRE OS ANOS 1918 E 1970	53
3.1.1 O processo de evolução urbana das cidades brasileiras e seu reflexo em Muqui	54
3.1.2 Do historicismo ao modernismo os reflexos na arquitetura produzida em Muqui	59
3.2 TIPOLOGIAS ARQUITETÔNICAS EM MUQUI	79
3.2.1 Abordagem Conceitual	80
3.2.2 Abordagem Metodológica	85
3.2.3 Casas térreas residenciais	91
3.2.4 Casas térreas mistas	100
3.2.5 Sobrados	107
3.2.6 Armazéns	114
4 MATERIAIS E TÉCNICAS	119
4.1 TÉCNICAS CONSTRUTIVAS	121
4.1.1 Estruturas de madeira	122
4.1.2 Estruturas de pedra	123
4.1.3 Estruturas de tijolos	124
4.1.4 Estruturas de barro	125
4.1.5 Estruturas de ferro	125
4.1.6 Estruturas dos vãos	125
4.2 ELEMENTOS CONSTRUTIVOS	126
4.2.1 Paredes	126

4.2.2 Vãos	127
4.2.3 Forros	130
4.2.4 Pisos	131
4.2.5 Coberturas	134
4.2.6 Alpendres, varandas, loggias e balcões	134
4.2.7 Escadas	135
4.2.8 Revestimentos	136
4.2.9 Pintura	138
4.2.10 Ornamentação	139
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
6 REFERÊNCIAS	148
6.1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148
6.2 REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	160
6.2.1 Referências Legislativas	161
6.2.2 Referências Cartoriais	162
6.2.3 Jornais	163
6.2.4 Entrevistas	165
APÊNDICE A: ELEMENTOS CONSTRUTIVOS	169
APÊNDICE B: LEVANTAMENTOS ARQUITETÔNICOS	181

1 INTRODUÇÃO

O Município de Muqui concentra um valioso acervo arquitetônico e urbano, edificado ao longo de diversos ciclos econômicos, todos eles vinculados à produção cafeeira. Seu núcleo urbano inicial desenvolveu-se a partir do último quartel do século XIX no vale do Rio Muqui do Norte, onde hoje está localizado o centro histórico da cidade. No ano de 1902, com a inauguração da estação ferroviária, a cidade iniciou um novo processo de desenvolvimento resultando na malha urbana hoje existente.

A partir da década de 1920, a riqueza acumulada pelo café começou a atrair construtores e artistas, principalmente de origem italiana e samarinense, que deixaram um precioso legado de arquitetura com claras influências dos movimentos eclético e proto-moderno, acompanhando principalmente os dois últimos períodos de grande pujança econômica vividos pela cidade: das décadas de 1920 a 1940 e de 1950 a 1960.

Este crescimento, proporcionado também em função da localização privilegiada como “cidade boca de sertão¹”, fez de Muqui um dos grandes centros tropeiros da região sul do estado. Todos esses fatores transformaram a região em um dos maiores centros de atração populacional do Espírito Santo até a década de 1940.

A partir da década de 1970, após a erradicação dos cafeeiros ocorrida na década anterior,² o êxodo rural se acelerou, agravando problemas urbanos como a ocupação das encostas na periferia da cidade. Em função do longo período de decadência econômica vivido pela região, a arquitetura de seu período de *glamour*, permaneceu em grande parte intacta. Isso ocorreu principalmente como resultado da falência de boa parte dos proprietários rurais e conseqüentemente dos comerciantes estabelecidos na cidade.

¹ Moraes (1989) define “cidade boca de sertão” como aquelas que serviam como centro de atração populacional e comercial, por terem se desenvolvido na confluência de importantes caminhos que levavam às fazendas cafeeiras da região, e também que possibilitavam o escoamento da produção comercial por via ferroviária ou portuária, como era o caso das cidades de Cachoeiro de Itapemirim e Limeira. Outra definição para esse tipo de cidade é dada por Pessôa & Piccinato (2007) que as chama de “centros agrícolas para exportação”.

² ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e Transição – O Espírito Santo (1850/1888)**. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1984. p. 57.

Foi a demolição de um dos mais significativos imóveis do centro da cidade, apesar do protesto da população local, que provocou o interesse da comunidade pelo tombamento estadual do centro histórico como forma de manutenção de seu patrimônio no ano de 1988. No entanto, passados onze anos, como o processo de tombamento ainda não havia sido concluído pelo Conselho Estadual de Cultura, órgão vinculado ao Governo do Estado do Espírito Santo, no mês de maio de 1998³, a comunidade local com o apoio da Prefeitura Municipal, tomou para si a responsabilidade da preservação de seu patrimônio através do tombamento municipal e do estabelecimento de um modelo de gestão local.

Esse processo de gestão tem feito com que o município venha alcançando significativos resultados econômicos, sociais e culturais. No entanto, alguns problemas técnicos para a melhoria e o aprofundamento desse trabalho têm sido enfrentados pela comunidade e pela gestão pública municipal. Como por exemplo, o não reconhecimento do sítio histórico como patrimônio da cultura nacional, através do tombamento, tem deixado de gerar benefícios econômicos para a cidade, como sua inserção em programas de incentivo a cultura e a preservação do patrimônio edificado promovidos pelo Ministério da Cultura.

Diante da carência de dados técnicos a respeito do patrimônio edificado, apresentamos como proposta de pesquisa o aprofundamento dos estudos sobre um dos temas relacionados ao município: a arquitetura do café produzida na cidade de Muqui.

Com a experiência de vários anos de trabalho empírico na gestão do patrimônio arquitetônico e urbano de Muqui, onde fomos responsáveis pelos estudos que subsidiaram o tombamento municipal, pudemos perceber a construção de uma identidade de época, técnica e de funcionamento do patrimônio arquitetônico remanescente na cidade, com claros reflexos na identidade atual da comunidade muquiense, que tem no preservacionismo uma de suas principais características.

³ Em maio de 1998 foi criada a Comissão Pró-tombamento que em dezembro de 1999 transformou-se no Conselho Municipal de Cultura, que efetuou o tombamento municipal do sítio histórico em 19 de agosto de 2000, e, a partir de então, passou a ser responsável pelo processo de gestão do sítio histórico.

Embora existam no município significativas construções rurais, definimos como recorte para o estudo um grupo de edificações da zona urbana, por serem essas fruto do efeito direto do ápice do ciclo econômico; por possuírem maior apuro técnico; e também por serem melhor documentadas. Os exemplares que vamos estudar foram edificadas entre os anos 1918 e 1976, alguns deles em substituição a outros imóveis anteriormente existentes. Nosso interesse é analisar seu planejamento, sua técnica e seu funcionamento, que sobreviveram às modificações sociais e as mudanças de condições de época. O esquema da planta, fachada, tipologias e técnicas construtivas empregadas também serão investigadas.

As variantes das plantas – provavelmente copiadas e/ou adaptadas de publicações da época – bem como os sistemas construtivos e os materiais empregados servirão para comprovar a sistemática aplicação de uma ideia preliminar partindo das necessidades da época, com pequenas diferenças de ordem construtiva e de aplicação de novos materiais que foram surgindo ao longo dos anos. A influência da arquitetura produzida na capital federal, Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e início do século XX, estarão em discussão.

O que há de singular na produção arquitetônica de Muqui? Essa será uma das principais questões que buscaremos a resposta durante o desenvolvimento de nosso trabalho.

O conhecimento da arquitetura e dos procedimentos construtivos adotados, fruto de um quadro político, econômico, social e técnico específico da época, permitirá que sejam estabelecidas condutas para a preservação dos exemplares arquitetônicos remanescentes no sítio histórico de Muqui. A recuperação dos conhecimentos técnicos, como uma herança cultural edificada, permite, por ocasião da intervenção em um determinado imóvel, distinguirmos se os materiais e técnicas ali remanescentes são originais ou fruto de intervenções posteriores, o que influenciará na tomada de decisão de sua manutenção ou não.

A economia do café, que alicerça a história de Muqui, conferiu-lhe características peculiares ainda remanescentes da época de sua formação, sendo, em resumo, a

comprovação da tese da bipolarização urbano-rural proposta por Saia.⁴ No entanto, Muqui contraria a constatação do autor de que

Difícilmente se conseguiria destacar uma cidade que, em seu conjunto, pudesse representar, como monumento característico, o ciclo do café com todas as suas implicações e com um mínimo de unidade. Inclusive e principalmente porque os resultados deste ciclo econômico levaram a região a novas proposições, atualmente ainda em curso.⁵

A cidade de Muqui concentra um elevado número de exemplares remanescentes⁶ desse período que, pela grande diversidade de formas, comprovam a falta de preferência coletiva do homem da época por um determinado modelo que atendesse a todas as suas necessidades, fazendo com que a cidade ganhasse, pela multiplicidade de feições conferidas em função da simultaneidade das escolhas estilísticas, um aspecto bem peculiar.

Embora já existam levantamentos aprofundados a respeito das tipologias e dos sistemas construtivos da arquitetura tradicional brasileira, onde podemos destacar os trabalhos de Luís Saia, Augusto Carlos da Silva Telles, Carlos Alberto Cerqueira Lemos e Eduardo Corona, Sylvio de Vasconcellos, Nestor Goulart Reis Filho, dentre outros, a arquitetura ganha contornos próprios do meio onde é produzida a partir da interação homem/meio.

O estudo, a análise ou a crítica da arquitetura pressupõem o conhecimento do tripé que a sustenta como bem cultural: forma, função e construção. [...] Erudita ou popular (a arquitetura), ela traduz, sempre, a maneira pela qual a comunidade que lhe deu origem apropriou-se do seu espaço vivencial. Ela permite conhecer um povo no seu estágio cultural; entendê-lo nas suas relações de produção; apreciá-lo na sua sensibilidade coletiva; admirá-lo na sua criatividade.⁷

Assim aconteceu em Muqui, onde o contato direto com a capital federal, Rio de Janeiro, influenciou a elite local mostrando que naquele período as mudanças se deram não apenas pelos avanços tecnológicos propiciados pelo desenvolvimento

⁴ SAIA, Luís. **Morada Paulista**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. p. 182.

⁵ Ibidem, p. 54.

⁶ São ao todo 186 imóveis tombados pelo Conselho Municipal de Cultura desde o ano de 2000, e 272 com indicação para tombamento federal, que, conforme resolução do Conselho Estadual de Cultura datada de cinco de dezembro de 2009, também serão tombados como patrimônio estadual.

⁷ CURTIS, Júlio Nicolau Barros de. **Vivências com a arquitetura tradicional do Brasil: registros de uma experiência técnica e didática**. Porto Alegre: Editora Ritter dos Reis, 2003. p. 23.

industrial, mas também, pela mudança do jeito de morar e da forma de se apropriar do espaço da casa, como afirmam Telles⁸ e Saia⁹.

Possuindo esses grandes senhores, os barões do café, por influência dos hábitos e costumes da Corte novas noções de educação familiar, assim como do viver em sociedade, suas casas irão sofrer alterações para se adaptarem aos novos costumes e ao novo gosto [...] tanto nas plantas [...] quanto nos detalhes e composição plástica dos interiores e exterior.¹⁰

A arquitetura das casas ecléticas, que caracterizam o sítio histórico de Muqui, sofreu influências desse “estilo” que, de acordo com Reis Filho,¹¹ primou por um novo estilo de vida, prático, elegante e voltado para o conforto, possibilitado pelas facilidades oriundas da Revolução Industrial. Esta, aliada à importação de materiais industrializados e fabricados em série, promoveu alterações estéticas que foram introduzidas em muitos edifícios coloniais ou que contribuíram na estética de edifícios já construídos sobre novo esquema.

A partir da década de 1950, após curto período de decadência econômica provocada pelos efeitos da crise de 1929, a cidade passa a sofrer os impactos do desenvolvimentismo através da renovação arquitetônica dos imóveis ecléticos por imóveis com características da arquitetura proto-moderna, representada pela mistura de materiais e cópia dos elementos da arquitetura moderna de vanguarda produzida pelos arquitetos brasileiros da época. Este fenômeno também pode ser explicado em função da proximidade com a capital federal.

Como já dissemos, embora já existam no Brasil diversos autores que estudam com muita propriedade o período em questão e a arquitetura dele resultante, reafirmamos que, até o momento, nenhuma investigação sobre esse tema específico, foi feita na cidade de Muqui. A maioria dos estudos até então realizados, ou possuem uma abordagem estritamente histórica ou fazem uma crítica ao modelo de gestão

⁸ TELLES, Augusto Carlos da Silva. Vassouras Estudo da construção residencial urbana. In: TELLES, Augusto C. da Silva at al. **Arquitetura Civil II** – Textos Escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975. p. 210 e TELLES, Augusto Carlos da Silva. **O Vale do Paraíba e a arquitetura do café**. Rio de Janeiro: Capivara, 2006. p. 92-94.

⁹ SAIA, 1978, p. 187-201.

¹⁰ TELLES, 1975, p. 210.

¹¹ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1978. p. 169.

adotado pelo município, levando em consideração o processo de turistificação¹² pelo qual a cidade tem passado, dentre eles podemos destacar Pimentel¹³ e Português.¹⁴ O único estudo que aborda o tema que estudaremos é o que realizamos em 1999 (Inventário do Patrimônio Cultural do Sítio Histórico de Muqui), que necessita de maior aprofundamento e de uma série de correções em seus rumos – a que ora nos propomos.

No presente momento, o sítio histórico de Muqui encontra-se sob séria ameaça de desaparecimento, principalmente em função do novo dinamismo econômico gerado a partir do incremento de atividades como o turismo, o comércio e a agricultura, que têm gerado sobra de capitais para o investimento na reforma e construção de novos imóveis na cidade.

Pelo fato de nossa investigação estar centrada no estudo da arquitetura remanescente no sítio histórico de Muqui, os resultados obtidos pelo trabalho poderão contribuir para a implantação de um novo processo de gestão municipal, principalmente no que diz respeito às futuras obras de reforma e restauro nos imóveis tombados. Nesse aspecto, esperamos que nossa pesquisa venha prestar relevante contribuição para o avanço do conhecimento na área, apesar de não termos a pretensão de esgotar todo o assunto, em função de sua amplitude.

Ao estudar a arquitetura urbana legada a Muqui pelo ciclo cafeeiro, estaremos contribuindo para a compreensão de um dos mais importantes ciclos econômicos pelos quais o Espírito Santo já passou, fruto de um processo econômico nacional. Ao pretender melhor compreender a casa e suas tipologias, esperamos contribuir significativamente para o estudo da história da arquitetura capixaba.

O aprofundamento dos conhecimentos históricos e estilísticos dos edifícios revelará as particularidades na forma de construir da arquitetura remanescente em Muqui às gerações vindouras.

¹² Termo utilizado pela literatura técnica de turismo que significa a transformação de uma comunidade ou região em destino turístico.

¹³ PIMENTEL, Leticia von Krüger in PESSÔA, José, PICCINATO, Giorgio. **Atlas de centros históricos do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. p. 140-7.

¹⁴ PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Turismo, Memória e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Roca, 2004. p. 3-31.

Tendo como objetivo básico orientar o percurso da pesquisa, uma hipótese será trabalhada: As tipologias das construções residenciais e comerciais edificadas durante o ciclo cafeeiro, ainda remanescentes em Muqui, possuem padrões de plantas que podem ser simbólicas e/ou funcionais, que incorporaram linguagem comprobatória do status social de seus moradores.

Tendo como objetivo melhor compreender a arquitetura produzida em Muqui, no **segundo capítulo** discutiremos a economia do café e seus reflexos na formação da cidade de Muqui. Para isso buscaremos compreender sua importância no contexto regional e nacional.

No **terceiro capítulo** buscaremos compreender, em um primeiro momento, a partir de abordagem histórica, o panorama nacional da produção arquitetônica entre os anos de 1918 (final da Primeira Guerra Mundial) e 1976 (pós Programa de Erradicação dos Cafeeiros Improdutivos) e seus reflexos na arquitetura produzida em Muqui. A partir desses estudos, foi possível dividir a arquitetura remanescente em quatro períodos distintos de evolução. Num segundo momento, a partir dos conceitos de *tipo*, apresentaremos a proposta de abordagem metodológica que utilizaremos na análise de nosso objeto de estudo, o qual dividimos de acordo com suas características tipológicas em: casas térreas residenciais, casas térreas mistas, sobrados e armazéns, dessa maneira, poderemos discutir e comparar a produção arquitetônica local com a nacional, em especial com a arquitetura produzida no Rio de Janeiro.

No **quarto capítulo**, tomando como ponto de partida as edificações selecionadas, classificaremos os materiais e as técnicas construtivas de forma descritiva e analítica tendo como base fotografias. Para melhor compreensão do assunto, dividimos o estudo de acordo com os materiais e técnicas construtivas. A partir desse estudo, traçaremos um panorama comparativo entre os principais materiais e técnicas utilizados nos períodos estudados.

Nas **considerações finais**, buscaremos a partir dos resultados das investigações realizadas, comprovar que os remanescentes arquitetônicos de Muqui poderão

demonstrar as mudanças do jeito de morar e a memória da evolução das técnicas construtivas do período estudado. Buscaremos ainda comprovar que, apesar das alterações de escala, da forma, e do estilo dos imóveis edificados, as técnicas foram muito pouco alteradas, sendo que as principais modificações foram de ordem estética e nos materiais empregados.

Também nas considerações finais, serão tecidas as conclusões acerca das discussões travadas nos capítulos anteriores, quando realizaremos uma análise crítica dos resultados obtidos a partir das investigações feitas durante a pesquisa. Também serão identificadas as contribuições que o trabalho deu para o aprofundamento dos estudos da arquitetura e das técnicas construtivas do período abordado, bem como de que forma esse conhecimento poderá contribuir futuramente para o processo de gestão do patrimônio edificado no município.

2 A ECONOMIA DO CAFÉ E A FORMAÇÃO DA CIDADE DE MUQUI

Do período colonial até o início do século XIX, a quase totalidade da superfície do território capixaba era coberta pela floresta tropical, resumindo a ocupação humana apenas a umas poucas vilas no litoral, em especial na desembocadura dos rios navegáveis, sendo que sua economia era baseada na produção do açúcar, na pesca e na agricultura de subsistência, como por exemplo, Barra de Itapemirim, Reritiba e Guarapari.

No final do período colonial a economia da colônia já ultrapassa a da metrópole, no entanto, já encontrava-se em recessão em função da queda da produção aurífera iniciada no final do século XVIII, e da concorrência sofrida com o açúcar produzido pela França no Haiti, portanto, o Império brasileiro nascerá em meio à recessão econômica, que só se encerraria a partir dos anos de 1830 com a expansão da cultura cafeeira.¹⁵

Toda a movimentação econômica provocada pelo café, em especial o fato de entre os anos de 1850 e 1860 as terras do vale do Paraíba darem sinais de exaustão, apontando para a necessidade da abertura de novas fronteiras agrícolas, fortalece ainda mais o processo migratório em direção às terras devolutas¹⁶ do sul do Espírito Santo, em especial no interior da freguesia de Itapemirim. A região também recebe nesse período, grande contingente de mineiros que desceram as serras, provenientes da região de Cataguases, Rio Pomba e São João del Rey, movimento que é denominado “*refluxo das bandeiras*”. De acordo com GARCIA e GARCIA,¹⁷

¹⁵ LONGO FILHO, P. **O Café no Brasil**. Rio de Janeiro: AGGS Indústrias Gráficas S/A, 1978. p. 5-6.

¹⁶ “Durante a fase colonial e mesmo durante boa parte do período Imperial, toda história da evolução fundiária brasileira estará baseada na doação de sesmarias, desde os primórdios da ocupação portuguesa, ‘sem foro nem direito algum’, apenas com a obrigação de pagar à Ordem de Cristo o dízimo dos produtos da terra, conforme a estruturação do sistema em Portugal. [...] Somente em meado do século XIX, no bojo da Lei de Terras, de 1850, é que virá melhor disciplinamento do problema fundiário brasileiro, criando-se, inclusive, possibilidade, de fato, da extensão do direito à propriedade ao colono lavrador, nacional ou estrangeiro.” (BITTENCOURT, 2006, p. 73-80). Nessa época era tradição cultural no Brasil a ocupação de terras devolutas, sendo posteriormente considerada como “modo legítimo de aquisição de domínio, paralelamente a princípio e, após em substituição” ao regime de sesmarias (GARCIA e GARCIA 1997, p. 31). Normalmente as terras eram possedidas das margens dos cursos d’água até suas vertentes.

¹⁷ GARCIA, Milton Teixeira e GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. **O Vale do Itabapoana e a História de São Pedro do Itabapoana e São José do Calçado**. Vitória: EDIUFES, 1997; p. 31.

esses migrantes se deslocaram para o Espírito Santo fugindo de perseguições políticas.

Nesse período, fazendeiros seguindo o curso dos principais rios da região, vão se estabelecendo em terras devolutas, formando uma extensa rede de comunicação terrestre que partia, a princípio, dos dois mais importantes portos fluviais da região, Limeira e Cachoeiro, por onde as mercadorias eram escoadas. Dessa maneira, uma rede de povoados, que mais tarde vão se transformando em vilas e depois cidades, vai se estabelecendo na região. Dentre eles podemos destacar além de Cachoeiro de Itapemirim, as cidades de Limeira e de São Pedro de Alcântara do Itabapoana. Posteriormente, ganham importância as cidades de Alegre, Veado (Guaçu), Castelo e Muqui.

A partir da década de 1840, à medida que a produção de açúcar cai, a de café cresce, por exemplo, a produção de café que em 1847 era de 115.390 arrobas, no final do século era de 1.234.195 sacas.¹⁸ Foi a economia do café que viabilizou na província do Espírito Santo, em especial na região sul que tinha como epicentro econômico Cachoeiro de Itapemirim, uma extensa rede de transportes e comunicação baseada em estradas carroçáveis, ferrovias e portos.

As ferrovias, que tinham seus traçados determinados por interesses locais e não por critérios técnicos, ligaram o sul da província à capital federal já em 1894¹⁹ e mais tarde, em 1910 à capital do estado. No entanto, já em 1887 a Estrada de Ferro Caravelas tinha seu primeiro trecho inaugurado: Cachoeiro x Rive, e posteriormente seguiu por Alegre e Veado (Guaçu) em direção à cidade mineira de Espera Feliz. Em Duas Barras um ramal seguia em direção à Castelo. Foram as ferrovias que determinaram o processo de crescimento e urbanização de povoados que posteriormente viriam se transformar em importantes cidades capixabas como Mimoso do Sul, Muqui, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Alegre e Veado (Guaçu).

¹⁸ BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril**. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 158.

¹⁹ Em 1894 os trilhos da Ferrovia Leopoldina chegam à Itabapona, em 1895, a Dona América, em 1896 à Fazenda Mimoso, em 1901 à Muqui, e em 1903, à Cachoeiro de Itapemirim. (BITTENCOURT 2006 p. 201).

Bittencourt²⁰ destaca três fases distintas do desenvolvimento da cultura cafeeira que se refletem no Espírito Santo: a primeira e mais longa fundamenta-se nas relações de produção baseadas no trabalho escravo que só terminará entre os anos de 1850 (Lei Euzébio de Queiroz) e 1889 com a assinatura da Lei Áurea. A segunda fase está ligada ao latifúndio e à transição do trabalho assalariado que vai aos poucos substituindo a mão de obra escrava. Nesse período as relações de trabalho eram estabelecidas por contrato ou pelo sistema “à meia”, onde os trabalhadores, em sua grande maioria imigrantes, participavam dos lucros e dos riscos da produção. A terceira fase inicia-se pós-crise de 1929, quando, rompendo com a monocultura, a produção agrícola é marcada por uma maior diversificação. O território do atual município de Muqui experimentou todas essas fases, o que lhe legou um patrimônio edificado de grande relevância no Estado do Espírito Santo.

2.1 PANORAMA NACIONAL E REGIONAL DA ECONOMIA DO CAFÉ

Oferecer um cafezinho é considerado uma etiqueta obrigatória da hospitalidade brasileira, sendo também a de grande parte dos países americanos e europeus. A planta é etíope, da região de Kaffa, sendo que os grãos já eram consumidos no século VII na Pérsia, no século XV na Península Arábica e no final do século XVII em Constantinopla. Na França de Luiz XV a bebida, considerada elegante, era consumida nos salões de Versailles.²¹

Os primeiros grãos chegaram ao Brasil em 1727 através do tenente Francisco de Mello Palheta, trazidos da Guiana Francesa como presente, e começaram a ser cultivados no Grão Pará e Maranhão. Daí foram levados ao Rio de Janeiro por volta de 1760, sendo, a princípio, cultivados para consumo próprio nas chácaras e comercializado em pequenas proporções nas boticas cariocas, no entanto, os registros das primeiras plantações de maiores proporções (entre 40 e 50 mil pés), que foram realizadas por estrangeiros na região da encosta da Gávea Pequena, se dão por volta do início da segunda década do século XIX. Tendo o desmatamento

²⁰ BITTENCOURT, 2006, p. 23.

²¹ BICCA, Briane Elizabeth Panitz, BICCA, Paulo Renato Silveira (orgs.). **A arquitetura na formação do Brasil**. São Paulo: Pancron Indústria Gráfica, 2007. p. 198.

para a implantação dos cafezais causado problemas no abastecimento de água no Rio de Janeiro, o governo imperial desapropriou todas as fazendas das encostas da Gávea e da Tijuca para promover o reflorestamento com espécies nativas. A partir daí, a cultura expandiu-se para São Gonçalo, Baixada de Campos e também pela região montanhosa do norte do estado em Cantagalo e Santa Maria Madalena. Outra zona de expansão seguiu para o Vale do Paraíba do Sul e para Jacareí, até o interior de São Paulo, seguido posteriormente para o planalto paulista na região de Capinas e Jundiaí.

Durante o Segundo Reinado a expansão dos cafeeiros continuou em direção ao sul de Minas Gerais e ao centro da província de São Paulo, sendo que a cidade de Vassouras, na província carioca, se consolidou como centro irradiador da cultura. No primeiro quartel do século XIX estabelecem-se novas frentes em Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná.²²



Figura 1: Mapa de localização das áreas cafeeiras no Brasil de 1840 a 1885.

Fonte: ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. A arquitetura do café. In: BICCA, Briane Elizabeth Panitz, BICCA, Paulo Renato Silveira (orgs.). **A arquitetura na formação do Brasil**. São Paulo: Pancron Indústria Gráfica, 2007.

O avanço da produção cafeeira no Brasil foi consequência indireta da aventura napoleônica que desorganizou a produção inglesa e francesa em São Domingos,

²² PESSAMILIO, in LONGO FILHO, P. **O Café no Brasil**. Rio de Janeiro: AGGS Indústrias Gráficas S/A, 1978. p. 7.

Haiti, Bourbon, Jamaica, Caiena e Martinica, provocando grande corrida pelo produto em função do aumento gradativo da demanda.

O interesse pelo café aumentou ainda mais em consequência do bloqueio continental que impedia a entrada do açúcar brasileiro na Europa e pela exaustão do ouro nas Minas Gerais, o que agravou ainda mais a crise econômica nacional. Outro fator foi a concorrência do açúcar produzido a partir da beterraba, descoberta de Andréas Sigismund Margraf em 1747. A transferência da Corte para o Rio de Janeiro, aumentou muito as despesas governamentais, tendo o café se estabelecido como saída econômica satisfatória para o sustento da nova classe dirigente nacional.

No período entre 1820 e 1834 o café atinge o nível de monocultura na área que vai do Rio de Janeiro às divisas de Minas Gerais e São Paulo e, como consequência, as cidades que eram pequenas vilas no primeiro quartel do século XIX, crescem e ganham edifícios imponentes uma vez que proprietários rurais passam a construir nas cidades próximas às sedes de suas fazendas²³. De acordo com Saia²⁴ *“todas as cidades querem ser cortes”*. Já no período entre 1850 e 1860 as terras do vale do Paraíba dão sinais de pauperamento, apontando para a necessidade da abertura de novas fronteiras agrícolas, além disso, as distâncias para os portos aumentam, impondo uma nova solução para o transporte. Outro aspecto foi a falta do braço escravo que forçou a adoção de máquinas além da alternativa do colono. Foi a revolução de 1930, pós quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 que assinalou o término do exclusivismo da economia do café no Brasil.

As fazendas de café apresentavam características diferentes das que produziam até então outras culturas como o açúcar, fumo ou algodão. A mais importante foi seu caráter de empresa²⁵, uma vez que toda sua organização era norteada pelo espírito

²³ “Se há uma nota característica da habitação cafezista que tenha acompanhado os cem anos de evolução da economia do café, é realmente aquele que resulta do fazendeiro se manter como um homem metade urbano metade rural, lavando para a roça coisas aprendidas na cidade e trazendo da roça soluções inventadas para a vida rural. Somente com o apagar das luzes do ciclo, o café se tornou apenas uma aventura capitalista.” (SAIA, 1978, p 212).

²⁴ SAIA, 1978, p. 198.

²⁵ PESSAMILIO, in LONGO FILHO, 1978, p. 8 e BICCA, 2007, p. 204.

capitalista, fazendo interfaces com outros setores produtivos, associando a atividade agrícola com a mercantil, tarefa que anteriormente era exercida pela Metrópole.

A riqueza gerada pelo café deixou profundas marcas na sociedade brasileira, em especial na política, no estabelecimento de novos costumes, na arquitetura e na urbanização de muitas cidades cariocas, mineiras, paulistas, paranaenses e capixabas.

Saia²⁶ destaca como principais resultados do ciclo econômico do café, a conquista territorial, o surgimento de diversas cidades²⁷, o surgimento de uma malha ferroviária e viária, a formação de cidades-chaves e a hipodamização do traçado urbano²⁸. Outra característica do período destacada pelo autor é a bipolarização urbano-rural (rural escravocrata e sua contrapartida urbana) que vai constituir de acordo com Saia²⁹ a tese fundamental do ciclo brasileiro do Café.

Ao estudar a cultura cafeeira em São Paulo, Saia³⁰ defende que duas teses principais materializam o desenvolvimento regional: a primeira é o enquadramento da economia do café no esquema colonialista e monocultor;³¹ a segunda a implantação de uma rede viária baseada na simbiose café-ferrovia. Outras características dos assentamentos urbanos são: o pioneirismo de tipo predatório na ocupação das faixas da cultura do café; a preferência pela ocupação dos espigões (onde estavam as terras mais propícias para as ferrovias e cidades); a instituição do binário urbano-rural; o estabelecimento das divisas das glebas preferencialmente pelos espigões e pelos rios, o que influenciou na direção dos torrões de café e, nas cidades, no traçado das ruas; e a adoção do reticulado tanto na solução urbana como na solução rural.

²⁶ SAIA, 1978, p. 49-52.

²⁷ "Mais de mil núcleos urbanos foram criados no Brasil em função da cultura do café" (SAIA, 1978, p. 248).

²⁸ Hipodamização do traçado urbano: trata-se de um traçado urbano reticulado imposto por parcelas sucessivas e tomando como pontos de partida as divisas das glebas, levando-se em consideração os limites naturais (córregos, espigões). Na visão de Saia (1978 p. 52), essa característica correspondia ao próprio reticulado dos talhões de café, o que representa uma forma de tratamento artesanal dos problemas de implantação urbana.

²⁹ SAIA, 1978, p. 54.

³⁰ Ibidem, p. 233-234.

³¹ O que contraria a tese da fazenda-empresa de PESSAMILIO (1978) e BICCA (2007).

Aos poucos, o café vai ganhando cada vez mais importância na pauta de exportações brasileiras (conforme pode-se verificar na Tabela 1) e também no mercado mundial chegando entre os anos de 1900 e 1904 a produzir 75,65% do café mundial (Tabela 2). Outro detalhe importante é que a partir do ano de 1870, os Estados Unidos passam a consumir mais café que a Europa.

Pela primeira vez no Brasil um produto consegue fazer coincidir o centro de gravidade política com o centro de gravidade econômica. *“Não havia no Brasil, ao tempo, zona de dominação econômica absoluta, mas classe de dominação social absoluta.”*³². É nesse contexto socioeconômico que surgem diversas cidades capixabas, em especial Muqui, objeto de nosso estudo.

2.2 A FORMAÇÃO URBANA DA CIDADE DE MUQUI

Até o ano de 2008, historiografia oficial datava o início da ocupação do território do atual município de Muqui em 1850, quando o caboclo de nome João Corumbá chegou à região do Rio Sumidouro promovendo a primeira aberta, que logo depois foi adquirida por José Pinheiro de Souza Werneck³³ – descendente dos Barões de Ipiabas – vindo de Valença. Mais tarde, após a construção da sede de sua propriedade, Werneck teria mudado definitivamente com sua família para a Fazenda Santa Tereza do Sumidouro. No entanto, recentes pesquisas realizadas pela memorialista Sandra Maria Sirillo Lourenço³⁴ apontam que a ocupação é um pouco mais antiga, uma vez que Werneck adquiriu suas terras de diversos proprietários já estabelecidos na região e não apenas de João Corumbá, e que a sede da Fazenda Santa Tereza do Sumidouro, já estaria construída em 1849, o que aponta o ano de 1838 como provável início da ocupação³⁵. Outra importante referência da autora é um ofício expedido por Gaspar Antônio da Costa Leal em 1848 que informa sobre

³² SODRÉ, apud PESSAMILIO In: LONGO FILHO, 1978, p. 10.

³³ Foi o Deputado Provincial Tenente-Coronel José Pinheiro Souza Werneck, que apresentou o projeto de lei nº 9 de 23 de novembro de 1864 que elevava Cachoeiro à categoria de Vila (ROCHA, 1977, p. 116).

³⁴ LOURENÇO, Sandra Maria Sirillo. **Museu Virtual Dirceu Cardoso**. Disponível em: http://www.camaramuqui.es.gov.br/museu_virtual.asp. Acesso em: 6 de novembro de 2008.

³⁵ Lourenço (2008) cita como fonte uma escritura, cujo texto cita que Pedro Dias do Prado, um dos desbravadores de Cachoeiro de Itapemirim, também vendera terras para Werneck no Sumidouro, das quais era proprietário desde 1849, compradas anteriormente de Henrique, o “Alemão”.

um quilombo existente nas cabeceiras do Rio Muqui³⁶ confirmando que houve a presença de desbravadores escravagistas nesta área, anteriormente a essa data.

TABELA 1
Porcentagem dos principais produtos na pauta de exportações brasileiras

Produto	Década			
	1851-1860	1861-1870	1871-1880	1881-1890
Café	48,8%	45,5%	56,6%	61,5%
Açúcar	21,2%	12,3%	11,8%	9,9%
Couros e Peles	7,2%	6,0%	5,6%	3,2%
Algodão	6,2%	18,3%	9,5%	4,2%
Borracha	2,3%	3,1%	5,5%	8,0%

Fonte: PESSAMILIO, Herci Maria Rabelo. A dinâmica social do café. In: LONGO FILHO P. **O Café no Brasil**. Rio de Janeiro: AGGS Indústrias Gráficas S/A, 1978. p. 9.

TABELA 2
Porcentagem da produção brasileira sobre a produção mundial de café

Década	Porcentagem
1820-1829	18,18%
1830-1839	29,70%
1840-1849	40,00%
1850-1859	52,09%
1860-1869	49,07%
1870-1879	49,09%
1880-1889	56,63%
1890-1894	59,70%
1895-1899	66,68%
1900-1904	75,65%

Fonte: PESSAMILIO, Herci Maria Rabelo. A dinâmica social do café. In: LONGO FILHO P. **O Café no Brasil**. Rio de Janeiro: AGGS Indústrias Gráficas S/A, 1978. p. 9.

A ocupação da região intensifica-se a partir da segunda metade do século XIX com a chegada de outros migrantes que vão, aos poucos, abrindo diversas fazendas como a São Francisco, fundada por Francisco Gonçalves da Costa, localizada às margens do Ribeirão Muqui do Norte, que constituiu posteriormente a empresa agro-

³⁶ As principais nascentes do Rio Muqui localizam-se na região de Santo Antônio de Muqui, distrito do município de Mimoso do Sul, distante aproximadamente 40 Km da região do Rio Sumidouro.

pastoril Fazendas Reunidas João Vieira Fraga S.A. Ao mesmo tempo, João Jacinto da Silva, fundava a fazenda Boa Esperança (Figura 02) e João Pedro Vieira Machado a fazenda Entre Morros (Foto 01), a partir de posse adquirida de Antônio Gonçalves Serpa e Ana Maria Conceição de Jesus Serpa – que vieram de Santa Teresa de Valença por volta de 1854 – permanecendo na terra até 1856. É na confluência dessas duas fazendas que vai surgir mais tarde o Arraial do Lagarto, atual cidade de Muqui.

No ano de 1852, José Pinheiro de Souza Wernek, transferiu parte das terras da Fazenda Sumidouro a Antônio Cândido dos Santos e a seu irmão Manoel Cândido dos Santos, que fundam as fazendas Providência e Alpes. Na Fazenda Alpes posteriormente fixou-se Mariano José Coelho, que acompanhado de seu filho, Mariano Coelho Filho também fundaram a fazenda Saudade. Da grande gleba da bacia do Sumidouro, pertencente a Wernek, derivaram outras fazendas como Macedônia, fundada por Antônio Gomes de Macedo, Progresso, fundada por Inácio Souza Pinheiro, Monte Carmelo, fundada por Viriato de Souza Wernek, Orange, fundada por Euclides Pinheiro de Souza Wernek e Fortaleza, fundada por Antônio de Almeida Ramos.³⁷

Entre os anos de 1856 e 1860, Antônio de Azevedo Ramos abriu a fazenda Verdade. Foi nessa fazenda que se têm notícias de aldeamentos de índios Puris³⁸, que, segundo Mendonça,³⁹ é narrado por Reginaldo Ramos, velho descendente dos colonizadores, que viveu nas terras desmembradas da Fazenda Verdade. Maria Vitória Leal e seu filho, Antônio Gomes Leal abriram a fazenda São Gabriel, enquanto Manoel Gomes Leal abria a fazenda Santa Rosa e Marcolina Gomes Leal juntamente com seu marido, Luiz Moraes França, iniciam a abertura da Fazenda São Luiz.

³⁷ MENDONÇA, Paulo Henriques de. **Muqui – Cidade Menina, 1850-1989**. Vitória: Sagraf Artes Gráficas Ltda., 1989. p. 26.

³⁸ Outra referência aos índios Puris é dada por Rocha (1966, p. 99): no ano de 1859, o Barão de Itapemirim, Diretor Geral dos Índios Aldeados na província do Espírito Santo informa a existência de duas hordas de índios Puis nas cabeceiras do Rio Muqui, que de tempos em tempos visitavam as fazendas da região.

³⁹ Ibidem, p. 28.

Ainda no século XIX, foram fundadas as fazendas, Santa Rita (Foto 02), por Gabriel Ferreira da Silva, São João, por Benício de Souza Machado, Primavera, por Azarias Ferreira de Paiva e Bom Destino por Fortunato José Ribeiro.

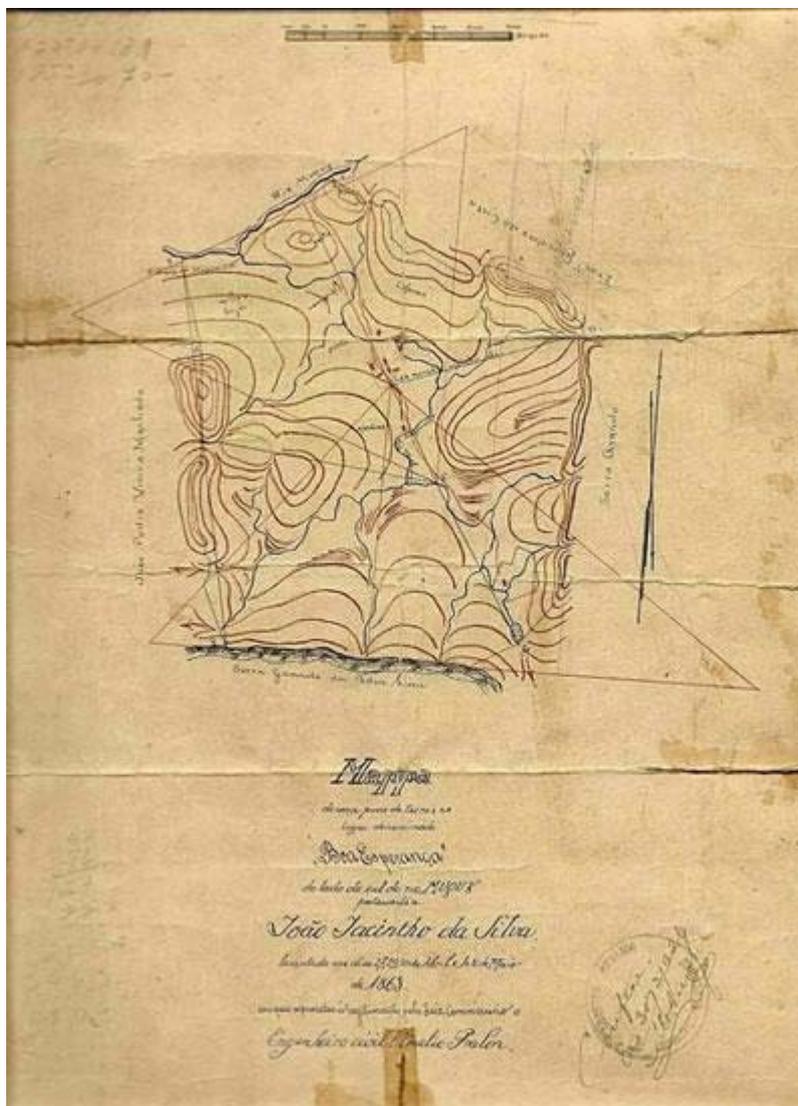


Figura 02: Mapa datado de 1863 anexo à escritura da Fazenda Boa Esperança
Fonte: Acervo Maiza Copo Lima

Como consequência da aglomeração de fazendas na região e da lavoura que ali se desenvolvia, o comércio é intensificado. Com a permissão do fazendeiro João Jacinto da Silva, proprietário da Fazenda Boa Esperança, fixou-se em sua propriedade, entre os anos de 1877 e 1887, o primeiro comerciante, um espanhol chamado Ribas, que instituiu uma casa de trocas comerciais, agindo como agente polarizador. Mendonça⁴⁰ afirma que os senhores de escravos eram contrários a esse tipo de estabelecimento, que era chamado de “venda”, porque desviava a

⁴⁰ MENDONÇA, 1989, p. 33.

atenção de seus homens e, possivelmente, era o caminho por onde podiam ser desviados os produtos da lavoura. Depois da primeira “venda” surgiram outros comerciantes como o português Joaquim José Pereira Bastos e, mais tarde, Francisco Rizzo e Francisco Siano.



Foto 01: Fazenda Entre Morros, 1981 - Construída por João Pedro Vieira Machado em terreno adquirido de João Gonçalves Serpa em 1856.

Fonte: Acervo IJSN

Foto 02: Fazenda Santa Rita 1999 - Construída por Gabriel Ferreira da Silva em 1860.

Fonte: Acervo Secretaria Municipal de Cultura de Muqui, autor - César Inácio

Em nove de maio de 1883 foi inaugurada a primeira escola.⁴¹ No ano de 1888, instalou-se na localidade uma agência postal, tendo como agente Ceshalpino Fernandes.⁴² A primeira capela (Figura 03) foi edificada no ano de 1895, em terreno doado à igreja sete anos antes (duas quartas de terras na Boa Esperança), pelos fazendeiros: João Pedro Vieira Machado, proprietário da Fazenda Entre Morros e João Jacinto da Silva, proprietário da Fazenda Boa Esperança. Também contribuíram com doações Manoel Jacinto da Silva e João Pedro Vieira Machado.⁴³

Ainda no final do século XIX fixaram-se no arraial, o dentista João Longo, o médico Júlio Pereira Leite, o latoeiro e o caldeiro, Bráz Lethieri e Felício Lethieri e o alfaiate Leão Baldi. Nessa época também são instaladas uma sapataria (1893), de propriedade do italiano José Curcio, uma farmácia, de propriedade de José Altino Rosa e uma hospedaria (Fotos 03 e 04) que pertenceu a José Ramos e Eudócio Caiado.⁴⁴

⁴¹ DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO ESPÍRITO SANTO. **Levantamento sócio-econômico dos municípios do Espírito Santo**. Vitória, Departamento Estadual de Estatística do Espírito Santo, 4º volume, 1945. p. 59.

⁴² RAMBALDUCCI, Ney Costa. **Muqui Passado de Glória Futuro de Esperança**. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda., 1991. p. 20.

⁴³ ROCHA, Levy. **Crônicas de Cachoeiro**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Livro S.A., 1966. p. 99.

⁴⁴ MENDONÇA, 1989, p. 33-4.



Figura 03: Foto de uma tela que retrata as três fases da Matriz São João Batista, sendo a primeira imagem a capela erguida em 1895, a segunda a mesma capela ampliada em 1915 e a terceira em 1937.

Fonte: Tela do acervo da Matriz São João Batista.

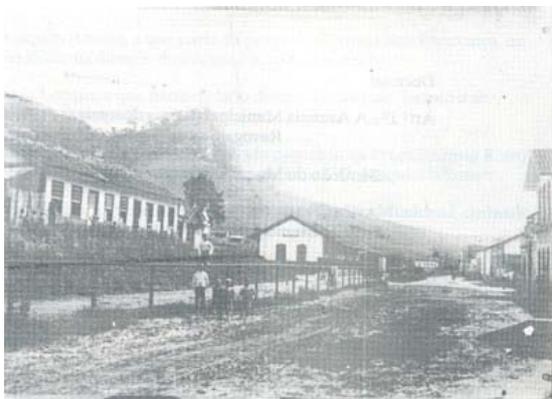


Foto 03: Hospedaria dos Viajantes, 1903, local onde posteriormente foi construída a Prefeitura Municipal

Fonte: Acervo Ney Rambalducci



Foto 04: Hotel Glória, modernização e ampliação da hospedaria dos Viajantes, década de 1930. Local onde posteriormente foi construída a Prefeitura Municipal

Fonte: Acervo Ney Rambalducci

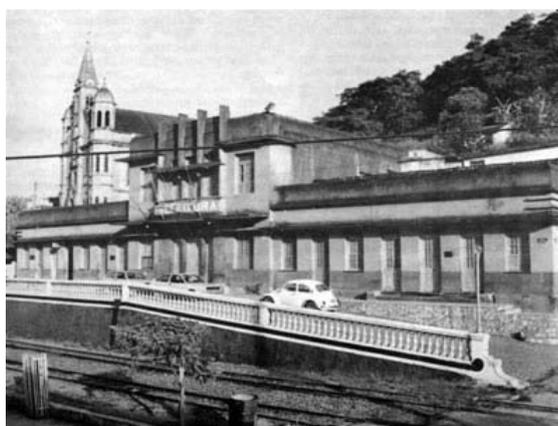


Foto 05: Prefeitura Municipal, inaugurada em 1939 no local onde funcionou a Hospedaria dos viajantes e posteriormente o Hotel Glória

Fonte: Acervo Ney Rambalducci

No ano de 1897, um ofício contendo setenta e duas assinaturas foi encaminhado ao presidente do Estado pedindo a separação do Sub-distrito de São João do Muqui e

seus arredores do Município de Cachoeiro de Itapemirim. Juntando com o ofício, conforme exigia a legislação da época, foi encaminhado documento comprobatório de que *“aquele centro lavoreiro, com mais de cem almas, dava uma renda anual superior a cinco contos de réis”*.⁴⁵ Encabeçaram as assinaturas os fazendeiros João Pedro Vieira Machado, Silvino Luiz da Fraga e Antônio Francisco Moreira.

O Decreto nº 14 de quinze de dezembro de 1897⁴⁶, que regulamenta a cobrança do imposto predial em Cachoeiro de Itapemirim de que trata o Artigo 52 da Lei nº 6 de vinte e cinco de junho de 1892⁴⁷, inclui em sua cobrança, além da cidade, as povoações e estações ferroviárias existentes no território municipal, sendo que o Decreto nº 16 de 1898, inclui a manutenção de fiscais em São Gabriel do Muqui e em São João de Muqui.

Importante referência a respeito da conformação urbana de Muqui no final do século XIX é dada por Emilio Coelho da Rocha em 1913:

O município precisou de 16 ou 18 anos para sair do estado de um triste vale coberto por espessas goiabeiras sombreando a péssima e lamacenta estrada de rodagem que cortava o Patrimônio em direção a Cachoeiro de Itapemirim. Era então pelos idos de 1890 um insignificante arraial que contava apenas com 4 casas. O avançamento da linha férrea com suas leves curvas cortou finalmente a florescente e futura vila. O progressivo desenvolvimento em diversas formas ocorreu ao redor do prédio da Estação fundada em 1902, onde vários prédios foram edificadas e ocupadas por negociantes, hoteleiros, farmacêutico, etc.

Elevou-se então a Distrito graças à sua prosperidade e continuação da vida comercial sempre crescente, rendendo aos cofres públicos nada menos do que cerca de Rs 10:000\$000 (dez contos de réis). Marcondes de Souza, sendo o Governador do Estado na época e tendo um carinho especial por Muquy, buscou dirigir mais melhoramentos para a vila, como escola municipal, iluminação pública, consertos na estrada do “Sabiá”, do “Rio Claro”, pontes sobre o Rio Muquy e o Córrego Boa Esperança. Saneou todo o arraial, estabelecendo valas para escoamentos das águas estagnadas, obteve bom prédio para o xadrez com destacamento policial de Sr. Luiz da Silva de Oliveira, construiu a estrada de rodagem para os terrenos das “Torres”, levou melhoramentos para a estrada do Sumidouro, reconstruindo também a antiga estrada para Cachoeiro.

⁴⁵ ROCHA, 1966, p. 100.

⁴⁶ GOVERNO MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. **Decreto nº 14, de 15 de dezembro de 1897**. Regulamenta a cobrança do imposto predial de Cachoeiro de Itapemirim. Cachoeiro de Itapemirim, 15 de dezembro de 1897.

⁴⁷ GOVERNO MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. **Lei nº 06, de 25 de junho de 1892**. Regulamenta a cobrança do imposto predial de Cachoeiro de Itapemirim. Cachoeiro de Itapemirim, 25 de junho de 1892.

Tornou Muqui em uma boa praça comercial contando com 25 casas de 1ª, 2ª, 3ª até 6ª ordem, apresentando também uma farmácia bem montada, médicos, dentistas, engenheiro, estabelecimentos de ensino público e tudo que traz conforto para uma população laboriosa. Havia três padarias, duas oficinas de sapateiro, sendo uma de 1ª, uma ótima selaria, um Sindicato Agrícola, uma sociedade literária, uma banda e um campo de demonstração onde agricultores recebiam conhecimentos de lavoura, uma marcenaria e um excelente órgão de publicidade.

A música e a literatura encontravam regular aceitação, existindo sociedades que as mantinham. Em breve chegará a água canalizada e iluminação melhorada. Dadas as suas condições de salubridade, a sua invejável posição topográfica, abundância e qualidade das suas terras, terrenos de primeira o arraial está predestinado a ser um dos mais ricos centros de atividade. Sua vegetação exuberante está em altas serras com altitude superior a 800 m em uma extensão de 36 km. Exporta grande quantidade de madeiras de superior qualidade, diversos cereais e aproximadamente 150 mil arrobas de café.⁴⁸

Em quinze de agosto de 1901, chegam ao arraial as primeiras pontas da Estrada de Ferro Leopoldina e em primeiro de janeiro de 1902, foi inaugurada a estação ferroviária quando a povoação recebeu o nome de “Muquy”. Entrando no ciclo ferroviário capixaba, a cidade cresce em torno da estação, acompanhando a linha férrea, mesmo porque, fora dessa faixa, a topografia dificulta a expansão, que se fez de forma relativamente rápida.⁴⁹

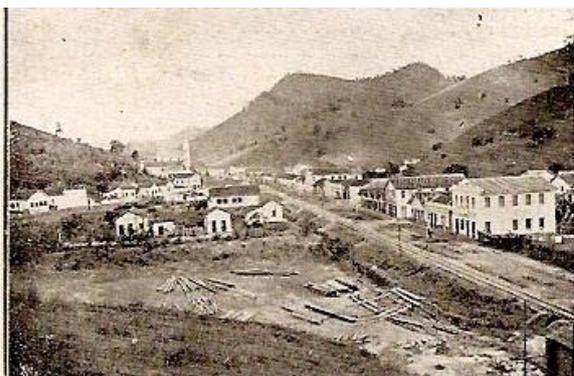


Foto 06: Vista panorâmica da cidade – entre 1915 e 1937

Fonte: Acervo Ney Rambalducci



Foto 07: Vista panorâmica da cidade – década de 1940

Fonte: Acervo Ney Rambalducci

Em sua principal rua – Vieira Machado – paralela à linha férrea, onde se situava a estação da Estrada de Ferro Leopoldina, foram implantadas as principais casas de

⁴⁸ ROCHA, Emílio Coelho da. Muquy. **Muquense**, p. 5, 24 de janeiro de 1913.

⁴⁹ MORAES, Cícero. **Como nasceram as cidades no Espírito Santo**. Vitória: (sem editora), 1954. p. 63 e 68.

comércio. *“A iluminação pública era a querosene e o português Viana (‘narigudo’) cuidava, com desvelo, de ascender, todas as tardes, os lampiões, apagando-os pela madrugada”*.⁵⁰

Em 1907, o arraial já era composto de aproximadamente 100 casas, cobrindo uma área de meio quilômetro. Sua população estava estimada em aproximadamente 500 habitantes dos quais metade era composta pela colônia Síria.⁵¹

A partir dessa época a cidade passa por um grande período de crescimento que só vai cessar por volta de 1935 quando os efeitos da crise de 1929 começaram a ser efetivamente sentidos na cidade. Período em que os principais fazendeiros da região faliram e tiveram que vender suas propriedades para pagar dívidas.

Em 1914 a cidade ganha rede de água⁵² e de iluminação pública com motor a vapor e dínamo⁵³ que é remodelada em 1916 pela empresa Butteri & Filho⁵⁴ sendo que em 1918 inaugura-se a Usina Hidrelétrica da Cia. Electricidade Muquy do Sul⁵⁵. Em 1923 a cidade ganha um serviço de esgoto⁵⁶, além do Jardim Público Municipal e do calçamento da Avenida Vieira Machado⁵⁷. No ano de 1925 é inaugurada uma linha de ônibus que transitava do centro até final da cidade “Auto-Avenida” e, em 1926, os correios iniciam o serviço de entrega.⁵⁸ Em 1927 a cidade ganha uma Delegacia e Quartel Policial⁵⁹.

Com os recursos financeiros gerados pelo comércio do café, Muqui passa por um surto de industrialização e crescimento comercial. Em 1916 é inaugurada a Fábrica de Sabão e Sabonetes Finos de propriedade de Sylvio Miranda⁶⁰, em 1924 a Torrefação Muquy, de propriedade de Adolpho Pereira de Souza, a agência bancária

⁵⁰ ROCHA, 1966, p. 100.

⁵¹ Ibidem, p. 100.

⁵² CANALIZAÇÃO D'ÁGUA. **O Muquyense**, Muqui, ano II, n. 61, 1º mar. 1914, p. 4.

⁵³ INAUGURAÇÕES DA LUZ ELECTRICA E DO EDIFICIO DA CAMARA MUNICIPAL. **O Muquyense**, Muqui, ano II, n. 63, 15 mar. 1914, p. 1.

⁵⁴ LUZ ELECTRICA. **O Muquyense**, Muqui, ano IV, n. 192, 24 set. 1916, p. 1.

⁵⁵ COMPANHIA DE ELECTRICIDADE MUQUY DO SUL. **O Muquyense**, Muqui, ano VI, n. 266, 23 fev. 1918, p. 1.

⁵⁶ ACTIVIDADE. **O Muquyense**, Muqui, ano XI, n. 539, 5 ago. 1923, p. 2.

⁵⁷ MELHORAMENTOS QUE SE INAUGURAM. **O Muquyense**, Muqui, ano XI, n. 518, 18 mar. 1923, p. 2.

⁵⁸ ENTREGA DOMICILIAR DE CORRESPONDÊNCIAS. **O Muquyense**, Muqui, ano XIV, n. 670, 6 jun. 1926, p. 3.

⁵⁹ INAUGURAÇÃO DA DELEGACIA E QUARTEL POLICIAES DE MUQUY. **O Muquyense**, Muqui, ano XV, n. 712, 3 abr. 1927, p. 1.

⁶⁰ FABRICA DE SABÃO. **O Muquyense**, Muqui, ano IV, n. 205, 10 dez. 1916, p. 2.

do banco Ribeiro Junqueira & Botelho⁶¹ e uma Fábrica de Macarrão de propriedade de Pedro Pavani, em 1927 uma Fábrica de Gelo,⁶² e também a Fábrica Flor de Imbirussuca, que produzia licores, bebidas finas, vinagres, gasosas e refrigerantes da empresa D. Mascena & Cia.⁶³ e, em 1929, a Fábrica de Manteiga “Sabiá” da empresa Rocha Firmo & Cia.⁶⁴

A abertura de alguns estabelecimentos comerciais podem exemplificar o montante de recursos que circulava na cidade nas três primeiras décadas do século XX: em 1926 são inaugurados a Revenda Chevrolet Siano & Irmãos, a Agência Ford Gouveia Lima & Portugal⁶⁵ e o Palace Hotel (Sr. A. Miranda & Cia),⁶⁶ em 1928 a Agência Chevrolet Fraga & Taddei,⁶⁷ em 1929 a Agência do Banco Espírito Santo⁶⁸ e em 1932 o Automóvel Club de Muqui.⁶⁹

Localizada às margens da ferrovia e na confluência de caminhos que levavam à importantes fazendas produtoras de café, Muqui, tornou-se uma importante praça comercial e, em função disso, um grande centro tropeiro nas décadas de 20 e 30 do século XX. As tropas vinham carregadas de café e outros produtos da lavoura e dirigiam-se para as grandes casas comerciais, para descarga do que traziam e levavam para as fazendas os produtos a elas destinados. Além das tropas, muitos proprietários rurais vinham de suas fazendas para tratar de negócios na cidade.⁷⁰ De acordo com o Censo realizado em 1920, O município de Muqui possuía 191 estabelecimentos rurais.⁷¹

⁶¹ AGÊNCIA BANÁRIA. **O Muquyense**, Muqui, ano XII, n. 594, 28 set. 1924, p. 2.

⁶² FÁBRICA DE GELO. **O Muquyense**, Muqui, ano XV, n. 702, 23 jan. 1927, p. 3.

⁶³ FLOR DE IBIRUSSUCA. **O Muquyense**, Muqui, ano XV, n. 731, 14 ago. 1927, p. 2-3.

⁶⁴ FÁBRICA DE MANTEIGA SABIÁ. **O Muquyense**, Muqui, ano XVII, n. 841, 28 jul. 1929, p. 4.

⁶⁵ SIANO & IRMÃOS. **O Muquyense**, Muqui, ano XIV, n. 670, 6 jun. 1926, p. 3.

⁶⁶ PALACE HOTEL. **O Muquyense**, Muqui, ano XII, n. 664, 17 abr. 1926, p. 1.

⁶⁷ AGENCIA CHEVROLET FRAGA & TADEI. **O Muquyense**, Muqui, ano XVI, n. 752, 15 jan. 1928, p.

3.

⁶⁸ INAUGURADA AGENCIA DO BANCO DO ESPÍRITO SANTO. **O Muquyense**, Muqui, ano XVII, n. 816, 3 fev. 1929, p. 2.

⁶⁹ AUTOMÓVEL CLUB DE MUQUI. **O Muquyense**, Muqui, ano XX, n. 990, 26 jun. 1932, p.1.

⁷⁰ MORAES, Ormando. **Por serras e vales do Espírito Santo: a epopéia das tropas e dos tropeiros**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1989. p. 91-92.

⁷¹ REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. **Recenseamento do Brazil, realizado em 1º de setembro de 1920: relação dos proprietários dos estabelecimentos ruraes recenseados no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro, TVP da Estatística. 1923. p. 227-230.

Em vinte e dois de outubro de 1912, através da Lei nº 826⁷² foi criado o município de São João do Muquy, desmembrado do município de Cachoeiro de Itapemirim, que foi elevado à categoria de Vila. A instalação do município deu-se em primeiro de novembro de 1912, sendo a sede elevada à categoria de cidade pela lei nº 1385,⁷³ de cinco de julho de 1923. Pelo Decreto-lei Estadual nº 15.177,⁷⁴ de trinta e um de dezembro de 1943, o distrito e o município de São João do Muquy passam a denominar-se Muqui, sendo transferido para o termo e comarca de Mimoso do Sul (ex João Pessoa).

Nos quadros da divisão territorial datados de trinta e um de dezembro de 1936 e trinta e um de dezembro de 1937, anexos ao Decreto-lei Estadual nº 9.222⁷⁵ de trinta e um de março de 1938, bem como na divisão territorial judiciário-administrativa do estado, em vigor no quinquênio 1939-1943, estabelecida pelo Decreto-lei Estadual nº 9.941,⁷⁶ de onze de novembro de 1938, o município de São João do Muqui, jurisdiciona-se ao termo e a comarca de Cachoeiro de Itapemirim. O Decreto Municipal nº 79/38⁷⁷ de julho de 1938, delimita o perímetro urbano da cidade, bem como o da Vila de São Gabriel (Figura 04):

A zona urbana da cidade de São João do Muquy é a área compreendida dentro da linha traçada, para o lado da zona suburbana, a 50 metros dos seguintes logradouros: ruas Fortunato Fraga, Francisco Rizzo, Francisco Siano, Avenida municipal, rua Vieira Machado, Avenida Jeronymo Monteiro, ruas Cel. Matheus Paiva, dos Operários, Bernardino Monteiro, praça José Assad, ruas Cel. Pedro João, Leonarda Fraga, Francisco Fortunato Luiz Carlos, praça Geraldo Viana, ruas Cel. Marcondes, João Jacinto, Cel. João Lobato, praça Rozário Rizzo, ruas Cel. Joaquim Affonso, Joaquim Fortunato, até fechar o perímetro na linha começada na rua Francisco Fortunato.⁷⁸

⁷² GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Lei nº 826, de 22 de outubro de 1912.** Cria o Município de São João do Muquy, desmembrado do Município de Cachoeiro de Itapemirim. Vitória, 22 de outubro de 1912.

⁷³ GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Lei nº 1385, de 5 de julho de 1923.** Eleva a sede do Município de São João do Muquy à categoria de cidade. Vitória, 5 de julho de 1923.

⁷⁴ GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Decreto-lei Estadual nº 15.177, de 31 de dezembro de 1943.** Altera o nome do distrito e do município de São João do Muquy para Muqui e transfere para o termo e comarca de Mimoso do Sul. Vitória, 31 de dezembro de 1943.

⁷⁵ GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Decreto-lei Estadual nº 9.222 de 31 março de 1938.** Altera a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado do Espírito Santo. Vitória, 31 março de 1938.

⁷⁶ GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Decreto-lei Estadual nº 9.941, de 11 de novembro de 1938.** jurisdiciona-se ao termo e a comarca de Cachoeiro de Itapemirim o município de São João do Muquy. Vitória, 11 de novembro de 1938.

⁷⁷ GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MUQUY. **Decreto Municipal nº 79/38 de julho de 1938.** Delimita o perímetro urbano da cidade de São João de Muquy e da Vila de São Gabriel. São João de Muquy, julho de 1938.

⁷⁸ GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MUQUY, julho de 1938.

Evoluindo administrativa e economicamente, a cidade de Muqui vai consolidando sua malha urbana através da renovação das edificações construídas no final do século XIX e primeira década do século XX, e no adensamento de sua região central através do reparcelamento do solo urbano. Da cidade do século XIX, com exceção do traçado urbano, quase nada restou, a maior parte das construções remanescentes estão localizadas nas fazendas no interior do município, processo que de forma semelhante também aconteceu nos municípios do entrono como é o caso de Mimoso do Sul, Cachoeiro de Itapemirim, Atílio Vivacqua, Castelo, Guaçuí e Alegre.

Após a crise de 1929 a cidade entra em decadência econômica e só vai se recuperar já no final da década de 1940, período em que novamente lotes urbanos são reparcelados e edificações “velhas” são modernizadas ganhando características da época. Nesse período, a cidade passa novamente por outro surto industrial também provocado pelo capital excedente gerado pela cultura cafeeira. Em 1949 é inaugurada uma fábrica de aguardente de propriedade de Felipe Marques⁷⁹ e também a Usina de Despulpamento de Café Fazendas Reunidas João Vieira da Fraga S.A.,⁸⁰ em 1953 a Fábrica de Porcelana,⁸¹ em 1954 a Fábrica de Linguça Muqui de propriedade de Egydio Berilli, em 1962 a Fábrica de Farinha “Áurea”, em 1969 a Fábrica de Macarrão “Massas Muqui S/A” pertencente a Mendonça & Filhos e em 1970 a Serraria de Mármore de Muqui de propriedade da empresa A. Rodrigues de Souza e Cia.⁸²

Nesse período a cidade também recebe maior infraestrutura e equipamentos como o posto telefônico⁸³, embelezamento e alameda das avenidas Getúlio Vargas e Vieira Machado,⁸⁴ além da nova iluminação da Avenida Avides Fraga.⁸⁵ Em 1953 é

⁷⁹ FELIPE MARQUES. **O Município**. Muqui, ano 2, n. 87, 20 nov. 1949, p. 4.

⁸⁰ USINA DE DESPOLPAMENTO. **O Município**. Muqui, ano 2, n. 66, 24 jun. 1949, p. 2.

⁸¹ FÁBRICA DE PORCELANA DE MUQUY. **O Município**. Muqui, ano 6, n. 252, 27 set. 1953, p. 5.

⁸² RAMBALDUCCI, Ney Costa. **Muqui Passado de Glória Futuro de Esperança**. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda., 1991, p. 83-96.

⁸³ A INAUGURAÇÃO DO NOSSO TELEFONE. **O Município**. Muqui, ano 2, n. 56, 17 abr. 1949, p. 4.

⁸⁴ PROGRAMA DAS FESTIVIDADES HOJE, DIA 24 DO DIA DO GLORIOSO SÃO JOÃO BATISTA. **O Município**. Muqui, ano 2, n. 66, 24 jun. 1949, (suplemento) p. 1.

⁸⁵ ILUMINAÇÃO DA AVENIDA AVIDES FRAGA. **O Município**. Muqui, ano 2, n. 71, 31 jul. 1949, p. 4.

inaugurado o Hospital Infantil⁸⁶ e a nova rede de abastecimento de água no bairro Boa Esperança.⁸⁷ No mesmo ano é inaugurado o Banco de Crédito Agrícola.⁸⁸

No ano de 1943 o Governo do Estado, através do Departamento Estadual de Estatística, realizou o Levantamento Sócio-Econômico dos Municípios do Espírito Santo, de onde pudemos traçar um perfil da economia e da conformação urbana que a cidade tinha na época o que demonstra seu grande crescimento econômico e sua importância no contexto estadual.

Nesse ano, o município contava com diversos estabelecimentos de indústria agrícola como, por exemplo, trinta máquinas de beneficiar café, sete de arroz, duas fábricas de aguardente e três fábricas de queijo. Outras importantes indústrias também estavam instaladas como uma olaria, uma torrefação de café, uma fábrica de móveis e uma fábrica de sabão. Além delas, existiam na cidade três firmas comerciais importadoras e outras três exportadoras. Podemos destacar ainda a existência de dois importantes hotéis, Central e Brasil, um museu história natural, três bibliotecas, e o Cine Teatro Muqui com 416 lugares.⁸⁹

Nessa época outros produtos agrícolas, além do café, passam a ter grande importância para a economia local como: o milho, o arroz, a cana de açúcar, o feijão, a batata doce, o algodão, o fumo e a mandioca.⁹⁰

O levantamento destaca que a cidade era composta por vinte e nove logradouros públicos sendo duas avenidas, vinte e uma ruas, uma ladeira e cinco praças, desses, onze estavam pavimentados com paralelepípedos, todos já possuíam iluminação pública, vinte e sete já eram servidos com água canalizada e com coleta de esgotos domiciliares e vinte e cinco com rede de águas pluviais.⁹¹

⁸⁶ DIA DE MUQUI. **O Município**. Muqui, ano 4, n. 229, 24 jun. 1953, p. 4.

⁸⁷ NOVA REDE DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA PARA MUQUI. **O Município**. Muqui, ano 4, n. 229, 24 jun. 1953, p. 4.

⁸⁸ INAUGURAÇÃO DA AGÊNCIA DO BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA. **O Município**. Muqui, ano 4, n. 217, 4 mar. 1953, p. 1.

⁸⁹ DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO ESPÍRITO SANTO, 1945, p. 66 e 69.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 63-4.

⁹¹ *Ibidem*, p. 68.

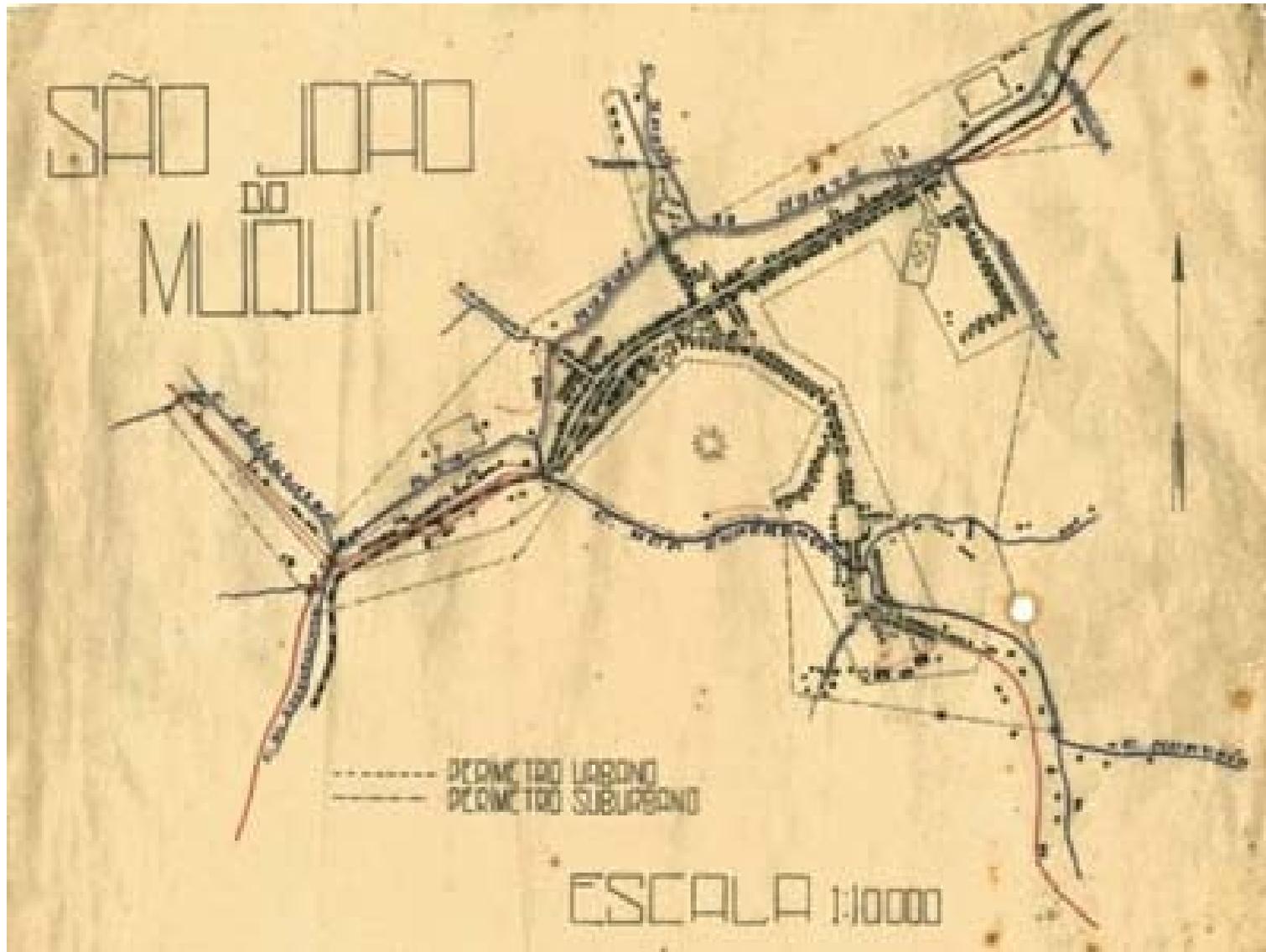


Figura 04: Mapa da cidade de Muqui na década de 1940.
Fonte: http://www.camaramuqui.es.gov.br/museu_virtual.asp

Existiam na cidade trezentas edificações exclusivamente residenciais, sendo duzentas e oitenta e nove de um pavimento e treze assobradados, cento e três de uso misto (residencial e comercial), sendo quarenta e nove térreos e cinquenta e quatro sobrados, e destinados a outros fins eram trinta e sete imóveis térreos e quatro sobrados. A Figura 4 e as Fotos 8 e 9 podem ilustrar conformação urbana da cidade nessa época.⁹²

A partir do final da década de 1960, com os efeitos do Plano Nacional de Erradicação dos Cafeeiros Improdutivos, a cidade entra novamente em declínio econômico e, somente a partir do final dos anos 1990, é que outro surto de desenvolvimento, desta vez alavancado pela agricultura⁹³, pelo comércio e pelo turismo⁹⁴, irá se consolidar. São os recursos financeiros gerados a partir do novo incremento da economia que ao mesmo tempo viabilizam a preservação do patrimônio edificado e patrocinam o crescimento desordenado da cidade e a consequente descaracterização de muitas edificações históricas ainda remanescentes.

Estudar a arquitetura legada à cidade de Muqui pela economia do café certamente será uma boa contribuição para o melhor conhecimento e futura preservação do patrimônio muquiense. O que poderá influir positivamente no último ciclo de desenvolvimento econômico o qual a cidade vem experimentando desde o final da década de 1990.

⁹² DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO ESPÍRITO SANTO, 1945, p. 67.

⁹³ Apesar da agricultura ainda ter como base o café, atualmente a produção encontra-se muito mais diversificada.

⁹⁴ As atividades turísticas estão atreladas ao sítio histórico e ao processo de gestão implantado no município a partir do ano de 1998.



Foto 08: Avenida Vieira Machado década de 1940
Fonte: Acervo Ney Rambalducci

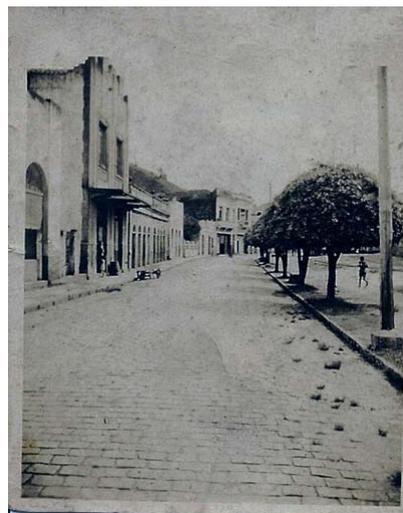


Foto 09: Avenida Vieira Machado década de 1940
Fonte: Acervo Ney Rambalducci

3 EXEMPLARES DA ARQUITETURA DO CICLO CAFEEIRO EM MUQUI

Atrelada ao processo de desenvolvimento econômico regional e nacional através da produção cafeeira e conectada com a capital federal por via ferroviária, a cidade de Muqui e sua arquitetura, sofreram influência direta do principal centro irradiador da cultura nacional, o Rio de Janeiro. Por esse motivo, a arquitetura, guardadas as peculiaridades locais, seguiu os padrões construtivos, tecnológicos e tipológicos vigentes na época.

Para a melhor compreensão de nosso objeto de estudo, dividimos a produção arquitetônica do município de Muqui em quatro períodos baseados em fatos da história nacional e internacional que tiveram reflexo direto no desenvolvimento urbano local. Além disso, para que possamos melhor analisar as edificações remanescentes que serão objeto de nosso estudo, buscaremos estabelecer através da história, um conceito de tipo/tipologia, bem como uma metodologia adequada à análise de nosso objeto.

3.1 PANORAMA DA PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA EM MUQUI ENTRE OS ANOS 1918 E 1970

Embora o município possua significativas construções rurais, definimos como recorte para o estudo um grupo de edificações da zona urbana divididas em dois períodos distintos, por serem essas fruto do efeito direto do auge do ciclo econômico, por possuírem um maior apuro técnico, e também, por serem melhor documentadas. A escolha das edificações partiu da experiência de doze anos de trabalho na gestão do patrimônio arquitetônico e urbano de Muqui, onde fomos responsáveis pelos estudos que subsidiaram o tombamento municipal.

Tanto as variantes das plantas como as técnicas construtivas e os materiais de construção empregados poderão servir para comprovar a sistemática aplicação de uma ideia preliminar, partindo das necessidades da época, com pequenas

diferenças de ordem construtiva e de aplicação de novos materiais que foram surgindo ao longo dos anos.

A arquitetura produzida em Muqui, guardadas as devidas proporções, em função da distância dos centros de produção econômica e de conhecimento, demonstra claramente todo esse período de transição. Comprovaremos esta hipótese através de levantamentos arquitetônicos e de fotografias de materiais e técnicas construtivas empregadas nas edificações dos períodos investigados.

3.1.1 O processo de evolução urbana das cidades brasileiras e seu reflexo em Muqui

Reis Filho,⁹⁵ ao estudar a arquitetura brasileira, conclui que para compreendê-la, é necessário entender a estrutura urbana gerada a partir dela, uma vez que os lotes urbanos, na grande maioria das vezes, correspondem ao tipo de construção que irão receber, sendo que a arquitetura é mais suscetível às modificações econômico-sociais do que o lote urbano. A arquitetura também é condicionada pelo meio sócio-cultural através do qual é constituída, incluindo aí o estágio tecnológico da sociedade que a constrói.

As vilas e cidades do período colonial apresentavam um aspecto bem uniforme com edificações térreas e sobrados construídos no alinhamento das ruas sobre os limites dos lotes, com exceção de edifícios excepcionais que tinham uso normalmente religioso ou institucional.

No início do século XIX, com a vinda da Corte portuguesa, da Missão Cultural Francesa e com a fundação da Academia de Belas Artes, a arquitetura vai sofrendo discretas mudanças, que se aceleram a partir da criação da Escola Central e da Politécnica, a partir daí, tecnologias, usos e costumes mais refinados foram difundidos pelo país principalmente através do Rio de Janeiro. Tudo isso propiciou algumas mudanças na casa, que passa a ser construída sobre porão alto, que, de

⁹⁵ REIS FILHO, 1978, p. 16-7.

acordo com Reis Filho,⁹⁶ representava uma transição entre os antigos sobrados e as casas térreas. Apesar disso, as relações entre a habitação e o lote urbano continuavam as mesmas. A abertura dos portos e a conseqüente importação de alguns equipamentos industrializados contribuiu para a alteração da aparência das construções, embora suas técnicas construtivas pouco tivessem se alterado. Por exemplo, a utilização de calhas permitiu que os edifícios perdessem os beirais para ganhar platibandas; e os vidros passaram a substituir as bandeiras fechadas com madeira das portas e janelas.

Foi somente com a decadência do trabalho escravo e a intensificação da imigração européia na segunda metade do século XIX, que as técnicas construtivas foram aperfeiçoadas.⁹⁷ Nesse período, as residências foram dotadas de instalações hidráulicas e elétricas, o que possibilitou o surgimento de novos esquemas de implantação urbana uma vez que essas instalações reduziram significativamente a necessidade do trabalho braçal. As construções eram libertadas dos limites laterais dos lotes, conservando-se, no entanto, no alinhamento da via pública. A parte frontal da casa era destinada para os cômodos de uso social, ao centro dispunham-se os quartos, organizados ao longo de um corredor e nos fundos a zona de serviços. Nas periferias das cidades, surgiram as chácaras, construções com características bem urbanas. O deslocamento da construção dos limites dos lotes foi, na realidade, a tentativa de incorporação do exterior ao espaço interno da arquitetura. Esse período, de acordo com Reis Filho,⁹⁸ se estende até 1914, início da primeira grande guerra.

Nas duas primeiras décadas do século XX, apesar do fim do trabalho escravo, a sociedade brasileira ainda mantinha seus compromissos com o passado recente, por isso as construções ainda estavam rigidamente ligadas aos esquemas coloniais. No entanto, algumas inovações como as casas comerciais, as vilas operárias e o surgimento de jardins nas casas residenciais, são visíveis. Apesar disso, essa arquitetura não trouxe muitas transformações no que diz respeito a implantação, sendo que sua maior qualidade está nas soluções plásticas e no aperfeiçoamento

⁹⁶ REIS FILHO, 1978, p. 34-40.

⁹⁷ Em Muqui, no início do século XX os principais artistas e construtores radicados na cidade são de origem ou descendência estrangeira, dentre eles podemos destacar: Francisco Fittipaldi que construiu a Câmara Municipal em 1913, Antônio Monti, pintor, decorador e projetista de diversas casas, Wladimir Bagdanoff, projetista e construtor da segunda capela em 1936, dentre outros.

⁹⁸ REIS FILHO, 1978, p. 50.

dos sistemas construtivos. Podemos considerar como grande marco dessa época a exposição de 1908 no Rio de Janeiro, que marca definitivamente o triunfo do ecletismo.

A intensificação do desenvolvimento industrial do país entre os anos 1920 e 1940 possibilita as primeiras transformações tecnológicas de importância, no entanto, nos lotes urbanos herdados do século XIX é que eram construídos os modernos e monumentais edifícios de concreto, não considerando novos aspectos urbanos gerados pela nova escala dos edifícios e pelo consequente adensamento das cidades. Outro aspecto que é destacado por Reis Filho⁹⁹ é que “*as residências de menor porte são resolvidas como miniaturas de palacetes*” e mesmo as residências “modernas” mantêm os padrões de implantação tradicionais, que são de certa maneira compensados pelas soluções racionalistas.

Transformações sociais profundas aliadas ao grande avanço tecnológico permitem a consolidação do movimento moderno, iniciado em nosso país a partir dos manifestos da Semana de Arte Moderna de 1922, e que teve como grande marco a construção do edifício do Ministério da Educação e Saúde em 1936, no Rio de Janeiro. Essa nova arquitetura propõe outra estrutura urbana, ou mesmo diferentes modelos de ocupação das estruturas urbanas das antigas cidades.

Em Muqui, esse mesmo fenômeno pode ser observado claramente. A cidade, como muitas outras da região, surgiu no entroncamento de um caminho que ligava duas grandes fazendas de café da região, as fazendas Boa Esperança e Entre Morros, ambas edificadas em meados do século XIX. A partir da consolidação de diversas outras na região e da necessidade de transportar a produção cafeeira até o “Porto do Cachoeiro”, verificou-se o surgimento de uma pequena “venda” na Fazenda Boa Esperança¹⁰⁰ e com seu desenvolvimento surgiu no entorno de uma capela, edificada em 1895,¹⁰¹ um pequeno aglomerado de casas residenciais e comerciais.

⁹⁹ REIS FILHO, 1978, p. 65.

¹⁰⁰ MENDONÇA, 1989, p. 33.

¹⁰¹ O livro de aforamentos pertencente à Matriz São João Batista é datado de 1901 e, nesse ano constam mais de 100 edificações ou lotes registrados.

De acordo com o Livro de Aforamentos da Matriz São João Batista, no ano de 1901, já existiam no entorno da capela mais de 100 lotes que em grande parte já encontravam-se ocupados. Até esse período a malha urbana estava consolidada na via de ligação entre as fazendas Boa Esperança e Entre Morros, contornando o “Morro da Igreja”.

A partir do ano de 1902, com a inauguração da estação ferroviária, a cidade passa a ter ligação direta com a capital federal, Rio de Janeiro, o que propicia a circulação de mercadorias, informações, materiais de construção e, principalmente, de mão de obra. Nesse período a malha urbana é estendida de forma linear acompanhando a linha férrea, respeitando de um lado o limite dos morros São Pedro e San Domingos e de outro lado a calha do Rio Muqui.

A cidade surge, portanto, no entroncamento dos caminhos das tropas provenientes a oeste e ao norte das fazendas existentes no Município de São Pedro de Alcântara do Itabapoana (atualmente Mimoso do Sul) e ao sul das fazendas existentes na Serra da Morubia. Num segundo momento, respeitando os limites impostos pela topografia local, segue o eixo da ferrovia em direção à Cachoeiro de Itapemirim.

Foi na estrutura urbana herdada do último quartel do século XIX que a vila cresceu e se consolidou. Com o vertiginoso crescimento econômico da cidade, principalmente nas três primeiras décadas do século XX, a arquitetura do século anterior foi sendo aos poucos substituída e/ou reformada adequando-se ao gosto da época. Esse fenômeno também se repete nas décadas de 1950 e de 1960, período de grande pujança econômica proporcionada pelos altos preços do café no mercado internacional. Por esse motivo, a cidade ainda preserva significativos exemplares de edificações dessa época de pujança, as quais iremos estudar.

A consolidação da malha urbana de Muqui nos quatro períodos de desenvolvimento da cidade pode ser observado no mapa que segue:

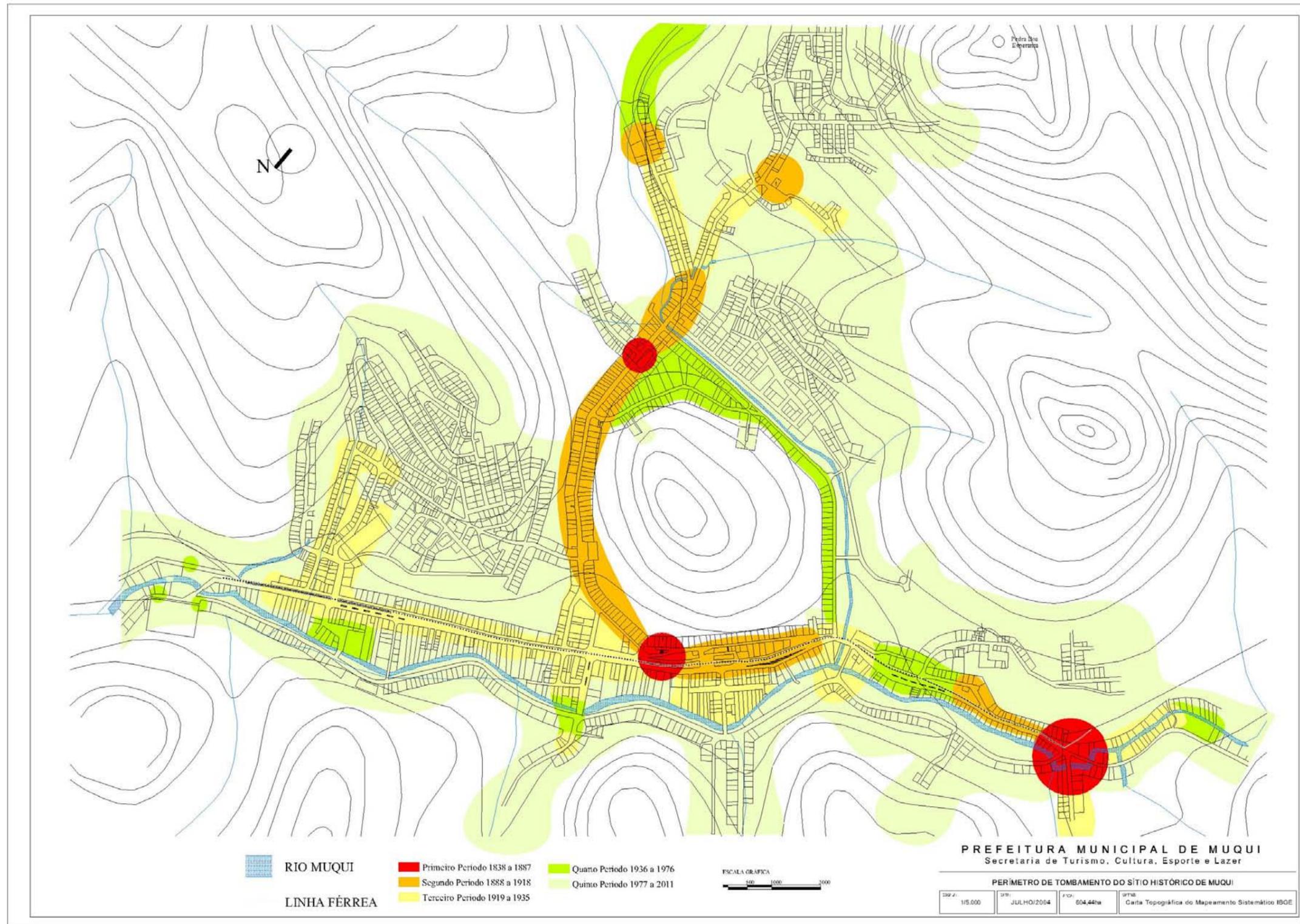


Figura 5: Mapa da evolução urbana da cidade de Muqui 1838 - 2011

3.1.2 Do historicismo ao modernismo os reflexos na arquitetura produzida em Muqui

Colquhoun destaca que existem nos dicionários gerais três interpretações para a palavra historicismo: “(1) a teoria de que todo fenômeno sociocultural é historicamente determinado e de que todas as verdades são relativas; (2) uma preocupação com as instituições e tradições do passado; (3) o uso de formas históricas”.¹⁰² Dessa maneira, a mesma palavra seria aplicada a três conceitos completamente diferentes, não podendo-se garantir que tenham algo em comum: uma teoria histórica, uma atitude e uma prática artística. No entanto, o autor destaca que a consciência da passagem do tempo histórico, juntamente com a influência dos estilos antigos que geraram um forte apego ao passado, seria algo comum entre as três interpretações.

Em contraponto ao historicismo, o modernismo propõe o esquecimento da história não levando em consideração o empréstimo cultural, não percebendo que nunca existiu cultura totalmente pura; e também tem a tendência a suprimir a importância para o desenvolvimento cultural de normas e tipos. Confundia na verdade “a maneira pela qual as culturas podiam ser estudadas e a maneira pela qual as culturas de fato operam”, uma vez que “a arquitetura é uma forma de conhecimento pela experiência.”¹⁰³

A singularidade de nossa cultura, que é produto de nosso desenvolvimento histórico, deve ser conciliada com o palpável fato de que ela opera dentro de um contexto histórico e que contém em si mesma sua própria memória histórica.¹⁰⁴

Não é possível conceber uma cultura que deliberadamente ignore sua história social, e talvez seja esse o grande ponto fraco do modernismo que ao ignorá-la, não leva em consideração que as culturas, por mais primitivas que sejam, fundamentam-se sobre princípios de outras preexistentes num visível processo de acumulação, portanto, nenhuma cultura poderia ser considerada totalmente pura. Além disso, a singularidade de uma cultura deve-se a seu desenvolvimento histórico, sendo que a

¹⁰² COLQUHOUN, Alan. **Modernidade e Tradição Clássica**: ensaios sobre arquitetura 1980-87. São Paulo: Cosac & Naif, 2004. p. 23.

¹⁰³ Ibidem, p. 35.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 35.

arquitetura é desenvolvida através de experiências preexistentes. Apesar disso, *“ainda não foi provado: que qualquer sistema histórico é uma unidade orgânica que leva, fatalmente, ao progresso da humanidade.”*¹⁰⁵

Um dos principais propósitos do funcionalismo, defendido pela arquitetura moderna, era eliminar as formas preexistentes, que eram fundamentadas na repetição, muitas vezes gratuita, de elementos compositivos das arquiteturas antigas. Agora, o significado do edifício deveria ser expresso por seu conteúdo, não apenas por sua forma.

Os elementos necessários à realização de uma função de um edifício unem-se em uma criação espacial que pode tornar-se, para nós, uma experiência espacial. A ordenação do espaço, nesse caso, não é mais do que a união mais econômica de métodos de planejamento com as necessidades humanas. O programa atual desempenha um importante papel nessa ordenação, mas não determina imediatamente o tipo de espaço criado.¹⁰⁶

Na origem do termo, “composição” significa a disposição de elementos formando uma linguagem de acordo com regras predeterminadas, com o objetivo de formar um todo. Viollet-le-Duc defende que a forma da arquitetura deve ser resultado da composição consciente do artista.

A produção da arquitetura depende fundamentalmente de critérios construtivos objetivos e racionais, uma vez que ela destina-se a um fim específico, portanto, a ideia de racionalidade está intrinsecamente ligada à constituição da arquitetura, o que não elimina a engenhosidade de seu produtor: o arquiteto. Ao longo da história, a ideia de racionalidade na arquitetura não permanece estática, uma vez que depende fundamentalmente de ideologias, aspectos econômicos e filosóficos. Para Aristóteles *“a arte ou completa o processo que a natureza é incapaz de realizar por inteiro, ou imita a natureza.”*¹⁰⁷

Para a vanguarda dos anos 1920 o racionalismo era visto de forma dogmática, quase religiosa: era necessário a seus adeptos uma conversão aos novos valores, já nas três décadas posteriores, inicia-se um claro processo de “liberalização dogmática”, que vai resultar, em meados da década de 1960, numa forte reação aos

¹⁰⁵ COLQUHOUN, 2004, p. 37.

¹⁰⁶ MONOLY-NAGY, 1929, apud COLQUHOUN, 2004, p. 51.

¹⁰⁷ ARISTÓTELES, 1990a, apud COLQUHOUN, 2004, p. 69.

antigos conceitos culminando no pensamento de que o “novo” funcionalismo devesse ter uma vinculação à realidade sociocultural. Obviamente a arquitetura produzida nesse período reflete esse pensamento.

Apesar da distância dos centros de decisão econômica e de produção intelectual, a arquitetura edificada em localidades do interior do Brasil como Muqui, também refletiu as mudanças da época, é claro que com certo distanciamento temporal e utilizando-se de interpretações vernaculares. Foi o processo de decadência econômica que propiciou, também como em muitas outras localidades brasileiras, a preservação de um significativo acervo edificado.

A produção da arquitetura do município de Muqui pode ser dividida em quatro períodos distintos. O **primeiro** é o **período pré urbano** quando foi iniciada a ocupação da região com o estabelecimento de fazendeiros provenientes do vale do Paraíba carioca e de Minas Gerais a partir do fenômeno chamado refluxo das bandeiras¹⁰⁸. Esse fenômeno ocorreu a partir do segundo quartel do século XIX quando a região de Muqui, até então município de Cachoeiro de Itapemirim recebe os primeiros migrantes no ano de 1838 no vale do rio Sumidouro. São dessa época as grandes fazendas escravocratas; dentre elas podemos destacar a Fazenda Entre Morros (Foto 01) e a Fazenda Santa Rita (Foto 02).

Após a ocupação rural da região, inicia-se, no último quartel do século XIX, a consolidação de um pequeno núcleo urbano, localizado na confluência das fazendas Entre Morros e Boa Esperança, cruzamento dos caminhos que levavam ao Porto do Cachoeiro, local onde a produção agrícola era exportada. A partir do ano de 1888 com a doação de terras por fazendeiros locais para a construção de uma capela que seria dedicada à São João Batista, que só foi concretizada em 1895, esse núcleo ganha novo impulso chegando, em 1890, a possuir 25 casas (entre residências e pontos comerciais). Esse **segundo período** dura até a aproximadamente 1918 com a recuperação dos preços do café. É nessa época que a cidade é cortada pela Ferrovia Leopoldina o que irá influenciar definitivamente no traçado urbano e em seu desenvolvimento.

¹⁰⁸ Deslocamento populacional de Minas Gerais para outras regiões do Brasil ocorrido com a queda da produção aurífera, em especial para os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

O **terceiro período** inicia-se a partir de 1919 com a recuperação dos preços do café em função do final da Primeira Guerra Mundial até a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, que em Muqui começou efetivamente a ser sentida nos seis anos seguintes. E o **quarto período** que tem início em 1936 com a falência de boa parte dos fazendeiros da região¹⁰⁹ que são obrigados a vender suas propriedades (fazenda e casa urbana). Dessa época até o final da década de 1940, a cidade fica estagnada economicamente, e por isso, não são verificadas novas construções, que só irão começar novamente a partir da década de 1950, época de alta nos preços do café e também da boa administração municipal do prefeito Dirceu Cardoso. É nesse momento que ocorre um grande crescimento urbano além de significativa renovação do estoque imobiliário, adequando as “velhas” construções ao novo gosto da época, uma vez que a cidade precisava crescer e se modernizar.

Cada um desses períodos produziu um tipo de arquitetura com características distintas que descreveremos a seguir, no entanto, nossa discussão será mais aprofundada nos dois últimos períodos, uma vez que deles restaram uma quantidade maior de exemplares, o que nos permitiu a realização de levantamentos históricos/cadastrais, que irão subsidiar nossa discussão.

É importante ressaltar que nossas observações partem do conhecimento empírico das duzentas e setenta e duas edificações remanescentes no centro histórico e das mais de trinta remanescentes na zona rural do município, bem como no levantamento histórico/cadastral de trinta e cinco imóveis urbanos dos dois últimos períodos de desenvolvimento estudados, o que só foi possível por trabalharmos a muitos anos na gestão do sítio histórico.

¹⁰⁹ Muitos dos fazendeiros que faliram mudaram-se com suas famílias inteiras para o Rio de Janeiro ou Vitória em busca de trabalho.

Primeiro Período: 1838 - 1887¹¹⁰

Podemos considerar este período como pré-urbano por tratar-se da época de ocupação da região, no entanto, no final desse período um pequeno arraial já é estabelecido no local onde viria a ser a cidade de Muqui. As referências históricas a respeito desse período são escassas, no entanto, os historiadores Rambalducci¹¹¹ e Mendonça¹¹² citam o estabelecimento de uma pequena venda entre 1877 e 1887 como marco inicial do arraial, junto á venda estabeleceram-se na cidade outros comerciantes como Joaquim José Pereira Bastos, Francisco Rizzo e Francisco Siano e já em 1883 foi inaugurada a primeira escola do arraial.¹¹³ Das edificações desse período do arraial não encontramos referências seguras.

A arquitetura desse período é essencialmente rural, abrangendo as sedes de fazendas e suas construções laborais. Trata-se de uma arquitetura basicamente utilitária, muitas vezes rudimentar, sendo edificada utilizando-se a mão de obra escrava.

Normalmente, por uma questão de segurança, a casa de porão alto, era implantada em um altiplano que permitia o controle de toda a produção da fazenda. As senzalas e os terreiros de lavagem e de secagem do café, além das tulhas, ficavam “sob os olhos” atentos do senhor. Talvez por influência dos mineiros, a frente da casa era assobradada e os fundos não. O corpo principal da casa normalmente era retangular com um pequeno “puxado” ao nível do solo onde funcionavam as dependências de serviço como, por exemplo, a cozinha. Os telhados, normalmente de duas ou quatro águas com telha tipo capa e canal eram a regra. Esquemas mais complexos de telhados só começam a surgir mais tarde com o “crescimento” da casa sede. Portas e janelas de vergas retas executadas com madeira lavrada eram distribuídas nas fachadas de forma cadenciada e simétrica. Nas fachadas das grandes fazendas da

¹¹⁰ É importante ressaltar que as datas estabelecidas não são exatas e sim aproximadas, uma vez que utilizamos fatos vinculados à história local para nelas nos nortearmos: 1838 – ano da chegada dos primeiros fazendeiros à região no Vale do Rio Sumidouro; 1887 – ano em que o terreno onde seria construída a primeira capela, que só foi definitivamente erigida em 1895, foi doado pelo fazendeiro João Pedro Vieira Machado, proprietário da Fazenda Entre Morros que juntamente com Manoel Jacinto da Silva, proprietário da Fazenda Boa Esperança, doaram a área que passou a fazer parte do patrimônio da igreja, onde, aos poucos, foi sendo construída a cidade.

¹¹¹ RAMBALDUCCI, 1991, p. 20.

¹¹² MENDONÇA, 1989, p. 33.

¹¹³ DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO ESPÍRITO SANTO, 1945, p. 59.

região dos municípios do entorno de Muqui podemos notar uma certa proximidade com o classicismo, como é o caso da Fazenda Independência em Mimoso do Sul, no entanto o território de Muqui é marcado por propriedades de pequeno e médio portes.

Internamente a sala de jantar e de receber são os maiores e mais importantes cômodos e que recebem um tratamento melhor, sendo que seu mobiliário conta com sofisticados aparadores e mesas de grandes dimensões, algumas com até vinte lugares (Foto 10). Nesses cômodos são também utilizados acabamentos internos como forros do tipo saia e camisa, que nas fazendas mais abastadas ganham desenhos um pouco mais sofisticados (Foto 11), e pinturas decorativas e/ou artísticas nas alvenarias. Outro elemento de destaque é a escadaria que liga ao pavimento superior que, quando interna, é de madeira e quando externa de pedra lavrada. Os demais cômodos como os quartos e as dependências de serviço são de extrema simplicidade, inclusive no mobiliário utilizado. Os quartos estão sempre dispostos nas extremidades das salas.



Foto 10: Sala de jantar da Fazenda Santa Rita
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 11: Forro da sala de estar da Fazenda Santa Rita
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010

No entorno da casa sede encontravam-se as construções laborais como o terreiro de secagem do café (Foto 12), e o local de sua lavagem (Foto 13), alguns deles compostos por um engenhoso e complexo sistema de captação de água que em alguns casos eram executados a partir de projetos técnicos. Além disso, as

senzalas, os paióis (Foto 14) e as tulhas também localizavam-se no entorno da construção principal e, bem próximo à cozinha, o forno (Foto 15) também era comum.

Normalmente as construções eram edificadas sobre embasamento de pedra bruta com estrutura autônoma de madeira lavrada. As paredes internas eram erguidas utilizando-se taipa de mão e as externas, pelo menos nas sedes mais abastadas, eram de tijolo maciço cozido. Na estrutura dos telhados era utilizado madeira lavrada nas peças principais como cumeeiras, linhas, pontaletes e pernas. Nos caibros e ripas eram utilizadas madeiras roliças ou cipós (no caso de construções mais simples). As esquadrias de verga reta, ou em poucos casos em arco abatido, normalmente possuíam externamente caixilhos de vidro do tipo guilhotina e internamente duas folhas de abrir de madeira. Algumas fazendas mais novas ou posteriormente reformadas incorporaram venezianas em suas esquadrias. Os pisos eram feitos de grandes peças de madeira, algumas com mais de quarenta centímetros de largura fixadas sobre barrotes de grandes dimensões, alguns com trinta a quarenta centímetros de espessura.



Foto 12: Terreiro de café de tijolo queimado da Fazenda Santa Rita
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 13: Sistema de captação de água para a lavagem do café - Fazenda Santa Rita
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 14: Paol da Fazenda Santa Rita
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 15: Forno da Fazenda Santa Rita
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010

Segundo Período: 1888 a 1918¹¹⁴

Trata-se do período de consolidação da malha urbana da cidade que inicia-se a partir da confluência de duas grandes fazendas da região Entre Morros (Foto 01) e Boa Esperança, tendo definitivamente se consolidado a partir do traçado da ferrovia que chega à cidade em 1901, sendo a estação ferroviária inaugurada no ano seguinte.

Dos edifícios desse período quase nada restou, apenas umas poucas construções além de alguns indícios de edificações que foram reformadas e ampliadas no período posterior, portanto, essa análise só pode ser feita a partir de fotografias antigas da cidade e de prospecções arquitetônicas, o que não é o caso. O que podemos afirmar é que, com a chegada dos imigrantes as construções ganharam um maior refinamento. Além de tudo isso, o contato direto com a capital federal, Rio de Janeiro, por via ferroviária possibilitou um maior acesso às informações e a moda da época, inclusive no que diz respeito aos novos edifícios.

Todas as construções urbanas da época, salvo raríssimas exceções como, por exemplo, a Villa Rambalducci (Fotos 16,17 e 18), transformada posteriormente em Palacete, eram edificadas sobre o alinhamento das vias públicas, com pequenos afastamentos laterais e sobre porões de aproximadamente um metro de altura, que

¹¹⁴ 1918: ano do final da Primeira Guerra Mundial, quando os preços do café começam a subir novamente no mercado internacional o que beneficia a região, por ser este o principal produto da economia local.

posteriormente, com o calçamento das ruas, quase desaparecem. As aberturas possuem vergas normalmente retas com bandeiras fixas e duas folhas de madeira maciça (Fotos 19 e 20). Os cômodos mais nobres como as salas localizam-se na parte frontal do lote, os quartos na zona intermediária da construção e os cômodos de serviços como a cozinha e agora os banheiros, nos fundos da construção. Boa parte dessas edificações possuía uso misto: comercial na frente e residencial nos fundos, sendo o acesso à residência normalmente por uma abertura no ponto comercial e também por um acesso lateral. Nesse período começam a surgir os primeiros sobrados que incorporam o ponto comercial no pavimento térreo e a residência no superior.



Foto 16: Palacete Rambalducci antes da reforma de 1926.

Fonte: HAUTEQUESTT FILHO, 2004



Foto 17: Palacete Rambalducci reformado no ano de 1926.

Fonte: <http://www.camaramuqui.es.gov.br/> acesso em 2 de agosto de 2009.



Foto 18: Palacete Rambalducci.

Autor: Genildo C. H. Filho, 2008

Legislações vigentes na época podem ilustrar como era a fisionomia da cidade, como por exemplo, a Lei nº 6 de vinte e sete de junho de 1892 que estabelece o Código de Posturas do Município de Itapemirim, na época o mais importante da região:

Artigo 1 – Os edificios que se construir no perimetro da villa serão regulados pelos planos de alinhamento, nivelamento, regras de architectura e de hygiene adoptados pelo governo municipal.

[...]

Artigo 4 – As casas terão de altura 4m,22 e as portas da frente 2m,22 de altura sobre 1m,22 de largura [...] Não ficam compreendidos nesta disposicao os edificios publicos, palacetes e igrejas em cuja construcção poderá alterar as regras estabelecidas uma vez respeitadas as larguras determinadas para as ruas e praças.

Artigo 5 – Os proprietarios que já tenham edificado ou venham a edificar predios, são obrigados a guarnece-los na frente com uma calçada de 5 palmos.

[...]

Artigo 9 – Dentro do perimetro da villa é prohibido cobrir as casas com palha ou sapê.

Artigo 10 – os proprietarios de terrenos baldios no perimetro da villa serão obrigados a fecha-los com muro, cerca de taboas ou pau a pique.¹¹⁵

Um pouco mais tarde, leis municipais do já município de São João de Muquy vão interferir definitivamente na arquitetura e na ambiência urbana da cidade, a Lei Nº 2 de vinte e seis de dezembro de 1912 determina que,

Todos os proprietários e passeiros da Rua Vieira Machado, ficam obrigados a mandar construir em toda extensão de frente de suas posses, o calçamento (passeio) devendo ser de pedra ou tijolos com cimento na largura de 1,20m [...] as posses não edificadas deverão ser muradas de pedra ou tijolo na altura de 1,80 metros rebocadas e caiadas.¹¹⁶

O Decreto nº 3 de sete de novembro de 1912, que estabelece o Código de Posturas Municipais define em seu artigo 3º que:

§ 6 - Todos os edificios que se construirem ou reconstruírem depois da promulgação do presente codigo são obrigados a ter latrina ou banheiro, e medirão 4 metros de pé direito, se forem terreos e 7 metros se forem sobrados: as portas terão 2 metros e 90 centímetros de altura por um metro de largura.¹¹⁷

O Código da época demonstra mínimas preocupações higiênicas quando proíbe que os proprietários de imóveis despejem os dejetos de suas casas nos rios e córregos da cidade, tornam obrigatórias as janelas nos cômodos destinados a dormitórios, estabelece a coleta diária do lixo doméstico, define a largura mínima das novas ruas a serem abertas na vila em doze metros e também obriga os proprietários de imóveis a caiar suas fachadas anualmente e a pintá-los internamente a cada dois anos.

¹¹⁵ GOVERNO MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM. **Código de Posturas do Governo Municipal de Itapemirim, Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Typ da Papelaria Ribeiro, 1897, p. 3-4.

¹¹⁶ GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE MUQUY. **Lei Nº 2 de 26 de dezembro de 1912**. São João de Muquy, 26 de dezembro de 1912.

¹¹⁷ Idem. **Decreto Municipal nº 3, de 7 de novembro de 1912. Promulga o Código de Posturas Municipaes**. São João do Muquy, 1912.

Outra importante determinação do Código de Posturas e que vai mudar completamente a fisionomia da cidade em poucos anos é que *“As construções e reconstruções de prédios da Villa devem obedecer a um plano mais conveniente ao seu progresso [...] as frentes dos ditos prédios serão de platibandas.”*¹¹⁸



Foto 19: Praças Geraldo Viana e Salim Balmas no início do século XX.
Fonte: Acervo Ney Costa Rambalducci



Foto 20: Rua Vieira Machado no início do século XX.
Fonte: Acervo Ney Costa Rambalducci

Terceiro Período 1919 a 1935¹¹⁹

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, a recuperação dos preços do café no mercado internacional, em função do aumento do consumo, trouxe um grande incremento à economia da cidade, principalmente em função de ser, a comercialização do produto, uma atividade fundamentalmente urbana. Os recursos gerados por essa pujança econômica possibilitaram uma visível renovação de edifícios anteriormente construídos, além de um grande crescimento da cidade. É claro que, como os recursos eram generosos, as construções foram ficando mais requintadas acompanhando a arquitetura que era produzida na capital federal. Nesse período a cidade ganha, principalmente no eixo que acompanha a ferrovia, um conjunto de galpões e lojas comerciais (Foto 21).

¹¹⁸ GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MUQUY. **Decreto Municipal nº 3, de 7 de novembro de 1912. Promulga o Código de Posturas Municipaes.** São João do Muquy, 1912.

¹¹⁹ 1935: Ano em que os jornais da época noticiam a falência de muitos dos grandes proprietários rurais, consequência direta da quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929.



Foto 21: Vista geral da cidade na década de 1940. Em primeiro plano a Rua dos Operários.
Fonte: Acervo Ney Costa Rambalducci

As construções mais características e marcantes na Avenida Vieira Machado passam a ser, além dos galpões comerciais concentrados principalmente no entorno da Praça da Bandeira, os sobrados (Fotos 23, 28 e 29) que mantinham o comércio no térreo e a residência no pavimento superior, sendo que o acesso à residência era feito por uma escadaria lateral, normalmente com piso de mármore de Carrara (Foto 24). Os edifícios eram construídos sob a inspiração do movimento eclético definitivamente consolidado no Brasil a partir da construção da Avenida Central no Rio de Janeiro, obra do prefeito Francisco Pereira Passos, que foi concluída em 1906.

Um dos tipos característicos das edificações das famílias mais abastadas eram os Palacetes que localizam-se em pontos estratégicos da cidade, e de seu interior tem-se uma visão panorâmica das redondezas (Foto 17). A maioria possui generosos afastamentos frontais e laterais, apesar de alguns estarem locados no alinhamento das vias, sendo que o afastamento dos fundos dos lotes normalmente é generoso em todas as tipologias. Outra característica das edificações desse período são as casas residenciais térreas (Foto 22) que via de regra também são edificadas no alinhamento da rua, sob porão alto e afastamentos laterais, sendo que o de um dos lados, por onde se tem o acesso principal da residência, é sempre o mais generoso. Já os sobrados (Foto 23), edificados sob o alinhamento da via e com pequenos afastamentos laterais de pouco mais de um metro, têm seu pavimento térreo utilizado como ponto comercial e o pavimento superior como residência.



Foto 22: Casa Ana Fraga construída em 1918
Fonte: Acervo Secretaria de Turismo de Muqui,
Foto - Humberto Capai.



Foto 23: Casa Tereza Brito construída na década de 1920
Fonte: Acervo Secretaria de Turismo de Muqui,
Foto – Humberto Capai.

Normalmente os cômodos da edificação são organizados por um corredor que parte da ala social da casa, seguindo até a área de serviços onde estão localizados a cozinha, os depósitos (despensas) e a sala de banho, que tem a presença da banheira como uma constante. É comum encontrarmos a cozinha e o banheiro como anexos na parte dos fundos da edificação.



Foto 24: Escadaria de acesso ao Palacete Bigli, antigo Automóvel Clube de Muqui
Autor: Genildo C. H. Filho, 2009



Foto 25: Varanda lateral do Palacete Bigli
Autor: Genildo C. H. Filho, 2009

As edificações são construídas em alvenaria estrutural de tijolos, sobre baldrame de madeira apoiado em alicerce de pedra. Os pisos, tanto do primeiro como do segundo pavimento são sustentados por esteios de madeira, alguns galpões e cômodos comerciais tem o piso cimentado, em ladrilho hidráulico ou em terra batida. Cozinhas

e banheiros são azulejados à meia parede, em tons claros, predominando o branco. Normalmente são arrematados por uma barra (Foto 26) em tons mais fortes (preto, azul e verde), com um friso liso ou decorado com motivos geométricos ou fitomorfos (Foto 27).

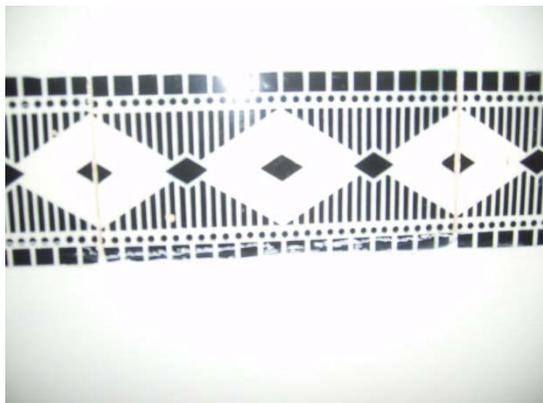


Foto 26: Azulejo Casa Marta Rodrigues
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 27: Azulejo varanda Palacete Bastos
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010

As fachadas, em seu corpo principal, buscam a simetria, principalmente pela composição dos vãos e dos ornamentos, embora eventualmente essa simetria possa ser quebrada por um avarandado lateral, de onde se tem o acesso que conduz à residência (Foto 22). Os ornamentos das fachadas, todas com platibandas, são em sua maioria compostos por elementos fitomorfos, embora os elementos zoomorfos também sejam encontrados.

Sacadas, alpendres e avarandados são elementos característicos dessas edificações, sendo que os parapeitos são muito ornamentados, utilizando-se para isso balaustradas simples ou ornadas com elementos fitomorfos.

As esquadrias são executadas em madeira muito trabalhadas, algumas apresentam vidros coloridos, sendo a presença de venezianas uma constante embora as almofadas também sejam comuns. Além disso, apresentam como característica marcante uma bandeira superior fixa. Quando a edificação possui pontos comerciais ou armazéns de café no primeiro pavimento, a bandeira superior é executada em ferro fundido e as portas que originalmente eram de madeira já foram totalmente substituídas por portas de enrolar de ferro. Portas e janelas possuem duas folhas sendo que suas vergas apresentam as mais variadas formas: retas, em arco pleno,

em arco abatido e ovaladas, embora as retas sejam mais comuns. Portões e grades, quando existentes são em ferro fundido.



Foto 28: Hotel Santa Terezinha
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 29: Casa Ana Maria Brazil Ayub Binoti
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010

Os telhados, normalmente de quatro águas, são em sua maioria escondidos pelas platibandas. A cobertura dos avarandados pode ser feita por uma laje de concreto ou por um telhado aparente, nas casas menos abastadas, sendo que a telha utilizada, via de regra, é a do tipo capa e canal.

Os pisos das áreas íntimas e sociais são em tábua corrida de dez a quinze centímetros dispostas a formarem desenhos geométricos nas edificações mais abastadas. Os pisos da cozinha, da área de serviço e dos banheiros são em ladrilho hidráulico ou cimento queimado e o piso das escadarias pode ser em mármore ou cimento queimado.

Os forros em madeira recebem um tratamento mais cuidadoso nas áreas mais nobres e são simplificados (saia e camisa ou macho e fêmea), nas áreas íntimas. Os respiros do forro que tinham como função a saída do ar quente são comuns, tendo suas aberturas trabalhadas em desenhos bem elaborados.

Algumas edificações possuem as paredes internas das áreas sociais ornamentadas com pinturas em estêncil, que vão de uma simples barra na parte superior até a ornamentação completa de alguns cômodos (Fotos 30 e 31). Alguns avarandados possuem a pintura de paisagens lembrando a Itália ou o Rio de Janeiro de acordo com a origem do morador da casa, sendo que o principal artista que atuou nas décadas de 1920 e 1930, foi o italiano Antônio Monti¹²⁰ (Fotos 32 e 33).



Foto 30: Pinturas da sala principal da Casa Marta Rodrigues – 1932
Autor: Genildo C. H. Filho, 2008



Foto 31: Pinturas da sala principal da Casa Ana Fraga - 1927
Autor: Genildo C. H. Filho, 2008



Foto 32: Varanda lateral da Casa Ana Fraga com pinturas de A. Monti de 1927
Autor: Genildo C. H. Filho, 2009



Foto 33: Varanda lateral da Casa Maria Inês Vilela com pinturas de A. Monti (sem data)
Autor: Genildo C. H. Filho, 2009

¹²⁰ Antônio Monti tinha por hábito datar e assinar suas pinturas, que ainda são encontradas em diversos imóveis da cidade.

Quarto Período 1936 a 1976¹²¹

Com a grande crise gerada pela quebra da bolsa de Nova Iorque, que foi sentida em Muqui nos anos posteriores, a cidade passa por um grande processo de estagnação econômica, sendo o setor imobiliário altamente afetado. Muitos grandes fazendeiros de café falidos com a crise, venderam suas terras e também suas casas da cidade e migraram para o Rio de Janeiro. Nesse momento o município passa por um grande esvaziamento econômico e populacional, no entanto, alguns anos depois com a recuperação dos preços do café no mercado internacional pós Segunda Guerra Mundial, mais uma vez a cidade volta a crescer e a ter suas edificações renovadas. Construções “velhas” são reformadas ganhando novas formas e acabamentos e alguns lotes são reparcelados gerando novas edificações no centro urbano.

As edificações residenciais térreas dessa época normalmente são implantadas no centro do lote com pequenos afastamentos laterais e frontal. Sendo que normalmente o afastamento lateral, do lado onde está localizado o acesso principal da edificação é sempre mais generoso, onde encontramos com frequência um pequeno jardim, já o acesso do lado oposto é mais estreito, servindo como entrada de serviço. O afastamento dos fundos é sempre bem generoso. Os espaços das garagens começam a aparecer com pequena frequência, normalmente no lado do acesso principal que via de regra localiza-se na fachada esquerda. Já os sobrados mantêm a implantação do período anterior, edificados sobre os alinhamentos laterais e frontal dos lotes principalmente porque na Avenida Vieira Machado surgem da renovação de velhos galpões comerciais térreos.

As casas apresentam pequenas inovações em relação a disposição dos cômodos e a suas dimensões, que são reduzidas. A cozinha e o banheiro que frequentemente faziam parte de anexos nos fundos da edificação, já entram definitivamente na estrutura da casa, sendo que o banheiro passa a ter localização desvinculada da cozinha, embora continue próximo a ela.

¹²¹ A década de 1970 foi uma das mais problemáticas para a economia de Muqui. Após a erradicação dos cafeeiros na década anterior (Plano de Erradicação dos Cafeeiros Antieconômicos - 1962-1968), muitos fazendeiros faliram e a cidade passou por um grande esvaziamento econômico e o êxodo rural acentuou-se sobremaneira. Fazendo com que a cidade tivesse sua periferia inchada, embora populacionalmente o município tenha passado de 17 para 13 mil habitantes, conforme censos populacionais da época (HAUTEQUESTT FILHO, 1999, p. 21).

Algumas edificações residenciais térreas ainda são construídas em alvenaria estrutural, sobre baldrame de pedra, possuindo pequenos porões, alguns utilizáveis. A partir da década de 1950 as construções em alvenaria estrutural vão caindo em desuso e a estrutura em concreto armado passa a ser a técnica mais utilizada.

Cozinhas e banheiros são azulejados à meia parede, em tons variados, embora o branco ainda predomine, normalmente são arrematados por uma barra em tons mais fortes (azul, verde, rosa e amarelo), com um friso liso com trabalhos geométricos.

A simetria continua tendo importância na composição das fachadas que começam a ganhar elementos mais geométricos (Fotos 34, 35, 36 e 37) em oposição aos elementos orgânicos do período anterior. Nessa época, o uso do revestimento em pedra, madeira, pequenas pastilhas cerâmicas (Fotos 37, 38, 39 e 41) e também pequenos detalhes em azulejo é muito característico. Os cobogós (Foto 39) também são elementos que começam a surgir nas fachadas. Algumas casas perdem as platibandas deixando o telhado a mostra, outras, no entanto, continuam a utilizar esse elemento.

Esquadrias em madeira trabalhadas, em linhas retas tem o aumento da presença do vidro como principal característica (Foto 37). Nessa época já surgem as esquadrias de ferro que são utilizadas em sua maioria nas aberturas das cozinhas e dos banheiros. As portas internas que no período anterior possuíam duas folhas, passam a ter somente uma. Começam a surgir as janelas de correr sendo que suas vergas passam a ser exclusivamente retas (Foto 37, 38 e 39). Portões e grades, em ferro são encontrados em quase todos os imóveis.

Os telhados passam a apresentar soluções mais complexas, sendo construídos em vários níveis, sendo que a cobertura dos avarandados laterais ou frontais, quando existem, são executados um pouco mais baixo que o telhado do corpo da casa. O uso da telha francesa passa a ser comum.



Foto 34: Prefeitura Municipal de Muqui, década de 1950.
Fonte: Acervo Secretaria de Turismo de Muqui,
Foto - Humberto Capai



Foto 35: Casa Anna Acha Ayub, 1954.
Autor: Genildo C. H. Filho, 2009.

Pisos das áreas íntimas e sociais ganham complexos desenhos geométricos em tacos de tonalidades diferentes (Foto 40). Já os pisos da cozinha, da área de serviço, dos banheiros e das varandas são executados em ladrilho vermelho ou em pequenas pastilhas cerâmicas em formatos sextavados. O piso das escadas que dão acesso à edificação através da varanda é normalmente ladrilho vermelho ou cimento queimado. Os forros em madeira são gradativamente substituídos por lajes em concreto armado. Algumas casas apresentam pequenos detalhes em gesso.



Foto 36: Biblioteca Pública Municipal, década de 1950.
Autor: Genildo C. H. Filho, 2008.



Foto 37: Casa João Nunes, 1954.
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010.



Foto 38: Casa Família Carvalho, 1970.
Autor: Genildo C. H. Filho, 2008.



Foto 39: Jardim de Infância Jurandyr França Martins, década de 1960.
Autor: Genildo C. H. Filho, 2008.

Todas as inquietações e movimentos pelos quais passou a arquitetura no período estudado, podem ser observadas nas construções remanescentes em Muqui. E é exatamente essa diversidade impressa na arquitetura remanescente que dá ao Sítio Histórico uma característica que lhe é peculiar: a de ser, ao contrário de outras cidades históricas brasileiras, uma cidade de arquitetura heterogênea, mas que se manteve harmoniosa.



Foto 40: Piso em mosaico de taco da Biblioteca Pública Municipal, década de 1950.
Autor: Genildo C. H. Filho, 2008.



Foto 41: Acesso principal da Casa da Família Brazil, década de 1970.
Autor: Genildo C. H. Filho, 2008.

3.2 TIPOLOGIAS ARQUITETÔNICAS EM MUQUI

Para que possamos estudar as tipologias da arquitetura remanescente em Muqui, será necessário utilizarmos uma metodologia específica, uma vez que iremos tratar da análise detalhada de oito imóveis que dividimos em quatro tipologias: casas térreas residenciais, casas térreas mistas, sobrados e armazéns. Apesar de nosso estudo ter privilegiado essas tipologias, apenas elas não são suficientes para alcançar todos os remanescentes arquitetônicos existentes na cidade, uma vez que existem também alguns imóveis que poderíamos classificar como religiosos e institucionais. Além disso, se fôssemos estudar os remanescentes rurais, também poderíamos classificá-los em edificações residenciais e edificações laborais.

A escolha dessas quatro tipologias levou em consideração alguns fatores como, por exemplo, a necessidade de estabelecermos um recorte geográfico e temporal que pudesse viabilizar nossa pesquisa, que neste trabalho compreende apenas os imóveis urbanos edificados entre o final da década de 1910 e meados da década de 1970. Nossa escolha também considerou a disponibilidade de fontes de pesquisa e de material iconográfico, que na cidade é muito mais volumoso, além da possibilidade de contarmos com a colaboração da comunidade local através dos membros do Conselho Municipal de Cultura, instituição que fomos responsáveis pela fundação no ano de 1999, e da Prefeitura Municipal.

Todo esse trabalho de pesquisa tem nos possibilitado a descoberta de documentos inéditos que, após analisados e sistematizados, irão contar a história do município sob outro ângulo, revendo inclusive dados como a data de sua fundação, nomes e procedência dos principais construtores, operários e artistas que atuaram na construção da cidade, dentre muitas outras informações.

Durante a pesquisa nos deparamos com diversas dificuldades, algumas delas insuperadas. Após a escolha – com a devida autorização de seus proprietários – dos imóveis que seriam estudados, iniciamos seus levantamentos arquitetônico e histórico. O levantamento histórico invariavelmente iniciou com a entrevista dos atuais proprietários. A partir daí, partimos para a análise de todos os documentos de

família disponíveis como, por exemplo, as escrituras de compra e venda dos imóveis, fotos, dentre outros. Num segundo momento, pesquisamos no Cartório de Registro de Imóveis do município e também nos arquivos da Câmara, da Prefeitura Municipal e da Paróquia São João Batista onde localizamos, dentre outros documentos, o Livro de Aforamentos que acabou sendo um dos principais documentos de toda nossa pesquisa. Paralelo a esses documentos, pesquisamos todos os volumes dos jornais “O Muquyense” de 1913 a 1933 e “O Município” do ano de 1948 a 1983. Com essas pesquisas foi possível descobrir o ano de construção da maior parte dos imóveis, todos os proprietários que por eles passaram, os usos que cada um deles teve e as suas principais alterações físicas.

Através das entrevistas com os atuais proprietários, de anúncios em jornais, de plantas antigas, de livros caixas, dentre outros documentos esparsos, foi possível identificar os principais artistas, construtores, engenheiros e operários que atuaram na cidade durante o período de nosso estudo. Em alguns dos imóveis trabalhados foi possível identificar os profissionais envolvidos em sua construção, o que acabou gerando uma certa dificuldade, pois nosso estudo não abrange apenas a obra de um arquiteto ou construtor, mais sim de um conjunto de construtores, artistas e operários que atuaram na cidade de Muqui entre as décadas de 1910 e 1970.

3.2.1 Abordagem Conceitual

A maioria das publicações dos últimos anos atribuírem a Quatremère de Quincy o conceito de *tipo*, principalmente por sua afirmação de que “[...] a arte de construir corretamente nasceu de um germe preexistente. Para tudo é necessário um antecedente; nada, em qualquer gênero, provém do nada”.¹²² Entretanto, Vidler cita a definição dada pelo dicionário da *Académie Française* em 1773: “as ideias de Deus são os tipos de todas as coisas criadas”.¹²³ Para o autor é a natureza que nos oferece o sítio e os materiais disponíveis, e nós, através de relação dialética com o

¹²² QUINCY apud STRÖHER, Eneida Ripoll (org.). **O Tipo na Arquitetura: da teoria ao projeto**. São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2001, p. 10.

¹²³ VIDLER apud STRÖHER, 2001, p. 10.

meio, edificamos um abrigo, uma segunda natureza, com o objetivo de solucionar problemas criados pela própria natureza. Por esse entendimento, o *tipo* nasce de um processo de aprendizagem vinculada ao atendimento às necessidades físicas e psicológicas do homem, por esse motivo, é possível utilizar edificações individuais para ilustrar princípios genéricos de arquitetura. Uma obra arquitetônica deverá, portanto, possuir um conceito central ao qual todos os seus elementos estejam subordinados.

Tipo, no entanto, difere-se de *modelo*. O *tipo* permite ao homem pensar em grupo uma vez que problemas semelhantes devem ser solucionados com formas semelhantes, já *modelo* seria a mera repetição mecânica de determinado objeto.

Ao longo da história o conceito de tipo vai aos poucos se modificando. No século XIX o conceito principal de *forma-tipo* de Quincy, dá lugar ao de *composição-programa*. Já no século XX, esse conceito passou a ser um problema, uma vez que os teóricos do movimento moderno passaram a considerá-lo como restrição ao autor do projeto, no entanto, em função do processo industrial, a obra arquitetônica começou a ser pensada como objeto que poderia ser produzido em série. Para o funcionalismo, a forma da arquitetura deveria ser consequência direta de sua função. Nesse momento, o *tipo* deixa de ter um conceito abstrato como postulado por Quincy, adquirindo um conceito mais flexível ao adaptar-se a programas e sítios.¹²⁴

Atualmente, um dos mais objetivos conceitos de *tipo* é dado por Rafael Moneo:

[...] a tipologia é assumida como um mecanismo de composição. O que hoje se chama de investigação tipológica se limita à produção de imagens ou à restituição de tipologias tradicionais. Pode-se dizer, por último, que é a nostalgia do tipo que dá consistência formal a tais obras.¹²⁵

Portanto, de acordo com Ströher “o conceito de *tipo* inclui conceitos de história, teoria, criatividade, forma, função, tecnologia, geometria, emoção mudança, repetição...”¹²⁶

¹²⁴ STRÖHER, 2001, p. 26-36.

¹²⁵ MONEO, apud STRÖHER, 2001, p. 38-39.

¹²⁶ STRÖHER, 2001, p. 40.

O primeiro passo para a preservação do legado patrimonial edificado de Muqui é a compreensão de sua história e das alterações por ele sofridas. Ao compreender a identidade da matéria e sua evolução no tempo, temos maiores chances de conservar sua autenticidade frente às novas demandas geradas pela sociedade contemporânea. A forma, a tipologia e os materiais empregados são a parte desse legado que mais se transforma em função das novas necessidades geradas pelo uso continuado de um edifício histórico.

A “Escola Muratoriana”¹²⁷ entende análise tipológica como o exame da ação antrópica¹²⁸ no processo de formação e mutação da moradia, observando desde sua origem todas as mutações sofridas por esse espaço. Para Savério Muratori “*a forma da cidade só poderia ser entendida historicamente, tendo a tipologia dos prédios como a base da análise urbana*”.¹²⁹ O *tipo* resume a essência da arquitetura, sendo produto da ação humana coletiva herdada pela sociedade que, em determinado momento, a apreende e evolui. Mudanças históricas ou de uso podem determinar significativas transformações estruturais e tipológicas.

Um estudo tipológico propõe basicamente o estudo da morada e de suas transformações da origem aos dias atuais, partindo do particular para a compreensão do geral. Em se tratando do ambiente urbano é a tipologia adotada a constante que, repetida, dá o caráter de homogeneidade a um determinado assentamento humano.

[...] a história da paisagem construída do homem foi possível, antes de tudo, pela conquista da consciência teórica ou autoconsciência, partindo da identificação primeira (consciência natural ou empírica) do abrigo, no âmbito da natureza, pelos homens primitivos. Posteriormente, com a progressiva ascensão histórica da ideia de casa (consciência espontânea ou histórica) no fazer urbano, trabalhou-se, então, o conceito de arquitetura (consciência reflexiva ou crítica), segundo uma observação cultural crítica.

[...]

[...] o tipo (ou os tipos) – de casa, de edificações, de urbanização e também de intervenção territorial – não existiu como um dos modos possíveis do

¹²⁷ Savério Muratori (1910-1973) a partir da década de 1940, incomodado com os efeitos da arquitetura moderna na cidade e nos habitats, começa a estudar as tipologias habitacionais e urbanas. Para o autor, o tipo é a essência do existir de um edifício.

¹²⁸ Ação humana.

¹²⁹ HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. **A Essência do Existir – Um Estudo sobre Conservação da Autenticidade Tipológica de Áreas Históricas Patrimoniais: O Caso do Centro Histórico de Belém do Pará – C.H.B.** 2000. 204 f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2000. f. 22.

objeto, que existia na consciência (e na imaginação) daquela tipologia específica. Explicando melhor, a consciência espontânea não possuía uma ideia genérica, por exemplo, de casa, mas sim, uma ideia tipológica de casa; e a consciência crítica tendia a se referir a sua concepção de arquitetura doméstica sob um específico conceito tipológico de habitação.¹³⁰

O tipo também pode ser compreendido a partir do estudo das plantas, da volumetria, dos materiais e técnicas construtivas, e também da destinação dos imóveis¹³¹.

[...] a forma arquitetônica é presença operante na consciência coletiva e do tempo de uma ideia ou conceito tipológico (arquitetônico), que, por ser tipologia de forma-organismo, já é síntese de relativa tipificação dos componentes tecnológicos, estruturais, espaciais ou compositivos.¹³²

Como então estudar as *tipologias* da arquitetura edificada em Muqui durante duas das quatro fases relacionadas ao desenvolvimento econômico gerado pela cultura cafeeira vividas pela cidade? Levando-se em consideração sua forma, seus materiais, sua inserção e interação com o tecido urbano, o atendimento às necessidades habitacionais/comerciais humanas típicas, os costumes da vida doméstica da época, o repertório de seus construtores e os recursos materiais e tecnológicos disponíveis para a construção.

Para compreensão de um edifício, devemos estudar seus “tijolos” que são seus elementos, suas “paredes” que são suas estruturas, seus “cômodos” que são seus sistemas e o edifício em sua totalidade construtiva que é o organismo constituído. Cada edifício é a versão individual de uma matriz tipológica, por isso a necessidade do estudo do indivíduo para a compreensão da totalidade.

Em uma cidade histórica, nem sempre é a permanência dos materiais que vai garantir a autenticidade de uma habitação, na realidade, essa garantia se dá pela manutenção da possibilidade de leitura de sua evolução histórica e social, fazendo com que sejam mantidos a identificação dos processos sociais e valores existentes no tempo e no espaço.

¹³⁰ HIDAHA, 2000, f. 29 e 36.

¹³¹ Ibidem, f. 29 e 37.

¹³² Ibidem p. 38.

Ao fazer uma reflexão sobre as tipologias arquitetônicas, Rossi diz que *“Importantes questões tipológicas sempre percorreram a história da arquitetura e colocaram-se normalmente quando encaramos problemas urbanos”*.¹³³ Para ele, o *tipo* se constitui a partir das necessidades e com objetivo de atingir um ideal de beleza. Seria, portanto, *“[...] algo permanente e complexo, um enunciado lógico que está antes da forma que o constitui.”*¹³⁴

Tudo o que é produzido tem um antecedente, uma vez que durante sua vida o homem vai criando um repertório que lhe é próprio a partir da sociedade em que está inserido.

O autor conceitua e diferencia tipo de tipologia:

[...] tipo é a própria ideia da arquitetura, aquilo que está mais próximo da sua essência. É portanto aquilo que, não obstante qualquer mudança, sempre se impôs ‘ao sentimento e à razão’, como o princípio da arquitetura da cidade.
[...]

[...] tipologia é a ideia de um elemento que desempenha um papel próprio na constituição da forma e que é uma constante. Tratar-se-á de ver as modalidades com que isso ocorre e, subordinadamente, o valor efetivo desse papel.¹³⁵

Adotar um critério de classificação para analisar as tipologias da arquitetura produzida em Muqui no ciclo cafeeiro é muito funcional, no entanto, essa classificação serve mais para dizer alguma coisa sobre o ponto de vista adotado, do que sobre o elemento em si. A personalidade de uma obra pode ser conferida a seus elementos, que, mesmo sendo singulares, são concebidos como parte de um sistema: a arquitetura.

Em uma cidade nem tudo permanece. As permanências, que são sinais físicos do passado, ainda são experimentadas e significadas pelas gerações presentes. Esses objetos só permanecem porque mantêm sua utilidade e seu significado, mesmo que esses tenham se alterado durante o tempo de vida do objeto.

¹³³ ROSSI, 2001, p. 25.

¹³⁴ Ibidem, p. 25.

¹³⁵ Ibidem, p. 27-9.

3.2.2 Abordagem Metodológica

Ao analisar o objeto arquitetônico, em especial a casa, Geoffroy cita a teoria sociológica, que considera a época, a cultura, o clima, dentre outros, como fatores determinantes para a constituição do objeto arquitetônico. Este deveria açambarcar o conforto de nossas necessidades sensoriais sejam elas visuais, térmicas, acústicas ou olfativas, juntamente com todos os estímulos causados por nossos sentidos. A teoria considera também de fundamental importância o estímulo visual estético, bem como a satisfação das necessidades de segurança, privacidade e territorialidade. “[...] natureza e homem formam um conjunto inseparável, já que este é apenas mais um de seus elementos”.¹³⁶

A territorialidade está intimamente ligada ao sentimento de posse, de domesticidade,¹³⁷ que é simbolizada pela casa. Tuan¹³⁸ através de neologismo cria o conceito de “topofilia”, que seriam os laços criados pelos seres humanos com o meio em que vivem, conceito esse reforçado por Claval.¹³⁹ Nesse aspecto, elementos como as varandas que fazem a transição interior-exterior, ou mesmo os balcões e sacadas que trazem o exterior para dentro de casa podem ser ilustrativos.

A arquitetura é o invólucro que deverá adaptar-se ao conteúdo, ou seja, aos espaços necessários às atividades sociais do ato de morar que envolve atitudes e comportamentos relacionados aos valores culturais de seus habitantes.

A composição arquitetônica denuncia hábitos e costumes muitas vezes esquecidos. O partido arquitetônico é o resultado de diversas determinantes como: técnicas construtivas, clima, topografia do sítio, programa de necessidades, condições financeiras e legislação regulamentadora. Tudo isso diretamente alicerçado nas

¹³⁶ GEOFFROY, Nora Maria Mendes Guimarães. **A moradia carioca no contexto das zonas norte e sul nos anos 20**. 2004. 362 f. Tese. (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, f. 241.

¹³⁷ A domesticidade está ligada ao que é “necessário ao funcionamento de uma casa, à saúde ou ao conforto de seus moradores” (FERREIRA, 1986, p. 607). Possui também conceitos ligados à tradição, privacidade e família.

¹³⁸ TUAN, Yi-fu. **Topofilia**. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980. p. 197.

¹³⁹ CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Rio Grande do Sul: UFSC, 1999. p. 216-218.

tradições culturais da sociedade local. “*Mais do que qualquer outra manifestação artística, a arquitetura depende diretamente das condições materiais [...]*”¹⁴⁰

Ao estudarmos a casa, devemos levar em consideração que “[...] *antes de tudo, o ato de morar é uma manifestação de caráter cultural [...]*”,¹⁴¹ por isso, nela está subentendido o “saber fazer” da comunidade que a edificou. Sua principal função, não podemos esquecer, é de abrigo e é em suas dependências que acontecem muitas relações sociais. Essas atividades são agrupadas por Lemos¹⁴² em: lazer, repouso noturno e serviços em geral. Para o autor, o que caracteriza uma sociedade, uma região ou mesmo uma classe social são os critérios de sobreposição das diferentes atividades. Uma casa mais simples possui uma grande quantidade se sobreposições de ambientes, ao contrário de uma casa mais abastada, onde existem ambientes específicos para cada uma das atividades.

[...] o interesse de uma residência está muito mais no seu aspecto sociológico, do que nas suas qualidades arquitetônicas decorrentes da técnica construtiva e da intenção plástica. A casa deve ser entendida como um todo, como uma unidade, cuja *função abrigo*, a função principal, tem a primazia e o resto dela decorre.¹⁴³

Por esse motivo, estudar a arquitetura e suas tipologias, através de uma análise sociológica é fundamental uma vez que o ato de morar envolve atitudes, comportamentos e atividades de seus usuários, ou seja, é o local onde as relações sociais se constroem.

Uma casa não é nunca
Só para ser contemplada
Melhor: somente por dentro
É possível contemplá-la.¹⁴⁴

O modo de morar é estabelecido pelas funções de cada um dos cômodos da casa que podem ser divididos de acordo com Geoffroy¹⁴⁵ em **convívio social** (recepção estar e refeições), **serviço** e **íntima** (repouso noturno e trato com a higiene pessoal),

¹⁴⁰ BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981. p.1.

¹⁴¹ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996. p. 7.

¹⁴² Ibidem, p. 10.

¹⁴³ Ibidem, p. 11.

¹⁴⁴ MELO NETO, João Cabral. **A educação pela pedra e depois**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997. p. 224.

¹⁴⁵ Embora a autora utilize outra nomenclatura, sua classificação foi baseada em Lemos, 1996, p. 10.

que seriam em síntese as seguintes dependências:¹⁴⁶ sala, cozinha, quarto e banheiro. Cada homem, buscando uma melhor qualidade de vida, usa diversos artifícios para adaptar seu espaço de morada, inserindo-lhe objetos e fugindo, mesmo que subjetivamente, de algumas imposições espaciais. Por esse motivo, estudar construções em média com setenta anos de história, torna-se quase um trabalho de arqueologia, pois, com o passar dos anos, novos usos e costumes obrigaram seus habitantes, buscando maior conforto, a adaptar seu espaço de morada através de sucessivas reformas. Outro aspecto importante é que a dinâmica da economia do café com sucessivas altas e baixas de preços, provocou uma grande volatilidade na posse dos imóveis objetos desse estudo.

Por a casa ser o abrigo familiar e em alguns casos o local de trabalho, ela é reflexo da sociedade que a gerou. Portanto, mudanças sociais, tecnológicas e de costumes refletem direta ou indiretamente na concepção de seu espaço. As edificações do período estudado são, portanto, o reflexo de uma sociedade cafeeira em plena ascensão econômica e social, reproduzindo o pensamento da época onde “*o ser era decorrência do ter*”.¹⁴⁷

A **zona de convívio social** compreende os cômodos utilizados na recepção de pessoas estranhas ao núcleo familiar como as varandas, as salas de estar e de refeições. É a área que faz a transição entre o exterior e o interior. A **varanda** ou o **alpendre**, além de sua importância como local de aclimação (proteção das paredes externas da intensa radiação solar), que também funcionavam nas fazendas como posto privilegiado de vigília e controle das atividades desenvolvidas na propriedade, passa na cidade ter uma função de contemplação do jardim e da rua. É o primeiro local onde o visitante tem acesso a casa. A partir dela têm-se acesso a um pequeno **vestíbulo** localizado entre a sala de estar e a de jantar. As **salas de estar** e de **jantar** são os espaços mais nobres da casa. No período em que estudamos são ricamente decoradas e também onde encontram-se os melhores móveis. A **copa** que nas edificações rurais podia ser considerada como zona de

¹⁴⁶ “As dependências de uma casa são todas as partes correspondentes, consideradas isoladamente e de per si, para conceituação arquitetônica” (CORONA, Eduardo & LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: EDART – São Paulo Livraria e Editora, 1972. p. 166).

¹⁴⁷ VERÍSSIMO, Francisco Salvador. **500 anos da casa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. p. 26.

serviço, nas construções objeto de nosso estudo, já pode ser considerada como zona social¹⁴⁸ em função dos novos hábitos, como o de “bem receber” adquiridos pela nova elite.

A **zona de serviço** envolve os cômodos destinados às atividades domésticas como cozinhas, despensas, rouparias, depósitos e dependências de empregados, que podem estar inseridos no corpo principal do imóvel ou em um cômodo separado como, por exemplo, em edículas¹⁴⁹. A **cozinha** é o ponto central da zona de serviço. No período colonial era muito grande, mas, com a abolição da escravatura e a gradativa inserção da mão de obra assalariada e da participação da mulher nas atividades domésticas, tem suas dimensões reduzidas.¹⁵⁰ No decorrer do século XX, com a inserção de eletrodomésticos seu espaço é ainda mais reduzido. A **área de serviço** que nas construções rurais era associada ao terreiro, na cidade passou a associar-se ao grande quintal localizado nos fundos dos lotes. Nas construções do quarto período estudado (1936 a 1976) teve suas dimensões ainda mais reduzidas passando a associar-se a um pequeno espaço cimentado ligado a cozinha, que podia ou não ser coberto. O **alojamento de empregados** nas edificações estudadas está sempre ligado a cozinha ou em edículas construídas nos fundos dos lotes.

A **zona íntima** corresponde aos cômodos destinados principalmente ao repouso da família ou de visitantes, a higiene pessoal e a guarda do vestuário. O **quarto** é um dos cômodos que passa por alterações mais significativas principalmente em função da mudança no conceito de privacidade.¹⁵¹ Nas casas do terceiro período (1919 a 1935) possuíam até três portas comunicando-se com o corredor, sala, copa, cozinha ou com outros quartos. Nas casas do quarto período (1936 a 1976) passam a ter apenas uma entrada sendo que nesse período surgem as suítes (quartos conjugados com banheiros). Os **banheiros** também sofrem muitas modificações que vão desde sua localização, que, a princípio, era junto à cozinha no terceiro período (1919 a 1935) até em seu tamanho e na supressão de um de seus principais

¹⁴⁸ VERÍSSIMO, 1999, p. 117.

¹⁴⁹ “Edícula – Do latim ‘oedicula’, significa pequena casa, construção de pequeno porte. Hoje em dia generalizou-se o emprego da palavra para designar as construções complementares situadas ao largo da edificação principal. Assim, são chamados de edículas as lavanderias, as instalações sanitárias e aposentos da criadagem, situados nos quintais das residências sem que com estas tenham acessos internos” (CORONA & LEMOS, 1972, p. 177).

¹⁵⁰ VERÍSSIMO, 1999, p.109.

¹⁵¹ Ibidem, p. 89.

elementos, as banheiras, já no final do quarto período estudado, passando de “sala de banho” a apenas banheiro.

Para que possamos melhor compreender as edificações objeto desse estudo, utilizaremos como base o esquema funcional proposto por Geoffroy¹⁵² adaptado para nossa realidade, uma vez que a autora em sua pesquisa analisou apenas edificações residenciais, não trabalhando construções mistas como os sobrados com funções residenciais e comerciais, casas térreas mistas e mesmo os armazéns comerciais, como estudaremos em nosso trabalho. Portanto, às três zonas de classificação utilizadas pela autora: convívio social, serviço e íntima, acrescentaremos a **zona comercial de acesso público**, que compreende todas as dependências utilizadas para as atividades comerciais onde se tem acesso e/ou circulação do público e a **zona comercial de acesso privado**, que compreende todas as dependências utilizadas para as atividades comerciais onde somente é permitido o acesso de funcionários.

Também baseados na autora, consideraremos a sobreposição das funções nas residências – que pode ser completa (convívio-serviço-íntima) ou parcial convívio-íntima, serviço-íntima e convívio-serviço – uma vez que nos edifícios estudados não encontramos sobreposição da zona comercial com as demais zonas relacionadas à moradia.

Esquema funcional proposto para a análise dos imóveis que serão estudados:

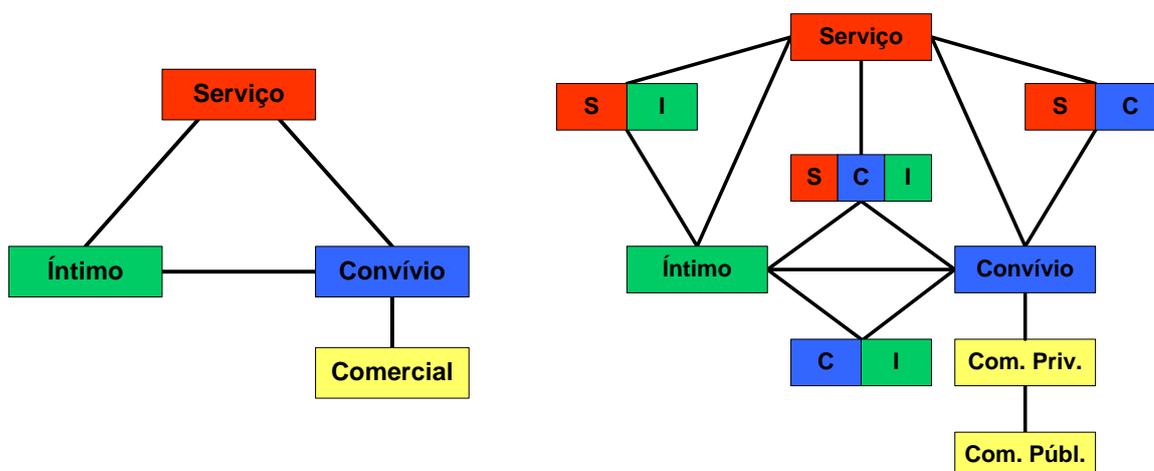


Gráfico 1: Esquema funcional simples onde acontece a total separação das atividades funcionais dos imóveis.

Gráfico 2: Esquema funcional complexo que demonstra todas as possibilidades de sobreposição de atividades funcionais dos imóveis.

¹⁵² GEOFFROY, 2004, f. 259.

Legenda:

Convívio	Zona de convívio social: cômodos utilizados na recepção de pessoas estranhas ao núcleo familiar como varandas, salas de estar e de refeições.
Serviço	Zona de serviço: cômodos destinados às atividades domésticas como cozinhas, despensas, rouparias, depósitos e dependências de empregados, que podem estar inseridos no corpo principal do imóvel ou em um cômodo separado.
Íntimo	Zona íntima: cômodos destinados ao repouso da família ou de visitantes, a higiene pessoal e a guarda do vestuário.
C	Sobreposição parcial de atividades: convívio-íntima.
I	
S	Sobreposição parcial de atividades: serviço-convívio.
C	
S	Sobreposição parcial de atividades: serviço-íntima.
I	
S	Sobreposição completa de atividades: convívio-serviço-íntima.
C	
I	
Com. Priv.	Zona comercial de acesso privado: dependências utilizadas para as atividades comerciais onde somente é permitido o acesso de funcionários.
Com. Públ.	Zona comercial de acesso público: dependências utilizadas para as atividades comerciais onde se tem acesso e/ou circulação do público
	Circulação entre cômodos.
	Circulação interna feita através de corredor ou hall de ligação entre diversos cômodos.
	Circulação externa feita através de acesso único ou entre corpo principal da casa e edículas.
	Indicação de acesso ao imóvel.

Nossa investigação será baseada fundamentalmente na análise mais aprofundada de oito dos duzentos e setenta e dois imóveis tombados da cidade de Muqui, quatro de cada um dos dois últimos períodos estudados (Capítulo 3) sendo examinados conforme as seguintes tipologias: casas térreas residenciais; casas térreas mistas; sobrados; e armazéns. Tendo como objetivo melhor exemplificar nossas observações, utilizaremos o levantamento cadastral e fotográfico de quarenta e cinco imóveis, entretanto é importante ressaltar que em função de nossa atuação profissional de mais de uma década na cidade tivemos acesso a todos os imóveis tombados no centro histórico, bem como todas as fazendas históricas remanescentes no município.

3.2.3 Casas térreas residenciais

Para que possamos estudar essa tipologia, foram escolhidas duas das dez edificações de que dispúnhamos do levantamento cadastral, a Casa Ana Fraga (Foto 22), construída a partir de 1918 e a Casa Léia Fragoso em 1956 (Foto 42), ambas localizadas no Jardim Público Municipal. Também trabalharemos comparativamente com outras doze edificações localizadas em pontos diferentes do centro histórico, conforme figuras 6 e 7.



Foto 42: Casa Léia Fragoso
Autor: Genildo C. H. Filho, 2008

As casas térreas residenciais tem como principal característica possuir um pavimento e ter utilização exclusivamente residencial. Localizam-se principalmente em algumas regiões do centro histórico como nos bairros Boa Esperança, Entre Morros e São Pedro. No centro da cidade estão mais concentradas no entorno do Jardim Público Municipal.

Para melhor compreensão das mudanças sofridas por essa tipologia no decorrer do tempo observaremos não só as alterações funcionais e estéticas, como também novos materiais empregados.

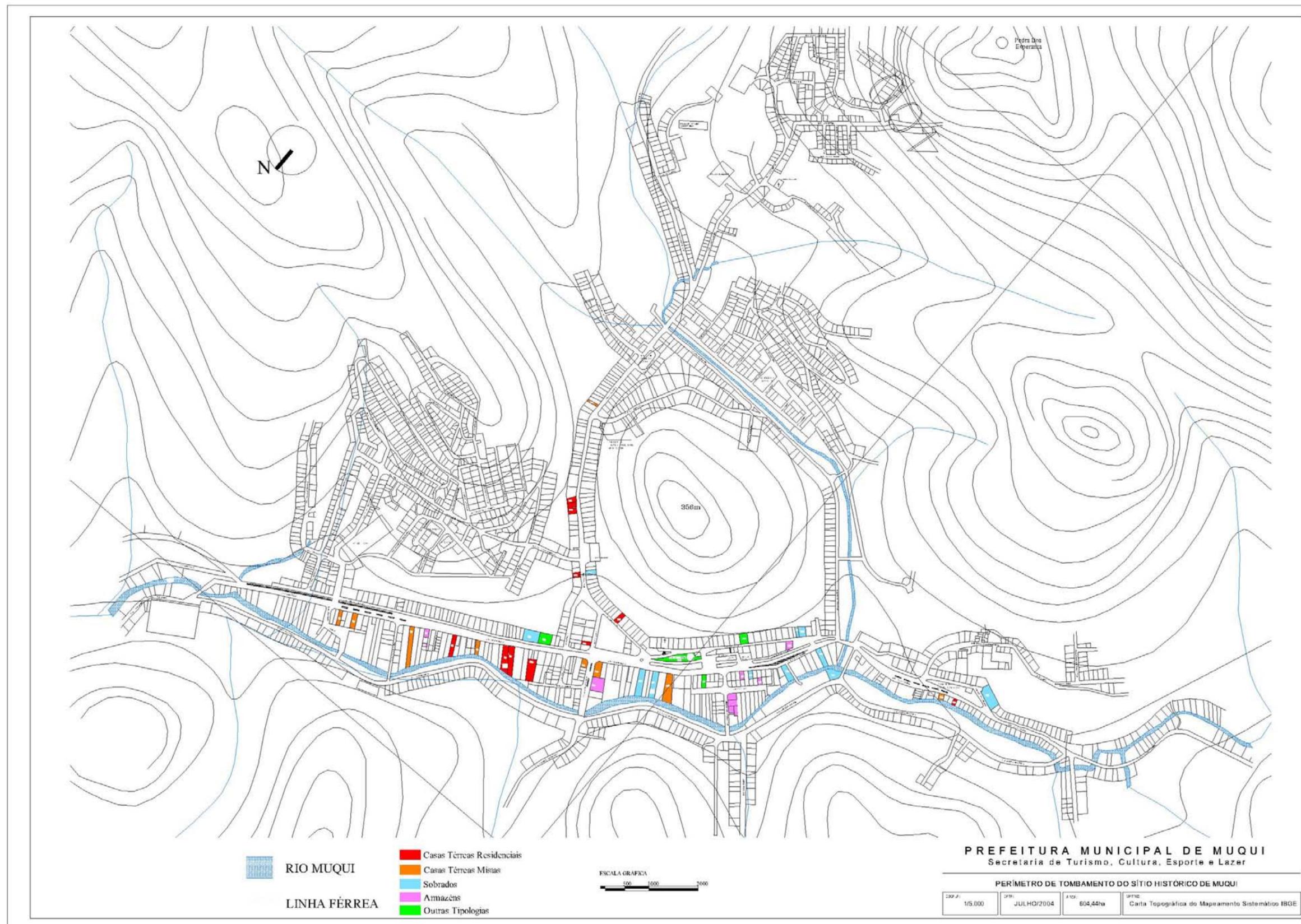


Figura 06: Mapa da cidade de Muqui, identificando as edificações estudadas de acordo com suas tipologias

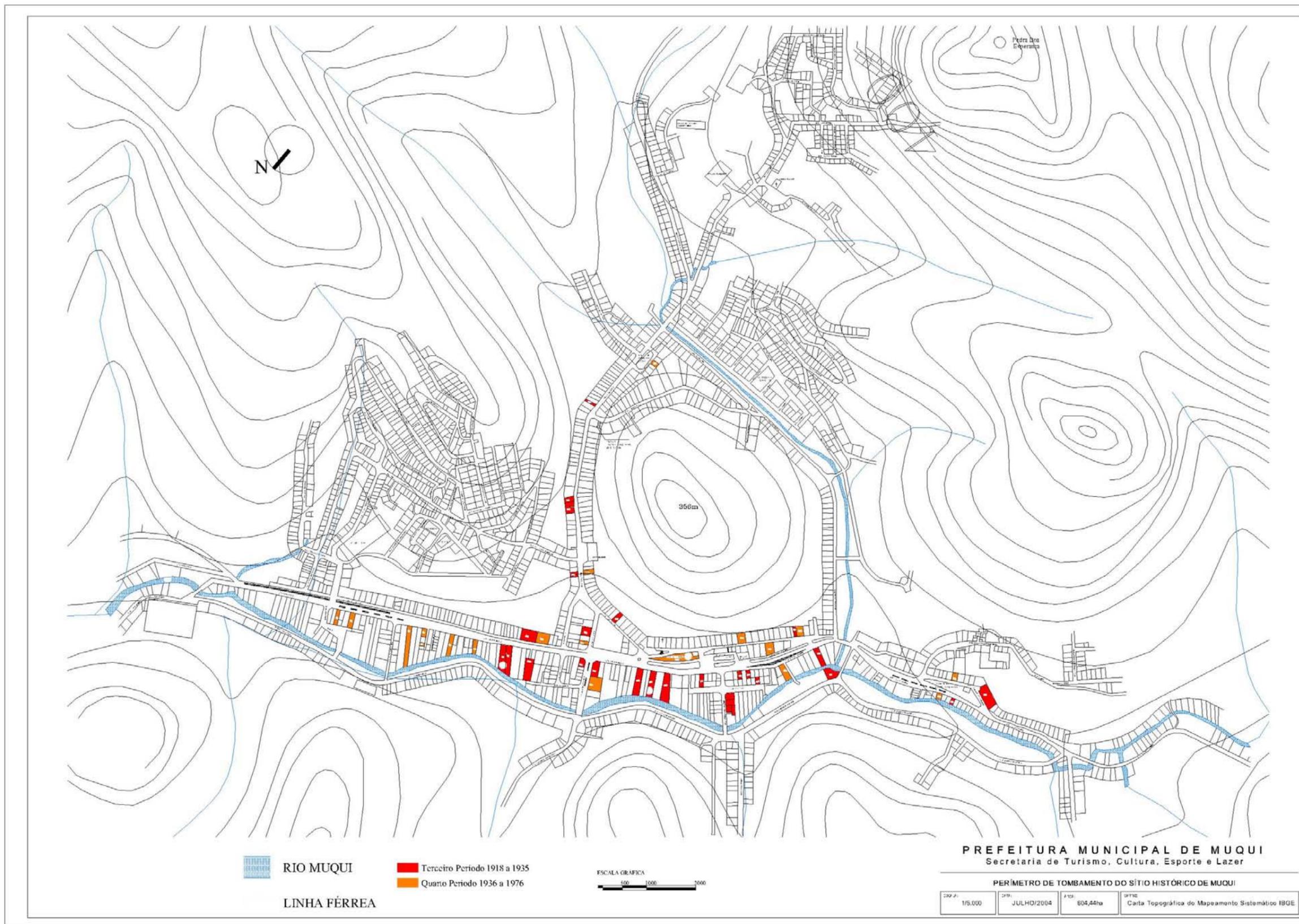


Figura 07: Mapa da cidade de Muqui, identificando as edificações estudadas de acordo com os períodos de construção

A **Casa Ana Fraga**, é um dos mais autênticos exemplares do **Terceiro Período** de constituição da cidade de Muqui que vai de 1919 até aproximadamente 1935. A casa foi construída em 1918 por Luiz Siano, primeiro prefeito do município,¹⁵³ tendo ainda passado pelos proprietários Ormindio Siano e Joaquim Fernandes¹⁵⁴ antes de ser adquirida por Ana Fraga em 1961.¹⁵⁵ Durante seu período de existência, passou por algumas reformas significativas como a construção da platibanda no ano de 1923 e a construção da varanda e jardins em 1927.¹⁵⁶ Contribuíram para outras intervenções na casa o decorador Godofredo a quem são atribuídas as pinturas decorativas dos ambientes internos entre 1924 e 1925 e A. Monti que assina as pinturas decorativas da varanda entre os anos de 1926 e 1927.¹⁵⁷

A **Casa Ana Fraga** repete o esquema funcional que tem como principal característica a sobreposição da circulação entre as zonas de convívio social e serviço, através de um cômodo catalisador: a sala de jantar. A disposição dos cômodos também permite a circulação direta entre zona de convívio social e íntima e zona de serviço e íntima. Outra característica que pode ser observada é a existência de dois acessos distintos à edificação: social, através de uma varanda, passando pelo jardim, e de serviço.

As Casas Térreas Residenciais têm como principal característica, possuir planta retangular perpendicular ao sentido da via pública, com raras exceções como, por exemplo, a Casa Poty Formel. Outra característica são os afastamentos laterais, o menor, destinado ao acesso de serviço e o maior abrigando um jardim e uma varanda, destinado ao acesso social, além do afastamento de fundos destinado aos

¹⁵³ Luiz Siano foi prefeito de Muqui por três mandatos consecutivos entre os anos de 1920 a 1926.

¹⁵⁴ CARTÓRIO DE TABELIONATO E NOTAS DE MUQUI. **Joaquim Fernandes**. Livro 35, Folha 75. Muqui, 2 de janeiro de 1950.

CARTÓRIO DE TABELIONATO E NOTAS DE MUQUI. **Vírgula Ferreira Siano**. Livro 16, Folha 37-8. Muqui, 26 de agosto de 1925.

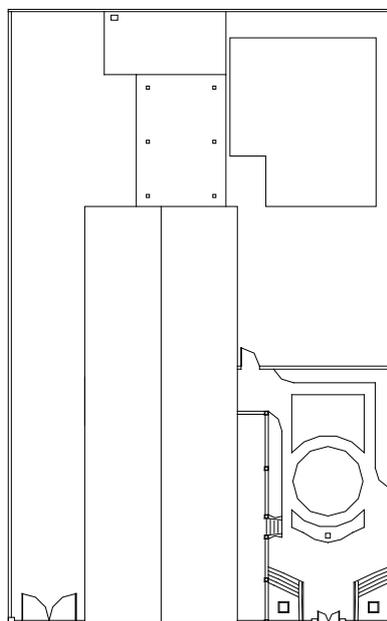
CARTÓRIO DE TABELIONATO E NOTAS DE MUQUI. **Vírgula Ferreira Siano**. Livro 16, Folha 65-6. Muqui, 22 de setembro de 1925.

¹⁵⁵ RIBEIRO, Márcia Fredenhagen. **Casa Anna fraga**. 2008. Entrevista concedida a Sandra Maria Sirillo Lourenço, Muqui 20 de abril de 2008.

¹⁵⁶ CÚRCIO, Geny. **Casa Anna fraga**. 2008. Entrevista concedida a Sandra Maria Sirillo Lourenço, Muqui 22 de novembro de 2008.

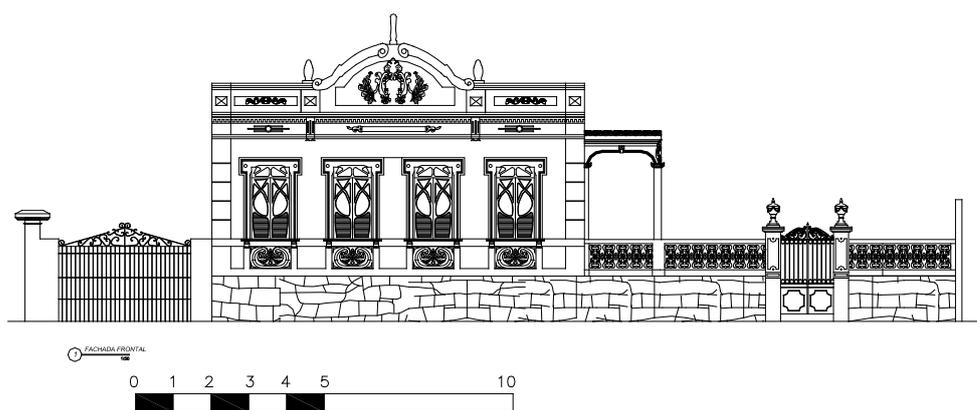
¹⁵⁷ CIRILLO, Ketty. **Casa Anna fraga**. 2008. Entrevista concedida a Sandra Maria Sirillo Lourenço, Muqui 20 de novembro de 2008.

cômodos de serviços como lavanderia e quartos de empregados, bem como a um pequeno pomar.



1 COBERTURA
1:250
0 1 2 3 4 5 10

Figura 08: Implantação Casa Ana Fraga



1 FACHADA FRONTAL
1:250
0 1 2 3 4 5 10

Figura 09: Fachada frontal Casa Ana Fraga

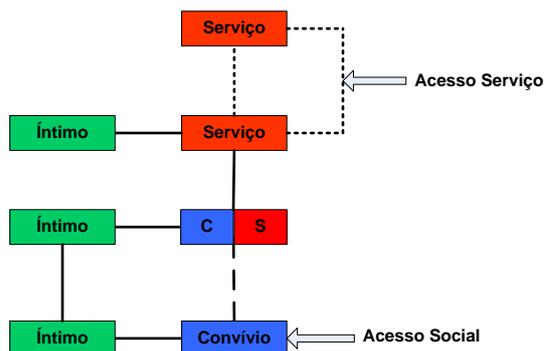


Gráfico 3: Esquema funcional detalhado - Casa Ana Fraga

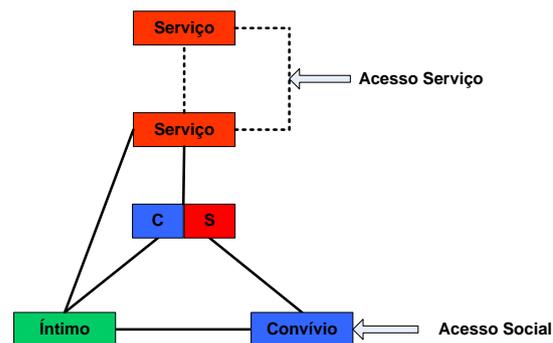


Gráfico 4: Esquema funcional resumido - Casa Ana Fraga

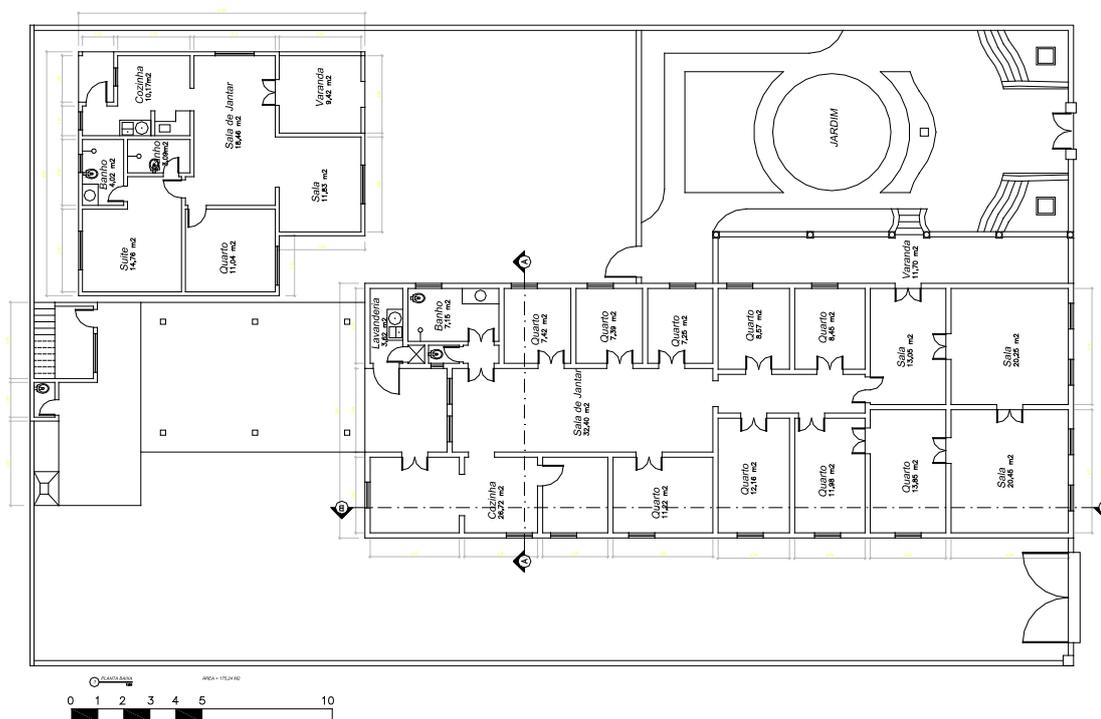


Figura 10: Planta Casa Ana Fraga - a casa existente nos fundos do lote é uma construção recente

Os telhados, com algumas exceções como a Casa Dirceu Cardoso, possuem normalmente quatro águas e são escondidos por uma platibanda na frente e, na lateral destinada ao acesso social, é dissimulado pela cobertura da varanda. A telha utilizada nesse período é a do tipo capa-canal. Instalações sanitárias estão ligadas à cozinha, à copa ou à sala de jantar e os porões eram utilizados como cômodos de serviços ou depósito, quando a topografia assim permitia.

Nas construções residenciais desse período, varandas¹⁵⁸ e alpendres¹⁵⁹ de acesso à residência recebem grande destaque, não só no que diz respeito à composição da fachada, mas também no acabamento a elas dispensado como pode ser observado nas fotos 32 e 33. Também recebem destaque cômodos de convívio social como, por exemplo, as salas de estar que possuem pisos e forros mais trabalhados, bem como pinturas especiais (Fotos 30 e 31) que podem cobrir toda a parede ou ser aplicadas em forma de roda-forro.

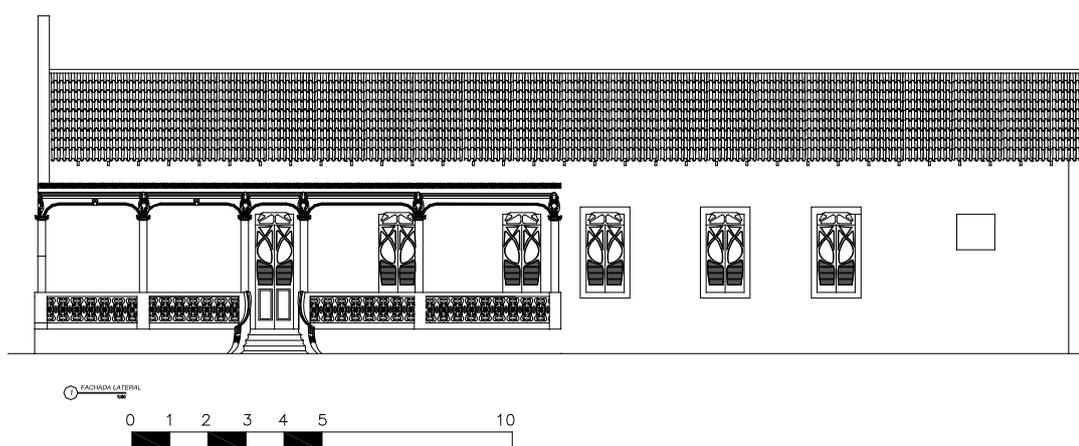


Figura 11: Fachada lateral Casa Ana Fraga

A **Casa Léia Fragoso** foi edificada no ano de 1956 por Mileto Rizzo,¹⁶⁰ em lote dividido onde antes existia uma construção datada de 1925. Em 1980 foi adquirida por Fernando Azevedo Carvalho casado com Léia Fragoso.¹⁶¹ Por seu bom estado de preservação pode retratar o **Quarto Período** de desenvolvimento da cidade que acontece entre 1936 e 1976. A divisão dos lotes é bem característica dessa época em função do grande adensamento da cidade que pode ser observado no mapa retratado na Figura 4. Ao longo de sua história, a casa sofreu apenas pequenas modificações como a instalação de gradil de ferro na varanda, a construção de uma

¹⁵⁸ “[...] o termo varanda na década de 20 designava qualquer espaço extremo, aberto, em pavimento térreo ou superior, podendo ou não ser coberto. Podia ser simples local de passagem – às vezes de seleção de pessoas de fora – como de permanência” (GEOFFROY, 2004, p. 242). De acordo com Corona & Lemos (1972) o termo designa um alpendre grande e profundo e seria um dos locais de estar das residências.

¹⁵⁹ Alpendre “é todo o teto suspenso ou por si só suportado por pilastras ou colunas, sobre portas ou vãos de acesso. A todo acesso abrigado corresponde um alpendre” (CORONA & LEMOS, 1972, p. 32).

¹⁶⁰ CARTÓRIO DE TABELIONATO E NOTAS DE MUQUI. **Mileto Rizzo**. Livro 3A, Folha 22. Muqui, 25 de março de 1956.

¹⁶¹ FRAGOSO, Léia. **Casa Léia Fragoso**. 2008. Entrevista concedida a Sandra Maria Sirillo Lourenço, Muqui 22 de dezembro de 2008.

edícula com churrasqueira e banheiro nos fundos do lote e pequenas adaptações no porão para servir de depósito.¹⁶²

O esquema funcional das casas desse período também tem como principal característica a sobreposição da circulação entre as zonas de convívio social e serviço, através de um cômodo catalisador: a sala de jantar ou a copa, no entanto, a circulação entre zona íntima e de serviço, que era normal no período anterior, é abolida. Outra diferença com as casas do período anterior é a existência do afastamento em apenas uma das laterais por onde são organizados os acessos social e de serviços, que passam quase que invariavelmente pela garagem, que é um novo elemento agregado às casas.

As plantas retangulares dispostas perpendicularmente ao sentido da via pública são mantidas, no entanto, as casas não são mais edificadas no alinhamento da via. Pequenos afastamentos frontais começam a surgir. O afastamento lateral passa a ser de apenas um dos lados, sendo que o dos fundos permanece.

Telhados com várias águas passam a ser característicos e o uso das telhas francesas passa a ser comum, embora a capa-canal permaneça como a mais usada. Pequenos jardins frontais e muros baixos de alvenaria com pequena grade em ferro passam a ser corriqueiros.

As instalações sanitárias que eram dispostas normalmente na parte de trás das construções com acesso pela cozinha, passam a ser dispostas mais próximas aos quartos. Pequenos alpendres protegem o acesso às casas e os porões deixam de ser utilizados como cômodos de serviço.

Apesar da simplicidade das casas desse período que pode ser observada nas fachadas (Figura 12) e na redução gradativa da área construída, principalmente pela diminuição do número de quartos, os pisos (Figura 14) continuam a receber um tratamento especial, só que agora com materiais diferentes. Surgem os tacos, que

¹⁶² Ibidem.

são dispostos formando desenhos geométricos (Foto 40), cerâmicas (Foto 77) e pastilhas vitrificadas (Foto 78).

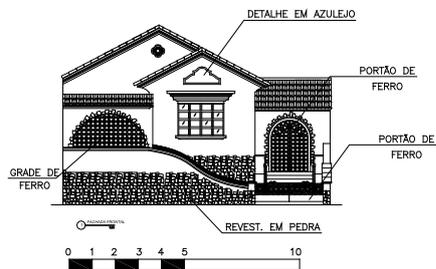


Figura 12: Fachada frontal Casa Léia Fragoso

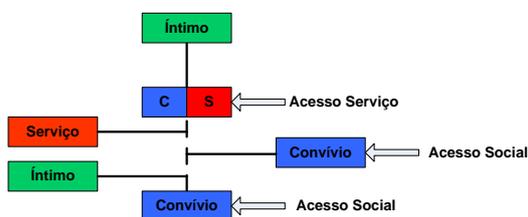


Gráfico 05: Esquema funcional detalhado – Casa Léia Fragoso

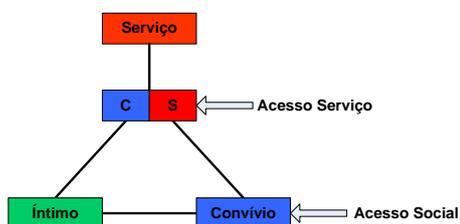


Gráfico 06: Esquema funcional resumido - Casa Léia Fragoso

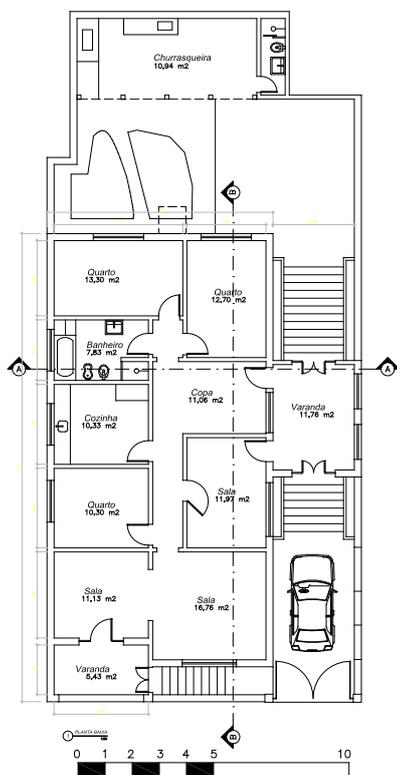


Figura 13: Planta Casa Léia Fragoso

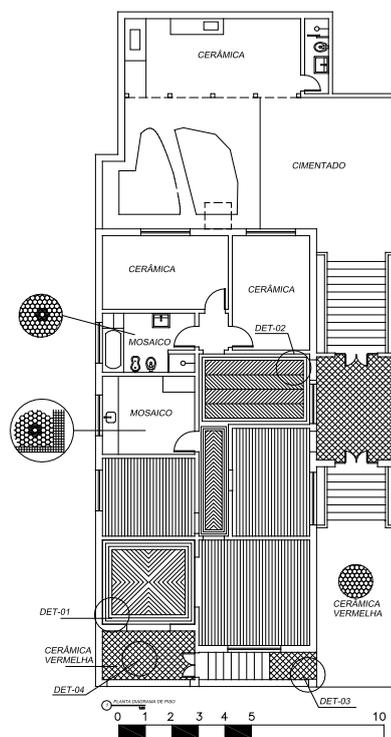


Figura 14: Planta diagrama de piso Casa Léia Fragoso

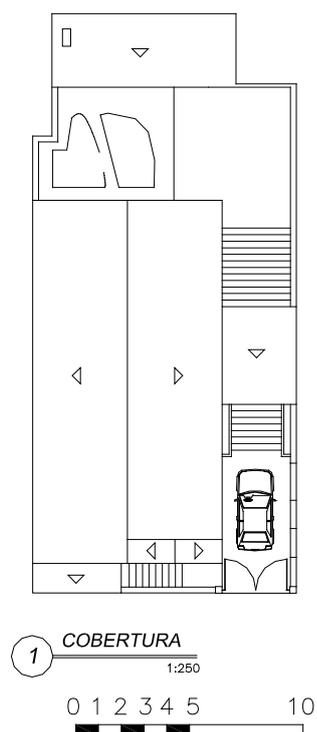


Figura 15: Implantação Casa Léia Fragoso

3.2.4 Casas térreas mistas

Para que possamos estudar essa tipologia, foram escolhidas duas dentre as nove edificações de que dispúnhamos do levantamento cadastral (Figuras 6 e 7) a Casa João Thomé Siqueira (Foto 43) construída entre 1920 e 1923 e a Casa Maurílio Santos (Foto 44) em 1943.



Foto 43: Casa João Thomé Siqueira
Autor: Genildo C. H. Filho, 2008



Foto 44: Casa Maurílio dos Santos
Autor: Genildo C. H. Filho, 2008

As casas térreas mistas tem como principal característica o compartilhamento em um mesmo imóvel de dois usos distintos, o residencial e o comercial. Estão mais concentradas no centro da cidade na via paralela ao eixo da ferrovia que é composto pelas avenidas Avides Fraga e Getúlio Vargas e pelas ruas Vieira Machado e Coronel Pedro João.

Como imóvel representativo do **Terceiro Período** temos a **Casa João Thomé Siqueira** que foi construída entre os anos de 1920 e 1923 por Nuno Alves Duarte, tendo passado pelos proprietários José Assad & Filhos¹⁶³ e Herdeiros Zamith França até ser adquirida em 1986 por João Thomé Siqueira. Inicialmente a edificação foi concebida como residência e, na década de 1930 quando foi adquirida por Zamith França, teve seus cômodos frontais adaptados para comércio.¹⁶⁴ João Goulart, por ocasião de sua candidatura à vice presidente, na campanha de Jucelino Kubitchek, chegou a visitar a casa juntamente com o deputado Dirceu Cardoso, pois Zamith era presidente do PTB local.¹⁶⁵

As casas térreas mistas desse período possuem planta regular e são implantadas no alinhamento da via pública com pequenos afastamentos laterais, sendo que o de um dos lados, por onde se tem acesso à residência, é sempre maior. O afastamento dos fundos onde localizam-se cômodos de serviços e pequeno pomar é idêntico a todas as outras tipologias (Figuras 15, 19 e 22).

O acesso ao comércio é feito diretamente por portas de madeira de duas folhas que mais tarde foram substituídas por portas de ferro de enrolar. Já o acesso à residência é feito por uma pequena varanda ou alpendre lateral. Os telhados são normalmente de duas ou quatro águas e a telha mais comum é a do tipo capa-canal.

Das edificações estudadas nesse período, todas sofreram alterações físicas ao longo de seu tempo de existência, algumas delas tiveram a configuração original de sua planta muito desfigurada, apesar disso, podemos observar que seus esquemas

¹⁶³ CARTÓRIO DE TABELIONATO E NOTAS DE MUQUI. **José Assad & Filhos**. Livro 14, Folha 35. Muqui, 23 de dezembro de 1916.

¹⁶⁴ SIQUEIRA, João Tomé. **Casa João Tomé Siqueira**. 2008. Entrevista concedida a Sandra Maria Sirillo Lourenço, Muqui 7 de dezembro de 2008.

¹⁶⁵ CARDOSO, Dirceu. **Memórias de Muqui**. 2001. Entrevista concedida a Genildo Coelho Hautequestt Filho, Muqui 15 de novembro de 2001.

funcionais tem como principal característica a sobreposição da circulação entre as zonas de convívio social e serviço, através de um cômodo catalisador: a sala de jantar, além disso, também é permitida a circulação direta entre zona de convívio social e íntima e de serviço e íntima. Não existe acesso direto das zonas comerciais ao interior da residência.

Ao estudar a história de cada uma dessas edificações ficou claro que a maioria das alterações que elas foram sofrendo, deram-se principalmente em função do aumento da necessidade de espaço por parte do comércio. O levantamento arquitetônico, juntamente com as entrevistas com os proprietários, permitiram que pudéssemos reconstituir com segurança as plantas originais.

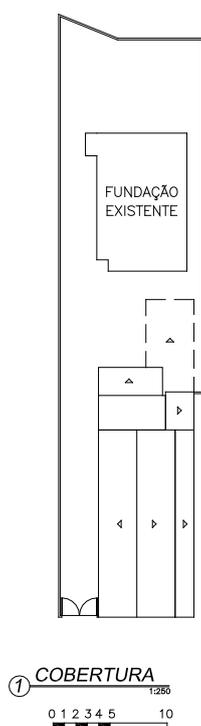


Figura 16: Implantação Casa João Tomé Siqueira

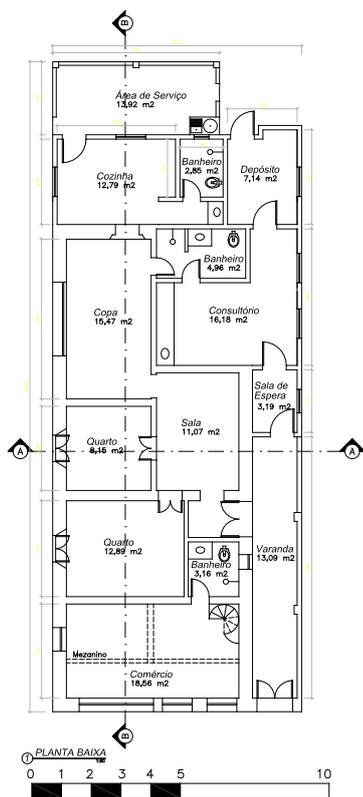


Figura 17: Planta Casa João Tomé Siqueira

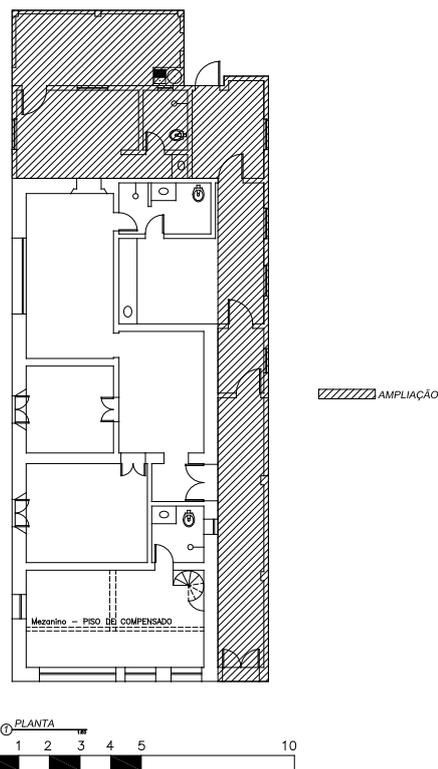


Figura 18: Planta Casa João Tomé Siqueira - modificações ao projeto original em hachura

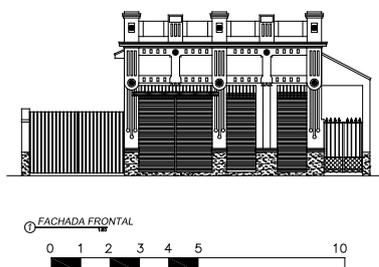


Figura 19: Fachada frontal Casa João Tomé Siqueira

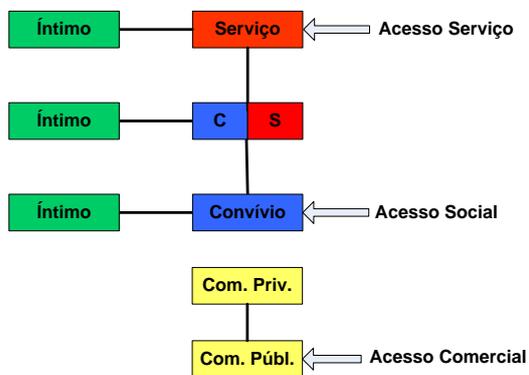


Gráfico 07: Esquema funcional detalhado - Casa João Tomé Siqueira

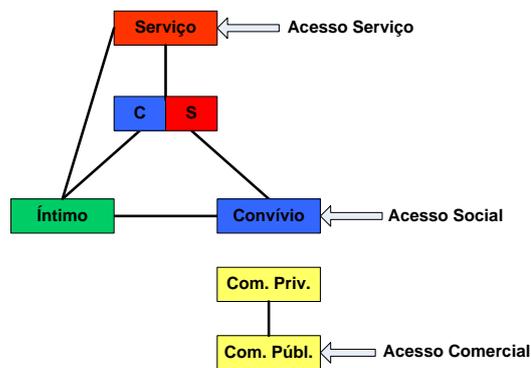


Gráfico 08: Esquema funcional resumido - Casa João Tomé Siqueira

Exemplificando o **Quarto Período** podemos destacar a **Casa Maurílio Santos** que foi construída em 1943 por João Ruiz Martins em lote de propriedade de Zehi Simão que foi parcelado.¹⁶⁶ Assim como no exemplo anterior, a casa original sofreu várias alterações realizadas por cada um dos quatro proprietários a que pertenceu, até ser adaptada para comércio e ganhar a atual configuração no ano de 1956.¹⁶⁷

O esquema funcional da maioria das casas térreas mistas do quarto período é idêntica a do período anterior com a sobreposição da circulação entre as zonas de convívio social e serviço, através de um cômodo catalisador: a copa (não mais a sala de jantar), também sendo permitida a circulação direta entre zona de convívio social e íntima e de serviço e íntima.

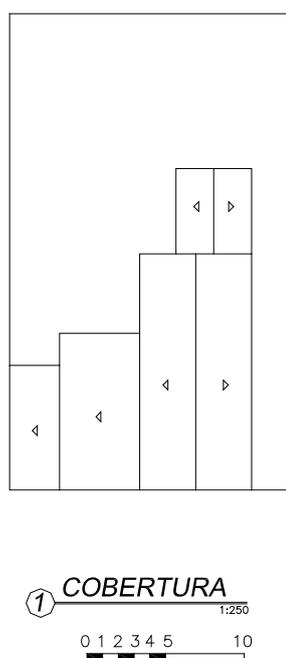


Figura 20: Implantação Casa Maurílio dos Santos

¹⁶⁶ CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. **João Ruiz Martins**. Livro 3S, Folha 233. Cachoeiro de Itapemirim, 30 de dezembro de 1943.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. **João Ruiz Martins**. Livro 3G, Folha 148. Cachoeiro de Itapemirim, 25 de dezembro de 1944.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE MIMOSO DO SUL. **Sebastião Silveira Bastos**. Livro 3J, Folha 37. Mimoso do Sul, 30 de agosto de 1949.

¹⁶⁷ SANTOS, Maurílio. 2008. **Casa Maurílio Santos**. Entrevista concedida a Genildo Coelho Hautequestt Filho, Muqui 12 de janeiro de 2008.

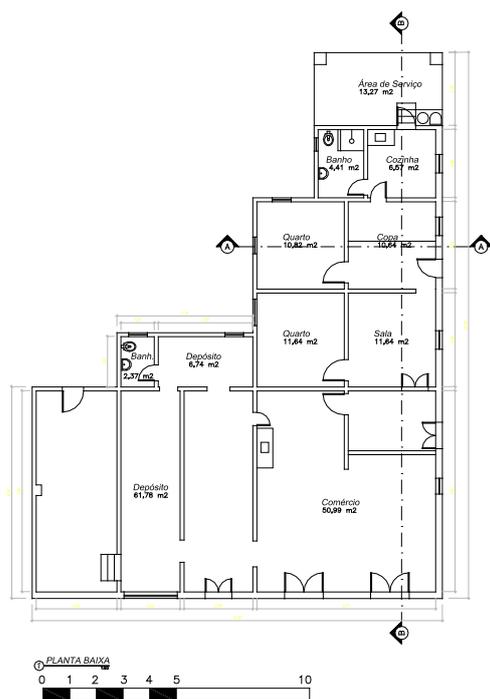


Figura 21: Planta Casa Maurílio dos Santos

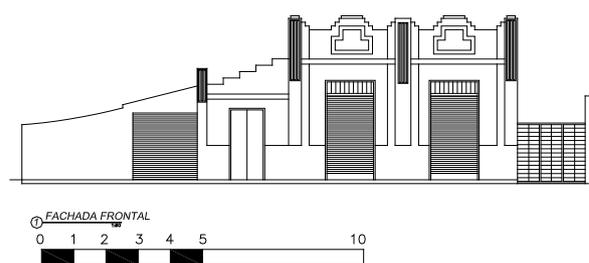


Figura 22: Fachada frontal Casa Maurílio dos Santos

Algumas edificações mesmo sendo mais simples, como por exemplo, a Casa Wilson Barreiros passam a apresentar um esquema funcional mais organizado com circulação direta apenas entre as zonas de serviço, íntima e de convívio social, sem a existência de um cômodo que concentre a circulação entre essas três zonas o que só era comum nas casas de famílias mais abastadas. Outra novidade é que em algumas construções o acesso direto entre as zonas comerciais ao interior da residência passa a ser adotado.

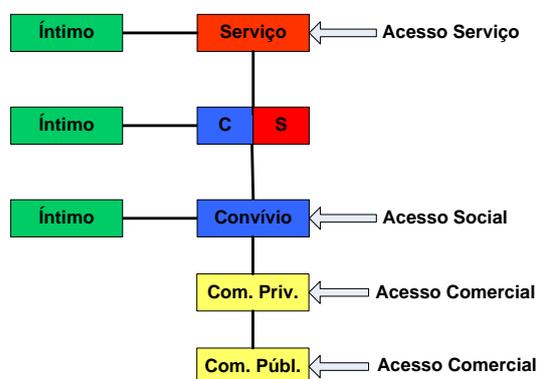


Gráfico 09: Esquema funcional detalhado - Casa Maurílio dos Santos

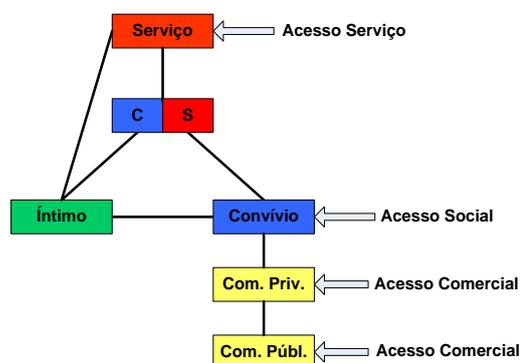


Gráfico 10: Esquema funcional resumido - Casa Maurílio dos Santos

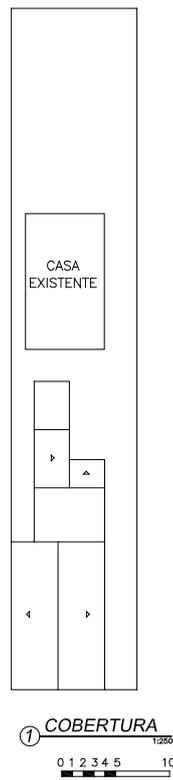


Figura 23: Implantação Casa Wilson Barreiros

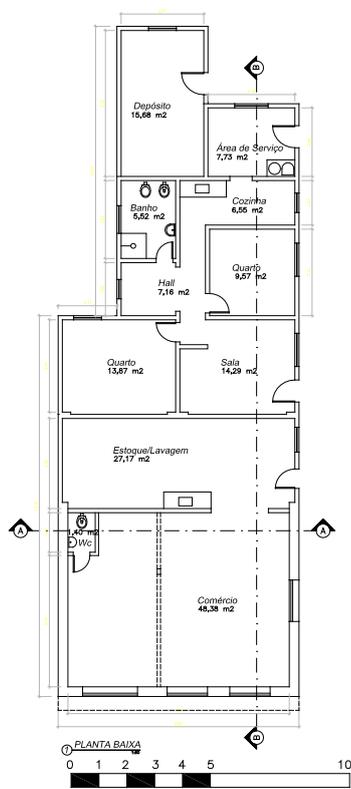


Figura 24: Planta Casa Wilson Barreiros

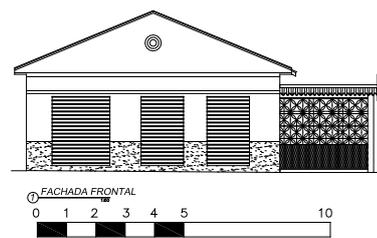


Figura 25: Fachada frontal Casa Wilson Barreiros

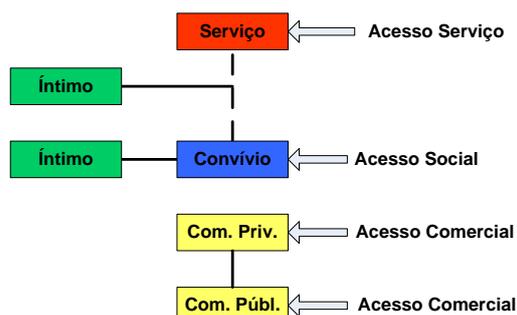


Gráfico 11: Esquema funcional detalhado - Casa Wilson Barreiros

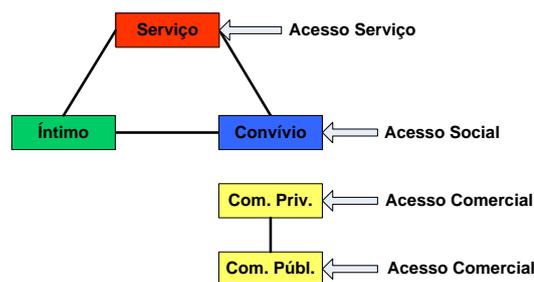


Gráfico 12: Esquema funcional resumido - Casa Wilson Barreiros

3.2.5 Sobrados

Para que possamos estudar os sobrados, foram escolhidas duas das doze edificações de que dispúnhamos do levantamento cadastral (Figuras 6 e 7.), A Casa Bighi, popularmente conhecida como Palacete Bighi, que foi construído em 1927 (Foto 45) e a Casa João Nunes em 1954 (Foto 37), ambas localizadas na Rua Vieira Machado.



Foto 45: Casa Bighi
Autor: Genildo C. H. Filho 2008

Assim como as casas térreas mistas, a maioria dos sobrados está concentrado no centro da cidade na via paralela ao eixo da ferrovia que é composto pelas avenidas Avides Fraga e Getúlio Vargas e pelas ruas Vieira Machado e Coronel Pedro João. Sua principal característica é serem edificados no alinhamento da via pública e possuírem uso comercial no pavimento térreo e residencial no pavimento superior. Dentre as doze edificações dessa tipologia que foram estudadas, podemos destacar quatro que por sua imponência e pela importância econômica das famílias que nelas

habitaram ganharam, da comunidade local, a denominação de palacetes: Bastos, Bighi, Geraldo Viana e Rambalducci, no entanto, o que os difere dos outros sobrados é apenas a posição privilegiada e dimensão, uma vez que os esquemas funcionais são os mesmos das outras casas da época.

Para exemplificar o **Terceiro Período**, estudaremos a **Casa Bighi**, edificada em 1927, a partir de projeto de Alberto Maisoneuve¹⁶⁸ e que teve como empreiteiro Américo Maia¹⁶⁹ e construtor Avides Fraga.¹⁷⁰ A edificação teve cinco proprietários desde sua construção: Joaquim Antônio Caiado, Paulino Cândido Botelho, Antônio Bighi, Ormenzina Bighi Monteiro de Castro e João Antônio Bighi,¹⁷¹ sendo que em 23 de junho de 1932 passou a ser sede do Automóvel Club de Muqui, que foi desativado alguns anos depois.¹⁷²

Os sobrados são as edificações que adquiriram a maior importância na malha urbana de Muqui, não só por seu destaque na paisagem, mas, principalmente, por sua importância econômica. A grande maioria possuía no pavimento térreo ou um ponto comercial ou depósito do café.

O esquema funcional dos sobrados mais imponentes como o Bighi e o Rambalducci (Fotos 45 e 18) não permitia sobreposição de funções das três principais zonas de organização da residência, nos demais, o esquema mais comum é a sobreposição da circulação entre as zonas de convívio social e serviço, através de um cômodo catalisador: a sala de jantar, também sendo permitida a circulação direta entre zona de convívio social e íntima e de serviço e íntima. O acesso à residência é feito por uma escadaria que leva a uma varanda ou em alguns casos, como na Casa Ana Maria Brazil Ayub Binoti, a um avarandado frontal (Foto 29). Não existe acesso direto entre o cômodo comercial ou depósito de café e a residência.

¹⁶⁸ RAIA, Maria da Penha Caldeira. 2009. **Palacete Bighi**. Entrevista concedida a Sandra Maria Sirillo Lourenço, Muqui 21 de fevereiro de 2009.

¹⁶⁹ MAIA, Penha. 2009. **Palacete Bighi**. Entrevista concedida a Sandra Maria Sirillo Lourenço, Muqui 20 de fevereiro de 2009.

¹⁷⁰ BIGHI, João Antônio. 2009. **Palacete Bighi**. Entrevista concedida a Sandra Maria Sirillo Lourenço, Muqui 15 de janeiro de 2009.

¹⁷¹ CARTÓRIO DE TABELIONATO E NOTAS DE MUQUI. **Antônio Bighi**. Livro 2, Folha 249. Muqui, 27 de novembro de 1924.

¹⁷² AUTOMÓVEL CLUB DE MUQUI. **O Muquyense**, Muqui, 23 de junho de 1932.

As plantas desses imóveis são retangulares e com pequenos afastamentos laterais, com exceção dos palacetes, mas com grande afastamento nos fundos. Os telhados são em quatro águas com telha do tipo capa-canal dissimulados por platibanda frontal. Corredores ou halls de distribuição principalmente dos cômodos relacionados a zona íntima, organizam a circulação interna da casa.

Instalações sanitárias estão ligadas à cozinha ou à copa. Grandes varandas funcionam como acesso social e de serviço à residência. Também é comum a existência de uma escada ligada à cozinha que dá acesso aos fundos do lote.

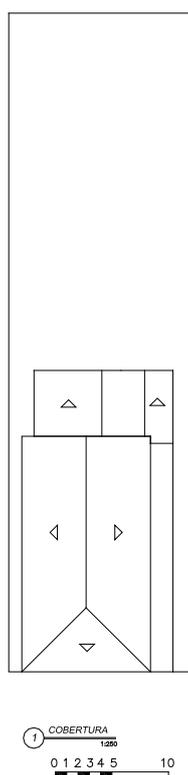


Figura 26: Implantação Casa Bigli

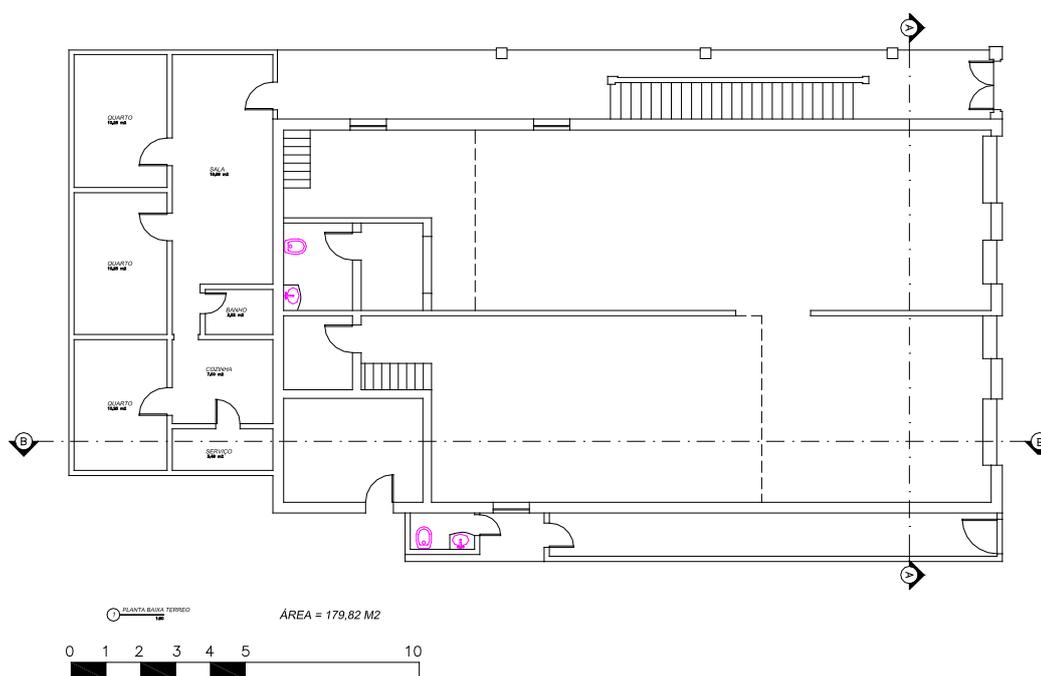


Figura 27: Planta pavimento térreo Casa Bigli - a residência dos fundos foi edificada no final da década de 1990

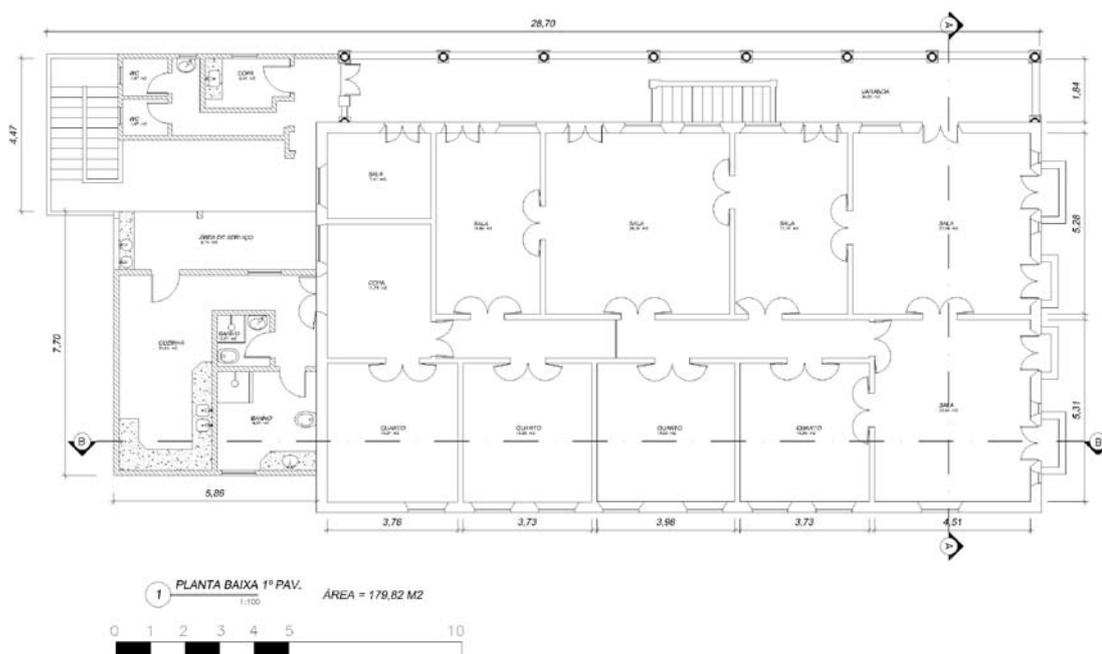


Figura 28: Planta pavimento superior Casa Bigli - a residência dos fundos foi edificada no final da década de 1990

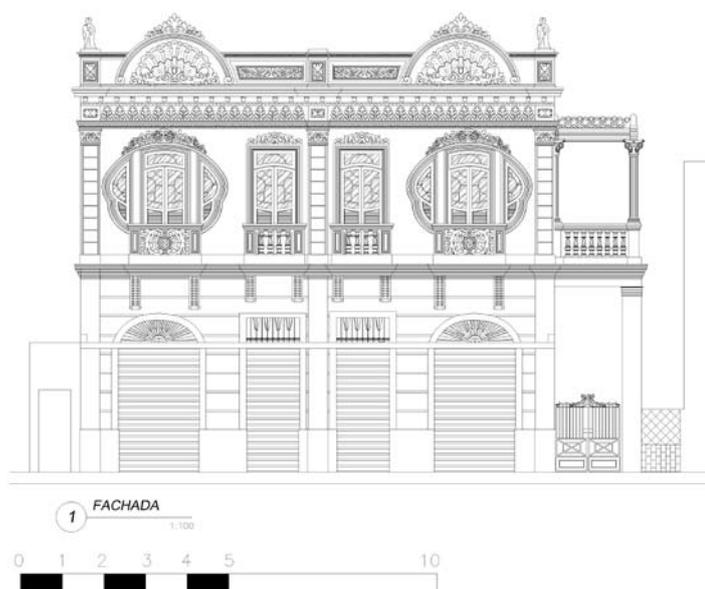


Figura 29: Fachada frontal Casa Bigli

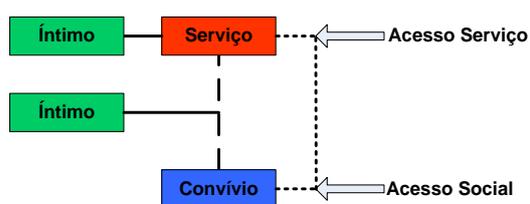


Gráfico 13: Esquema funcional detalhado do pavimento residencial (superior) - Casa Bigli

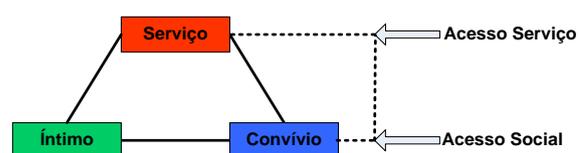


Gráfico 14: Esquema funcional resumido do pavimento residencial (superior) - Casa Bigli

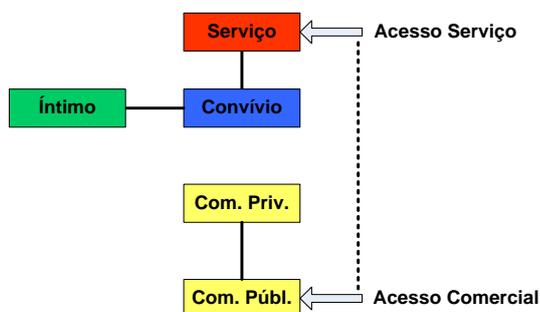


Gráfico 15: Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Casa Bigli

Para exemplificar o **Quarto Período** utilizaremos a **Casa João Nunes** que foi construída em 1954 pelo construtor Olympio Vianna a partir de planta do engenheiro José Brazil Siano,¹⁷³ após Jorge Nunes Acha ter adquirido um sobrado de Anísio e Emília Cheibub.¹⁷⁴ Posteriormente a casa passou por herança para João Batista

¹⁷³ NUNES, João Batista Rodrigues. **Casa João Nunes**. 2008. Entrevista concedida a Sandra Maria Sirillo Lourenço, Muqui 16 de dezembro de 2008.

¹⁷⁴ CARTÓRIO DE TABELIONATO E NOTAS DE MUQUI. **Jorge Nunes Acha**. Livro 36, Folha 38v. Muqui, 13 de outubro de 1952.

Rodrigues Nunes e atualmente para Karina Tâmara Nunes Bertassoni. A construção original era “*um prédio assobradado, assoalhado, coberto de telha, com uma puxada aos fundos, medindo 10,15 m de frente por 18,40 m de lados*”.¹⁷⁵

Basicamente os sobrados desse período mantêm as características do período anterior com apenas duas mudanças básicas: a estética que pode ser observada nas formas geométricas da fachada, na simplificação dos ornamentos e nos materiais de acabamento, e a funcional com uma novidade na circulação, que passa a ter a zona de convívio social como centro das outras duas zonas (serviço e íntima). Nesse período os banheiros descolam-se das cozinhas e/ou copas e surgem as suítes.

O pavimento térreo, que normalmente era ocupado por uma grande loja, passa a ser ocupado por diversos pontos comerciais, sendo que normalmente cada porta passa a abrigar um cômodo distinto.

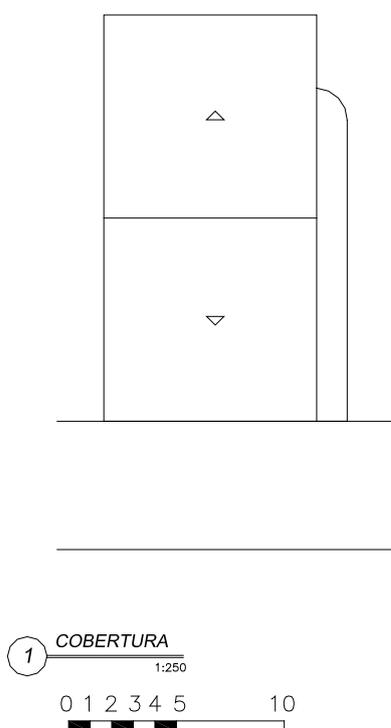


Figura 30: Implantação Casa João Nunes

¹⁷⁵ CARTÓRIO DE TABELIONATO E NOTAS DE MUQUI. **Jorge Nunes Acha**. Livro 36, Folha 38v. Muqui, 13 de outubro de 1952.

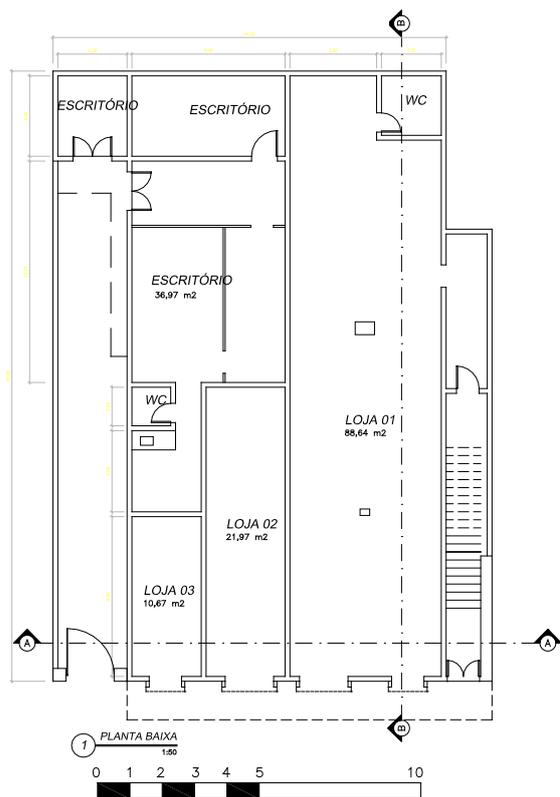


Figura 31: Planta pavimento térreo Casa João Nunes

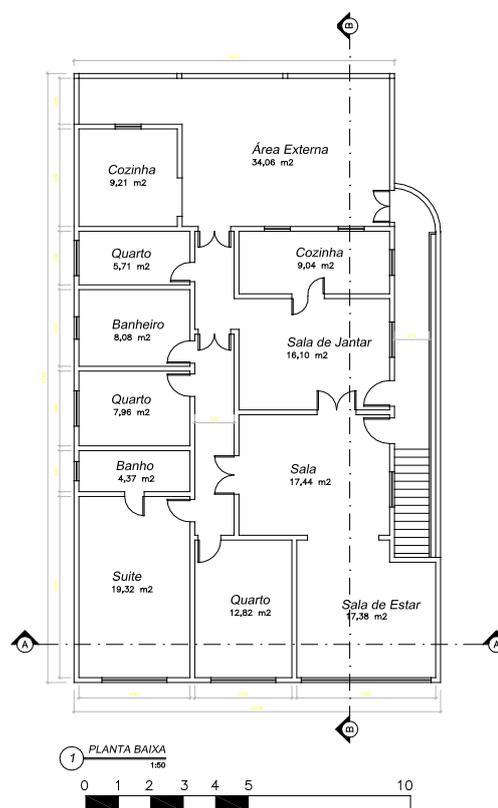


Figura 32: Planta pavimento superior Casa João Nunes

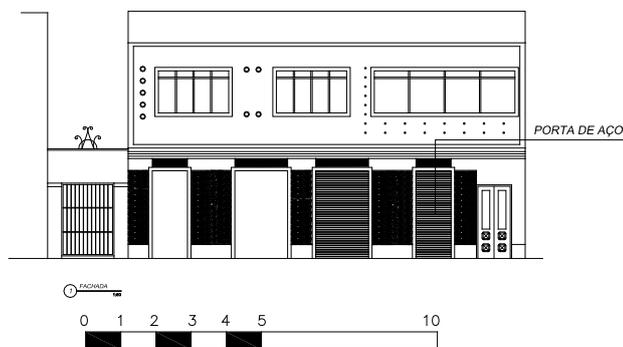


Figura 33: Fachada frontal Casa João Nunes

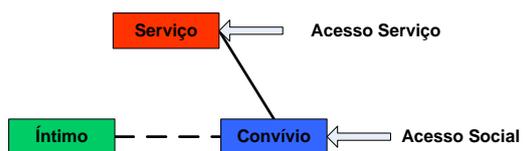


Gráfico 16: Esquema funcional detalhado do pavimento residencial (superior) - Casa João Nunes

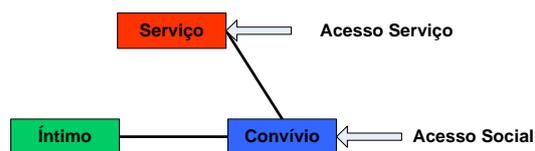


Gráfico 17: Esquema funcional resumido do pavimento residencial (superior) - Casa João Nunes

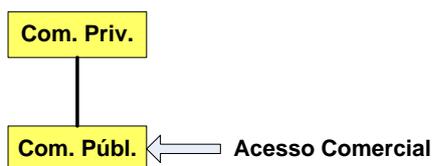


Gráfico 18: Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Casa João Nunes

3.2.6 Armazéns

Para que possamos estudar essa tipologia, foram escolhidas duas das seis edificações de que dispúnhamos do levantamento cadastral, o Armazém Sérgio Costa Ribeiro (Foto 46) e a Casa da Farinha (Foto 47).



Foto 46: Armazém Sérgio Costa Ribeiro
Autor: Genildo C. H. Filho 2008



Foto 47: Casa da Farinha
Autor: Genildo C. H. Filho 2011

Os armazéns comerciais estão concentrados em duas regiões da cidade: a Praça da Bandeira, grande região comercial onde a maioria dos imóveis pertencia a sírio-libaneses e a Rua dos Operários. Tratam-se de construções estritamente comerciais que funcionavam como armazéns destinados ao estoque e comercialização de café ou a pequenas indústrias, hoje desativadas.

O **Armazém Sérgio Costa Ribeiro** foi construído em 1925 por Siro Tedoldi, no lugar onde primitivamente existia uma edificação que já havia pertencido anteriormente a Vicente Cândido Ferreira depois a Elias Assad e por último a José Assad. Depois de reformado o imóvel pertenceu a Antônio Bronzetti, Fábio Andrade Maia, Alcides

Nunes Acha e a Emanuel Britto Ribeiro.¹⁷⁶ A edificação manteve-se dês de sua reforma com o uso primeiro de depósito do armazém de secos e molhados pertencente à família Britto e posteriormente como depósito de café¹⁷⁷ até o ano de 2005 quando passou a ser utilizado como depósito da Prefeitura Municipal. Com a morte de Emanuel, passou a pertencer a seu filho Sérgio Costa Ribeiro.¹⁷⁸

A **Casa da Farinha** foi uma das mais importantes indústrias da cidade. O imóvel foi aforado em 2 de janeiro de 1935 por Elias J. Haddad, no entanto após sucessivas reformas ganhou a atual configuração em 1963 quando foi ampliado por Elias Haddad para a produção da “Farinha Áurea” que era exportada para o Rio de Janeiro.¹⁷⁹

Um prédio que serve de armazém construído em três etapas, em terreno aforado ao Patrimônio São João Batista em 2 de janeiro de 1935 sito à rua Jerônimo Monteiro [...] construção de mais ou menos 11 m de frente por 8 m de fundos, piso cimentado na mesma linha da primeira etapa e construção de mais ou menos 16,05 m de frente por 12,45 m de fundos com piso de cimento construído nos fundos dos pavimentos que faceiam com a rua, considerando frente a entrada lateral esquerda do prédio que é todo coberto de telhas canal de barro e de paredes duplas [...].¹⁸⁰

Os armazéns comerciais ou industriais mantiveram as mesmas características nos dois períodos estudados, sofrendo apenas mudanças estéticas que podem ser vistas no tratamento das fachadas e nos materiais de acabamento utilizados. São invariavelmente implantados no alinhamento da via pública sem afastamentos laterais, sendo que a maioria também não possui afastamento nos fundos do lote. O telhado normalmente é em quatro águas sendo que a telha mais usada no terceiro período é a tipo capa-canal e no quarto período a francesa.

Seu esquema funcional também não varia possuindo uma zona comercial de acesso público e outra de acesso privado, onde localizam-se cômodos destinados aos serviços administrativos e sanitários.

¹⁷⁶ CARTÓRIO DE TABELIONATO E NOTAS DE MIMOSO DO SUL. **Emanuel Britto Ribeiro**. Livro 4-C, Folha 213. Mimoso do Sul, 7 de junho de 1954.

¹⁷⁷ CIRILLO, Lélío. 2009. **Armazém Sérgio Costa Ribeiro**. Entrevista concedida a Sandra Maria Sirillo Lourenço, Muqui 12 de fevereiro de 2009.

¹⁷⁸ RAMBALDUCCI, Ney Costa. 2009. **Memórias de Muqui**. Entrevista concedida a Genildo Coelho Hautequestt Filho, Muqui 26 de fevereiro de 2009.

¹⁷⁹ NANTET, Elizabeth. 2008. **Elias J Hddad**. Entrevista concedida a Genildo Coelho Hautequestt Filho, Muqui 15 de maio de 2008.

¹⁸⁰ CARTÓRIO DE TABELIONATO E NOTAS DE MUQUI. **Elias J. Haddad**. Livro 3-B, Folha 179. Muqui, 5 de agosto de 1963.

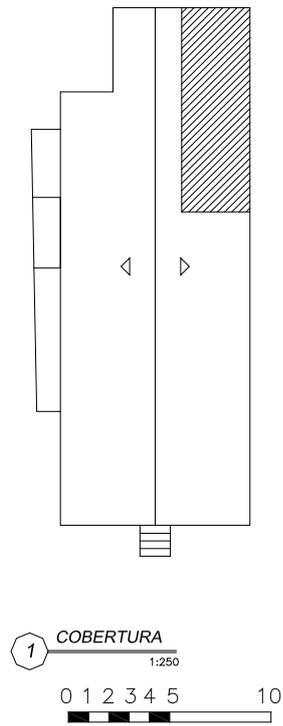


Figura 34: Implantação Armazém Sérgio Costa Ribeiro

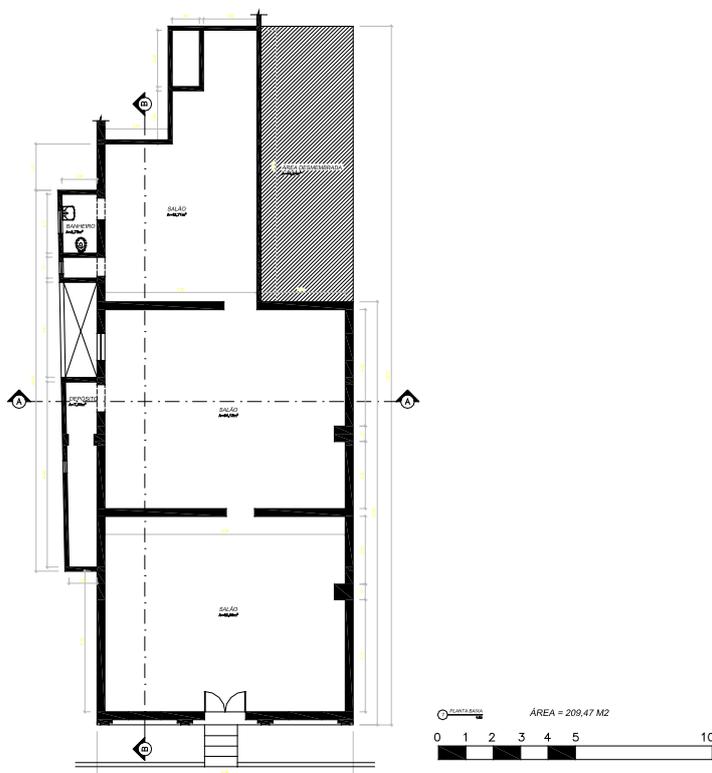


Figura 35: Planta Armazém Sérgio Costa Ribeiro

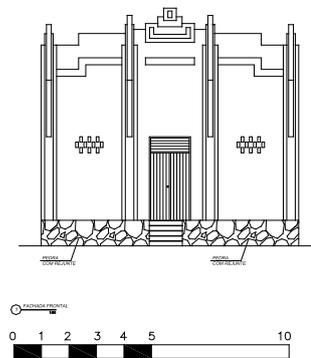


Figura 36: Fachada frontal Armazém Sérgio Costa Ribeiro

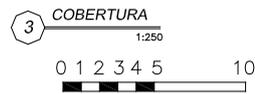
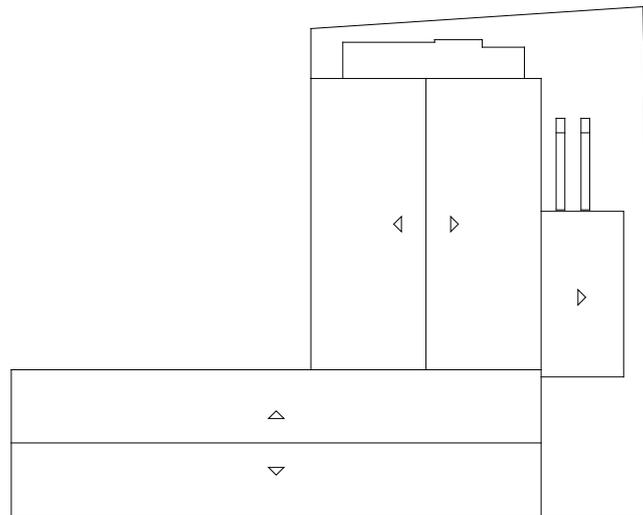


Figura 37: Implantação Casa da Farinha

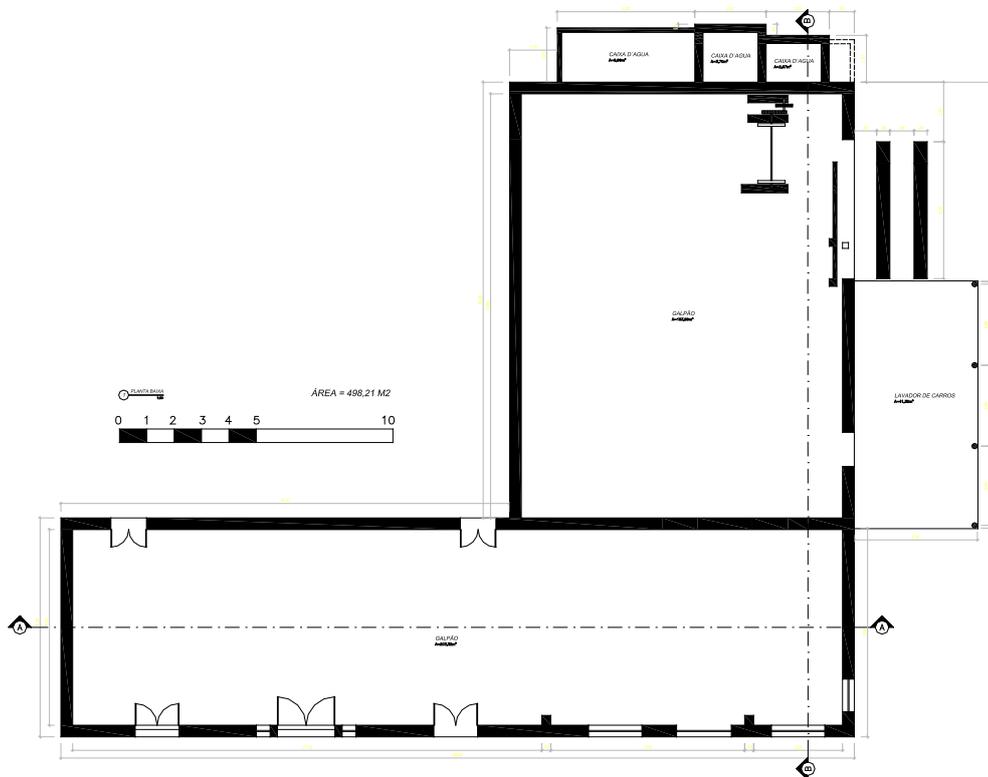


Figura 38: Planta Casa da Farinha

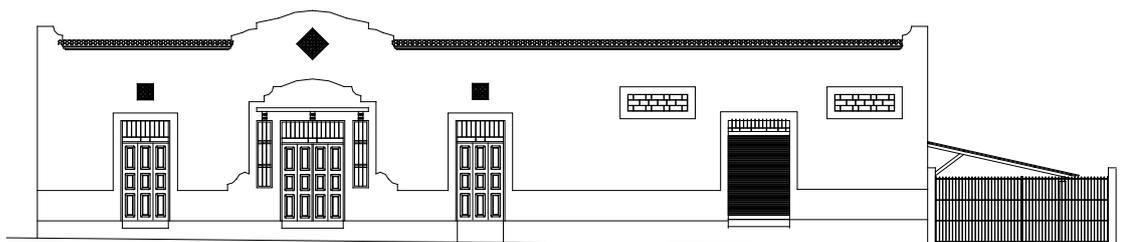


Figura 39: Fachada frontal Casa da Farinha

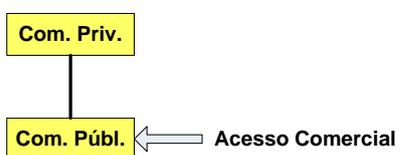


Gráfico 19: Esquema funcional resumido dos armazéns

4 MATERIAIS E TÉCNICAS

Conhecer os materiais e técnicas empregadas na arquitetura remanescente em Muqui é relevante por vários motivos: o primeiro é que o município é detentor de um significativo patrimônio arquitetônico para o estado do Espírito Santo e para o Brasil; o segundo é que Muqui, hoje tombada pelo conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo, está em vias de se tornar patrimônio nacional, o que confirmará ainda mais sua importância no contexto histórico e cultural brasileiro; o terceiro é que a cidade passou por vários ciclos de desenvolvimento e decadência que podem ser compreendidos não só pelas tipologias impressas em sua arquitetura remanescente, como também nos materiais e técnicas empregados; e o quarto é que o conhecimento de materiais e técnicas tradicionais permitirá a melhor orientação das obras de reforma e restauração dos imóveis tutelados.

As intervenções no patrimônio arquitetônico envolvem um elevado grau de conhecimento técnico e de consciência de seus intervenientes e proprietários, por esse motivo, estudar materiais e técnicas poderá ajudar na difícil relação entre a manutenção do antigo e a renovação impulsionada pelas mudanças sociais e tecnológicas. Intervir no patrimônio requer humildade face ao que ele representa: saber e trabalho humano.

Atualmente as universidades formam profissionais mais preocupados com o emprego de novas técnicas construtivas do que com a preservação de edifícios construídos no passado e que com o tempo, tornaram-se referência por terem adquirido valores histórico, artístico, estético, cultural, econômico, ambiental e porque não tecnológico?¹⁸¹ Por esse motivo, conhecer materiais e técnicas tradicionais contribuirá para a conservação preventiva e sustentável dos edifícios remanescentes não só em Muqui, mas em muitas outras localidades brasileiras que ainda preservam construções do período investigado.

¹⁸¹ “O ‘valor tecnológico’ consiste no valor das soluções técnicas espelhadas nas intenções, na construção e na execução das alterações de um edifício” (MATEUS. João Mascarenhas. **Técnicas Tradicionais de Construção de Alvenarias**. A literatura técnica de 1750 a 1900 e o seu contributo para a conservação de edifícios históricos. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. p. 15).

Conhecer as técnicas e os materiais empregados na construção de edifícios significa preservar conhecimentos que são a base do valor do patrimônio edificado. *“Preservar este conhecimento técnico é preservar uma parcela importante do sentido e da autenticidade do monumento edificado”*.¹⁸²

A partir do advento da revolução industrial, as edificações que mantinham até então um caráter fortemente regional, com a industrialização e o conseqüente barateamento dos materiais de construção, passam a possuir um caráter mais universal. Entre as bases das construções encontramos como principais componentes materiais a terra, a madeira, a pedra, a cerâmica, as argamassas o ferro e o vidro.

Para Mark¹⁸³ a arquitetura monumental expressa uma fusão entre arte, cultura, necessidades sociais e tecnologia. Para estudar um edifício monumental (de arquitetura erudita), normalmente os historiadores trabalham a análise formal, pouco se investiga a tecnologia empregada nas construções. Atualmente o estudo dos edifícios transcende seus aspectos formais, baseando-se na análise estrutural para a melhor compreensão das intenções de seus construtores, para tanto, é fundamental considerar as características físicas dos materiais de construção e seu emprego na arquitetura.

A arquitetura popular é compreendida por Weimer¹⁸⁴ como aquela sem assinatura pessoal, portanto, de autoria coletiva. Os edifícios são construídos de determinada maneira, simplesmente porque é dessa maneira que se constroem edifícios. Certas técnicas, embora tenham origem erudita, com o tempo passam para o domínio público, tornando-se, portanto, populares. Por ser a arquitetura um fenômeno eminentemente cultural, as interações entre as culturas são muito difíceis de serem mensuradas. No caso do Brasil, é mais difícil ainda, principalmente porque na formação do povo brasileiro, encontramos diversas etnias indígenas, negras e européias, para falar apenas das mais significativas.

¹⁸² RIBEIRO, Nelson Pôrto. **Alvenarias e argamassas: restauração e conservação**. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2009. p. 12.

¹⁸³ MARK, Robert (ed.). **Tecnología Arquitectónica Hasta la Revolución Científica: Arte y estructura de las grandes construcciones**. Madrid: Ediciones Akal, 2002. p. 15.

¹⁸⁴ WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. P. XIV.

Para Lúcio Costa a arquitetura erudita parte do princípio de estar sujeita a uma intenção plástica, portanto, as técnicas construtivas vão a reboque dessa intenção pois, determinada técnica é escolhida mediante as demais existentes por permitir conseguir os objetivos plásticos desejados. Na arquitetura popular acontece exatamente o contrário uma vez que a forma plástica é o resultado das técnicas e materiais empregados. Entretanto, *“a relação dialética entre forma e cultura não pode ser derivada de um resultado mecânico do emprego de uma técnica e de um elenco limitado de materiais”*.¹⁸⁵

Para analisar materiais e técnicas empregadas na arquitetura remanescente em Muqui primeiramente é necessário compreender tratar-se de uma arquitetura com certo grau de erudição, principalmente porque a maior parte dos edifícios foi edificada por construtores que, com o passar dos anos, ganharam certa projeção e status na região. Também é necessário compreender que a arquitetura do município, como já foi dito no capítulo anterior, desenvolve-se em quatro períodos: primeiro que vai de 1838 a 1887, segundo que vai de 1888 a 1918, terceiro que vai de 1919 a 1935 e quarto que vai de 1936 até o final da década de 1970. Mais uma vez é importante ressaltar que essas datas não são exatas e sim aproximadas e que foram definidas em função de fatos vinculados a história local. Também é preciso destacar que a cidade surgiu a partir de migrantes provenientes do Vale do Paraíba, italianos e portugueses já em sua segunda ou terceira geração, além disso, também contribuíram para a formação cultural da cidade o grande contingente de samarinenses que chegou no final do século XIX e de sírio-libaneses a partir da década de 1910, sem falar dos negros provenientes das fazendas escravocratas estabelecidas na região.

4.1 TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

Técnicas construtivas são o conjunto de procedimentos e recursos necessários a construção de um edifício. As técnicas, que são empregadas pelo homem ao longo

¹⁸⁵ WEIMER, 2005, p. XLIII.

do tempo, refletem os modos de vida dos povos em cada época e cada lugar, sendo transmitidas às novas gerações empiricamente ou através de publicações técnicas. A cada geração são aperfeiçoadas e, principalmente a partir da revolução industrial, são difundidas por todo o mundo.

As técnicas construtivas são o testemunho da história e da memória de uma edificação, portanto, seu estudo e sua preservação são fundamentais para a manutenção da integridade das mesmas.

4.1.1 Estruturas de madeira

Tanto as edificações em taipa de mão (pau-a-pique) como as de alvenaria de vedação ou portantes utilizam a estrutura de madeira como esqueleto. Essa estrutura consiste na amarração de quadros compostos por esteios que são fincados no chão ou apoiados em alicerces de alvenaria (Foto 48). Quando são enterrados, seus pés costumam manter a espessura original da madeira natural, sendo queimados para que o carvão proteja o cerne da umidade do solo. Na parte inferior recebem os baldrames que suportam os barrotes onde é fixado o soalho. Na parte superior recebem os frechais onde os caibros do telhado são fixados.

As emendas das peças estruturais demonstram grande apuro técnico dos carpinteiros, pois são executadas nos sistemas conhecidos como meia-madeira (Foto 49) ou calda de andorinha (Foto 50), onde as peças são fixadas com tarugo de madeira ou ferro.

As espécies de madeira mais utilizadas são as que possuem maior resistência e que são abundantes na região como braúna, ipê, sapucaia, canela-sassafrás, canela-tapinhoã.



Foto 48: Estrutura Casa Mariinha Fraga
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 49: Estrutura paiol Fazenda Santa Rita
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 50: estrutura da varanda frontal da Fazenda Santa Rita
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010

4.1.2 Estruturas de pedra

A durabilidade e a resistência a compressão são as principais vantagens de se utilizar a pedra, seu uso pode ser na forma de alicerce corrido (Foto 51) ou de sapatas de pilares. Outra utilização é em muros de arrimo (Foto 52) quando são utilizadas pedras brutas e lascadas irregularmente com juntas de cimento.



Foto 51: Alicerce da ruína da senzala da Fazenda Santa Rita
Autor: Genildo C. H. Filho, 2001



Foto 52: Muro de arrimo da Casa Rambalducci
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010

4.1.3 Estruturas de tijolos

Embora sejam produzidos para erguer paredes, os tijolos também são utilizados em fundações associadas a pedras e argamassas (Foto 53). Nas paredes são utilizados como vedação associados a estruturas de madeira ou de concreto nas construções mais recentes ou com função estrutural, sempre assentados com argamassa à base de areia, cal e/ou argila, rebocados com argamassa também dos mesmos materiais.

Estruturados na forma de abóbadas são utilizados na estrutura de escadas e também em baldrames de casas de porão alto (Foto 54).



Foto 53: Porão Casa Maria Inês Vilela
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 54: Porão Casa Maria Inês Vilela
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010

4.1.4 Estruturas de barro

Em Muqui não encontramos estruturas de adobe, no entanto, o barro é utilizado como massa de assentamento, de reboco ou de preenchimento no caso de paredes de taipa de mão.

4.1.5 Estruturas de ferro

O uso estrutural do ferro acontece de diversas maneiras, quase sempre vinculado a madeira ou a estrutura de concreto armado (Fotos 55 e 56). Os pregos são utilizados para unir estruturas de espessuras reduzidas como ripas, tábuas de piso ou de forro ou dobradiças. Os ferrolhos utilizados para unir peças de maior espessura com as alvenarias e também cintas, grampos braçadeiras e tirantes. Colunas de ferro fundido ornamentado também são utilizadas, juntamente com perfis em “I” do tipo trilho de trem.



Foto 55: Estrutura Casa Maria Inês Vilela
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 56: Estrutura Casa Maurílio dos Santos
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010

4.1.6 Estruturas dos vãos

Os vãos das paredes portantes são executados de diversas maneiras possuindo as seguintes formas: arco pleno, arco abatido, arco ogival, verga reta e vergas de formatos diversos. Nas vergas retas normalmente é a madeira, do marco da abertura que costuma estruturar o vão.

4.2 ELEMENTOS CONSTRUTIVOS

Para que haja maior compreensão acerca do emprego e da evolução dos materiais e técnicas utilizados nas edificações produzidas durante o ciclo cafeeiro em Muqui, identificaremos os principais elementos construtivos e o emprego dos mesmos durante os quatro períodos de desenvolvimento da arquitetura remanescente local.

4.2.1 Paredes

São elementos destinados ao fechamento e divisão de ambientes, podendo ter apenas a função de vedar ou também a função estrutural. No universo estudado, as paredes estruturais são executadas com tijolos maciços assentados de maneira a suportar a carga das estruturas dos pavimentos superiores (Foto 59). Já as paredes de vedação podem ser executadas tanto com os tijolos maciços com estrutura de madeira (Foto 58) como com pau a pique (foto 57), que é estruturado em furos nos baldrames e linhas (frechais), onde são encaixados troncos roliços de palmito ou falquejados e dispostos horizontalmente amarrados nas guias com cipó ou corda, criando a estrutura que é preenchida com a argamassa que tem como base o barro e cal (Figuras 40 e 41).

As paredes das construções laborais rurais como paióis e tulhas, também podem ser executadas com tábuas de madeira fixadas em um esqueleto estrutural também de madeira.

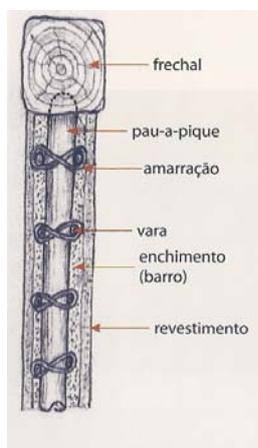
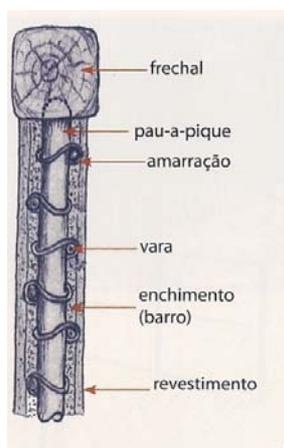


Figura 40: Estrutura de parede de pau a pique
Fonte: NOLASCO, 2008, p. 63.

Figura 41: Estrutura de parede de pau a pique
Fonte: NOLASCO, 2008, p. 63.

Foto 57: Parede de vedação de pau a pique – casa de colono Fazenda Candura
Autor: Genildo C. H. Filho, 2008



Foto 58: Parede de vedação, casa de colono Fazenda Santa Rita
Autor: Genildo C. H. Filho, 2008

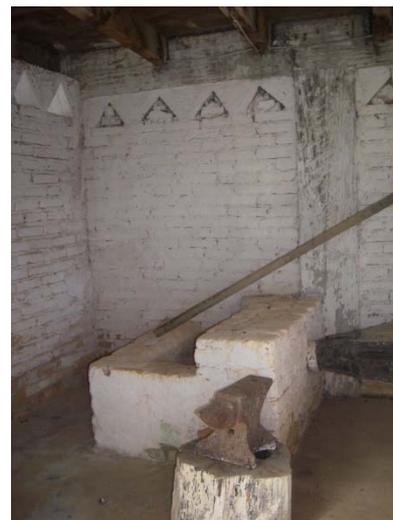


Foto 59: Parede estrutural da Fazenda dos Andes
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010

4.2.2 Vãos

As portas das edificações residenciais são normalmente em madeira e possuem duas folhas. Nas edificações mais simples, principalmente do primeiro e do segundo períodos as folhas são executadas em madeira inteiriça, nas mais abastadas as portas ganham almofadas (Foto 60) mais ainda assim pouco rebuscadas. No terceiro período as portas ganham desenhos mais caprichosos sendo as venezianas (Foto 61) a grande novidade. No quarto período as casas ganham portas de uma só folha lisas (cômodos das zonas íntima e de serviço) almofadadas ou com desenhos geométricos na zona social. As portas das casas comerciais que no segundo período eram de madeira, começam nos períodos posteriores a ser substituídas por portas de aço de enrolar. Em todos os casos as vergas são retas.

As janelas que no primeiro e segundo períodos possuíam vergas retas e eram em guilhotina (Foto 62) com duas folhas de abrir para dentro e nas residências mais simples de duas folhas de abrir construídas no mesmo sistema das portas, no terceiro período ganham desenhos mais elaborados e vergas de diversas formas geométricas (Foto 63) algumas em formatos ovais (Fotos 64 e 65), no entanto, as vergas retas ainda predominam. As venezianas e os vidros coloridos são a característica das esquadrias desse período.



Foto 60: Porta do acesso principal da Fazenda Santa Rita
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 61: Porta principal da Casa Ana Fraga
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010

No quarto período as esquadrias ganham desenhos mais simples sendo que os panos de vidro são ampliados (Fotos 38 e 66). Nessa época cozinhas e banheiros ganham básculas de ferro. Algumas fachadas ganham grandes janelas de ferro.

Tanto portas como janelas possuem bandeiras fixas na parte superior ou em alguns casos nas laterais quando se trata de esquadrias mais elaboradas. Nas casas comerciais as bandeiras são normalmente na forma de grades em ferro fundido. Algumas portas-sacadas e janelas do terceiro período são termais, possuindo três folhas sendo que a terceira é articulada a uma das laterais (Fotos 79 e 80).



Foto 62: Janela da Fazenda Santa Rita
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 63: Casa Américo Maia
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 64: Porta-sacada Casa Bigli
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 65: Porta-sacada Casa Ney Rambalducci
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 66: Casa Penha Maia
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010

4.2.3 Forros

Normalmente em madeira nos três primeiros períodos, os forros “evoluem” apenas na forma e no acabamento. Os mais comuns nos dois primeiros períodos são os forros tipo saia e camisa, já no terceiro período, ganham grande destaque principalmente nos cômodos mais importantes como as salas. Nessa época surgem os “respiradores” (Fotos 67 e 68) que são aberturas junto ao forro que tem como função deixar o ar quente sair pelo teto. Dentre todos os forros remanescentes na cidade merecem destaque o da Casa Bighi (Foto 69) por seu desenho caprichoso e apuro técnico e o da Casa Marta Rodrigues (Foto 70) executado em placas de zinco.

Os cômodos do setor íntimo recebem forros em madeira de dez a quinze centímetros de largura, encaixados tipo macho-fêmea, e os cômodos de serviço ou não possuíam forro ou esses eram executados em taquara trançada. Nas varandas das casas de famílias mais abastadas, auto-relevos em estuque (Fotos 71 e 72) emoldurando o teto são a regra.

A partir do quarto período os tetos ficam mais simples e os forros são aos poucos substituídos por lajes de concreto armado. O máximo de decoração dos tetos passa a ser um pequeno detalhe executado em gesso.



Foto 67: Respirador do forro da Casa Ana Maria Brasil Ayub Binoti
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 68: Forro com respirador da Casa Ney Rambalducci
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 69: Forro da sala de estar do Palacete Bighi
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 70: Forro da sala de estar da Casa Marta Rodrigues
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 71: Varanda da Casa Maria Inês Vilela
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 72: Detalhe do forro em estuque da varanda da Casa Ana Fraga
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010

4.2.4 Pisos

Nas edificações rurais do primeiro período, os pisos de tábua corrida com largura variando entre vinte e quarenta centímetros são utilizados nas zonas social e íntima. Na zona de serviço utiliza-se normalmente piso cimentado.¹⁸⁶ Terreiros de café quando não eram em terra batida eram em forma de lajeado de pedra.¹⁸⁷

¹⁸⁶ Na verdade o piso cimentado é o que chegou até nós, sendo possivelmente fruto de intervenções posteriores no imóvel.

¹⁸⁷ Termo utilizado pela comunidade local para designar o piso dos terreiros de café que utilizam pedra.

Nas edificações do terceiro período o piso das zonas social e íntima é de madeira. Nas residências mais simples mantêm-se a madeira de largura variando entre vinte e quarenta centímetros (Foto 73) e, nas mais abastadas, os pisos possuem a largura regular entre dez e quinze centímetros, sendo que na zona social ganham desenhos geométricos mais caprichosos (Foto 74). Os pisos da zona de serviço, dos banheiros e dos avarandados, são em ladrilho hidráulico (Fotos 25 e 71) formando desenhos variados. Nas escadas, são de mármore de Carrara (Foto 24), de pedra (Foto 75) ou cimentados (Foto 76). Já os pisos dos “puxadinhos de serviço” normalmente destacados do corpo principal da casa são cimentados.

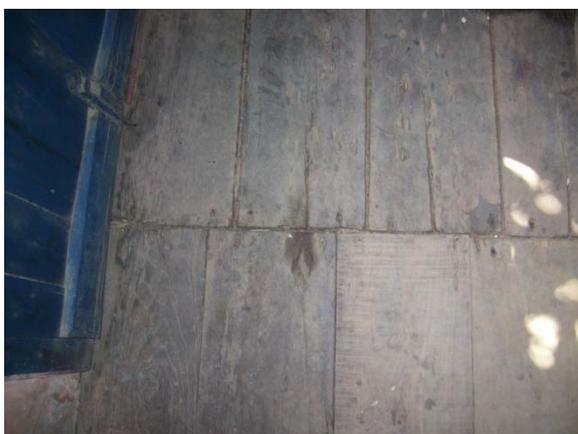


Foto 73: Piso da Casa Maurílio Santos
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010

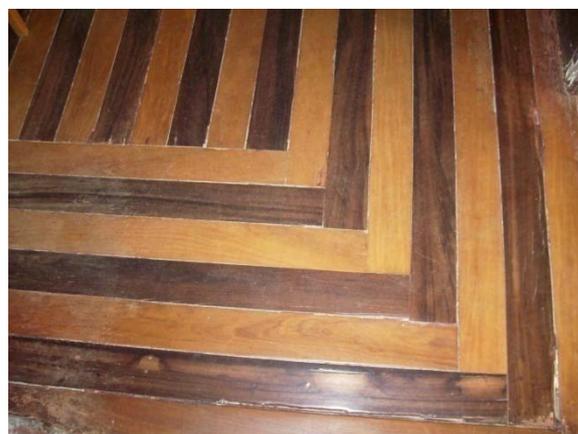


Foto 74: Piso da sala de jantar da Casa Marta Rodrigues
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010

No quarto período zonas íntima e social possuem pisos em tacos de madeira de cores diferentes que formam desenhos geométricos (Foto 40), nos pisos da zona de serviços mantêm-se os ladrilhos hidráulicos, no entanto são acrescentados outros materiais como ladrilhos cerâmicos (Foto 77) e pastilhas cerâmicas quadradas ou hexagonais de 1 cm (Foto 78).



Foto 75: Escada da Casa Bastos
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 76: Escada da Casa Ney Rambalducci
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010

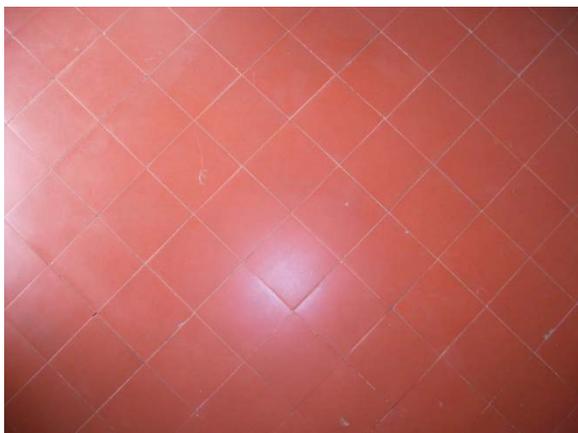


Foto 77: Piso da varanda da Casa Léia Fragoso
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 78: Banheiro da Casa Léia Fragoso
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010

4.2.5 Coberturas

No início do processo de ocupação as coberturas em duas águas eram executadas com madeira roliça e palha, com a consolidação da ocupação e a construção das sedes definitivas das fazendas as coberturas passam a ser de duas ou quatro águas com telhas do tipo canal com beirais generosos. Senzalas e casas de colono permaneceram com telhados em duas águas, já nas sedes, os telhados passaram a ser de quatro águas. Com a formação do núcleo urbano, no segundo período, mantêm-se os telhados em duas ou quatro águas e as telhas canal, no entanto, os códigos de obras da época proíbem a utilização das coberturas de palha nas vilas.¹⁸⁸ Pelas fotos antigas podemos observar uma grande preferência por telhados de duas águas. No terceiro período por força do Decreto nº 3 de sete de novembro de 1912,¹⁸⁹ as casas ganham platibandas e calhas metálicas e os telhados das edificações mais abastadas passam a ter quatro águas, sendo que em alguns casos as coberturas das áreas de serviço são rebaixadas em relação ao corpo principal do telhado. Algumas edificações começam a receber coberturas mais complexas. No quarto período as construções começam a ganhar telhados mais elaborados com várias águas e níveis distintos e são introduzidas as telhas francesas e as platibandas em algumas construções residenciais térreas são novamente abolidas.

4.2.6 Alpendres, varandas e balcões

Obrigatórios nas edificações residenciais térreas ou nos sobrados de Muqui, são importantes elementos de composição das fachadas. Embora tenham como função comum guardar das intempéries as pessoas que tem acesso às edificações, e possibilitar a integração interior exterior, alpendres, varandas e balcões possuem partidos e conceitos distintos.

O **alpendre**, que de acordo com Corona e Lemos¹⁹⁰ é de influência ibérica, apresenta-se como local destinado à seleção de pessoas estranhas ao ceio familiar,

¹⁸⁸ Conforme exemplificado no Capítulo 2.1.2 página 57.

¹⁸⁹ Conforme exemplificado no Capítulo 2.1.2 página 57.

¹⁹⁰ Corona e Lemos, 1972, p. 67, 32-36, 302 e 468.

um abrigo sobre a porta de acesso a uma residência que possui uma cobertura sustentada por colunas. Já a **varanda** é na verdade um alpendre de grandes dimensões que também tem como função a ampliação dos espaços de estar da família. Já o **balcão** é um balanço situado na fachada de um edifício, guarnecido por um peitoril ou grade.

No primeiro período o acesso ao corpo principal da fazenda era feito através de um pequeno alpendre que, com o passar dos anos acabou, em alguns casos, sendo transformado em um grande avarandado, como é o caso da Fazenda Santa Rita (Fotos 2 e 13). Nas construções urbanas do segundo período, como demonstram as fotos de época (Fotos 3, 6, 8 e 9), o alpendre some e o acesso é feito diretamente a partir da via pública. No terceiro período surgem os grandes avarandados (Fotos 22, 25, 32, 33 e 71) por onde se tem acesso às casas de famílias mais abastadas, nas edificações operárias o acesso é feito diretamente a partir da via pública ou por pequenos alpendres engastados nas fachadas. Em alguns sobrados as sacadas são substituídas por grandes avarandados (Fotos 28 e 29) que ocupam toda a extensão da fachada do pavimento superior. O acesso às edificações térreas mistas é feito por uma pequena varanda lateral ou por um corredor descoberto na lateral do imóvel. Normalmente nos fundos das edificações, anexado à zona de serviços, existe uma pequena varanda que dá acesso ao quintal.

Nas edificações residenciais térreas do quarto período, pequenos alpendres (Fotos 42 e 79) e integrados à fachada principal passam a ser comuns novamente e alguns sobrados apresentam um grande avarandado frontal fechado por esquadrias de ferro e vidro.

4.2.7 Escadas

Na maior parte das edificações as escadas de acesso são elementos muito importantes em sua composição estética. Normalmente elas conduzem a um espaço de transição e integração entre interior e exterior, que configura-se como alpendre, varanda ou loggia.



Foto 79: Casa Marcondes Petrágia
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010

No primeiro período as casas de fazenda eram edificadas em local privilegiado, onde o senhor pudesse controlar todo trabalho da propriedade e também pudesse avistar os visitantes que ali chegavam. Dessa maneira, o porão era utilizado como cômodo de depósito ou serviços e as escadas de acesso eram construídas em madeira, tijolo ou em pedra lavrada, de acordo com as posses do proprietário da fazenda. Nas edificações urbanas do segundo período, a escada de acesso é um elemento raro nas edificações térreas, e, nos sobrados, não ficam a vista, conforme podemos verificar nas imagens da época (Fotos 6 e 7). No terceiro período ganham destaque sendo sempre externas, nas edificações térreas dão acesso a uma grande varanda ou a um alpendre e nos sobrados a um grande avarandado lateral ou à uma loggia. Os pisos utilizados são de mármore de Carrara, pedra ou cimentados. No quarto período as pequenas varandas ou alpendres, que normalmente localizavam-se na lateral dos imóveis passam a ser construídos em sua parte frontal e os materiais de revestimento passam a ser ladrilho conhecido popularmente na região como vermelhão (Foto 77). O cimento também é utilizado para o revestimento das escadas, só que dessa vez com a adição de pigmentos, sendo a cor mais utilizada o vermelho.

4.2.8 Revestimentos

O revestimento é um elemento construtivo incorporado à parede, ao forro, ao muro ou a estrutura, que tem como objetivo o acabamento da superfície aumentando sua

durabilidade e resistência, esse pode ser plano ou curvo e liso ou texturizado, de argamassa, cerâmica ou pedra.

Quando é de argamassa é feito em duas camadas: emboço e reboco. O emboço tem por objetivo regularizar a superfície da parede servindo de base para a aplicação do reboco. E o reboco tem por objetivo dar o acabamento final à parede. Outros tipos de revestimento como os cerâmicos ou de pedras, também necessitam da aplicação do emboço para possibilitar sua fixação.

No primeiro e segundo períodos o revestimento das paredes estruturais ou de fechamento eram normalmente de argamassa à base de cal. No segundo período, além da cal, o cimento também passa a ser utilizado e no quarto período apenas o cimento é utilizado.

No primeiro e segundo períodos, cozinhas e banheiros recebem revestimento apenas de argamassa, já no terceiro e quarto períodos, passam a receber revestimentos cerâmicos à meia parede, sendo que em algumas cozinhas somente a parede onde está localizada a pia recebe o revestimento cerâmico. Os azulejos de 15 cm x 15 cm são normalmente brancos, sendo que o acabamento à meia parede é feito por uma peça medindo 15 cm x 7,5 cm com motivos geométricos nas cores preta, marrom e azul na extremidade superior (Foto 26 e 78). No entanto, azulejos coloridos com motivos florais (Foto 27) ou com desenhos de paisagens (Foto 84) são encontrados em algumas residências do terceiro período.

A cerâmica também pode ser aplicada na fachada frontal (Foto 80) e a meia parede nas varandas laterais do terceiro período. No quarto período, azulejos são aplicados como detalhes nas fachadas de alguns imóveis (Foto 63), que também começam a receber outros tipos de revestimento como pedras, pastilhas vitrificadas (Fotos 38 e 41) e até a madeira em varandas (Foto 38). Nesse período também passam a ser comuns os revestimentos em cerâmica vermelha.



Foto 80: Casa Maria Inês Vilela
Autor: Genildo C. H. Filho, 2008

4.2.9 Pintura

Pintura é a técnica de aplicar pigmentos coloridos em uma superfície a fim de atribuir-lhe diferentes tons e texturas, produzindo sensações visuais e protegendo a superfície da edificação contra as intempéries. A pintura pode ser aplicada sobre diversas superfícies como alvenaria, concreto, ferro e madeira, para tanto é necessário a utilização de diferentes tipos de tinta como cal, óleo e, mais recentemente, as tintas látex PVA, acrílica e esmalte sintético.

No primeiro e segundo períodos as tintas utilizadas para pintura dos imóveis eram a base de cal para as alvenarias, na cor branca e a base de óleo nos forros, portas e janelas principalmente nas cores azul, verde e marrom. No terceiro período os tipos de tinta (cal e óleo) não mudam, o que muda é a disponibilidade de pigmentos que propiciam uma grande variedade de cores como ocres, azuis, verdes e vermelhos. As fachadas ganham pinturas decorativas, principalmente as varandas e os cômodos internos, em especial as salas de visitas, ganham pinturas em estêncil que pode ser em toda a superfície da parede ou em barrados na forma de roda-forro. A composição das cores é quase que invariavelmente nas alvenarias um tom mais claro, nos detalhes em alto relevo, branco e nas esquadrias tons mais escuros, sempre acompanhando os tons das alvenarias.¹⁹¹

¹⁹¹ Essa constatação deve-se à prospecções realizadas em mais de 30 imóveis que foram restaurados ou revitalizados no sítio histórico a partir de 1998, quando iniciamos nosso trabalho de gestão no município.

No quarto período os ocres continuam a ser muito utilizados, no entanto, o branco começa a predominar e, no final do período a tinta látex PVA começa a ser utilizada.

4.2.10 Ornamentação

Na arquitetura remanescente em Muqui o ornamento aparece de maneiras diferentes de acordo com o período estudado. No primeiro período, em razão da escassez de recursos materiais e tecnológicos, por tratar-se de uma época de ocupação da região, o ornamento é muito pouco utilizado, salvo em algumas situações excepcionais como podemos verificar na Fazenda Santa Rita (Foto 81). Já no segundo período, com a consolidação da pequena vila, que posteriormente viria a se transformar em cidade, ele aparece principalmente na forma de lambrequins nas fachadas de casas residenciais térreas e nos auto-relevos de algumas fachadas de casas comerciais (Foto 82). Mas é no terceiro período que o ornamento é utilizado em toda sua magnitude. Interna ou externamente o ornamento é empregado das mais diversas formas e utilizando-se de diversos materiais.

Internamente os forros em madeira (Fotos 67, 68 e 69) ou zinco (Foto 70) recebem um tratamento mais apurado, as paredes recebem pinturas artísticas em estêncil (Fotos 30, 31 e 70) que pode ser em sua totalidade ou apenas na forma de rodafornos. Pisos de madeira são dispostos formando desenhos geométricos (Foto 40 e 74), principalmente nos cômodos sociais e, nos cômodos de serviços, o piso mais utilizado é o ladrilho hidráulico também formando desenhos decorativos (Foto 71). Nas varandas as colunas de sustentação da laje recebem tratamento especial com capitéis coríntios (Fotos 32, 33 e 83), os rebocos, detalhes em estuque (Foto 72) e as paredes, azulejos decorados como na Casa Bastos (Foto 27) e Casa Marta Rodrigues (Foto 84) ou pinturas de paisagens que podem ser de paisagens brasileiras como na Casa Ana Fraga (Foto 85), ou estrangeiras como na Casa Maria Inês Vilela (Foto 33). As fachadas recebem ornamentos em auto-relevo executados em estuque (Fotos 22, 23, 28 e 29) e também pinturas especiais (Foto 86), sendo que esse período é caracterizado pela grande variedade de cores, conforme indicado no Capítulo 4.2.9.



Foto 81: Detalhe do corrimão em pedra da Fazenda Santa Rita
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 82: Antiga venda ainda remanescente no bairro Boa Esperança
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 83: Capitel de coluna de sustentação do teto da varanda da Casa Marta Rodrigues
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 84: Azulejo da varanda da Casa Marta Rodrigues
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 85: Pintura do italiano A. Monti retratando a Lagoa Rodrigo de Freitas, localizada na cidade do Rio de Janeiro – Casa Ana Fraga
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010



Foto 86: Detalhe da fachada da Casa Marta Rodrigues
Autor: Genildo C. H. Filho, 2010

No quarto período, sob a influência do movimento moderno, o repertório ornamental é simplificado resumindo-se a pequenos detalhes nas fachadas (Fotos 38 e 39) e a novos materiais utilizados como, por exemplo, as pastilhas vitrificadas (Foto 41) e as cerâmicas. Um destaque nas edificações residenciais é o piso em taco de madeira em duas cores que são organizados formando desenhos geométricos (Foto 40).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do século XIX a cultura cafeeira tornou-se a grande saída para um país em decadência econômica. A riqueza gerada pelo café foi responsável pela mudança do centro de gravidade do poder brasileiro antecipando inclusive a mudança do regime de império para república.

A partir da segunda metade do século XIX, a nova cultura promoveu a ocupação e o rápido enriquecimento econômico de diversas regiões do país, entre elas a região sul do Espírito Santo que possuía grande quantidade de terras ainda desabitadas. É nesse contexto histórico, econômico e social que surge o núcleo urbano de Muqui, que, com o passar dos anos, torna-se uma das mais prósperas cidades capixabas.

Toda riqueza gerada pela cultura do café legou a Muqui um excepcional acervo arquitetônico e urbano marcando as diversas fases de desenvolvimento e decadência da economia agroexportadora.

O estudo mais aprofundado da história local, a partir de fontes documentais e dos remanescentes arquitetônicos, nos permitiu dividir quatro períodos da produção arquitetônica: primeiro período de 1838 a 1887, segundo período de 1888 a 1918, terceiro período de 1919 a 1935 e quarto período de 1936 ao final da década de 1970. Esse aprofundamento nos possibilitou, inclusive rever fatos históricos importantes, como, por exemplo, a data do início da ocupação da região que acreditava-se ser 1850 e que na verdade, de acordo com novos documentos localizados durante a pesquisa, foi 1838.

O levantamento cadastral de trinta e cinco dos quarenta e cinco imóveis estudados, aliado ao conhecimento prévio de todos os 272 imóveis de interesse de preservação remanescentes na cidade atualmente tombada pelo conselho Estadual de Cultura, nos permitiu aprofundar ainda mais nossos conhecimentos, principalmente relacionados às intervenções sofridas por eles a cada mudança de proprietário. Algumas descobertas importantes permitiram que ampliássemos nossa compreensão a respeito da arquitetura local: uma foto do início do século XX

denunciou a existência de uma grande casa de fazenda que precedeu a Casa Rambalducci, dado que não havia sido descoberto na pesquisa histórica e cartorária. Descoberta similar, fizemos em relação às Casas Léia Fragoso, Gilberto Salgado Gama, dentre outras.

Essas descobertas nos permitiram melhor compreender o processo de ocupação do solo urbano. Com o crescimento da cidade os lotes foram sendo aos poucos divididos e algumas construções existentes foram recebendo melhoramentos, sendo adaptadas aos novos usos e ao novo gosto vigente na época.

Os padrões estéticos eram ditados pela produção arquitetônica na capital federal, o Rio de Janeiro, com a qual Muqui passou, em 1901, a possuir ligação direta por via ferroviária. Como nas demais cidades brasileiras do interior, esses padrões chegavam com certo distanciamento temporal e seguiam o que era produzido na Europa, de onde veio a maior parte dos arquitetos, projetistas e artífices que trouxeram do novo mundo novas técnicas e materiais de construção. Os jornais de época em que pesquisamos (*O Município* e *O Muquyense*) dedicam colunas exclusivas para o relato das viagens que os fazendeiros faziam pelo Brasil e pelo mundo, o que reforça nossa tese da influência que essas viagens exerciam na mudança do gosto e da moda locais.

Uma das constatações apontadas pela pesquisa é que apesar do requinte da arquitetura local, ela não é autoral e sim coletiva. Muitos construtores e artistas estabeleceram-se na cidade, principalmente a partir de seu crescimento econômico, dentre eles Alberto Mainsonneuve, Américo Maia, Antônio Monti, Giusep Irlandini, Greenwood, Le Tellier, Wladmir Bagdanoff, dentre outros, entretanto, não foram capazes de produzir uma arquitetura autoral. Mesmo que a busca da singularidade seja uma das mais importantes características humanas, muitas casas repetem elementos de acabamento como detalhes em estuque nas fachadas e varandas, pinturas em estêncil, ladrilhos hidráulicos, desenho de pisos, azulejos, dentre outros. Com exceção das construções operárias, que não foram objeto de nosso estudo, apesar de serem abundantes na cidade, cada casa possui uma planta diferente, o que as assemelha são seus esquemas funcionais, que dividimos baseados nos

estudos de Lemos¹⁹² e Geoffroy¹⁹³ em: zona de convívio social, zona de serviço e zona íntima. As construções comerciais tiveram seu esquema funcional divididos em zona comercial de acesso público e zona comercial de acesso privado.

Baseados nas construções estudadas, chegamos a algumas conclusões acerca das quatro tipologias da arquitetura urbana pesquisadas, dando maior enfoque aos dois últimos períodos de ocupação da cidade (por serem estes detentores de maior quantidade de fontes e também de levantamento cadastral de 35 imóveis), entretanto, para tais conclusões adotamos a metodologia de Geoffroy,¹⁹⁴ adaptando-a a nossa realidade, incluindo, por exemplo, cômodos relacionados a edificações comerciais que não foram estudadas pela autora.

1. O esquema funcional das **casas térreas residenciais do terceiro período** tem como principal característica a sobreposição da circulação entre as zonas de convívio social e serviço, através de um cômodo catalisador: a sala de jantar, sendo que a disposição dos cômodos também permite a circulação direta entre zona de convívio social e íntima e zona de serviço e íntima. Outra característica que pode ser observada é a existência de dois acessos distintos à edificação: o social, através de uma varanda, passando pelo jardim, e o de serviço pela lateral oposta ao acesso social. As **casas térreas residenciais do quarto período** perdem a circulação entre zona íntima e de serviço e ganham um novo elemento: a garagem, por onde são organizados os acessos social e de serviços. Além disso, as casas têm reduzido ao mínimo um dos afastamentos laterais que, ao contrário do que acontecia no período anterior, não são usados como acesso de serviços.
2. As **casas térreas mistas** dos dois períodos estudados sofreram grandes mudanças físicas sendo que algumas delas tiveram sua configuração original completamente desfigurada, o que dificultou a compreensão do esquema funcional desses imóveis. Apesar disso, no **terceiro período**, pode-se observar que o esquema funcional dessas casas repete o das casas térreas

¹⁹² LEMOS, 1996, p. 10.

¹⁹³ GEOFFROY, 2004, p. 260.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 260-8.

residenciais, já no **quarto período** duas novidades aparecem: o cômodo catalisador da circulação que era a sala de jantar é substituído pela copa, e em alguns imóveis, passa a ser permitido o acesso direto entre as zonas comerciais e o interior da residência, que não era permitido no período anterior.

3. Os **sobrados** são as edificações que adquiriram a maior importância na malha urbana de Muqui, não só por seu destaque na paisagem, mas principalmente por sua importância econômica, uma vez que seu pavimento térreo era utilizado como ponto comercial ou depósito de mercadorias, em especial de café. No **terceiro período** alguns que pertenciam a famílias mais abastadas, popularmente apelidados de palacetes, tinham um sistema funcional que não permitia sobreposição de funções das três principais zonas de organização da residência, no entanto, nos demais o esquema mais comum repete o das casas térreas residenciais da época. O que nos permite concluir que a sobreposição das funções das três zonas de funcionamento residencial está diretamente ligada à disponibilidade de recursos financeiros das famílias, que podiam melhor organizar suas habitações. No **quarto período**, o esquema funcional dos sobrados apresenta uma novidade na organização de sua circulação: a zona de convívio social passa a ser o centro das outras duas zonas (serviço e íntima). Também nesse período os banheiros descolam-se das cozinhas e/ou copas e surgem as suítes. No pavimento térreo, onde normalmente existia uma grande loja, passam a existir diversos pontos comerciais, sendo que cada porta passa a abrigar um cômodo distinto, que normalmente é alugado.
4. Nos dois períodos estudados os **armazéns** comerciais ou industriais mantiveram as mesmas características funcionais. As mudanças sofridas foram apenas estéticas que podem ser vistas no tratamento das fachadas e nos materiais de acabamento utilizados. O esquema funcional existente é composto por uma zona comercial de acesso público e outra de acesso privado, onde localizam-se cômodos destinados aos serviços administrativos e sanitários.

A arquitetura de Muqui comprova a tese de Reis Filho¹⁹⁵ da não existência, por parte do homem da época, de preferências de padrões estéticos estabelecidos, por isso a diversidade da arquitetura produzida na época. O que podemos observar no estudo das edificações é que independente da tipologia da casa, seja ela térrea residencial, térrea mista ou sobrado, as mudanças na maneira de morar no período de 1919 a 1970 foram muito pequenas.

Ao estudar os materiais e as técnicas construtivas pudemos concluir que em Muqui, as inovações técnicas estão ligadas, sobretudo à utilização de novos materiais, que chegavam a cidade por via ferroviária.

Ao representar o saber-fazer de determinada época, a arquitetura remanescente em Muqui revela uma vivência passada. Ao revelar experiências passadas, nos fornece informações fundamentais para que, a partir desse estudo, possamos estabelecer diretrizes de intervenção nesse patrimônio. Ao conservar todo esse legado estamos preservando parte significativa da história da arquitetura capixaba.

Por todo seu legado material e imaterial, Muqui pode sim, ser considerada uma cidade representativa do ciclo cafeeiro no Brasil. Mesmo que este ciclo econômico ainda esteja em curso e seja responsável por mudanças sociais e econômicas que ainda hoje estão acontecendo no município.

Nosso trabalho, em função do tempo da pesquisa e do recorte estabelecido, deixa algumas lacunas que poderão ser investigadas em outro momento, como, por exemplo, a arquitetura rural produzida principalmente nos três primeiros períodos de desenvolvimento do município. Dentro dessa arquitetura podemos destacar as sedes das fazendas, as casas de colonos e as construções laborais (tulhas, senzalas, paióis, terreiros de café, serrarias, etc). Será que essas construções configuraram-se em tipologias próprias?

Outro aspecto que não estudamos em função de nosso recorte, foi a arquitetura religiosa. Embora no território do município tenham restado pouco mais de dez

¹⁹⁵ REIS FILHO, 1978.

capelas, talvez elas possuam características relevantes que poderão ser estudadas mais adiante.

A grande contribuição de nosso trabalho é reforçar ainda mais a relevância da cidade de Muqui no contexto patrimonial capixaba. Preservar o patrimônio ambiental urbano de Muqui é muito mais que simplesmente tomar a cidade, é antes de tudo preservar sua paisagem cultural marcada pela linguagem, pelo lote, pelas casas, pelos usos, pelos costumes, pelas lendas, pelo folclore, pela gastronomia, pelo artesanato, pelos artefatos, pela paisagem natural e, principalmente pelo homem, o muquiense, aquele que foi capaz de proporcionar todo esse belo legado ao Estado do Espírito Santo e ao Brasil.

6 REFERÊNCIAS

6.1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, Maria Paula, LIMA, Modesto Cecília. **Dicionário Ilustrativo de Arquitetura**. São Paulo: Proeditores, 2000.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e Transição – O Espírito Santo (1850/1888)**. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1984.

_____. **Estudos sobre a estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo**. Vitória: SPDC/UFES, 1993.

ARGAN, Giulio Carlo. Sul Concetto di tipologia architettonica. In: _____. **Progetto e destino**. Il Saggiatore: Milão, 1965, pp. 75-81.

ARGAN, Giulio Carlo, FAGIOLO, Marizio. **Guia de história da arte**. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

AYMONINO, Carlo. **Il significato della città**. Laterza: Bari, 1975.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BAXANDALL, Michael. **Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004

BICCA, Briane Elizabeth Panitz, BICCA, Paulo Renato Silveira (orgs.). **A arquitetura na formação do Brasil**. São Paulo: Pancron Indústria Gráfica, 2007.

BITTENCOURT, Gabriel (Org.). **Espírito Santo: um painel da nossa história.** Vitória: Edições ABIO, 2002.

BITTENCOURT, Gabriel. **A Formação Econômica do Espírito Santo: Roteiro da industrialização.** Vitória: Livraria Editora Cátedra, 1987.

_____. **Café e Modernização: O Espírito Santo no Século XIX.** Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

_____. **Esforço industrial na república do café: o caso do Espírito Santo – 1889-1930.** Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1982.

_____. **História geral e econômica do Espírito Santo:** do engenho colonial ao complexo fabril. Vitória: Multiplicidade, 2006. p. 158.

_____. O café na formação da infra-estrutura capixaba. In: _____. **O Café no Brasil.** Rio de Janeiro, IBPC, 1978.

BRAGA, Márcia (Org.). **Conservação e restauro:** arquitetura. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2003.

BRAGA, Rubem. **200 crônicas escolhidas.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

BRANDÃO, Carlos Antonio Leite. **A formação do homem moderno vista a través da arquitetura.** Belo Horizonte: AP Cultural, 1991.

BRUNA, Paulo J. V. **Arquitetura Industrialização e Desenvolvimento.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

CAMPOS, Mintaha Alcuri. **Turco pobre, sírio remediado, libanês rico: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo.** Tese de Mestrado. Niterói: UFF, 1984.

CÂNDIDO, Martha Ghiotto, GOMES, Adriane Gonçalves. **Nos caminhos das tropas: cotidiano e memória dos tropeiros de Muqui (1900-1940)**. In. Revista Camiliana de Iniciação Científica. Cachoeiro de Itapemirim-ES: Centro Universitário São Camilo-ES, 2007.

CASEMIRO, Jaqueline Verly, COSTA, Mônica Pontes da, SANTANA, Danielle Correia. **A manifestação cultural boi pintadinho: desvelando suas relações territoriais no município de Muqui-ES**. 2007. 72 f. Monografia (Graduação em Geografia) Cachoeiro de Itapemirim-ES: Centro Universitário São Camilo-ES, 2007.

CASTRO, Leandra Passini de. **Fraga, Fragata, Fragrou... a família Fraga em Muqui, mais de um século de história**. Vitória: Artgraf, 1990.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Rio Grande do Sul: UFSC, 1999.

CHING, Francis D. K. **Dicionário Visual de Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

COELHO NETTO, José Teixeira. **A Construção do Sentido na Arquitetura**. São Paulo: Editora Perspectiva 1979.

COLQUHOUN, Alan. **Modernidade e Tradição Clássica: ensaios sobre arquitetura 1980-87**. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.

CORONA, Eduardo & LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: EDART – São Paulo Livraria e Editora, 1972.

CURTIS, Júlio Nicolau Barros de. **Vivências com a arquitetura tradicional do Brasil: registros de uma experiência técnica e didática.** Porto Alegre: Editora Ritter dos Reis, 2003.

COSTA, Lúcio. Documentação Necessária. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 31, 1937.

CZAJKOWSKI, Jorge (Org). **Guia da Arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2000.

_____ **Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2000.

_____ **Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2000.

DAEMON, Basílio de C. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história, cronologia, sinopse e estatística.** Vitória: Tipografia do Espírito Santo, 1879.

DCTC/ES. **Relatório da Directoria Central de Terras e Colonização do Estado do Espírito Santo, de 1892 a 1896.** Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1987.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO ESPÍRITO SANTO. **Levantamento sócio-econômico dos municípios do Espírito Santo.** Vitória, Departamento Estadual de Estatística do Espírito Santo, 4º volume, 1945.

DERENZI, Luiz Serafin. Da proclamação da república aos anos 50. in: **as Etapas do Desenvolvimento Sócio-econômico do Espírito Santo.** Vitória: Governo do Espírito Santo, 1975.

DIAS, Paola de Macedo Gomes, MASCARENHAS, Alexandre. **Cadernos Ofícios: obras de conservação.** Ouro Preto: FAOP, 2008.

DONATO, Fábio. **Caderno Ofícios: pintura.** Ouro Preto: UFOP, 2008.

DORFLES, Gillo. **A Arquitetura Moderna**. Coleção Arte & Comunicação, Vol. 30, São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora Ltda: 1971, tradução: José Eduardo Rodil.

FABRIS, Annateresa – Org. **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel, EDUSP, 1987.

FAOP-MG, SEBRAE. **Resgate cultural da Bacia do Rio Itabapoana**. Ouro Preto-MG: Sebrae, 2004.

FERREIRA, Sérgio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora nova Fronteira, 1986.

FERREZ, Marc. **O Álbum da Avenida Central**: um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, 1903-1906. São Paulo: Editora Ex Libris Ltda, 1983.

FOCILLON, Henri. **A vida das formas**. Lisboa-Portugal: Edições 70 Ltda., 1988.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc: IPNAN, 2005.

GARCIA, Milton Teixeira e GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. **O Vale do Itabapoana e a História de São Pedro do Itabapoana e São José do Calçado**. Vitória: EDIUFES, 1997.

GEOFFROY, Nora Maria Mendes Guimarães. **A moradia carioca no contexto das zonas norte e sul nos anos 20**. 2004. 362 f. Tese. (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

GOMES, Geraldo. **Engenho e arquitetura**. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Teorias antropológicas e objetos materiais. In. _____. **Antropologia dos objetos: coleções museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GUIMARAES, Dinah, CAVALCANTE, Lauro. **Arquitetura Kitsch, Suburbana e Rural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HAUTEQUESTT FILHO, Genildo Coelho, at alli. **Diagnóstico do Patrimônio Cultural de Mimoso do Sul, Muqui, Santa Leopoldina, Santa Maria e Santa Tereza**. Vitória: SEBRAE/ES, 1994.

_____. Gestão do patrimônio cultural como instrumento para transformação do sítio histórico de Muqui em destino turístico. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 5, 2006, Santa Maria-RS. **Anais do V Citurdes**. Santa Maria-RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2006. p. 406-414.

_____. **Inventário do Patrimônio Cultural: Sítio Histórico de Muqui-ES**. Muqui: Prefeitura Municipal de Muqui, 1999.

_____. O patrimônio intangível como substrato para a preservação do sítio histórico de Muqui-ES. In: SIMPÓSIO DE TÉCNICAS AVANÇADAS EM CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS, 3, 2006, Olinda-PE. **Revista Brasileira de Arqueometria Restauração e Conservação**. Disponível em: <http://www.restaurabr.org/arc/index.html>. Acesso em: 7 de novembro de 2008.

HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. **A Essência do Existir – Um Estudo sobre Conservação da Autenticidade Tipológica de Áreas Históricas Patrimoniais: O Caso do Centro Histórico de Belém do Pará – C.H.B.** 2000. 204 f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

HOBBSAWM, Eric, RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 1997.

HOIRISCH, Marisa. **Palácio Universitário: Materiais e técnicas construtivas**. 2007. 212 f. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O palacete e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KOCH, Wilfried. **Estilos de Arquitetura – a arquitetura europeia da antiguidade aos nossos dias**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1985.

_____ **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LAGE, Beatriz Helena Gelas, MILONE, Paulo César. **Economia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2001.

LA PASTINA FILHO, José. **Conservação de telhados: manual**. Brasília: IPHAN, 2005.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

_____ **Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo: Edusp, 1999.

_____ **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996.

LONGO FILHO, P. **O Café no Brasil**. Rio de Janeiro: AGGS Indústrias Gráficas S/A, 1978.

LOURENÇO, Sandra M. Sirillo. **Museu Virtual Dirceu Cardoso**. Disponível em: http://www.camaramuqui.es.gov.br/museu_virtual.asp. Acesso em: 6 de novembro de 2008.

LYNCH, Kevin. **A boa forma da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1999.

MAGALÃES, Manoela Raposo. **Morfologia da paisagem**. Lisboa, ISA, 1996. (Dissertação).

MASCARENHAS, Alexandre. **Cadernos Ofícios: estuque**. Ouro Preto, 2008.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MARK, Robert (ed.). **Tecnologia Arquitectónica Hasta la Revolución Científica: Arte y estructura de las grandes construcciones**. Madrid: Ediciones Akal, 2002.

MATEUS, João Mascarenhas. **Técnicas Tradicionais de Construção de Alvenarias**. A literatura técnica de 1750 a 1900 e o seu contributo para a conservação de edifícios históricos. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

MEDINA, Grinalson Francisco. **História do antigo município de São Pedro de Alcântara do Estado do Espírito Santo. 1534-1931**. s.l.: s. ed., s.d.

MELO, Carina Medeiros dos Santos. **Técnicas construtivas de bens imóveis ecléticos no Rio de Janeiro: Diretrizes para preservação**. 2006. 272 f. Rio de Janeiro. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

MELO NETO, João Cabral. **A educação pela pedra e depois**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

MENDONÇA, Paulo Henriques de. **Muqui – Cidade Menina, 1850-1989**. Vitória: Sagraf Artes Gráficas Ltda., 1989.

MOLES, Abraham. **O Kitsch**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

MORAES, Cícero. **Como nasceram as cidades no Espírito Santo**. Vitória: (sem editora), 1954.

MORAES, José Carlos T. B. (Org.). **500 Anos de Engenharia no Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

MORAES, Neida Lúcia (Org.). **O Espírito Santo é Assim: publicação do governo Cristiano Dias Lopes Filho**. Rio de Janeiro: Editora Alternova Ltda., 1971.

MORAES, Ormando. **Por serras e vales do Espírito Santo: a epopéia das tropas e dos tropeiros**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1989.

MUNIZ, Maria Izabel Perini. **Arquitetura rural do século XIX, no Espírito Santo**. Vitória: Aracruz Celulose/Fundação Jônice Tristão/Rede Gazeta/Xerox do Brasil, 1989.

NICOLAEFF, Alex. Considerações Sobre o Ecletismo. In: **Arquitetura Revista**. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, Masters Gráfica e Editora Ltda, Nº 4, 2º Semestre 1986.

NOLASCO, Ney. **Cadernos Ofícios: alvenaria**. Ouro Preto: UFOP, 2008.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

PAIM, Gilberto. **A Beleza sob Suspeita: o ornamento em Ruskin, Lloyd Wright, Loos, Le Corbusier e outros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

PAULA, Geraldo Donizetti de, ROZENWAJM, Uziel K. **Cadernos Ofícios: carpintaria**. Ouro Preto: UFOP, 2008.

PENA, Misael Ferreira. **História da Província do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Tipografia de Moreira, Maximiliano & Cia, 1878.

PERONE, Pasquale. **Aspectos Geográficos da Área de Colonização Antiga do Estado do Espírito Santo**. São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, 1962.

PESSÔA, José, PICCINATO, Giorgio. **Atlas de centros históricos do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

PERES, Rosilena Martins. **Legado da tecnologia construtiva de imigrantes italianos ao patrimônio arquitetônico de Pelotas**. 2008. 276 f. Tese. (Doutorado em Engenharia) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PETRUCCI, Eladio Geraldo Requião. **Materiais de construção**. Porto Alegre: Globo, 1982.

PEVSNER, Nikolaus. **Os Pioneiros do Desenho Moderno de William Morris a Walter Gropius**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1980.

_____ **Panorama da Arquitetura Ocidental**. São Paulo: Martins Fontes, 1982. Tradução: José Teixeira Coelho Neto e Silvana Garcia.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Turismo, Memória e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Roca, 2004.

POSENATO, Júlio. **Arquitetura da Imigração Italiana no Espírito Santo**. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1997.

RAMBALDUCCI, Ney Costa. **Muqui Passado de Glória Futuro de Esperança**. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda., 1991.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. **Recenseamento do Brazil, realizado em 1º de setembro de 1920: relação dos proprietários dos estabelecimentos ruraes recenseados no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro, TVP da Estatística. 1923.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1978.

RIBEIRO, Domingos Ubaldo Lopes. **O Município de Cachoeiro de Itapemirim**. Rio de Janeiro: Tip. Patrinato, 1928.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. **Alvenarias e argamassas: restauração e conservação**. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2009.

ROCCA, Luisa Durán. **Patrimônio Edificado: orientações para sua preservação**. Porto Alegre: Bodoni Antiqua, 2004.

ROCHA, Levy. **Crônicas de Cachoeiro**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Livro S.A., 1966.

_____. **De Vasco Coutinho aos Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Revista Continente Editorial Ltda., 1977.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SAIA, Luís. **Morada Paulista**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

SALLES, Cecília Almeida. **Redes da Criação – Construção da obra de arte**. Vinhedo-São Paulo: Editora Horizonte, 2006.

SÁ, Marcos Moraes de. **Ornamento e modernismo: a construção de imagens na arquitetura**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

SEBRAE/ES. **Inventário da Oferta Turística – Muqui-ES**. Vitória: SEBRAE/ES, 2006.

_____. **Muqui: Diagnóstico Sócio-Econômico**. Vitória: SEBRAE/ES, 1998.

SILVEIRA, D. da. **Almanak da Província do Espírito Santo**. Vitória: A Empresa da Província, 1885.

STRÖHER, Eneida Ripoll (org.). **O Tipo na Arquitetura: da teoria ao projeto**. São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2001.

SULLIVAN, Louis. **O ornamento na arquitetura**. 1892. http://www.agitrop.vitruvius.com.br/repertorio_det.php?codeps=ng==>. Acesso em: 6 de março de 2008.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. Vassouras Estudo da construção residencial urbana. In: TELLES, Augusto C. da Silva at al. **Arquitetura Civil II – Textos Escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975.

_____. **O Vale do Paraíba e a arquitetura do café**. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.

TIBRE, Jhon. **Economia do Lazer e do turismo**. São Paulo: Manole, 2003.

TOGNON, Marcos. **Arquitetura italiana no Brasil: a obra de Marcello Piacentini**. Campinas-SP: Editora Unicamp, 1999.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. **Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978. (transcrição do manuscrito original realizado por Fernando Achiamé).

VASCONCELLOS, José Marcelino P. **Ensaio Sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo**. Vitória: Typografia P. A. D'Azeredo, 1858.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: Sistemas construtivos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1979.

VILLASCHI, Juca. **Cadernos Ofícios: cidade**. Ouro Preto: FAOP, 2008.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador. **500 anos da casa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

VIVEIROS FILHO, Francisco Fuzzetti de. **Urbanidade do Sobrado: um estudo sobre a arquitetura do sobrado de São Luís**. São Paulo: Hucitec, 2006.

WEIMER, Güinter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. **Memória Sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro**. Brasília: Senado Federal – fundação Casa de Rui Barbosa, 1985.

WORRINGER, W. **Abstraccion y naturalaleza**. Espana: Fondo de Cultura Econômica, 1997.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

6.2 REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

6.2.1 Referências Legislativas

GOVERNO MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. **Decreto nº 14, de 15 de dezembro de 1897**. Regulamenta a cobrança do imposto predial de Cachoeiro de Itapemirim. Cachoeiro de Itapemirim, 15 de dezembro de 1897.

_____. **Lei nº 06, de 25 de junho de 1892.** Regulamenta a cobrança do imposto predial de Cachoeiro de Itapemirim. Cachoeiro de Itapemirim, 25 de junho de 1892.

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM. **Código de Posturas do Governo Municipal de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Typ da Papelaria Ribeiro, 1897.

GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO MUQUY. **Decreto Municipal nº 3, de 7 de novembro de 1912. Promulga o Código de Posturas Municipaes.** São João do Muquy, 1912.

_____. **Decreto Municipal nº 79/38 de julho de 1938.** Delimita o perímetro urbano da cidade de São João de Muquy e da Vila de São Gabriel. São João de Muquy, julho de 1938.

_____. **Lei Nº 2 de 26 de dezembro de 1912.** São João de Muquy, 26 de dezembro de 1912.

GOVERNO MUNICIPAL DO CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. **Leis do Governo Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, estado do Espírito Santo, para 1898.** Cachoeiro de Itapemirim: Typographia do Cachoeirano, 1898.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Decreto-lei Estadual nº 9.222 de 31 março de 1938.** Altera a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado do Espírito Santo. Vitória, 31 março de 1938.

_____. **Decreto-lei Estadual nº 9.941, de 11 de novembro de 1938.** jurisdiciona-se ao termo e a comarca de Cachoeiro de Itapemirim o município de São João do Muquy. Vitória, 11 de novembro de 1938.

_____. **Decreto-lei Estadual nº 15.177, de 31 de dezembro de 1943.** Altera o nome do distrito e do município de São João do Muquy para Muqui e

transfere para o termo e comarca de Mimoso do Sul. Vitória, 31 de dezembro de 1943.

_____. **Lei nº 826, de 22 de outubro de 1912.** Cria o Município de São João do Muquy, desmembrado do Município de Cachoeiro de Itapemirim. Vitória, 22 de outubro de 1912.

_____. **Lei nº 1385, de 5 de julho de 1923.** Eleva a sede do Município de São João do Muquy à categoria de cidade. Vitória, 5 de julho de 1923.

6.2.2 Referências Cartoriais

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. **João Ruiz Martins.** Livro 3S, Folha 233. Cachoeiro de Itapemirim, 30 de dezembro de 1943.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. **João Ruiz Martins.** Livro 3G, Folha 148. Cachoeiro de Itapemirim, 25 de dezembro de 1944.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE MIMOSO DO SUL. **Sebastião Silveira Bastos.** Livro 3J, Folha 37. Mimoso do Sul, 30 de agosto de 1949.

CARTÓRIO DE TABELIONATO E NOTAS DE MIMOSO DO SUL. **Emanuel Britto Ribeiro.** Livro 4-C, Folha 213. Mimoso do Sul, 7 de junho de 1954.

CARTÓRIO DE TABELIONATO E NOTAS DE MUQUI. **Antônio Bigli.** Livro 2, Folha 249. Muqui, 27 de novembro de 1924.

CARTÓRIO DE TABELIONATO E NOTAS DE MUQUI. **Elias J. Haddad.** Livro 3-B, Folha 179. Muqui, 5 de agosto de 1963.

CARTÓRIO DE TABELIONATO E NOTAS DE MUQUI. **Joaquim Fernandes**. Livro 35, Folha 75. Muqui, 2 de janeiro de 1950

CARTÓRIO DE TABELIONATO E NOTAS DE MUQUI. **Jorge Nunes Acha**. Livro 36, Folha 38v. Muqui, 13 de outubro de 1952.

CARTÓRIO DE TABELIONATO E NOTAS DE MUQUI. **José Assad & Filhos**. Livro 14, Folha 35. Muqui, 23 de dezembro de 1916.

CARTÓRIO DE TABELIONATO E NOTAS DE MUQUI. **Mileto Rizzo**. Livro 3A, Folha 22. Muqui, 25 de março de 1956.

CARTÓRIO DE TABELIONATO E NOTAS DE MUQUI. **Vírgula Ferreira Siano**. Livro 16, Folha 37-8. Muqui, 26 de agosto de 1925.

CARTÓRIO DE TABELIONATO E NOTAS DE MUQUI. **Vírgula Ferreira Siano**. Livro 16, Folha 65-6. Muqui, 22 de setembro de 1925.

6.2.3 Jornais

A INAUGURAÇÃO DO NOSSO TELEFONE. **O Município**. Muqui, ano 2, n. 56, 17 abr. 1949, p. 4.

ACTIVIDADE. **O Muquyense**, Muqui, ano XI, n. 539, 5 ago. 1923, p. 2.

AGÊNCIA BANÁRIA. **O Muquyense**, Muqui, ano XII, n. 594, 28 set. 1924, p. 2.

AGENCIA CHEVROLET FRAGA & TADEI. **O Muquyense**, Muqui, ano XVI, n. 752, 15 jan. 1928, p. 3.

AUTOMÓVEL CLUB DE MUQUI. **O Muquyense**, Muqui, ano XX, n. 990, 26 jun. 1932, p.1.

CANALIZAÇÃO D'AGUA. **O Muquyense**, Muqui, ano II, n. 61, 1º mar. 1914, p. 4.

COMPANHIA DE ELECTRICIDADE MUQUY DO SUL. **O Muquyense**, Muqui, ano VI, n. 266, 23 fev. 1918, p. 1.

DIA DE MUQUI. **O Município**. Muqui, ano 4, n. 229, 24 jun. 1953, p. 4.

ENTREGA DOMICILIAR DE CORRESPONDÊNCIAS. **O Muquyense**, Muqui, ano XIV, n. 670, 6 jun. 1926, p. 3.

FÁBRICA DE GELO. **O Muquyense**, Muqui, ano XV, n. 702, 23 jan. 1927, p. 3.

FÁBRICA DE MANTEIGA SABIÁ. **O Muquyense**, Muqui, ano XVII, n. 841, 28 jul. 1929, p. 4.

FÁBRICA DE PORCELANA DE MUQUY. **O Município**. Muqui, ano 6, n. 252, 27 set. 1953, p. 5.

FABRICA DE SABÃO. **O Muquyense**, Muqui, ano IV, n. 205, 10 dez. 1916, p. 2.

FELIPE MARQUES. **O Município**. Muqui, ano 2, n. 87, 20 nov. 1949, p. 4.

FLOR DE IBIRUSSUCA. **O Muquyense**, Muqui, ano XV, n. 731, 14 ago. 1927, p. 2-3.

ILUMINAÇÃO DA AVENIDA AVIDES FRAGA. **O Município**. Muqui, ano 2, n. 71, 31 jul. 1949, p. 4.

INAUGURAÇÃO DA AGÊNCIA DO BANCO DE CREDITO AGRÍCOLA. **O Município**. Muqui, ano 4, n. 217, 4 mar. 1953, p. 1.

INAUGURAÇÃO DA DELEGACIA E QUARTEL POLICIAES DE MUQUY. **O Muquyense**, Muqui, ano XV, n. 712, 3 abr. 1927, p. 1.

INAUGURAÇÕES DA LUZ ELECTRICA E DO EDIFICIO DA CAMARA MUNICIPAL. **O Muquyense**, Muqui, ano II, n. 63, 15 mar. 1914, p. 1.

INAUGURADA AGENCIA DO BANCO DO ESPÍRITO SANTO. **O Muquyense**, Muqui, ano XVII, n. 816, 3 fev. 1929, p. 2.

LUZ ELECTRICA. **O Muquyense**, Muqui, ano IV, n. 192, 24 set. 1916, p. 1.

MELHORAMENTOS QUE SE INAUGURAM. **O Muquyense**, Muqui, ano XI, n. 518, 18 mar. 1923, p. 2.

NOVA REDE DE ABASTECIMENTO D'AGUA PARA MUQUI. **O Município**. Muqui, ano 4, n. 229, 24 jun. 1953, p. 4.

PALACE HOTEL. **O Muquyense**, Muqui, ano XII, n. 664, 17 abr. 1926, p. 1.

PROGRAMA DAS FESTIVIDADES HOJE, DIA 24 DO DIA DO GLORIOSO SÃO JOÃO BATISTA. **O Município**. Muqui, ano 2, n. 66, 24 jun. 1949, (suplemento) p. 1.

SIANO & IRMÃOS. **O Muquyense**, Muqui, ano XIV, n. 670, 6 jun. 1926, p. 3.

USINA DE DESPOLPAMENTO. **O Município**. Muqui, ano 2, n. 66, 24 jun. 1949, p. 2.

6.2.4 Entrevistas

BIGHI, João Antônio. 2009. **Palacete Bighi**. Entrevista concedida a Sandra Maria Sirillo Lourenço, Muqui 15 de janeiro de 2009.

CARDOSO, Dirceu. **Memórias de Muqui**. 2001. Entrevista concedida a Genildo Coelho Hautequestt Filho, Muqui 15 de novembro de 2001.

CIRILLO, Ketty. **Casa Ana Fraga**. 2008. Entrevista concedida a Sandra Maria Sirillo Lourenço, Muqui 20 de novembro de 2008.

CIRILLO, Lélío. 2009. **Armazém Sérgio Costa Ribeiro**. Entrevista concedida a Sandra Maria Sirillo Lourenço, Muqui 12 de fevereiro de 2009.

CÚRCIO, Geny. **Casa Anna Fraga**. 2008. Entrevista concedida a Sandra Maria Sirillo Lourenço, Muqui 22 de novembro de 2008.

FRAGA, Ary. 2009. **Palacete Bighi**. Entrevista concedida a Sandra Maria Sirillo Lourenço, Muqui 11 de fevereiro de 2009.

FRAGOSO, Léia. **Casa Léia Fragoso**. 2008. Entrevista concedida a Sandra Maria Sirillo Lourenço, Muqui 22 de dezembro de 2008.

MAIA, Penha. 2009. **Palacete Bighi**. Entrevista concedida a Sandra Maria Sirillo Lourenço, Muqui 20 de fevereiro de 2009.

NANTET, Elizabeth. 2008. **Elias J Hddad**. Entrevista concedida a Genildo Coelho Hautequestt Filho, Muqui 15 de maio de 2008.

NUNES, João Batista Rodrigues. **Casa João Nunes**. 2008. Entrevista concedida a Sandra Maria Sirillo Lourenço, Muqui 16 de dezembro de 2008.

RAIA, Maria da Penha Caldeira. 2009. **Palacete Bighi**. Entrevista concedida a Sandra Maria Sirillo Lourenço, Muqui 21 de fevereiro de 2009.

RAMBALDUCCI, Ney Costa. 2009. **Memórias de Muqui**. Entrevista concedida a Genildo Coelho Hautequestt Filho, Muqui 26 de fevereiro de 2009.

RIBEIRO, Márcia Fredenhagen. **Casa Anna Fraga**. 2008. Entrevista concedida a Sandra Maria Sirillo Lourenço, Muqui 20 de outubro de 2008.

SANTOS, Maurílio. 2008. **Casa Maurílio Santos**. Entrevista concedida a Genildo Coelho Hautequestt Filho, Muqui 12 de janeiro de 2008.

SIQUEIRA, João Tomé. **Casa João Tomé Siqueira**. 2008. Entrevista concedida a Sandra Maria Sirillo Lourenço, Muqui 7 de dezembro de 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ELEMENTOS CONSTRUTIVOS

TABELA 3

Elementos construtivos: paredes portantes e de vedação

Elementos Construtivos	Local na edificação	Período			
		1° (1838 a 1887)	2° (1888 a 1918)	3° (1919 a 1935)	4° (1936 a 1976)
Paredes portantes	Paredes externas	Tijolo cerâmico	Tijolo cerâmico	Tijolo cerâmico	Tijolo cerâmico
	Paredes internas	Tijolo cerâmico	Tijolo cerâmico	Tijolo cerâmico	Tijolo cerâmico
Paredes de vedação	Paredes externas	Tijolo cerâmico	Tijolo cerâmico	Tijolo cerâmico	Tijolo cerâmico
	Paredes internas	Tijolo cerâmico Pau-a-pique Madeira	Tijolo cerâmico Pau-a-pique Madeira	Tijolo cerâmico Pau-a-pique	Tijolo cerâmico

TABELA 4

Elementos construtivos: vãos - portas

Elementos Construtivos	Zona	Período			
		1° (1838 a 1887)	2° (1888 a 1918)	3° (1919 a 1935)	4° (1936 a 1976)
Vãos – Portas	Social	Duas folhas de madeira inteiriça	Duas folhas de madeira inteiriça ou com almofadas simuladas	Duas folhas de madeira com desenhos caprichosos almofadas e venezianas	Uma folha de madeira lisa ou almofadada com desenhos geométricos
	Íntima	Duas folhas de madeira inteiriça	Duas folhas de madeira inteiriça ou com almofadas simuladas	Duas folhas de madeira com desenhos caprichosos almofadas e venezianas	Uma folha de madeira lisa
	Serviço	Duas folhas de madeira inteiriça	Duas folhas de madeira inteiriça ou com almofadas simuladas	Duas folhas de madeira com desenhos caprichosos almofadas e venezianas	Uma folha de madeira lisa
	Comercial	Duas folhas de madeira inteiriça	Duas folhas de madeira inteiriça ou com almofadas simuladas	Aço de enrolar	Aço de enrolar ou de madeira com pequenos almofadados

TABELA 5
Elementos construtivos: vãos - janelas

Elementos Construtivos	Zona	Período			
		1º (1838 a 1887)	2º (1888 a 1918)	3º (1919 a 1935)	4º (1936 a 1976)
Vãos – Janelas	Social	Em madeira de guilhotina com duas folhas de abrir para dentro do cômodo ou apenas de abrir nas casas mais simples	Em madeira de guilhotina com duas folhas de abrir para dentro do cômodo ou apenas de abrir nas casas mais simples	Em madeira com duas ou três folhas com vergas retas ou de formatos ovais, sempre com a presença de venezianas, algumas podem ser do tipo termal (mais de duas folhas)	De correr em madeira com grandes panos de vidro ou nas sacadas de ferro com grandes panos de vidro
	Íntima	Em madeira, de guilhotina com duas folhas de abrir para dentro do cômodo ou apenas de abrir nas casas mais simples	Em madeira, de guilhotina com duas folhas de abrir para dentro do cômodo ou apenas de abrir nas casas mais simples	Em madeira com duas folhas com vergas retas, sempre com a presença de venezianas, algumas podem ser do tipo termal (mais de duas folhas)	De correr em madeira com grandes panos de vidro, nos banheiros básculas de ferro
	Serviço	Em madeira, de guilhotina com duas folhas de abrir para dentro do cômodo ou apenas de abrir nas casas mais simples	Em madeira, de guilhotina com duas folhas de abrir para dentro do cômodo ou apenas de abrir nas casas mais simples	Em madeira com duas folhas com vergas retas, sempre com a presença de venezianas	De correr com grandes panos de vidro ou básculas de ferro
	Comercial	-	-	Duas ou três folhas com vergas retas ou de formatos ovais, sempre com a presença de venezianas	De correr com grandes panos de vidro

TABELA 6
Elementos construtivos: bandeiras

Elementos Construtivos	Zona	Período			
		1° (1838 a 1887)	2° (1888 a 1918)	3° (1919 a 1935)	4° (1936 a 1976)
Bandeiras	Social	Quando possuem são fixas em madeira	Bandeiras fixas em madeira	Bandeiras fixas em madeira na parte superior ou nas laterais em esquadrias com desenhos mais elaborados	Não possuem
	Íntima	Quando possuem são fixas em madeira	Bandeiras fixas em madeira	Fixas em madeira na parte superior podendo ser abertas ou fechadas com vidro ou madeira	Não possuem
	Serviço	Quando possuem são fixas em madeira	Bandeiras fixas em madeira	Fixas em madeira na parte superior podendo ser abertas ou fechadas com vidro ou madeira	Não possuem
	Comercial	Quando possuem são fixas em madeira	Bandeiras fixas em madeira	Grades de ferro	Grades de ferro

TABELA 7
Elementos construtivos: forros

Elementos Construtivos	Zona	Período			
		1° (1838 a 1887)	2° (1888 a 1918)	3° (1919 a 1935)	4° (1936 a 1976)
Forros	Social	Madeira tipo saia e camisa em construções mais simples telha vã	Madeira tipo saia e camisa em construções mais simples telha vã. Começam a surgir os forros do tipo macho e fêmea	Madeira com desenhos caprichosos e com respiradores em alguns casos em placas de zinco, nas varandas laje com detalhes em estuque	Laje de concreto armado com roda forro e detalhes em gesso
	Íntima	Madeira tipo saia e camisa em construções mais simples telha vã	Madeira tipo saia e camisa em construções mais simples telha vã	Madeira macho fêmea, com respiradores, sendo que alguns apresentam desenhos mais caprichosos	Laje de concreto armado
	Serviço	Madeira tipo saia e camisa ou de taquara trançada	Madeira tipo saia e camisa ou de taquara trançada	Madeira macho fêmea ou de taquara trançada	Laje de concreto armado
	Comercial	Madeira tipo saia e camisa em construções mais simples telha vã	Madeira tipo saia e camisa em construções mais simples telha vã	Madeira do tipo saia e camisa ou com o piso do pavimento superior a vista	Laje de concreto armado

TABELA 8
Elementos construtivos: pisos

Elementos Construtivos	Zona	Período			
		1° (1838 a 1887)	2° (1888 a 1918)	3° (1919 a 1935)	4° (1936 a 1976)
Pisos	Social	Madeira corrida variando entre 20 e 40 cm de largura	Madeira corrida variando entre 20 e 40 cm de largura	Madeira corrida variando entre 10 e 15 cm de largura formando desenhos geométricos, ladrilho hidráulico nas varandas e mármore, cimentado ou pedra lavrada nas escadas	Tacos de cores diferentes formando desenhos geométricos, nas varandas ladrilhos cerâmicos ou cimentado (vermelhão)
	Íntima	Madeira corrida variando entre 20 e 40 cm de largura	Madeira corrida variando entre 20 e 40 cm de largura	Madeira corrida variando entre 10 e 15 cm de largura formando desenhos geométricos em alguns cômodos	Tacos de cores diferentes formando desenhos geométricos
	Serviço	Cimentado	Cimentado	Ladrilho hidráulico ou cimentado	Ladrilho hidráulico, cimentado, ladrilho cerâmico ou pastilhas cerâmicas quadradas ou hexagonais de 1 cm
	Comercial	Madeira corrida variando entre 20 e 40 cm de largura ou cimentado	Madeira corrida variando entre 20 e 40 cm de largura ou cimentado	Ladrilho hidráulico ou cimentado	Ladrilho hidráulico, cimentado ou cerâmico

TABELA 9
Elementos construtivos: coberturas

Elementos Construtivos	Zona	Período			
		1° (1838 a 1887)	2° (1888 a 1918)	3° (1919 a 1935)	4° (1936 a 1976)
Coberturas	Social	Telhados em duas ou quatro águas com telha canal ou de palha	Telhados em duas ou quatro águas com telha canal ou de palha	Telhados em duas ou quatro águas com telha canal escondido na fachada frontal e em alguns casos nas laterais por platibandas. Nas edificações residenciais térreas começam a surgir telhados mais complexos	Nas construções residenciais térreas as platibandas são abolidas e os telhados voltam a ficar aparentes. Aparecem as telhas francesas
	Íntima	Telhados em duas ou quatro águas com telha canal ou de palha	Telhados em duas ou quatro águas com telha canal ou de palha	Telhados em duas ou quatro águas com telha canal escondido na fachada frontal e em alguns casos nas laterais por platibandas. Nas edificações residenciais térreas começam a surgir telhados mais complexos	Nas construções residenciais térreas as platibandas são abolidas e os telhados voltam a ficar aparentes. Aparecem as telhas francesas
	Serviço	Telhados em uma, duas ou três águas com telha canal ou de palha, rebaixado em relação ao corpo principal do telhado	Telhados em uma, duas ou três águas com telha canal ou de palha, rebaixado em relação ao corpo principal do telhado	Telhados em duas ou quatro águas com telha canal escondido na fachada frontal e, em alguns casos nas laterais, por platibandas. Em algumas edificações rebaixados em relação ao corpo do telhado principal	Nas construções residenciais térreas as platibandas são abolidas e os telhados voltam a ficar aparentes. Aparecem as telhas francesas
	Comercial	-	Telhados em duas águas com telha canal	Telhados em duas águas com telha canal escondido na fachada frontal e em alguns casos nas laterais por platibandas	As platibandas são mantidas e as telhas mais utilizadas passam a ser as francesas

TABELA 10
Elementos construtivos: Alpendres, varandas, loggias e balcões

Elementos Construtivos	Zona	Período			
		1° (1838 a 1887)	2° (1888 a 1918)	3° (1919 a 1935)	4° (1936 a 1976)
Alpendres, varandas e balcões	Social	Alpendres no acesso principal à fazenda	Acesso diretamente ao interior do imóvel a partir da via pública	Acesso aos sobrados e às edificações residenciais térreas mais abastadas por varandas, nas edificações mais simples por alpendres	Acesso às edificações residenciais térreas através de pequenos alpendres. Presença de grandes avarandados frontais em alguns sobrados.
	Íntima	Sem acesso direto ao exterior	Sem acesso direto ao exterior	Sem acesso direto ao exterior	Sem acesso direto ao exterior
	Serviço	Acesso diretamente ao corpo da casa pelo exterior ou em alguns casos por um pequeno alpendre	Acesso diretamente ao corpo da casa pelo exterior ou em alguns casos por um pequeno alpendre	Acesso a partir de pequeno avarandado	Acesso a partir de pequeno avarandado
	Comercial	Acesso diretamente ao interior da venda pela parte externa da fazenda	Acesso diretamente ao interior da venda pela via pública	Acesso diretamente ao interior do ponto comercial pela via pública	Acesso diretamente ao interior do ponto comercial pela via pública

TABELA 11
Elementos construtivos: escadas

Elementos Construtivos	Zona	Período			
		1º (1838 a 1887)	2º (1888 a 1918)	3º (1919 a 1935)	4º (1936 a 1976)
Escadas	Social	Construída de pedra lavrada ou de tijolo maciço, dá acceso a um alpendre. Em algumas edificações pode ser de madeira	-	Construída em concreto armado ou de tijolos maciços dá acesso a uma varanda ou alpendre. Revestida de mármore Carrara ou cimento ou de pedra lavrada	Construída em concreto armado ou de tijolos maciços dá acesso a uma pequena varanda ou alpendre, tendo como revestimento cerâmica vermelha ou cimentado com adição de pigmento em geral vermelho ou amarelo
	Íntima	-	-	-	-
	Serviço	Construída de pedra bruta ou de tijolo maciço, dá acceso a um alpendre ou diretamente a cozinha. Também pode ser de madeira	-	Construída em concreto armado ou de tijolos maciços dá acesso a uma varanda, ou alpendre e tem o piso cimentado	Construída em concreto armado ou de tijolos maciços dá acesso a uma pequena varanda ou diretamente á cozinha tendo o piso cimentado
	Comercial	-	-	-	-

TABELA 12
Elementos construtivos: revestimentos

Elementos Construtivos	Zona	Período			
		1° (1838 a 1887)	2° (1888 a 1918)	3° (1919 a 1935)	4° (1936 a 1976)
Revestimentos	Social	Argamassa (emboço e reboco) a base de cal	Argamassa (emboço e reboco) a base de cal	Argamassa (emboço e reboco) a base de cal e em algumas varandas azulejos decorativos a meia parede	Argamassa (emboço e reboco) a base de cimento, algumas varandas são revestidas de madeira e fachadas recebem detalhes de pedra ou de pastilhas cerâmicas
	Íntima	Argamassa (emboço e reboco) a base de cal	Argamassa (emboço e reboco) a base de cal	Argamassa (emboço e reboco) a base de cal e nos sanitários azulejos a meia parede	Argamassa (emboço e reboco) a base de cimento e nos banheiros azulejos coloridos a meia parede ou até o teto. Aparecem as pastilhas cerâmicas
	Serviço	Argamassa (emboço e reboco) a base de cal	Argamassa (emboço e reboco) a base de cal	Argamassa (emboço e reboco) a base de cal e nas cozinhas azulejos a meia parede	Argamassa (emboço e reboco) a base de cimento e nas cozinhas azulejos brancos a meia parede ou até o teto aparecem as pastilhas cerâmicas
	Comercial	Argamassa (emboço e reboco) a base de cal	Argamassa (emboço e reboco) a base de cal	Argamassa (emboço e reboco) a base de cal	Argamassa (emboço e reboco) a base de cimento

TABELA 13
Elementos construtivos: pintura - alvenarias

Elementos Construtivos	Zona	Período			
		1° (1838 a 1887)	2° (1888 a 1918)	3° (1919 a 1935)	4° (1936 a 1976)
Pintura – Alvenarias	Social	A base de cal principalmente na cor branca	A base de cal principalmente na cor branca	A base de cal com cores variadas como ocre, azuis, verdes e vermelhos. Algumas fachadas recebem pinturas decorativas de paisagens e algumas salas recebem pinturas em estêncil que pode ser por toda a parede ou apenas como roda forro	A base de cal com cores variadas como ocre, azuis, verdes e vermelhos. Ou, mais tarde em PVA.
	Íntima	A base de cal principalmente na cor branca	A base de cal principalmente na cor branca	A base de cal com cores variadas como branco, amarelos, azuis e rosas. Alguns cômodos recebem pinturas decorativas em estêncil em barrados como roda forros	A base de cal com cores variadas como branco, amarelos, azuis e rosas. Ou, mais tarde em PVA.
	Serviço	A base de cal principalmente na cor branca	A base de cal principalmente na cor branca	A base de cal com cores variadas como branco, amarelos, azuis e rosas.	A base de cal com cores variadas como branco, amarelos, azuis e rosas. Ou, mais tarde em PVA.
	Comercial	-	A base de cal principalmente na cor branca	A base de cal com cores variadas como ocre, azuis, verdes e vermelhos no exterior e branco, amarelos, azuis e rosas no interior	A base de cal branco, ou mais tarde em PVA também branco.

TABELA 14

Elementos construtivos: pintura – esquadrias, forros, estruturas de madeira, aparentes

Elementos Construtivos	Zona	Período			
		1º (1838 a 1887)	2º (1888 a 1918)	3º (1919 a 1935)	4º (1936 a 1976)
Pintura – Esquadrias, forros, estruturas de madeira, aparentes	Social	A base de óleo principalmente nas cores azul, verde e marrom	A base de óleo principalmente nas cores azul, verde e marrom	A base de óleo principalmente nas cores ocre, azuis, verdes, brancos e vermelhos. Algumas esquadrias recebem pinturas especiais imitando pinho de riga ou apenas verniz. Os forros ou são envernizados ou recebem pintura á óleo.	A base de óleo principalmente nas cores ocre, azuis, verdes e brancos. A partir da década de 1960 domina o branco ou o verniz sobre a madeira. As Lajes recebem pintura branca
	Íntima	A base de óleo principalmente nas cores azul, verde e marrom	A base de óleo principalmente nas cores azul, verde e marrom	A base de óleo principalmente nas cores ocre, azuis, verdes, brancos e vermelhos. Algumas esquadrias recebem pinturas especiais imitando pinho de riga. Os forros recebem pintura á óleo.	A base de óleo principalmente nas cores ocre, azuis, verdes e brancos. A partir da década de 1960 domina o branco ou o verniz sobre a madeira. As Lajes recebem pintura branca
	Serviço	A base de óleo principalmente nas cores azul, verde e marrom	A base de óleo principalmente nas cores azul, verde e marrom	A base de óleo principalmente nas cores ocre, azuis, verdes, brancos e vermelhos. Os forros recebem pintura á óleo.	A base de óleo principalmente nas cores ocre, azuis, verdes e brancos. A partir da década de 1960 domina o branco ou o verniz sobre a madeira. As Lajes recebem pintura branca
	Comercial	-	A base de óleo principalmente nas cores azul, verde e marrom	A base de óleo principalmente nas cores ocre, azuis, verdes e vermelhos. Os forros recebem pintura á óleo. Portas de enrolar e grades recebem pintura a óleo.	A base de óleo principalmente nas cores ocre, azuis, verdes e vermelhos. Os forros recebem pintura á óleo. Portas de enrolar e grades recebem pintura a óleo.

TABELA 15
Elementos construtivos: ornamentação

Elementos Construtivos	Zona	Período			
		1º (1838 a 1887)	2º (1888 a 1918)	3º (1919 a 1935)	4º (1936 a 1976)
Ornamentação	Social	Forros trabalhados e detalhes esculpido em pedra nas escadas de acesso ao alpendre ou ao avarandado	Lambrequins e alto relevos em argamassa nas fachadas	Forros em madeira ou zinco trabalhados, paredes ricamente decoradas em estêncil formando rodafornos ou em toda sua extensão. Pisos trabalhados em madeiras de cores diferentes. Capitéis coríntios nas colunas que sustentam as lajes das varandas. Detalhes de estuque em auto relevo. Fachadas ornamentadas com elementos em estuque. Esquadrias muito trabalhadas.	Rodafornos em gesso. Pisos de taco em madeiras de cores diferentes. Fachadas revestidas de madeira ou de pastilhas vitrificadas. Esquadrias de madeira ou de ferro lisas com grandes panos de vidro.
	Íntima	Rodafornos decorados em estêncil	-	Forros trabalhados e rodafornos pintados em estêncil	Rodafornos em gesso. Pisos de taco em madeiras de cores diferentes.
	Serviço	-	-	Azulejos muito decorados	-
	Comercial	-	alto relevos em argamassa nas fachadas	Fachadas decoradas com relevos em estuque	-

APÊNDICE B: LEVANTAMENTOS ARQUITETÔNICOS

1 CASAS TÉRREAS RESIDENCIAIS

1.1 Terceiro Período: 1919 a 1935

1.1.1 Casa Família Rodrigues (1)

Ano de construção: 1924

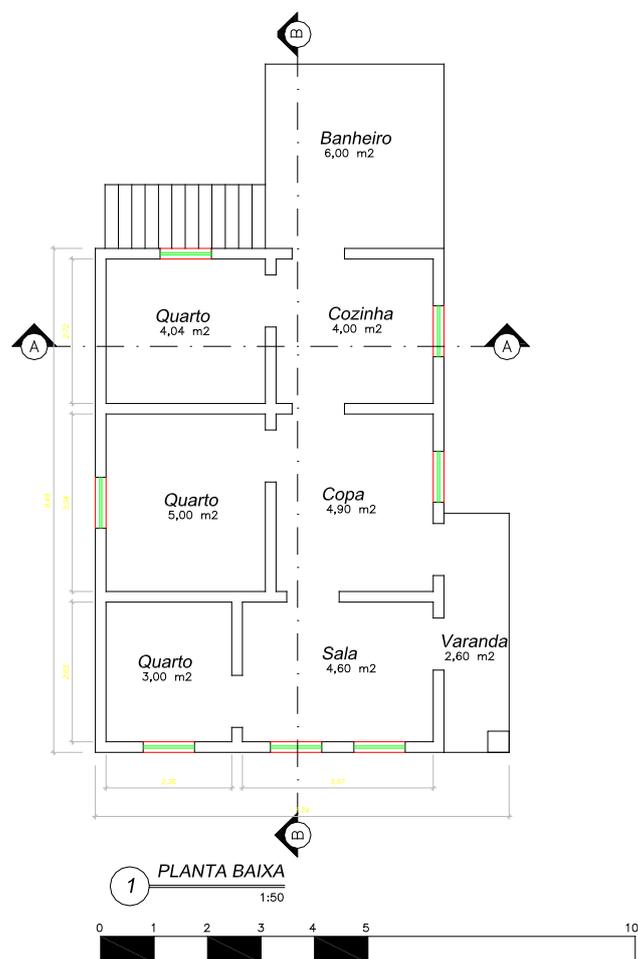
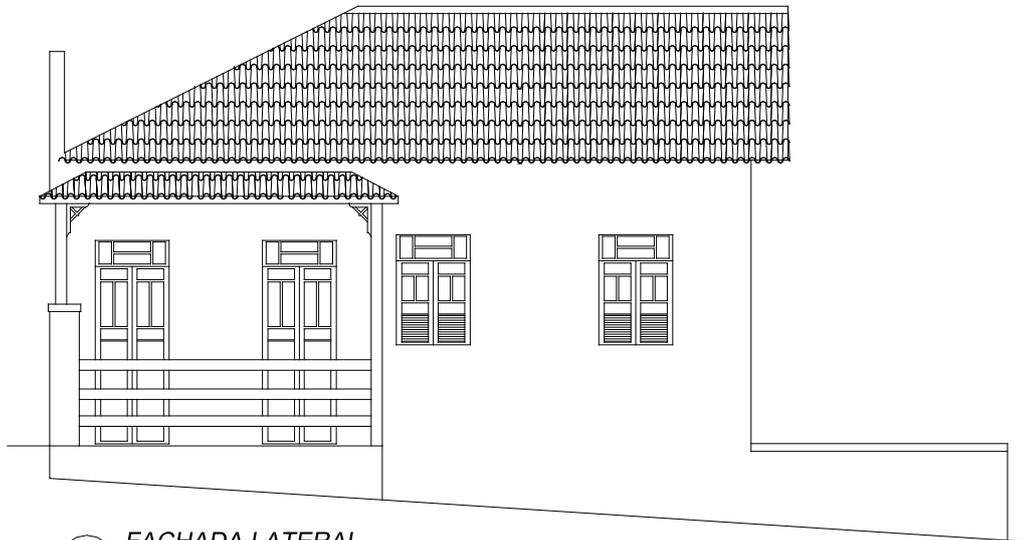


Figura 42: Planta pavimento térreo - Casa Família Rodrigues (1)



1 FACHADA FRONTAL
1:50
0 1 2 3 4 5 10

Figura 43: Fachada frontal - Casa Família Rodrigues (1)



1 FACHADA LATERAL
1:50
0 1 2 3 4 5 10

Figura 44: Fachada lateral - Casa Família Rodrigues (1)

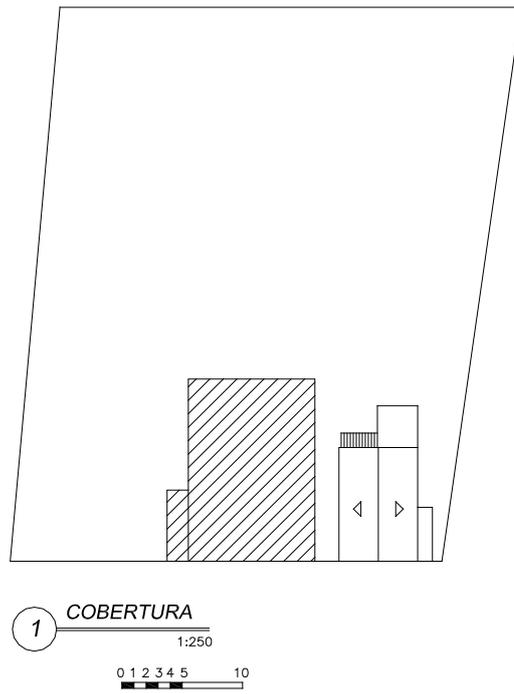


Figura 45: Planta situação / diagrama de telhado - Casa Família Rodrigues (1)

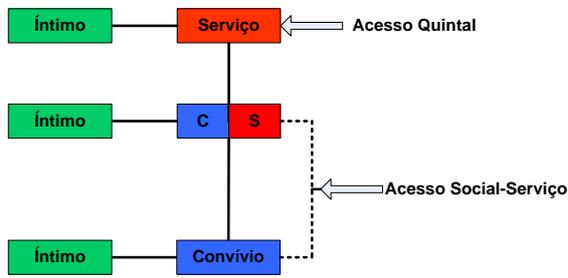


Gráfico 20: Esquema funcional detalhado - Casa Família Rodrigues (1).

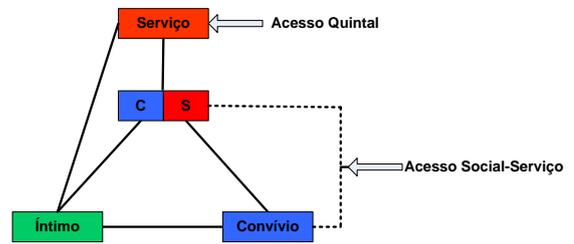


Gráfico 21: Esquema funcional resumido - Casa Família Rodrigues (1).

1.1.2 Casa Armando Porcari
Ano de construção: 1922

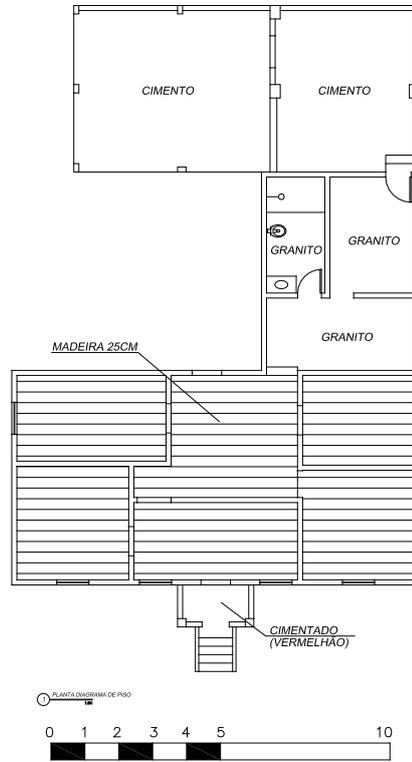


Figura 46: Planta pavimento térreo - Casa Armando Porcari

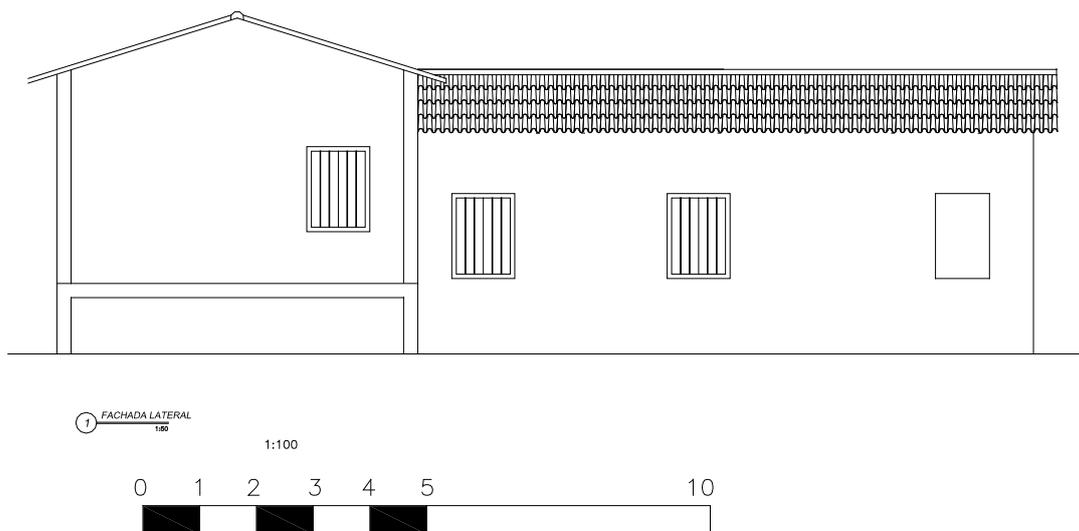


Figura 47: Fachada lateral - Casa Armando Porcari

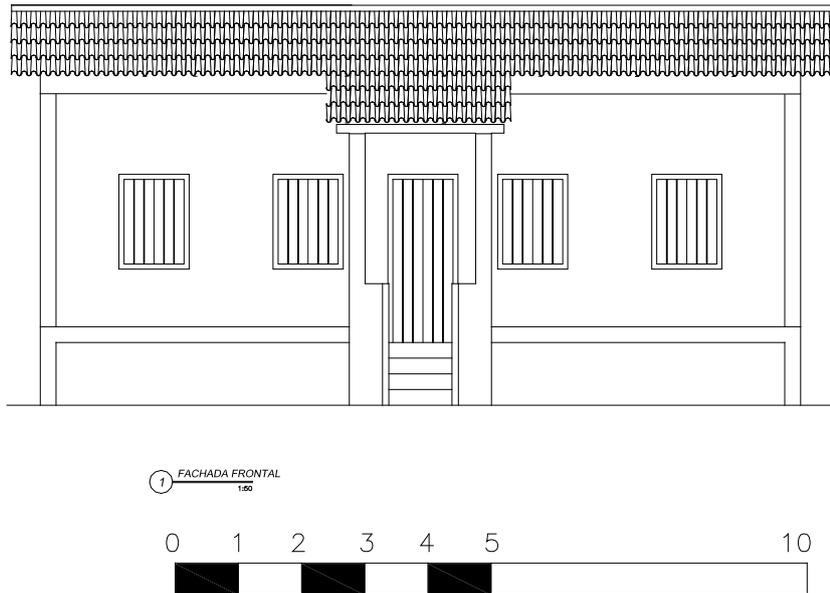


Figura 48: Fachada frontal - Casa Armando Porcari

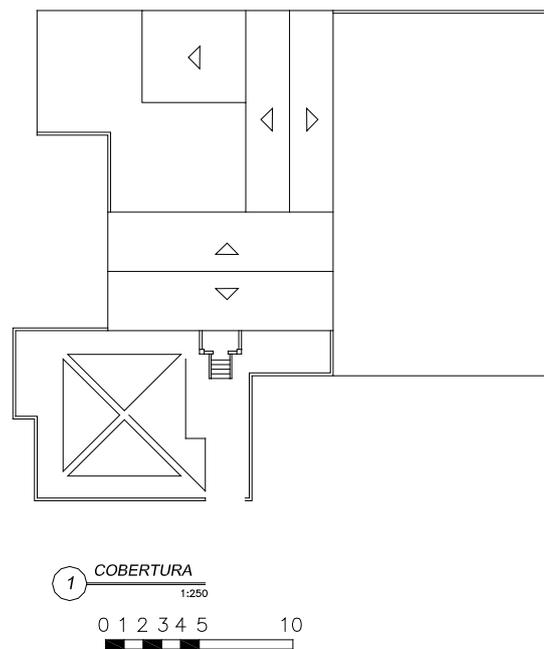


Figura 49: Planta situação / diagrama de telhado - Casa Armando Porcari

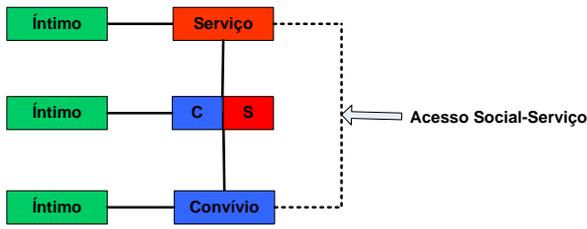


Gráfico 22: Esquema funcional detalhado - Casa Armando Porcari.

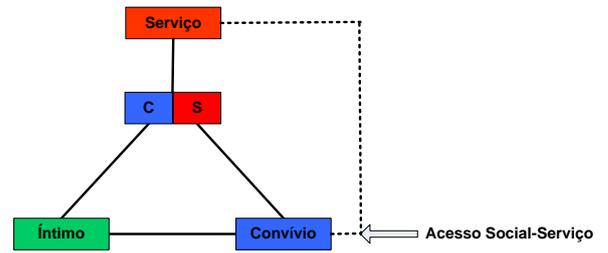


Gráfico 23: Esquema funcional resumido - Casa Armando Porcari.

1.1.3 Casa Poty Formel

Ano de construção: 1927

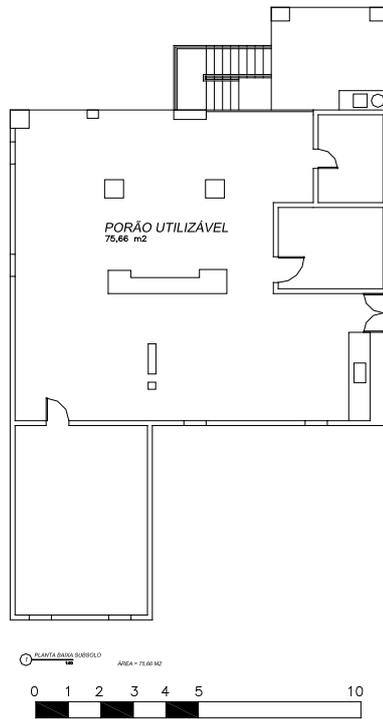


Figura 50: Planta porão - Casa Poty Formel

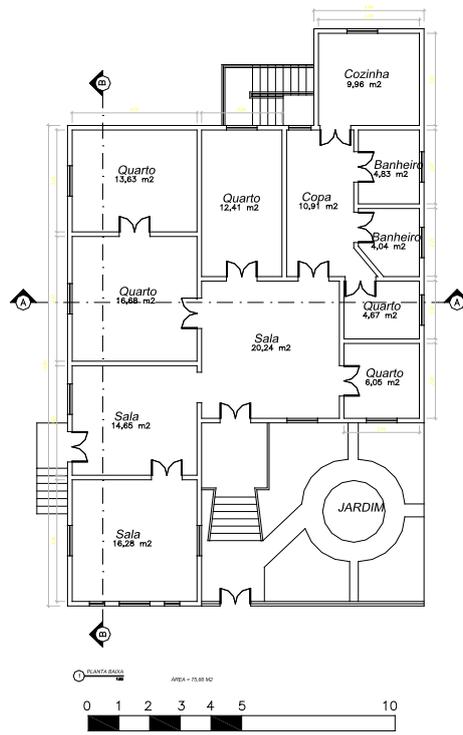


Figura 51: Planta pavimento térreo - Casa Poty Formel



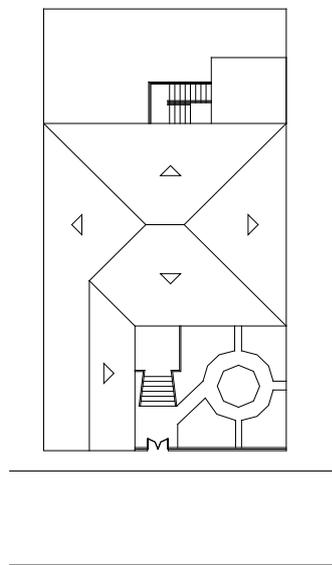
Figura 52: Fachada lateral - Casa Poty Formel



1 PLANTA BAIXA FRONTAL
1:50



Figura 53: Fachada frontal - Casa Poty Formel



1 COBERTURA
1:250



Figura 54: Planta situação / diagrama de telhado - Casa Poty Formel

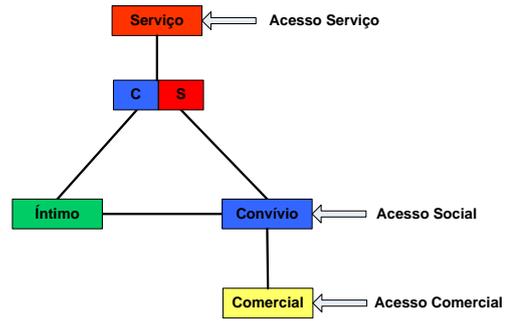
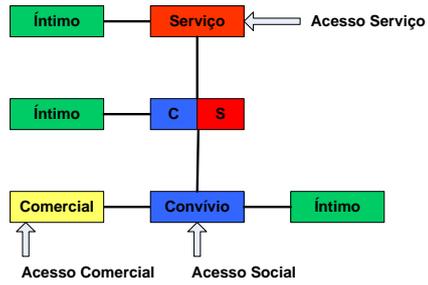


Gráfico 24: Esquema funcional detalhado - Casa Poty Formel.

Gráfico 25: Esquema funcional resumido - Casa Poty Formel.

1.1.4 Casa Nadir Dutra Lopes

Ano de construção: 1926

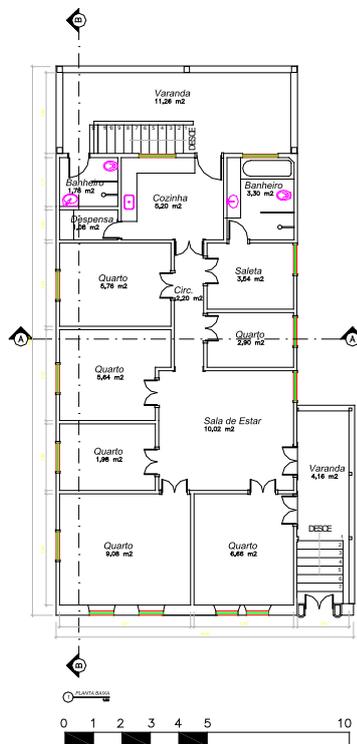


Figura 55: Planta pavimento térreo - Casa Nadir Dutra Lopes

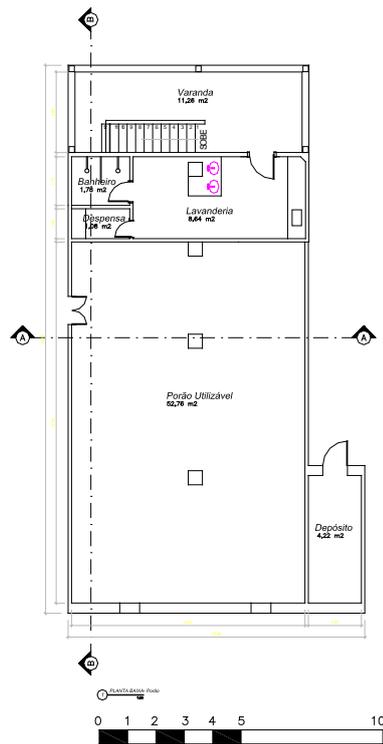


Figura 56: Planta porão - Casa Nadir Dutra Lopes

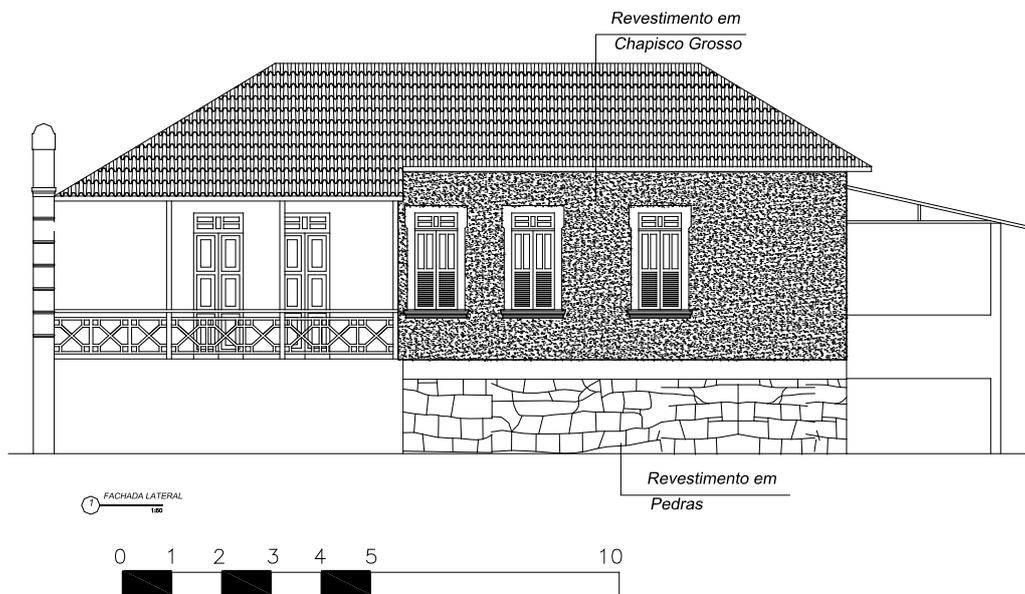


Figura 57: Fachada lateral - Casa Nadir Dutra Lopes

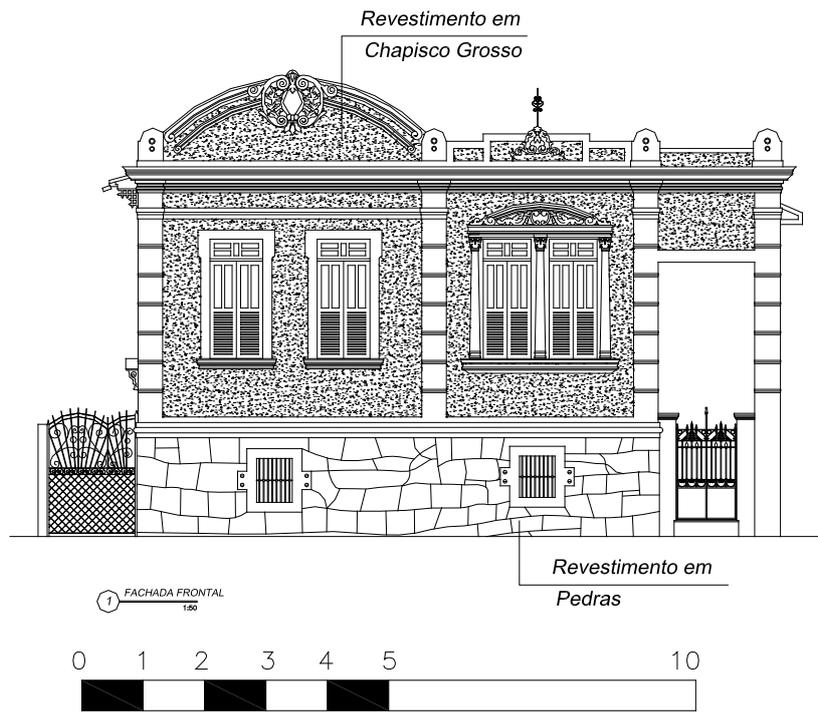


Figura 58: Fachada frontal - Casa Nadir Dutra Lopes

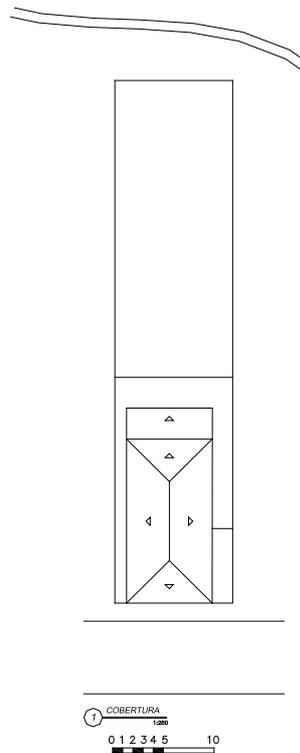


Figura 59: Planta situação / diagrama de telhado - Casa Nadir Dutra Lopes

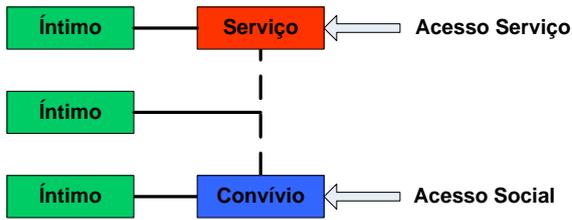


Gráfico 26: Esquema funcional detalhado - Casa Nadir Dutra Lopes.

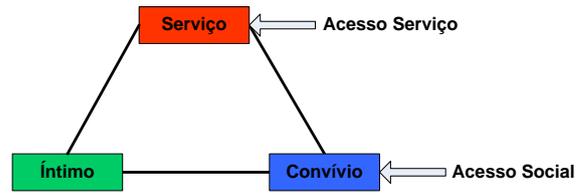


Gráfico 27: Esquema funcional resumido - Casa Nadir Dutra Lopes.

1.1.5 Casa Família Rodrigues (2)

Ano de construção: 1927

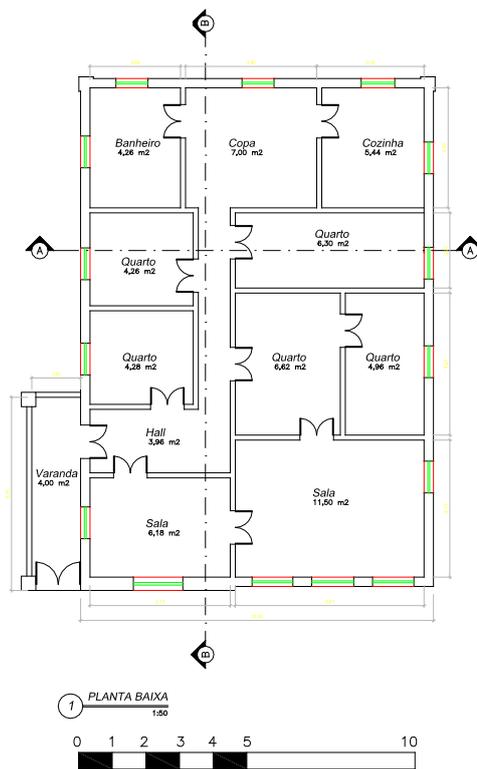


Figura 60: Planta Pavimento térreo - Casa Família Rodrigues (2)

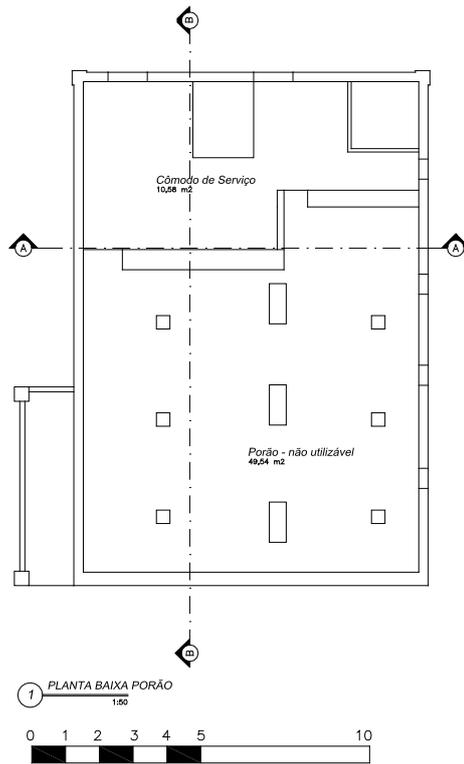


Figura 61: Planta porão - Casa Família Rodrigues (2)

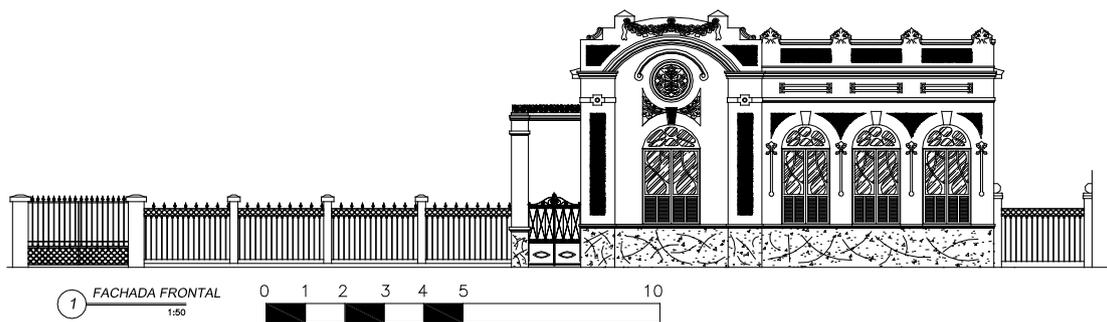


Figura 62: Fachada frontal - Casa Família Rodrigues (2)

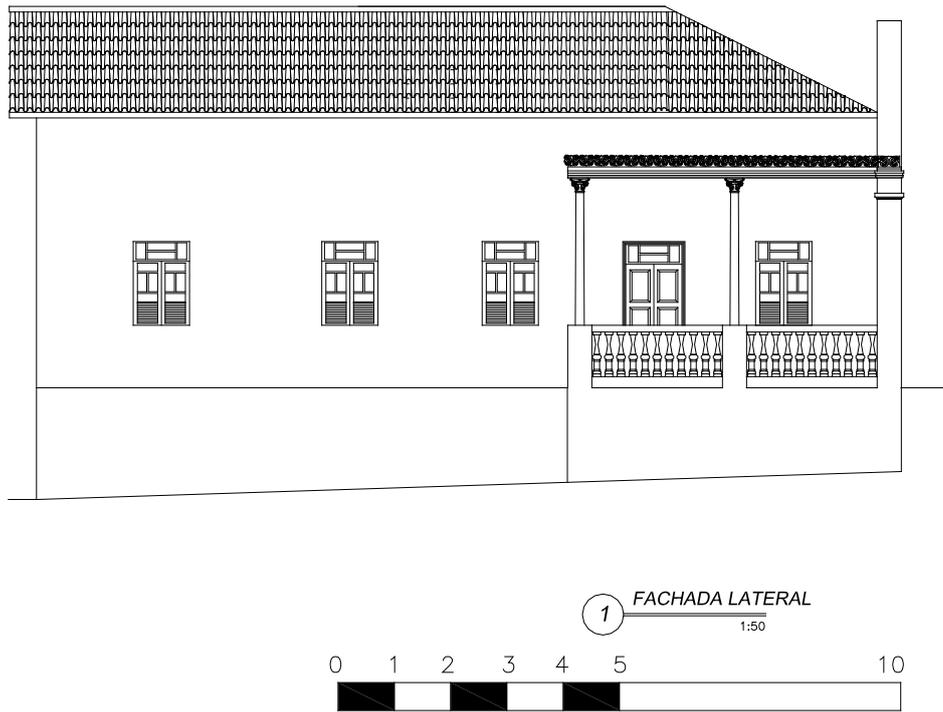


Figura 63: Fachada lateral - Casa Família Rodrigues (2)

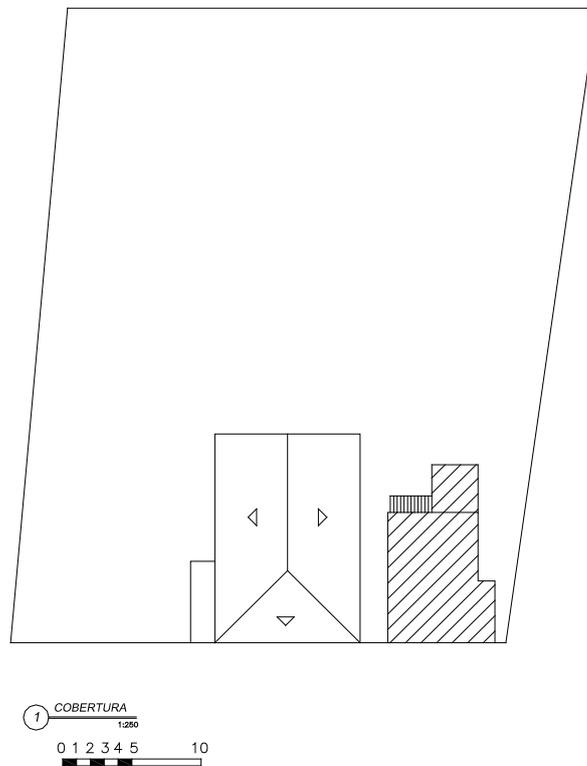


Figura 64: Implantação / diagrama de telhado - Casa Família Rodrigues (2)

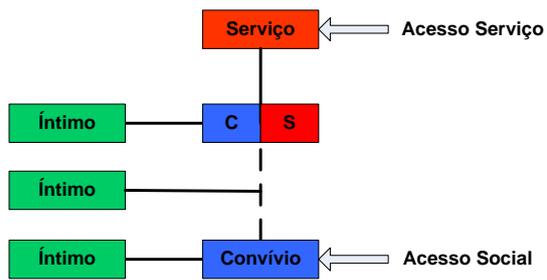


Gráfico 28: Esquema funcional detalhado - Casa Família Rodrigues (2).

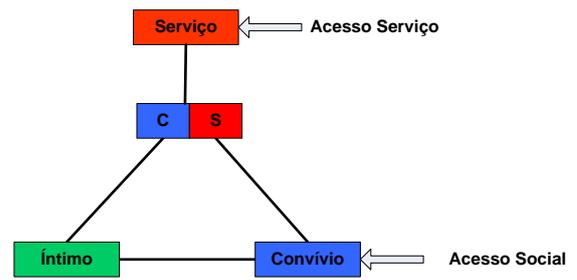


Gráfico 29: Esquema funcional resumido - Casa Família Rodrigues (2).

1.1.6 Casa Senador Dirceu Cardoso

Ano de construção: 1928

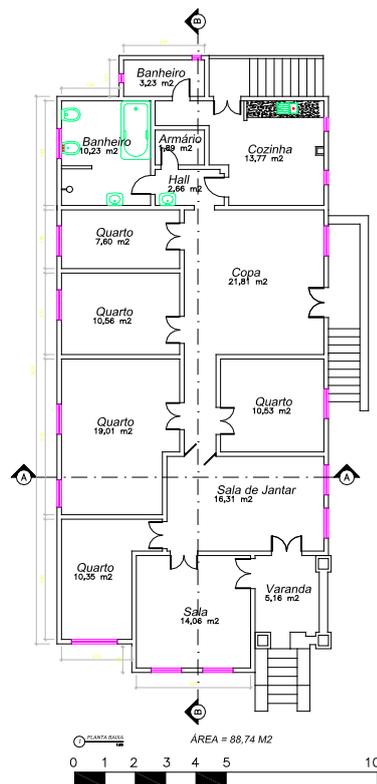


Figura 65: Planta pavimento térreo - Casa Senador Dirceu Cardoso

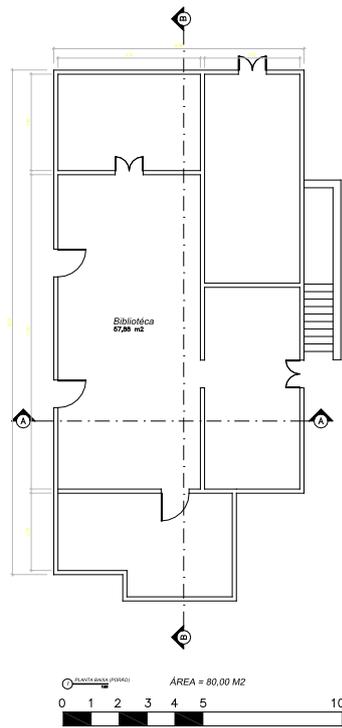


Figura 66: Planta porão - Casa Senador Dirceu Cardoso

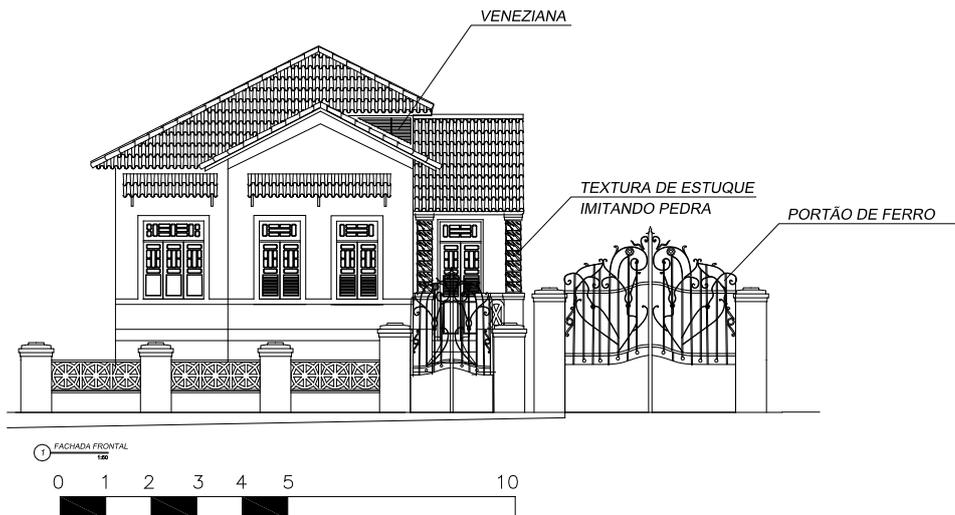


Figura 67: Fachada frontal - Casa Senador Dirceu Cardoso

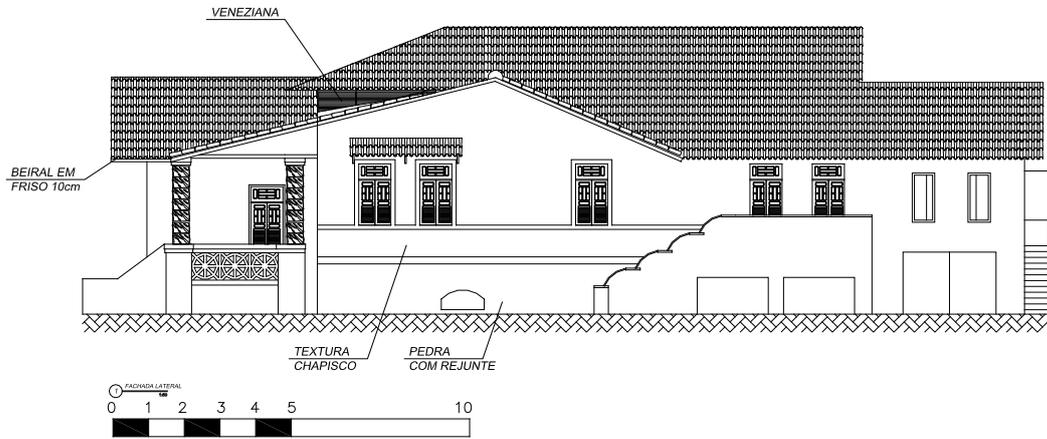


Figura 68: Fachada lateral - Casa Senador Dirceu Cardoso

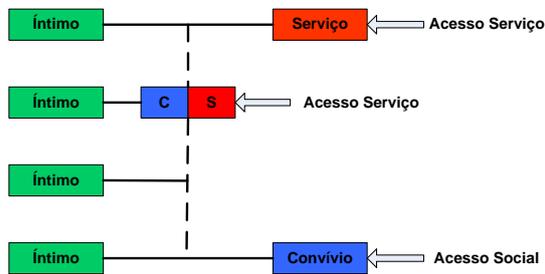


Gráfico 30: Esquema funcional detalhado - Casa Senador Dirceu Cardoso.

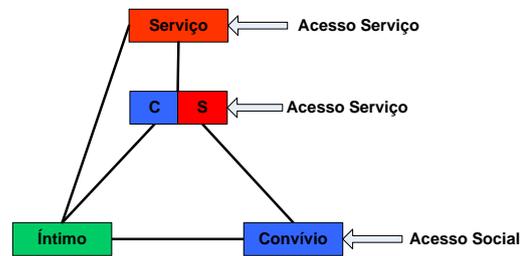


Gráfico 31: Esquema funcional resumido - Casa Senador Dirceu Cardoso.

1.1.7 Casa Martha Rodrigues

Ano de construção: 1932

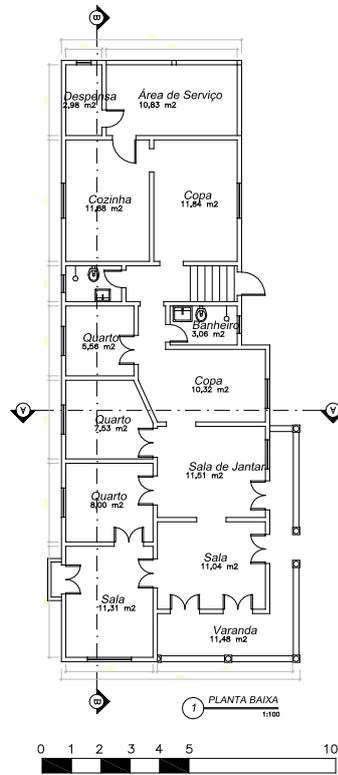


Figura 69: Planta pavimento térreo - Casa Martha Rodrigues

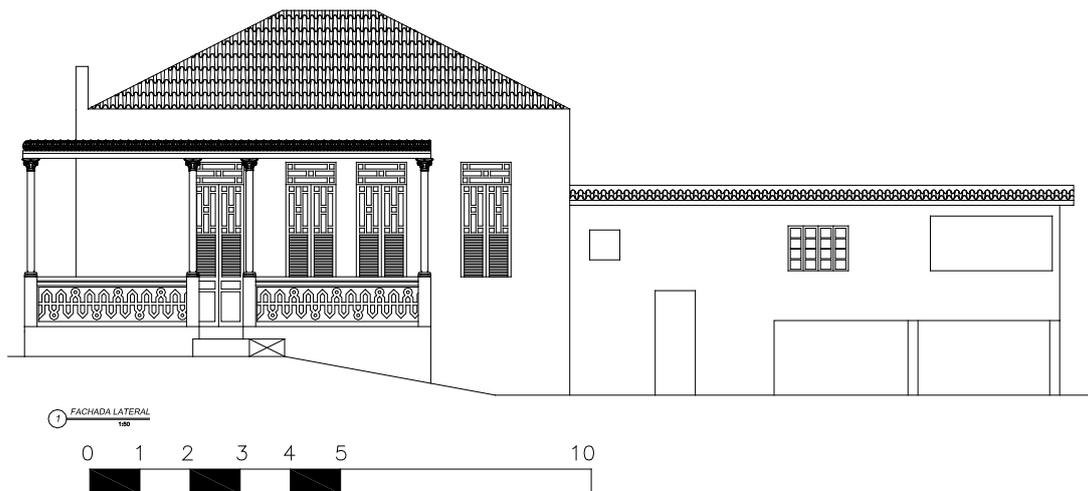


Figura 70: Fachada lateral - Casa Martha Rodrigues

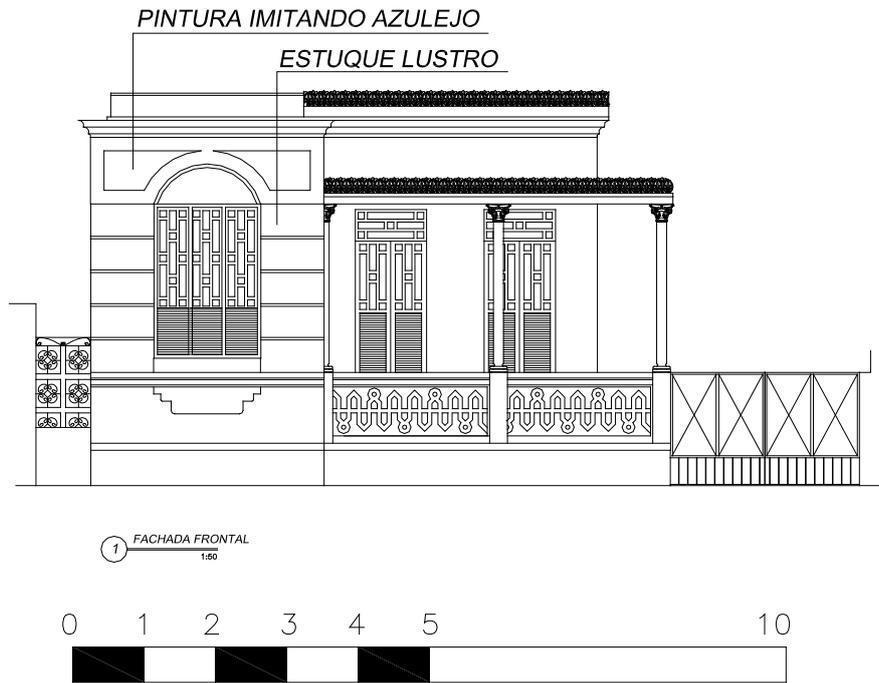


Figura 71: Fachada frontal - Casa Martha Rodrigues

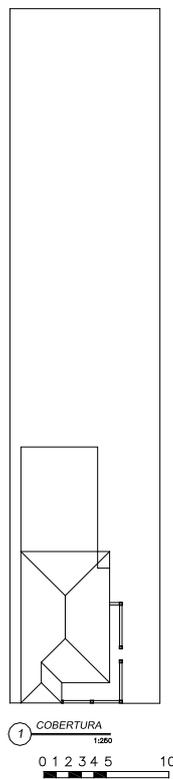


Figura 72: Implantação / diagrama de telhado - Casa Martha Rodrigues

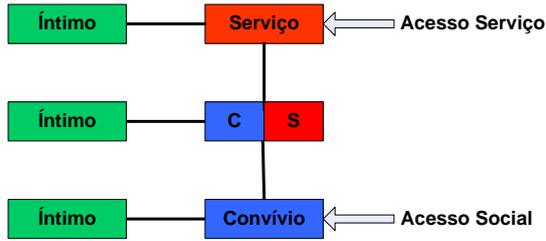


Gráfico 32: Esquema funcional detalhado - Casa Martha Rodrigues.

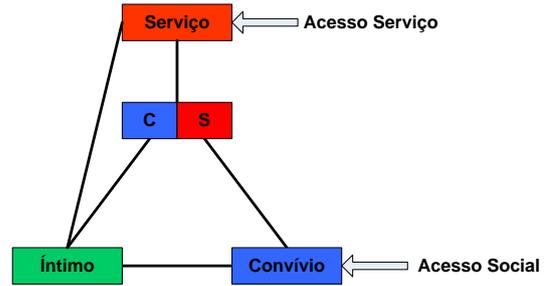


Gráfico 33: Esquema funcional resumido - Casa Martha Rodrigues.

1.2 Quarto Período: 1936 a 1970

1.2.1 Casa Mariinha Fraga

Ano de construção: 1954

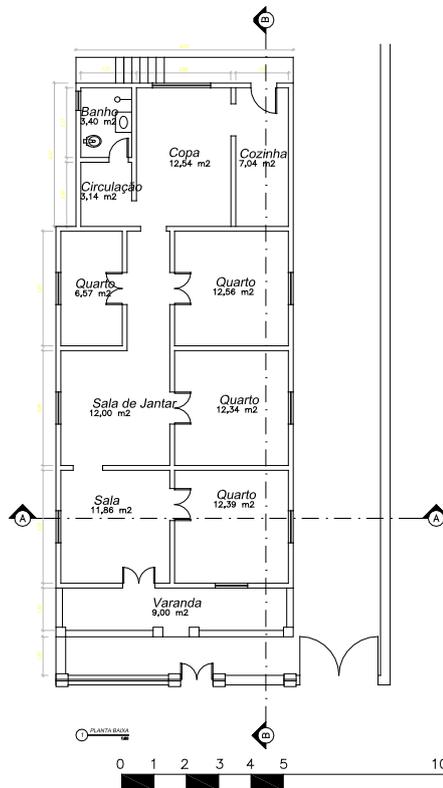


Figura 73: Planta Pavimento térreo - Casa Mariinha Fraga

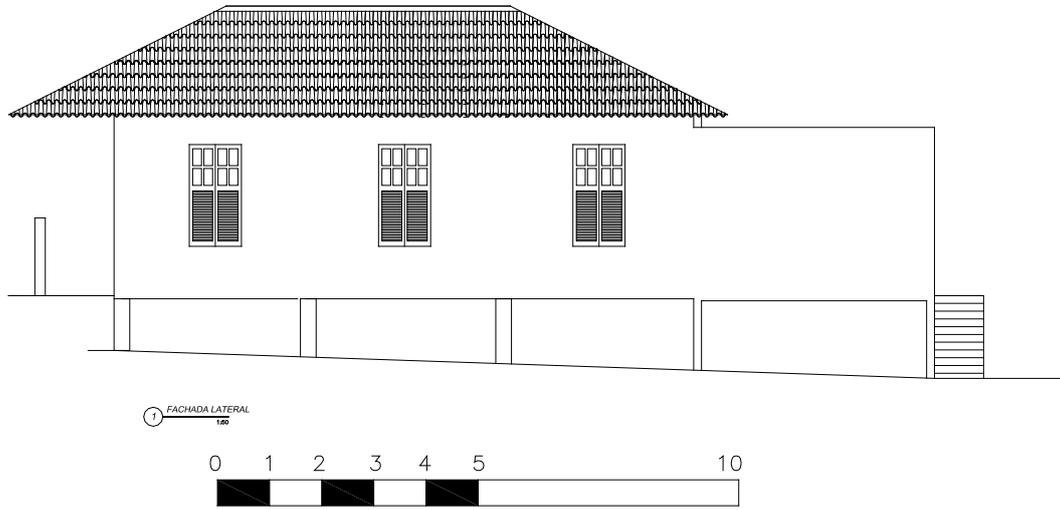


Figura 74: Fachada Lateral - Casa Mariinha Fraga



Figura 75: Fachada frontal - Casa Mariinha Fraga

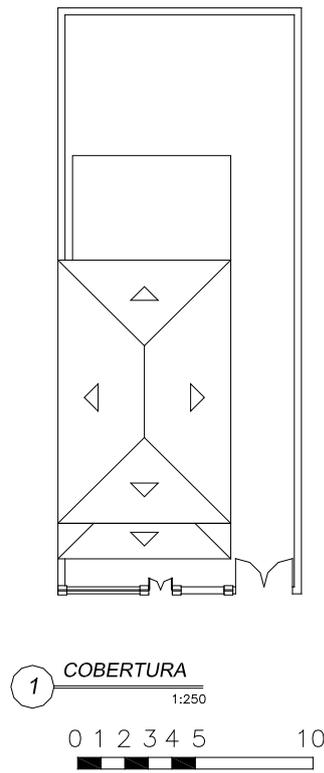


Figura 76: Implantação / diagrama de telhado - Casa Mariinha Fraga

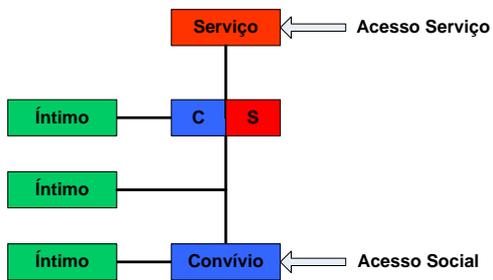


Gráfico 34: Esquema funcional detalhado - Casa Mariinha Fraga.

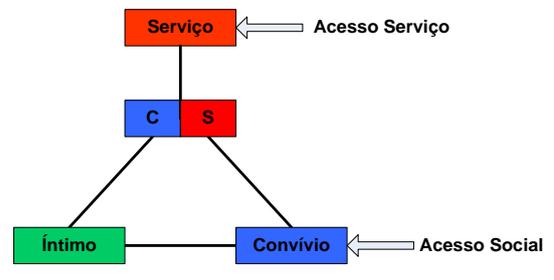


Gráfico 35: Esquema funcional resumido - Casa Mariinha Fraga.

2 CASAS TÉRREAS MISTAS

2.1 Terceiro Período: 1919 a 1935

2.1.1 Casa José Martins Filho

Ano de construção: década de 1920



Figura 77: Planta pavimento térreo - Casa José Martins Filho



Figura 78: Fachada frontal - Casa José Martins Filho

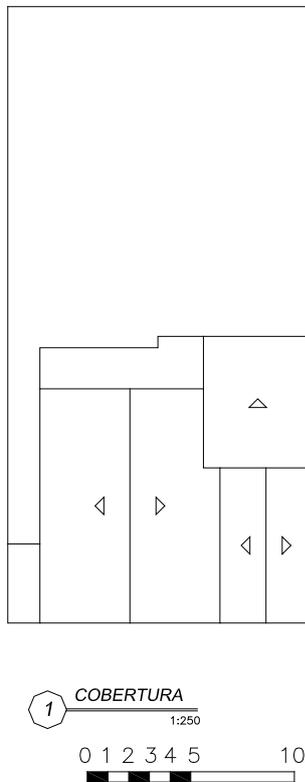


Figura 79: Implantação / diagrama de telhado - Casa José Martins Filho

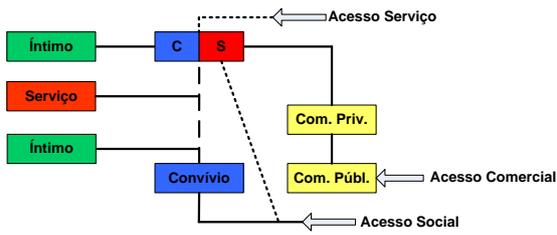


Gráfico 36: Esquema funcional detalhado - Casa José Martins Filho.

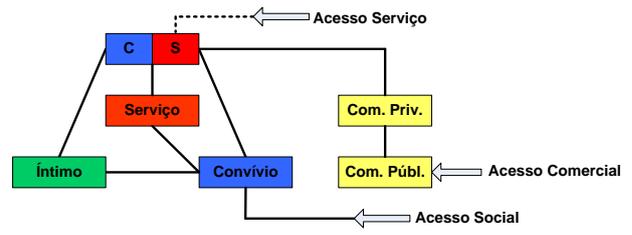


Gráfico 37: Esquema funcional resumido - Casa José Martins Filho.

2.1.2 Casa Elias Haddad

Ano de construção: 1928

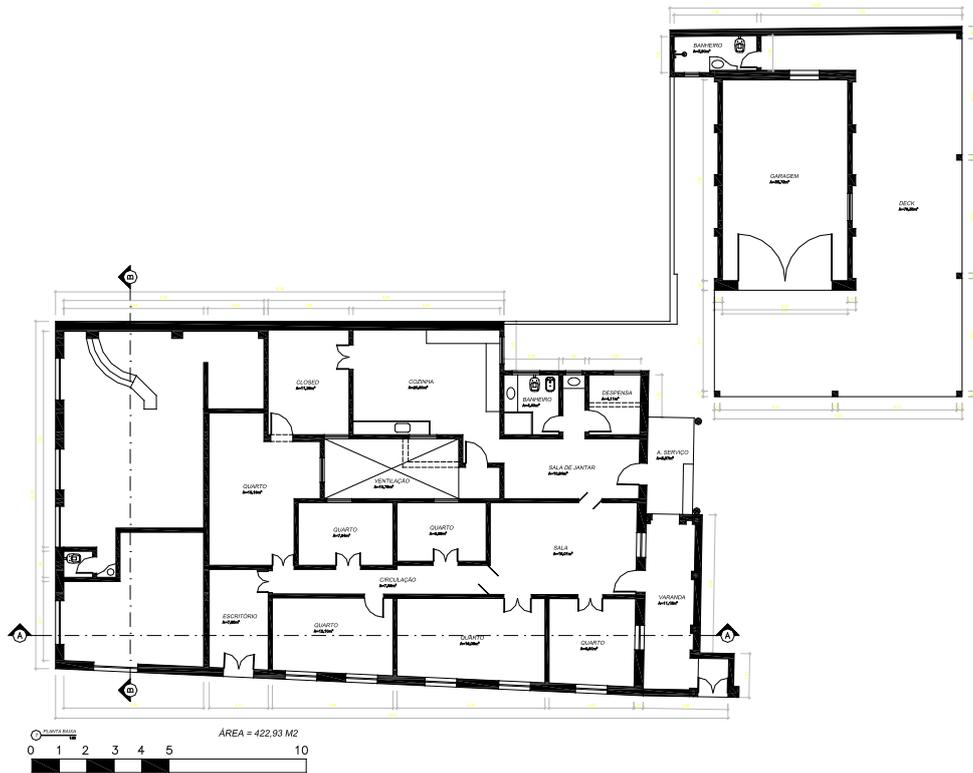


Figura 80: Planta pavimento térreo - Casa Elias Haddad



Figura 81: Fachada lateral - Casa Elias Haddad

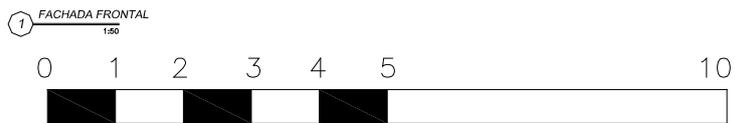
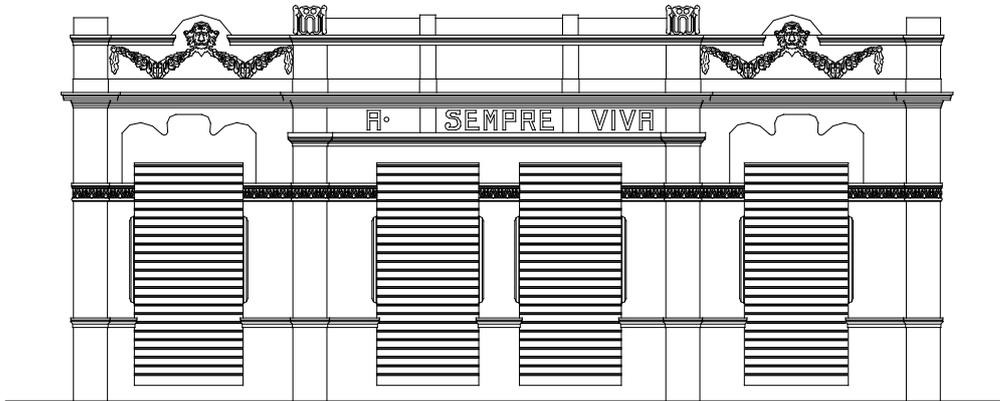


Figura 82: Fachada frontal - Casa Elias Haddad

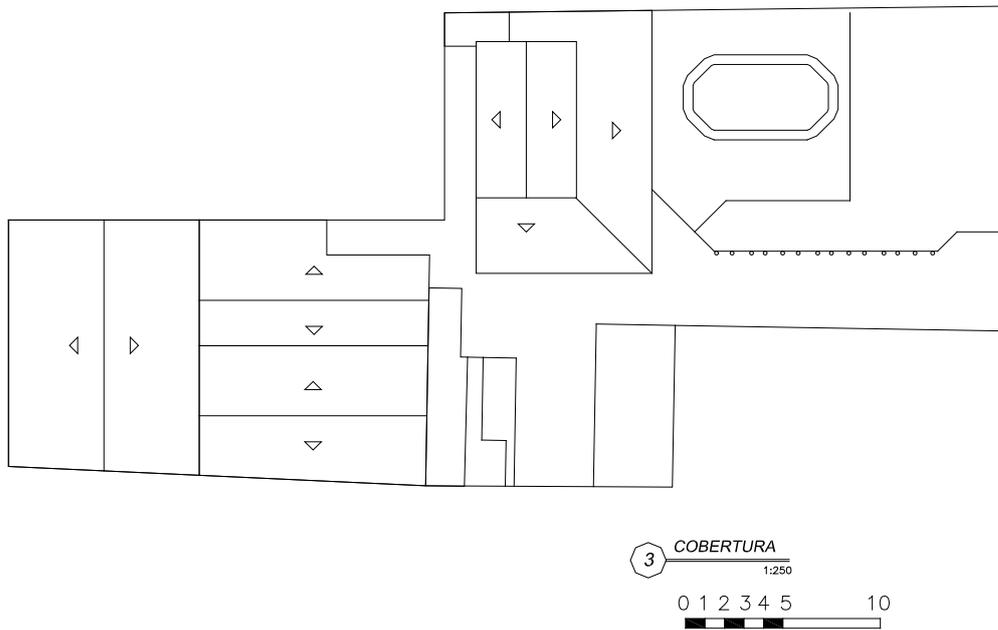


Figura 83: Implantação / diagrama de telhado - Casa Elias Haddad

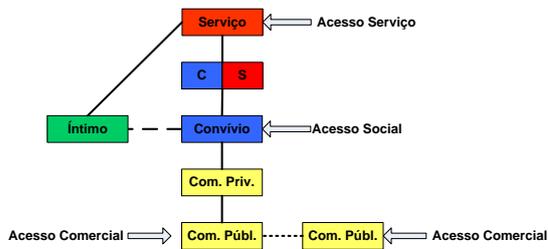


Gráfico 38: Esquema funcional detalhado - Casa Elias Haddad.

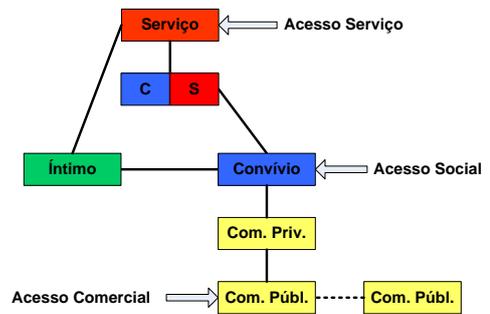


Gráfico 39: Esquema funcional resumido - Casa Elias Haddad.

2.1.3 Casa Maria Lilian Nunes Barreto

Ano de construção: 1923-25

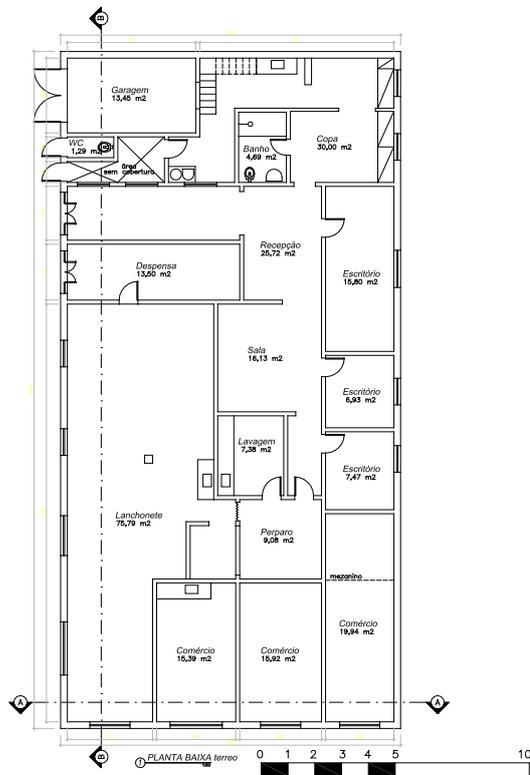


Figura 84: Planta pavimento térreo - Casa Maria Lilian Nunes Barreto

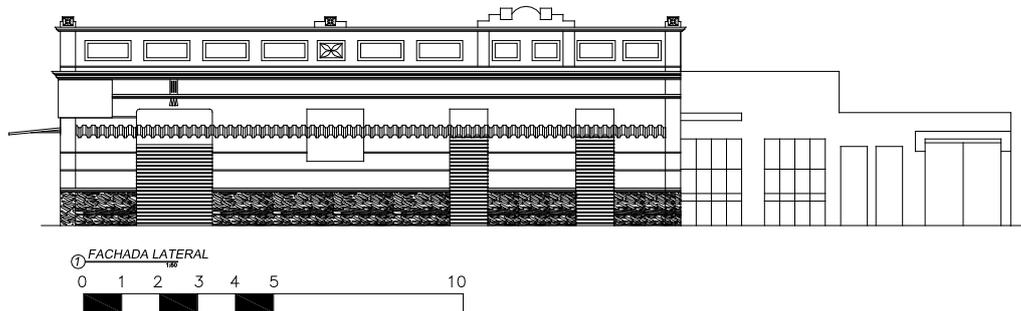


Figura 85: Fachada lateral - Casa Maria Lilian Nunes Barreto

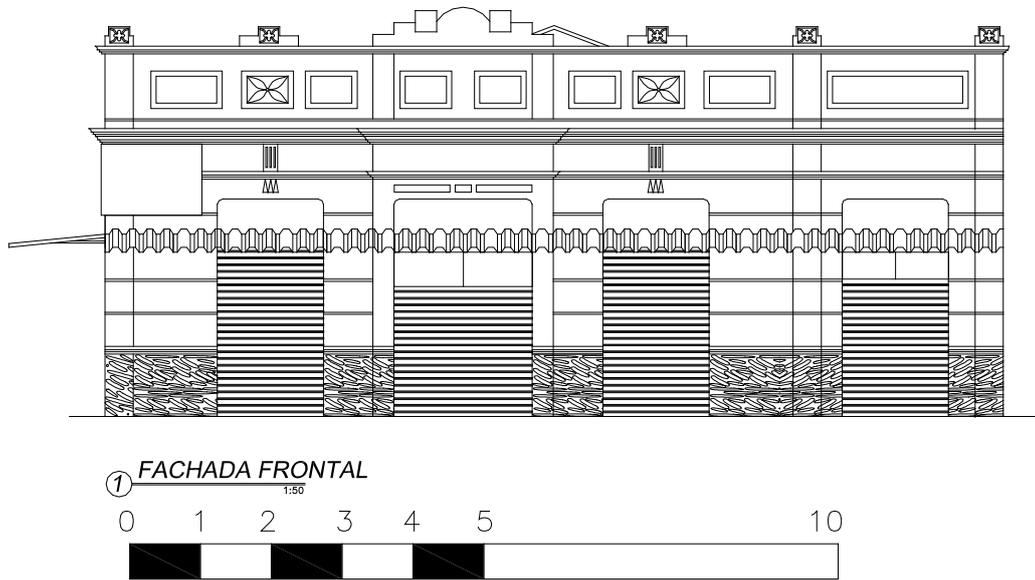


Figura 86: Fachada frontal - Casa Maria Lilian Nunes Barreto

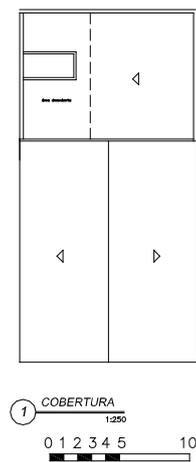


Figura 87: Implantação / diagrama de telhado - Casa Maria Lilian Nunes Barreto

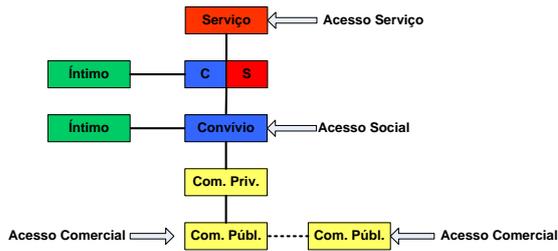


Gráfico 40: Esquema funcional detalhado - Casa Maria Lilian Nunes Barreto.

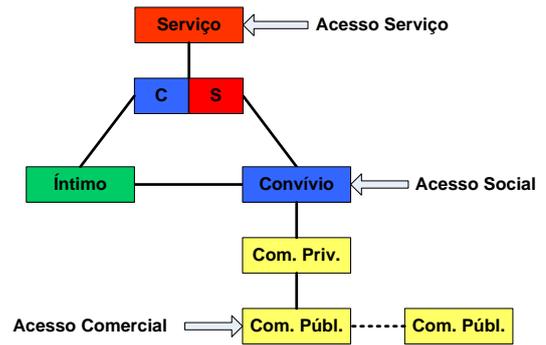


Gráfico 41: Esquema funcional resumido - Casa Maria Lilian Nunes Barreto.

2.2 Quarto Período: 1936 a 1970

2.2.1 Casa Fabiana Carmanhanes

Ano de construção: 1950

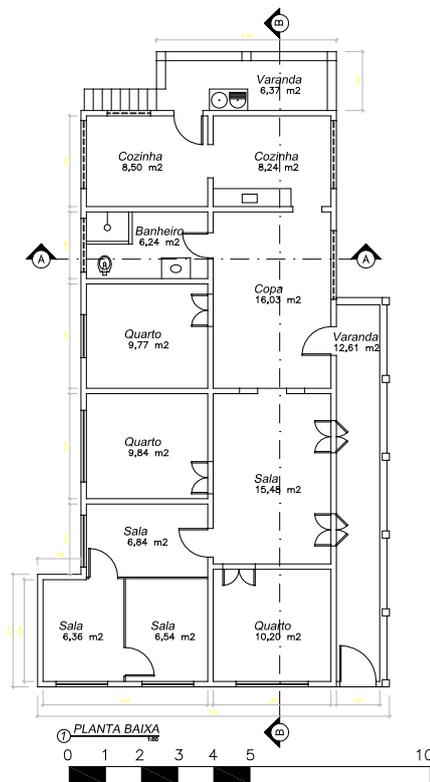


Figura 88: Planta pavimento térreo - Casa Fabiana Carmanhanes

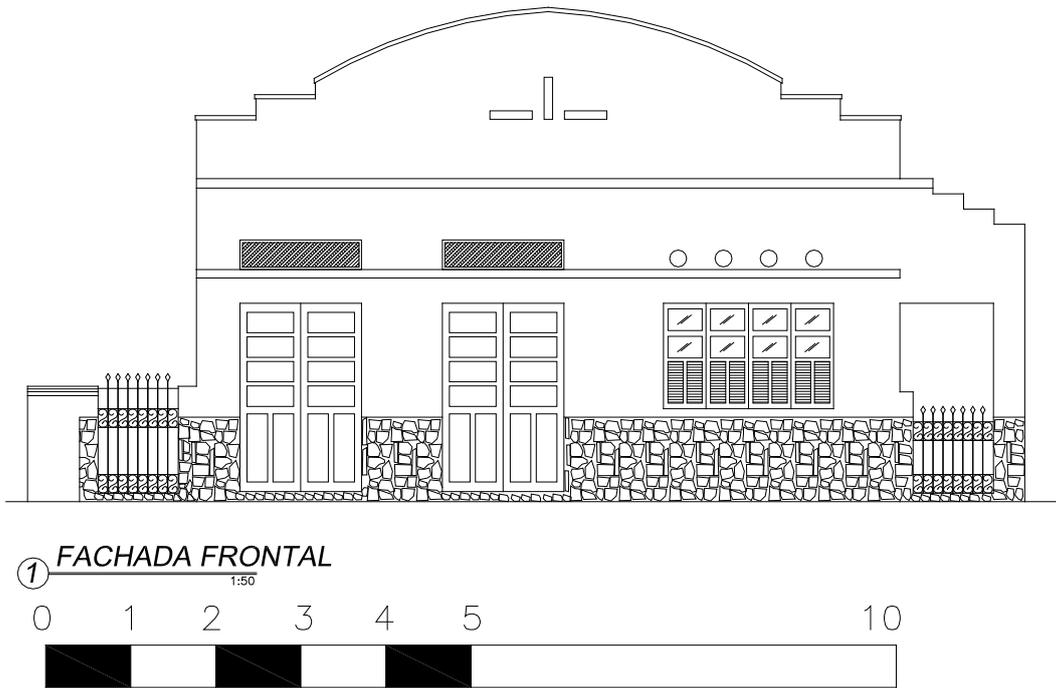


Figura 89: Fachada frontal - Casa Fabiana Carmanhanes

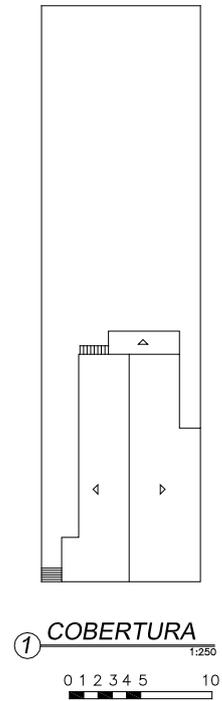


Figura 90: Implantação / diagrama de telhado - Casa Fabiana Carmanhanes

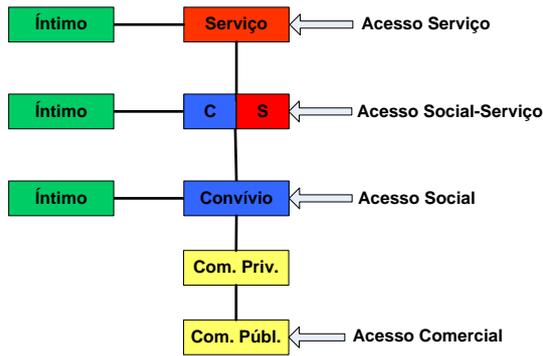


Gráfico 42: Esquema funcional detalhado - Casa Fabiana Carmanhanes.

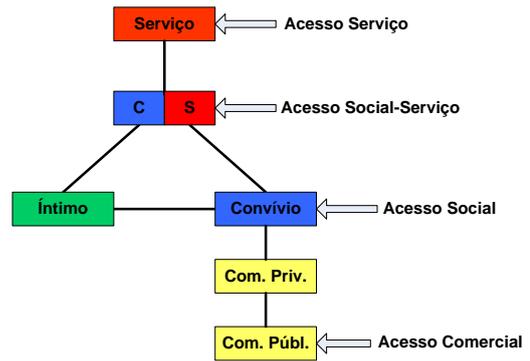


Gráfico 43: Esquema funcional resumido - Casa Fabiana Carmanhanes.

2.2.2 Casa João Batista Félix

Ano de construção: 1950

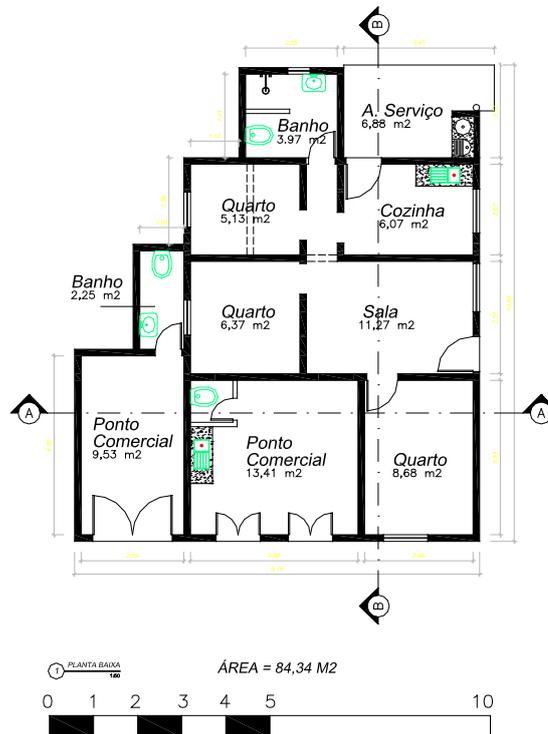


Figura 91: Planta pavimento térreo - Casa João Batista Félix

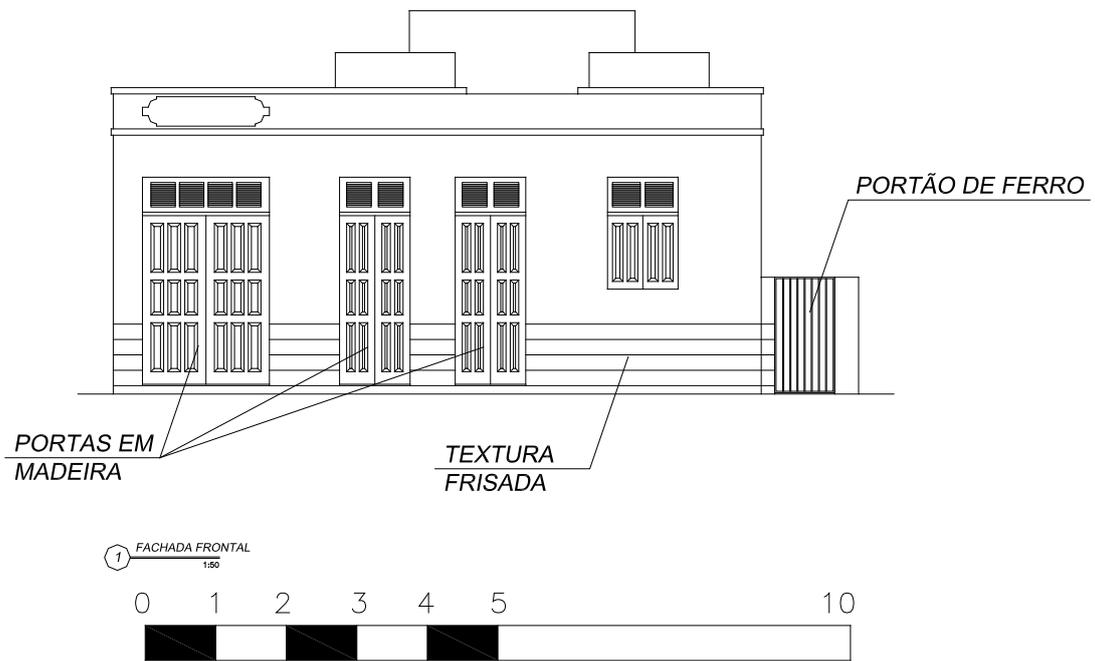


Figura 92: Fachada frontal - Casa João Batista Félix

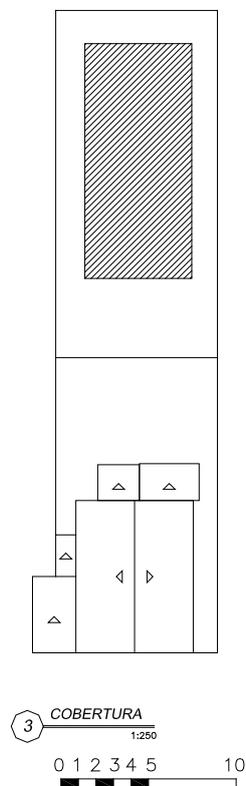


Figura 93: Implantação / diagrama de telhado - Casa João Batista Félix

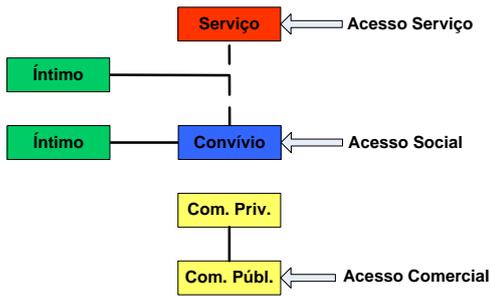


Gráfico 44: Esquema funcional detalhado - Casa João Batista Félix.

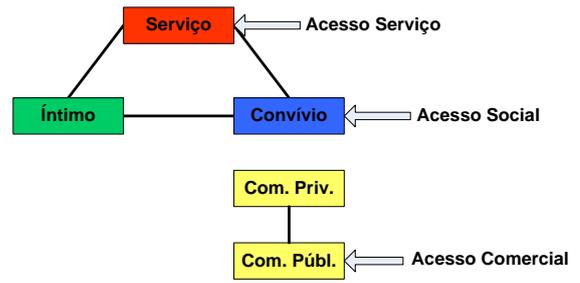


Gráfico 45: Esquema funcional resumido - Casa João Batista Félix.

2.2.3 Casa Antônio Tuão

Ano de construção: década de 1950

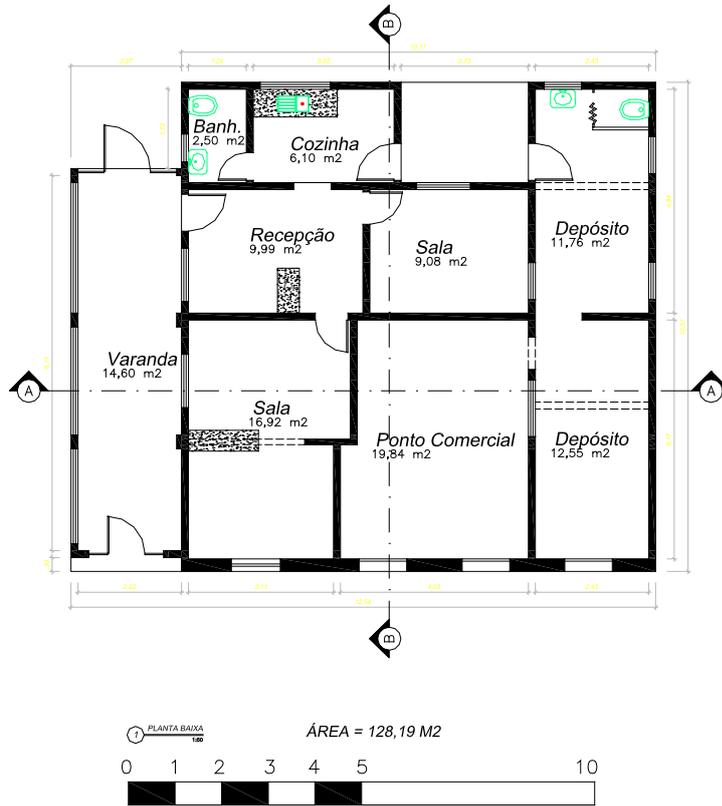


Figura 94: Planta pavimento térreo - Casa Antônio Tuão

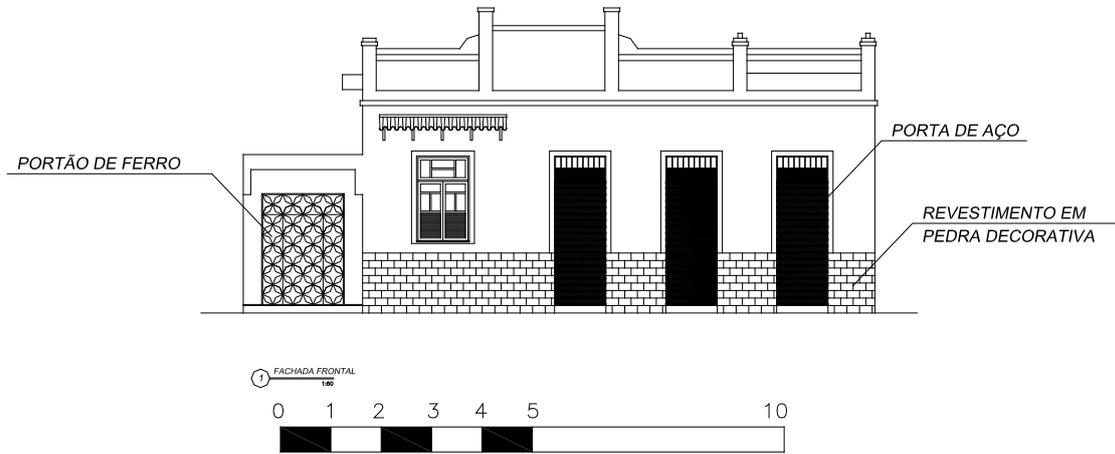


Figura 95: Fachada frontal - Casa Antônio Tuão



Figura 96: Implantação / diagrama de telhado - Casa Antônio Tuão

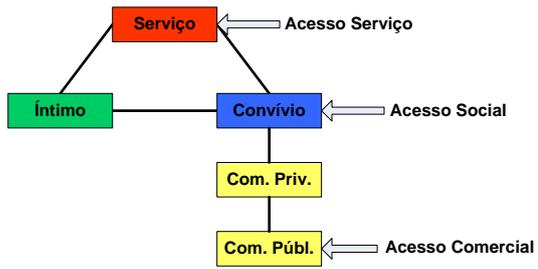


Gráfico 46: Esquema funcional detalhado - Casa Antônio Tuão.

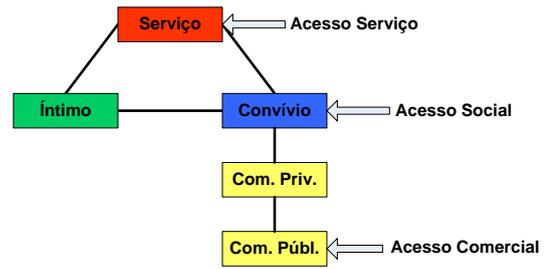


Gráfico 47: Esquema funcional resumido - Casa Antônio Tuão.

3 SOBRADOS

3.1 Terceiro Período: 1919 a 1935

3.1.1 Casa Bastos – Carolina Haddad

Ano de construção: 1923

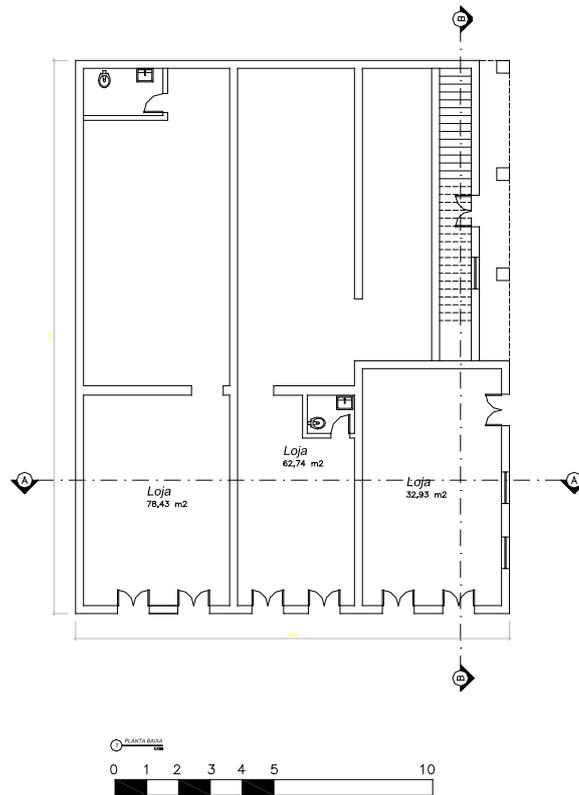


Figura 97: Planta primeiro pavimento - Casa Bastos

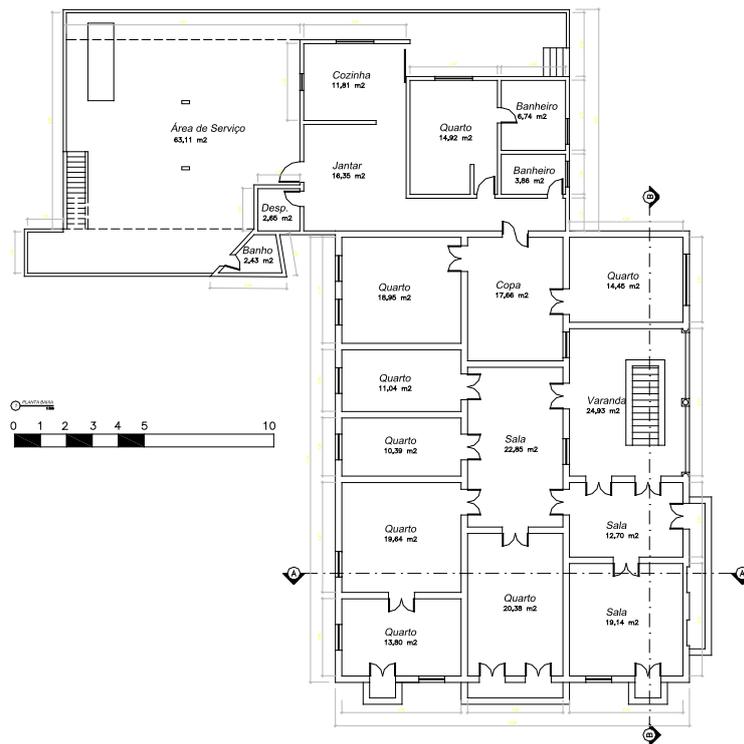


Figura 98: Planta segundo pavimento - Casa Bastos

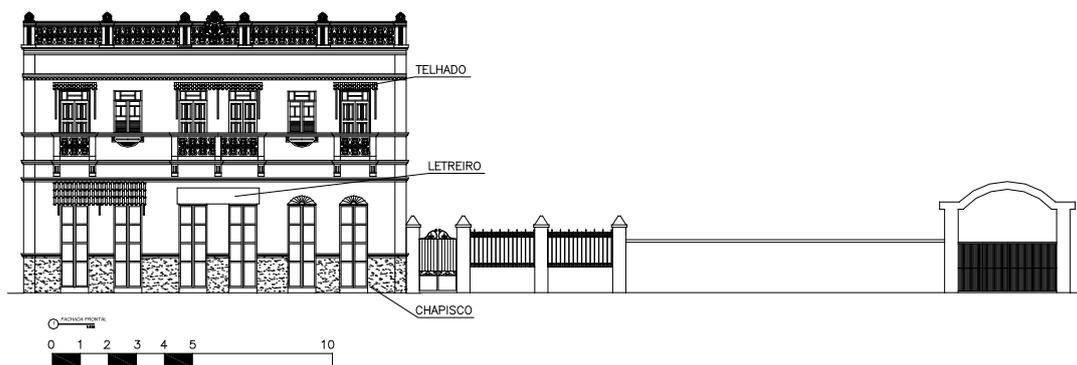


Figura 99: Fachada frontal - Casa Bastos

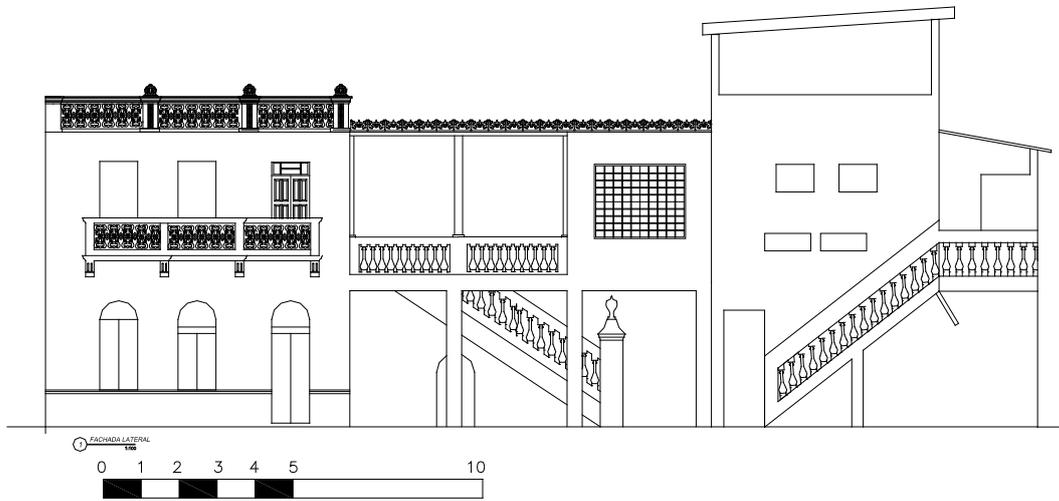


Figura 100: fachada lateral - Casa Bastos

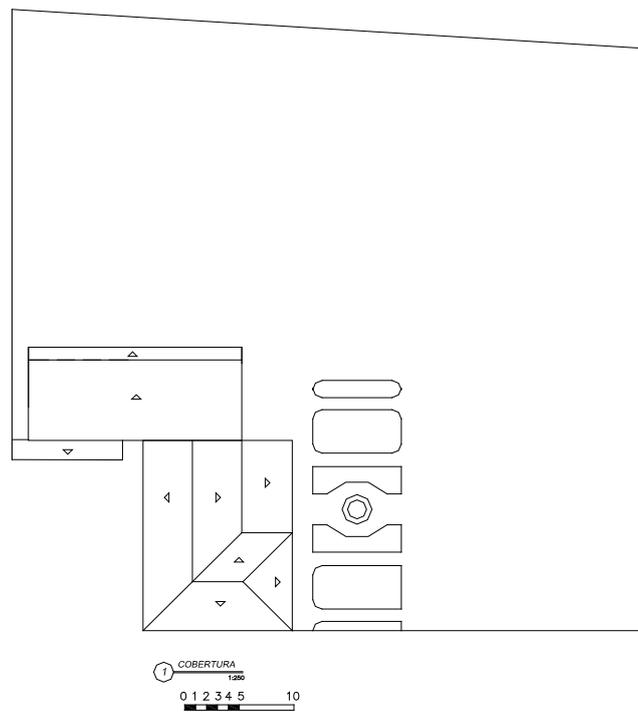


Figura 101: Implantação / diagrama de telhado - Casa Bastos

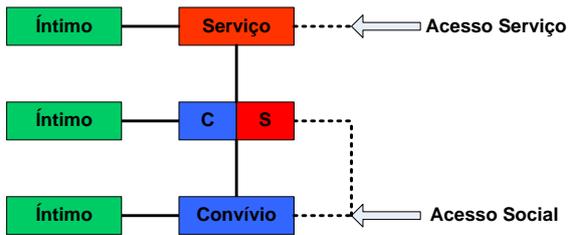


Gráfico 48: Esquema funcional detalhado do pavimento residencial (superior) - Casa Bastos.

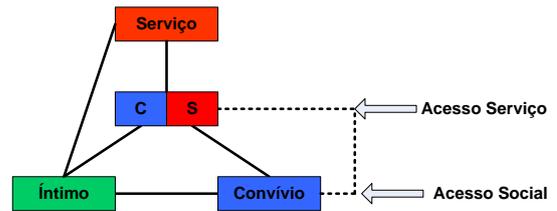


Gráfico 49: Esquema funcional resumido do pavimento residencial (superior) - Casa Bastos.

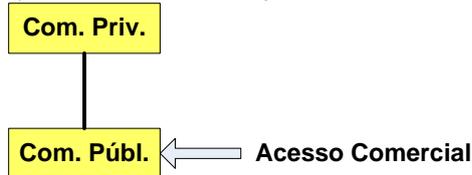


Gráfico 50: Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Casa Bastos.

3.1.2 Casa Leni Ayub

Ano de construção: 1923

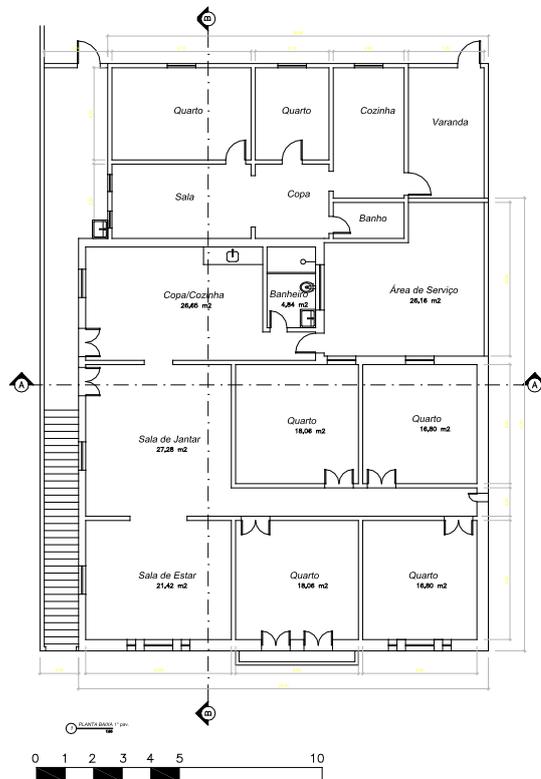


Figura 102: Planta segundo pavimento - Casa Leni Ayub

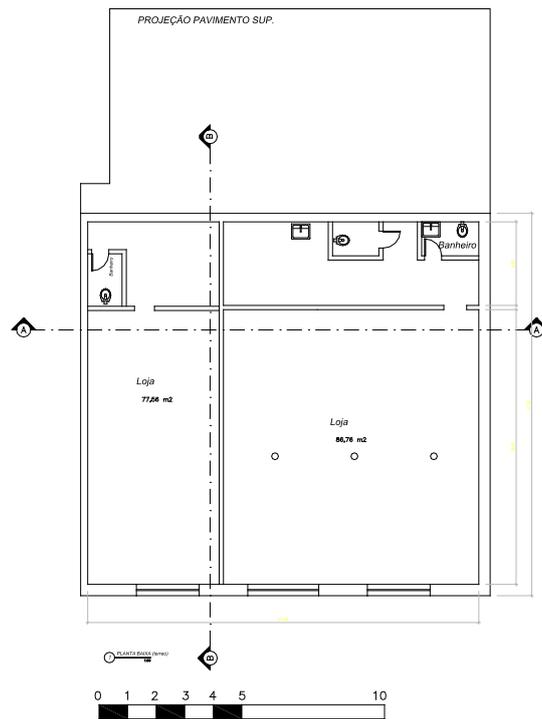


Figura 103: Planta primeiro pavimento - Casa Leni Ayub



Figura 104: Fachada frontal - Casa Leni Ayub

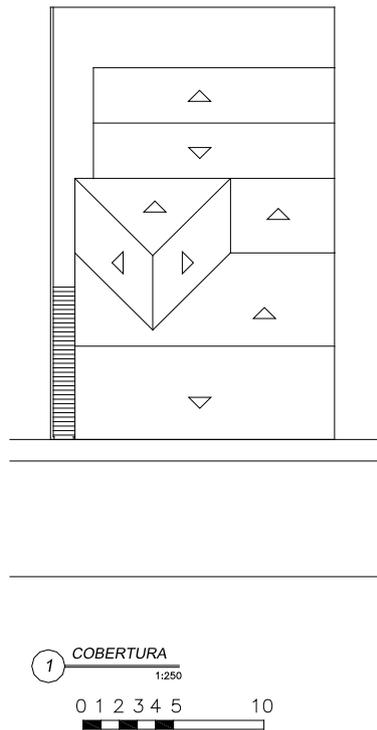


Figura 105: Implantação / diagrama de telhado - Casa Leni Ayub

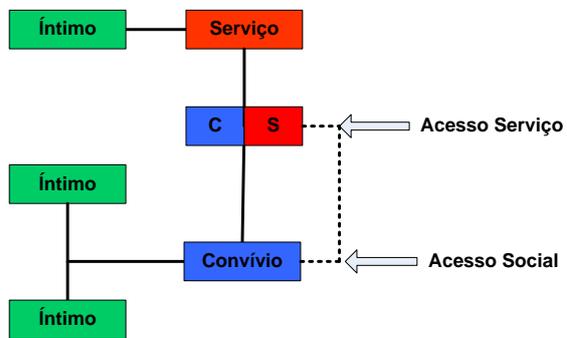


Gráfico 51: Esquema funcional detalhado do pavimento residencial (superior) - Casa Leni Ayub.

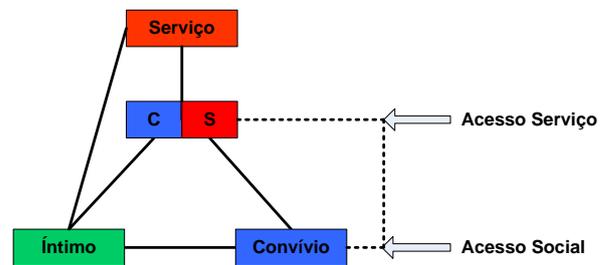


Gráfico 52: Esquema funcional resumido do pavimento residencial (superior) - Casa Leni Ayub.

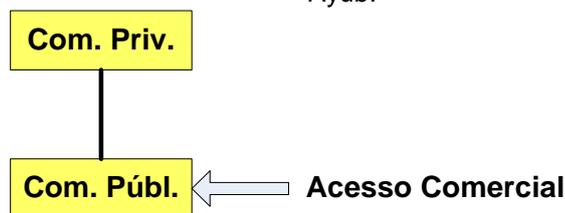


Gráfico 53: Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Casa Leni Ayub.

3.1.3 Casa Ney Rambalducci

Ano de construção: 1923-7

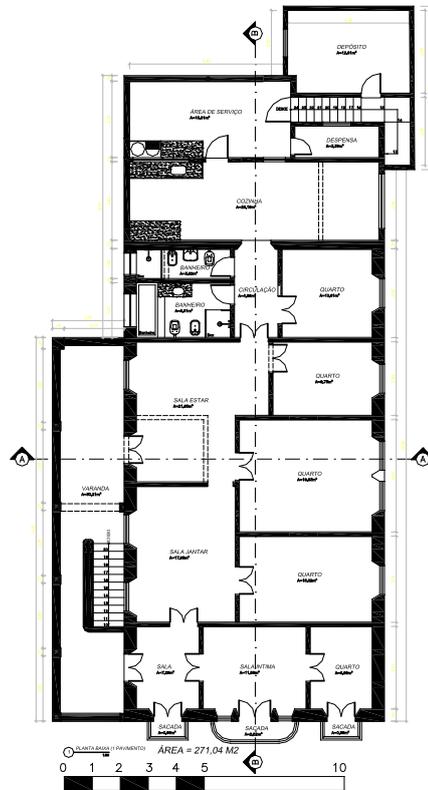


Figura 106: Planta segundo pavimento - Casa Ney Rambalducci

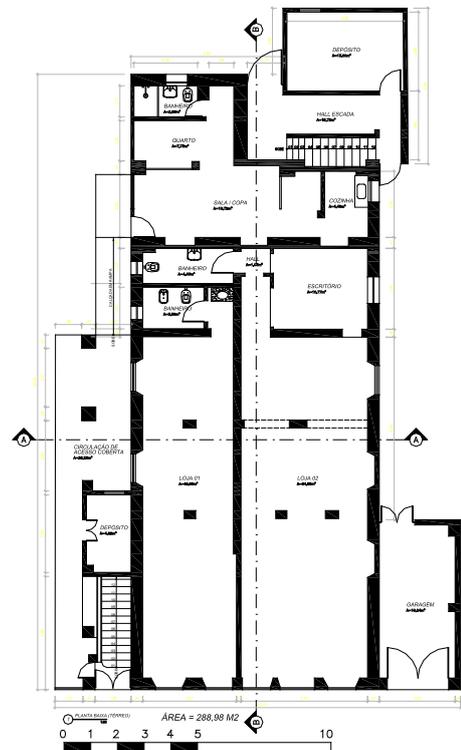


Figura 107: Planta primeiro pavimento - Casa Ney Rambalducci

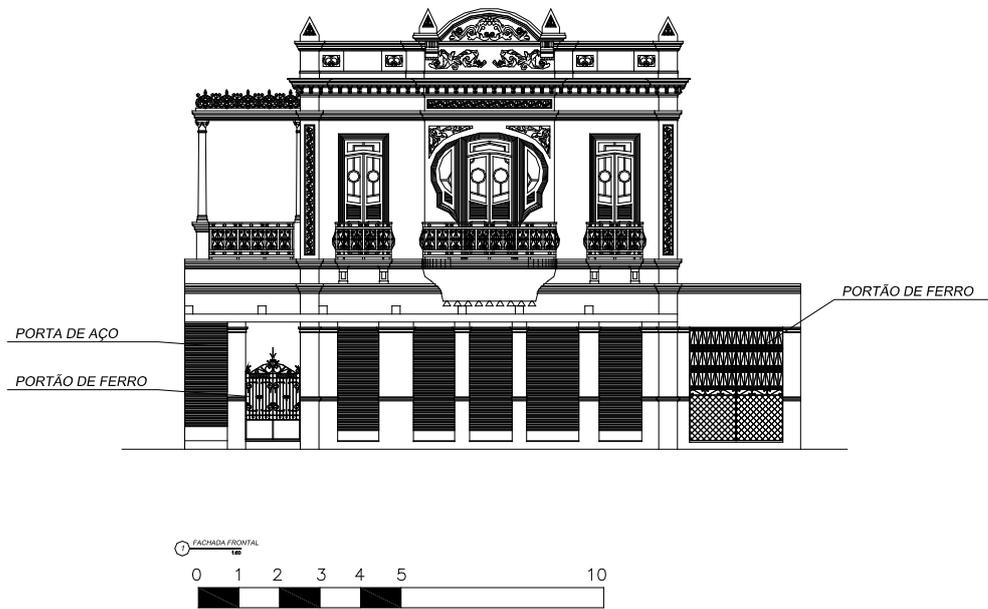


Figura 108: Fachada principal - Casa Ney Rambalducci

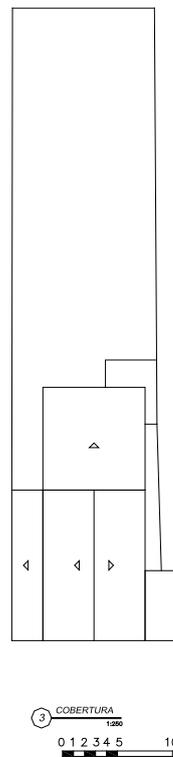


Figura 109: Implantação / diagrama de telhado - Casa Ney Rambalducci

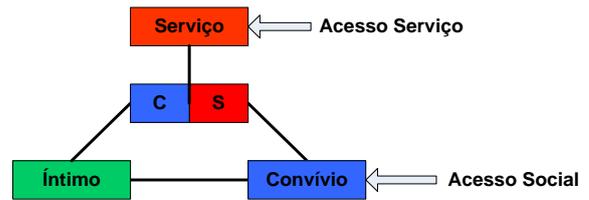
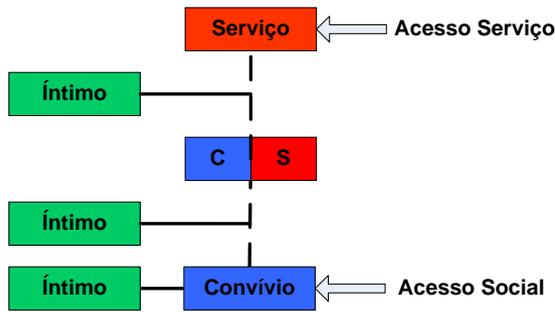


Gráfico 54: Esquema funcional detalhado - Casa Ney Rambalducci.

Gráfico 55: Esquema funcional resumido - Casa Ney Rambalducci.

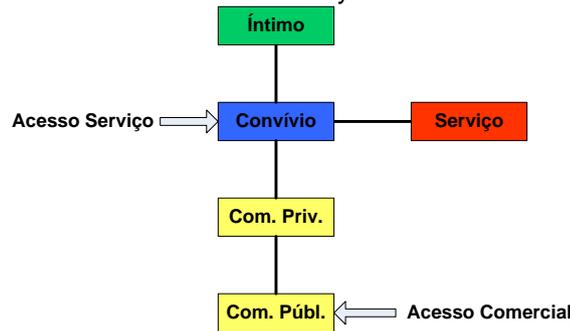


Gráfico 56: Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Casa Ney Rambalducci.

3.1.4 Casa Rambalducci

Ano de construção: 1926

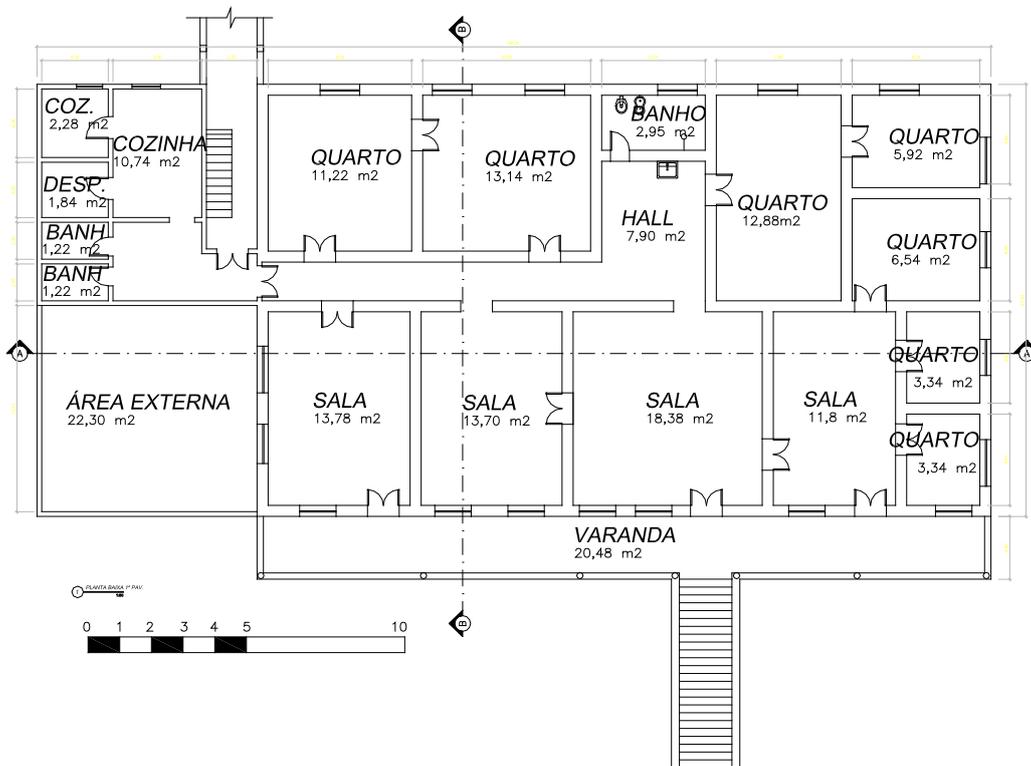


Figura 110: Planta segundo pavimento - Casa Rambalducci

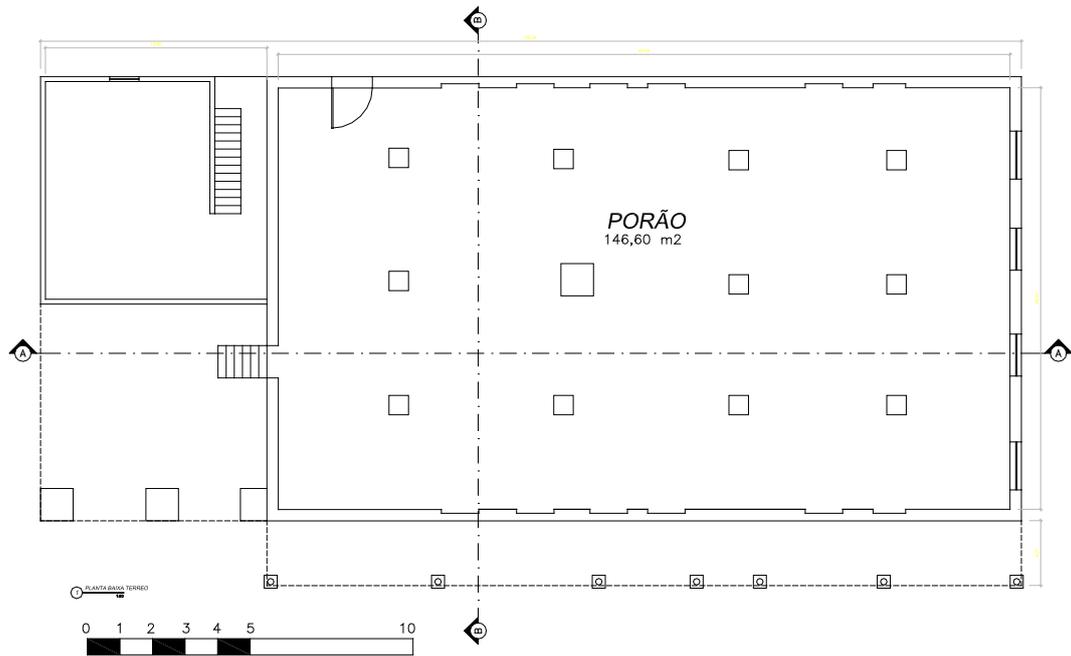


Figura 111: Planta primeiro pavimento - porão - Casa Rambalducci

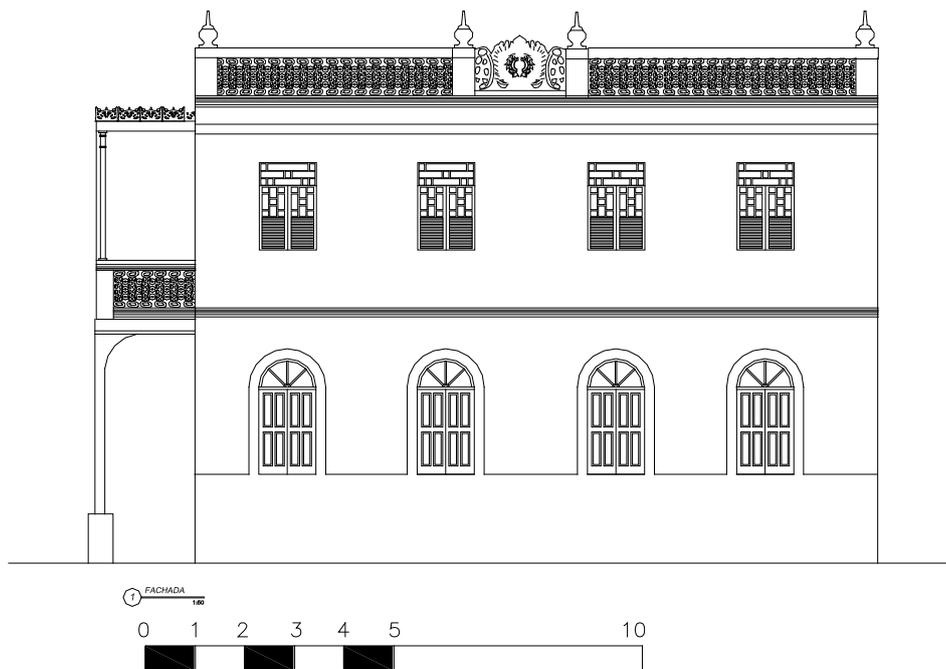


Figura 112: Fachada lateral - Casa Rambalducci

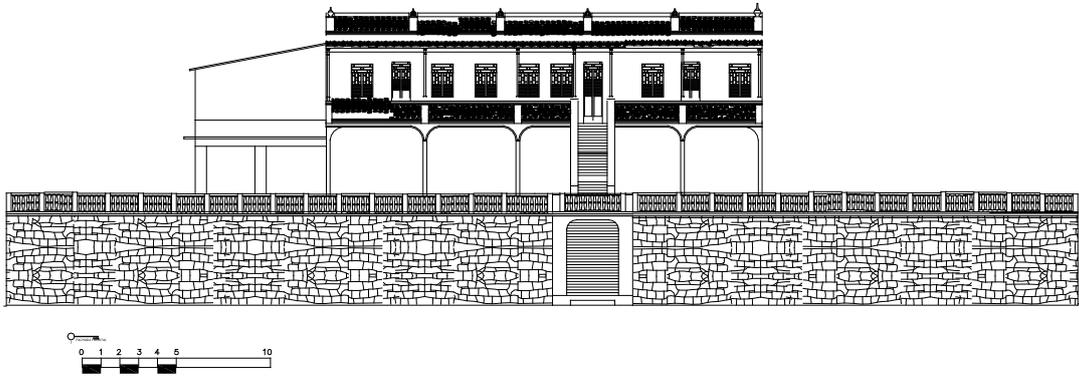


Figura 113: Fachada frontal - Casa Rambalducci

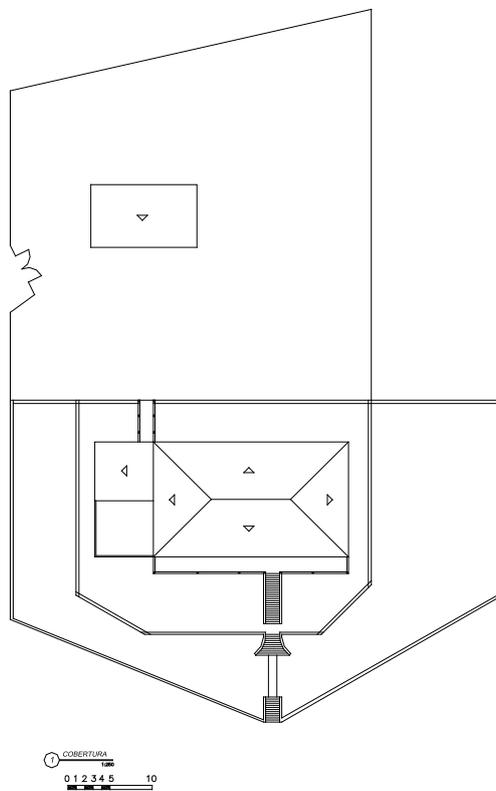


Figura 114: Implantação / diagrama de telhado - Casa Rambalducci

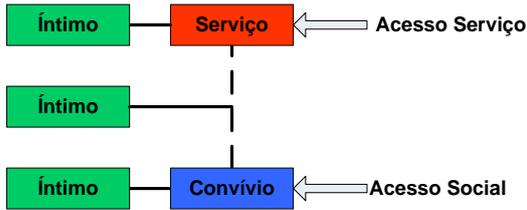


Gráfico 57: Esquema funcional detalhado do pavimento residencial (superior) - Casa Rambalducci.

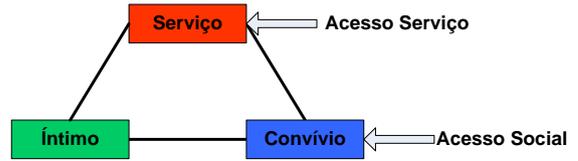


Gráfico 58: Esquema funcional resumido do pavimento residencial (superior) - Casa Rambalducci.



Gráfico 59: Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Casa Rambalducci.

3.1.5 Casa Ana Maria Brasil Ayub Binoti

Ano de construção: 1928

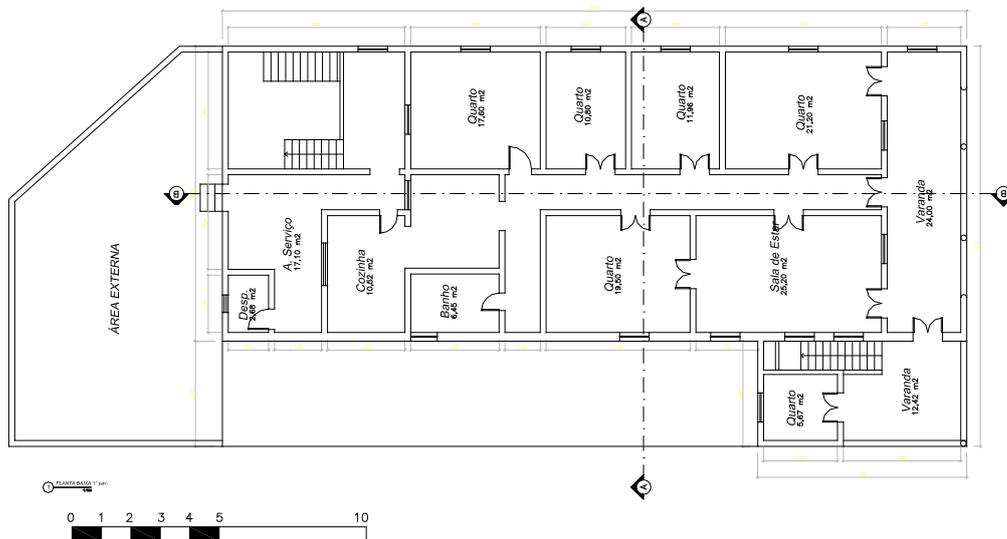


Figura 115: Planta segundo pavimento - Casa Ana Maria Brasil Ayub Binoti

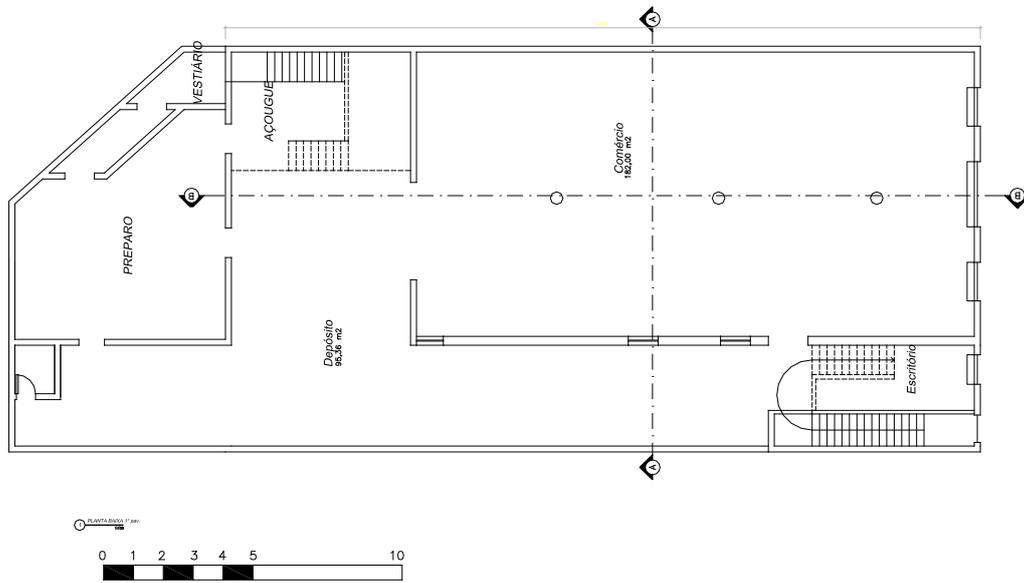


Figura 116: Planta pavimento térreo - Casa Ana Maria Brasil Ayub Binoti

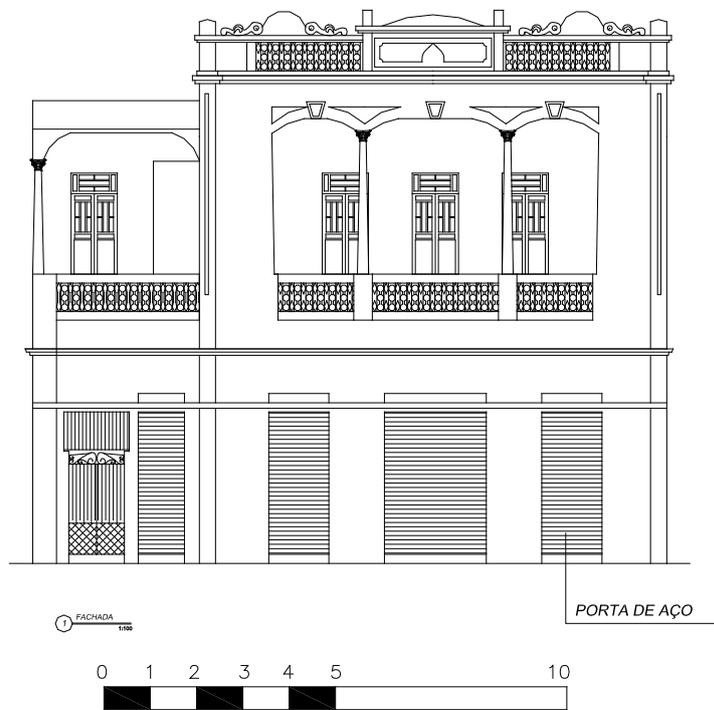


Figura 117: Fachada frontal - Casa Ana Maria Brasil Ayub Binoti

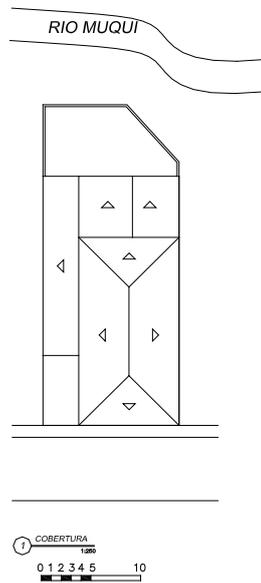


Figura 118: Implantação / diagrama de telhado - Casa Ana Maria Brasil Ayub Binoti

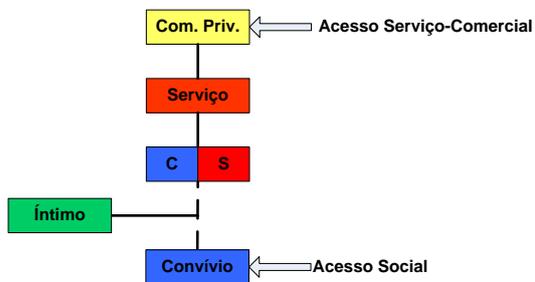


Gráfico 60: Esquema funcional detalhado do pavimento residencial (superior) - Casa Ana Maria Brasil Ayub Binoti.

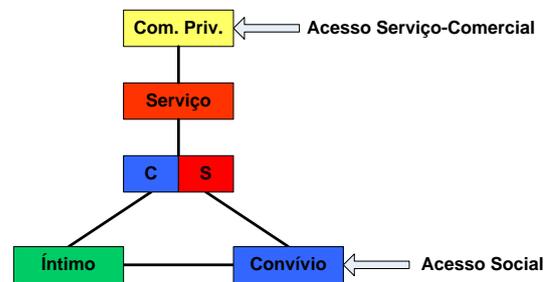


Gráfico 61: Esquema funcional resumido do pavimento residencial (superior) - Casa Ana Maria Brasil Ayub Binoti.

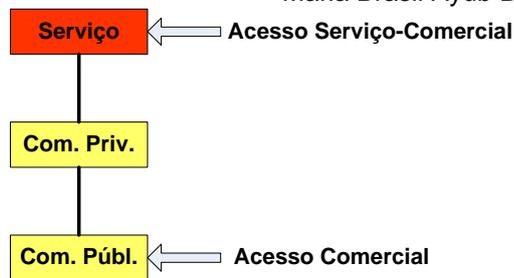


Gráfico 62: Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Casa Ana Maria Brasil Ayub Binoti.

3.1.6 Casa do Ozorinho

Ano de construção: 1930

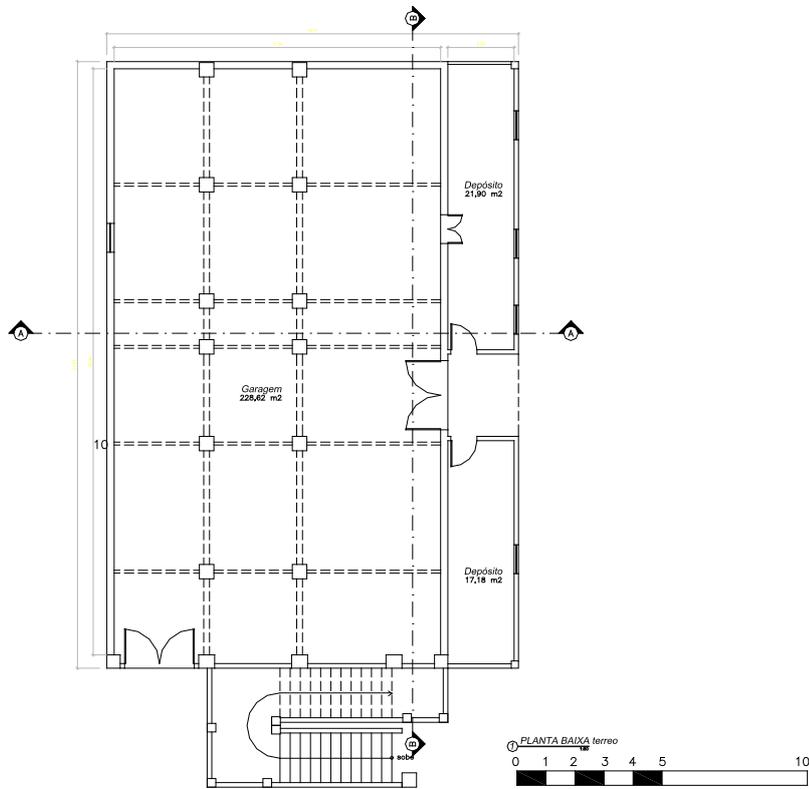


Figura 119: Planta pavimento térreo - porão - Casa do Ozorinho

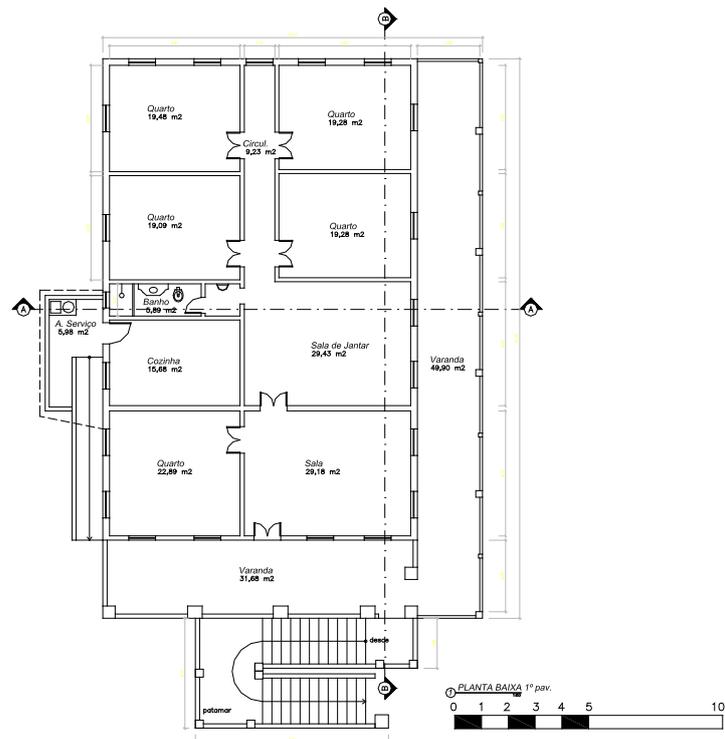


Figura 120: Planta segundo pavimento - Casa do Ozorinho

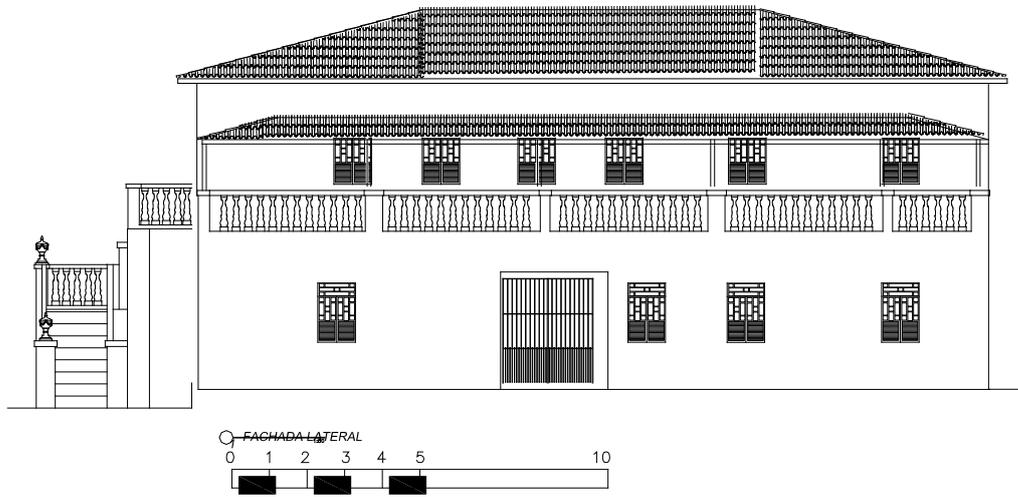


Figura 121: Fachada lateral - Casa do Ozorinho

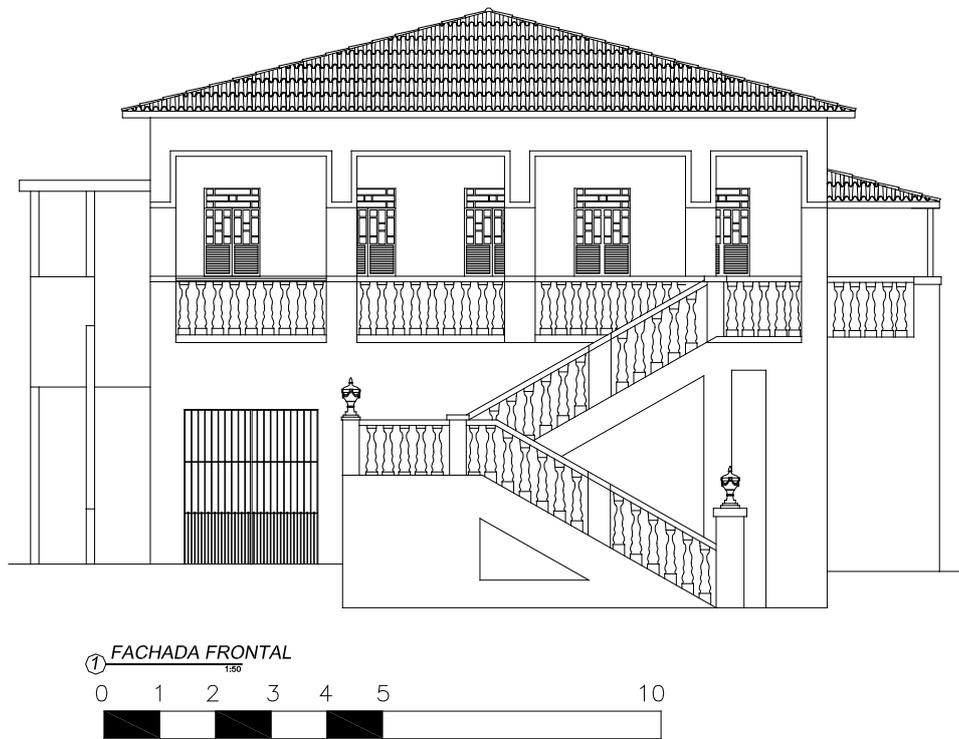


Figura 122: fachada frontal - Casa do Ozorinho

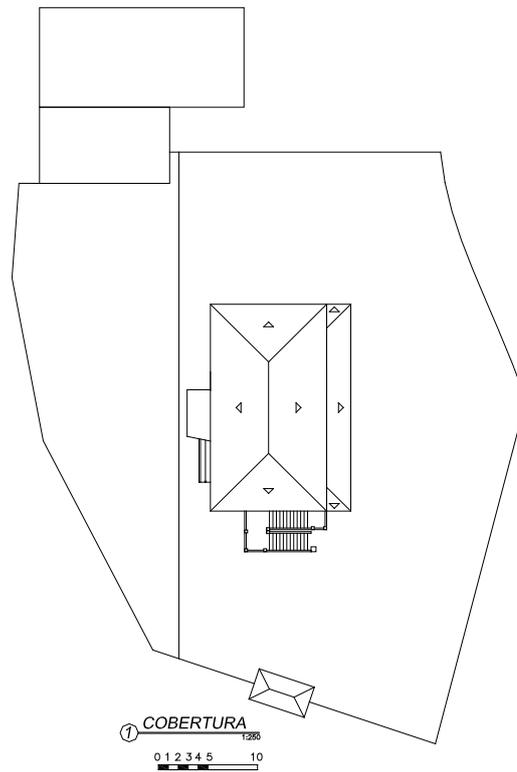


Figura 123: Implantação / diagrama de telhado - Casa do Ozorinho

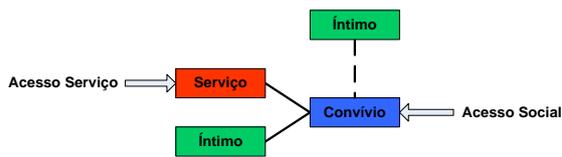


Gráfico 63: Esquema funcional detalhado do pavimento residencial (superior) - Casa do Ozorinho.

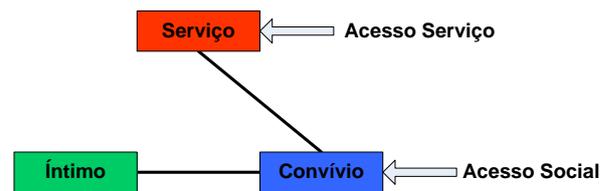


Gráfico 64: Esquema funcional resumido do pavimento residencial (superior) - Casa do Ozorinho.



Gráfico 65: Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Casa do Ozorinho.

3.2 Quarto Período: 1936 a 1970

3.2.1 Casa Anna Acha Ayub – Nicolau Esperidião Neto

Ano de construção: 1954

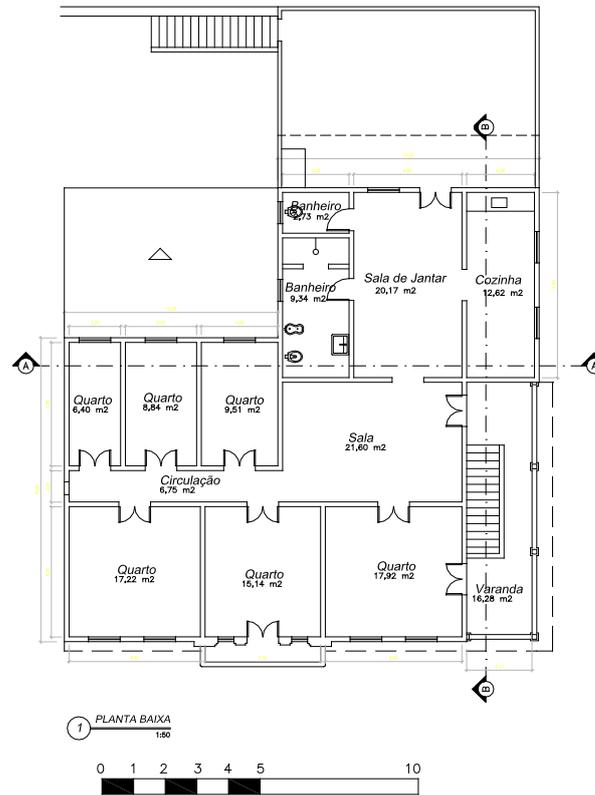


Figura 124: Planta pavimento superior - Casa Anna Acha Ayub

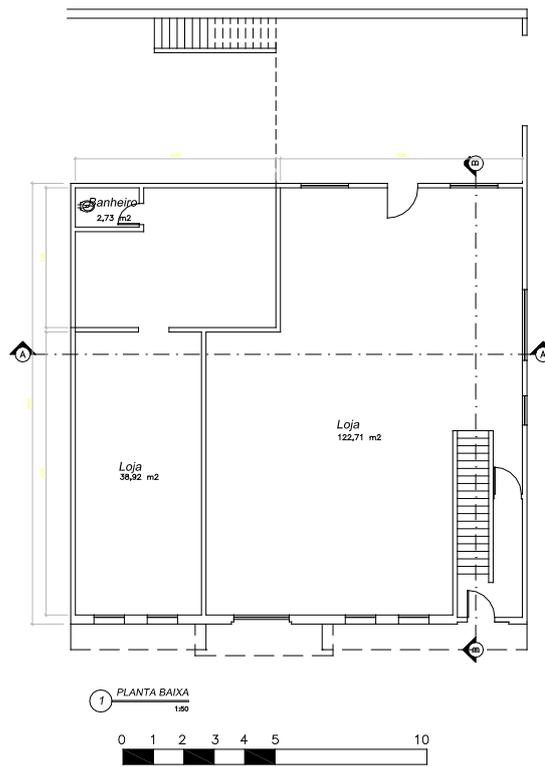


Figura 125: Planta pavimento térreo - Casa Anna Acha Ayub

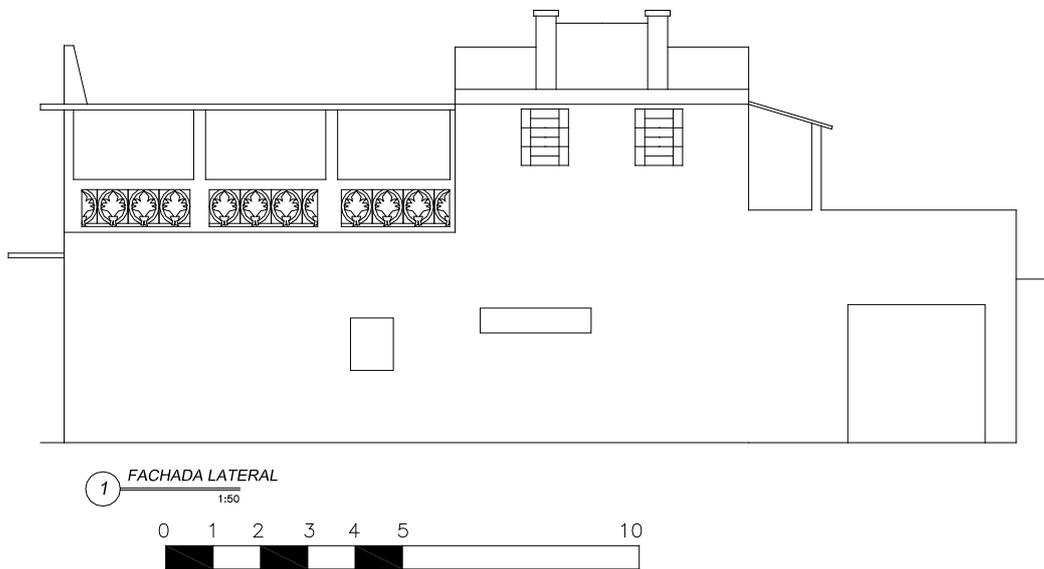


Figura 126: Fachada lateral - Casa Anna Acha Ayub



Figura 127: Fachada frontal - Casa Anna Acha Ayub

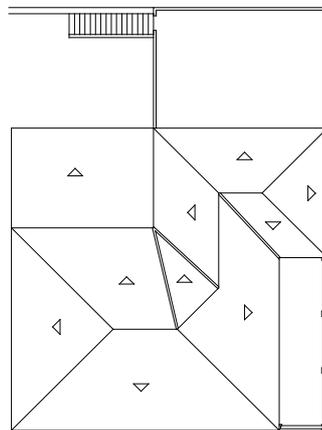


Figura 128: Implantação / diagrama de telhado - Casa Anna Acha Ayub

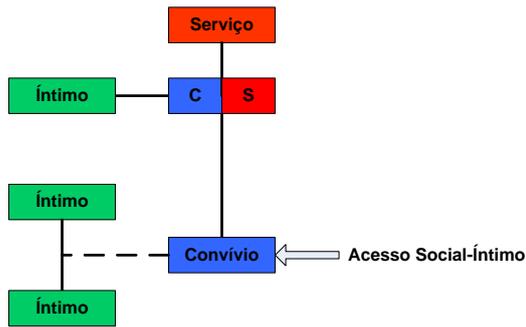


Gráfico 66: Esquema funcional detalhado do pavimento residencial (superior) - Casa Anna Acha Ayub.

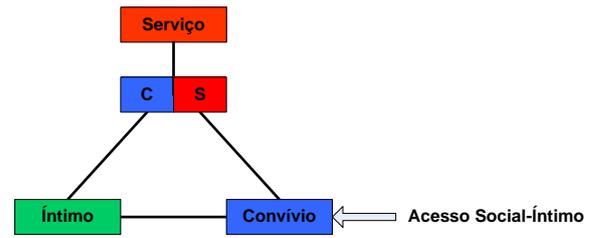


Gráfico 67: Esquema funcional resumido do pavimento residencial (superior) - Casa Anna Acha Ayub.

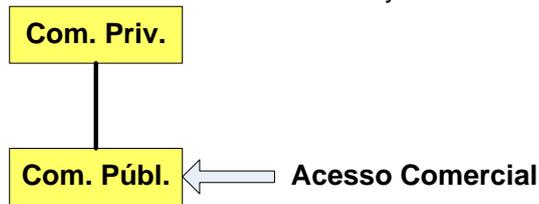


Gráfico 68: Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Casa Anna Acha Ayub.

3.2.2 Casa Penha Maia

Ano de construção: 1976

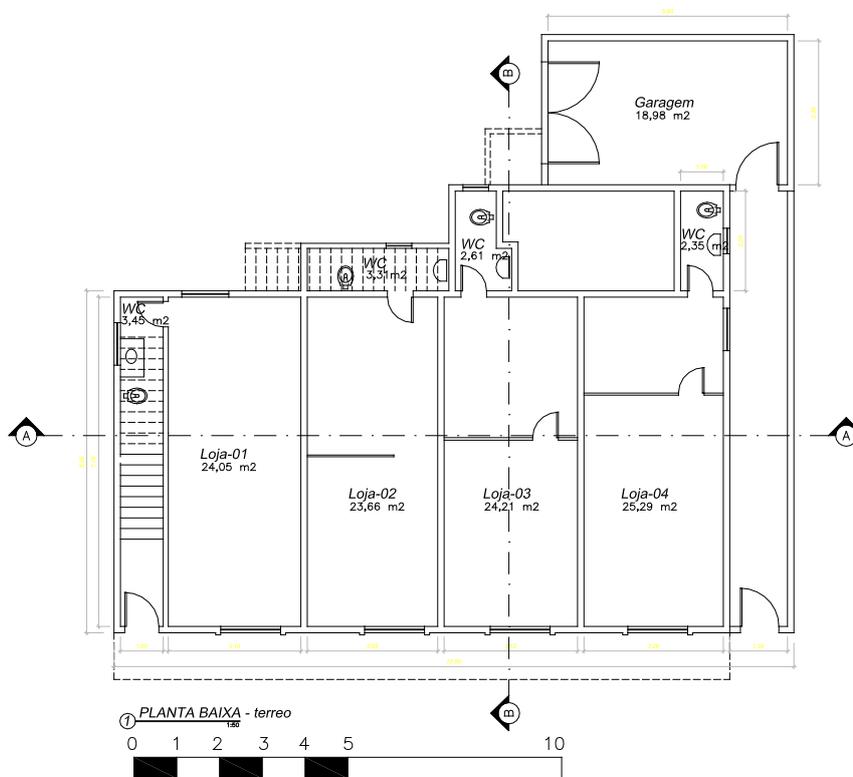


Figura 129: Planta pavimento térreo - Casa Penha Maia

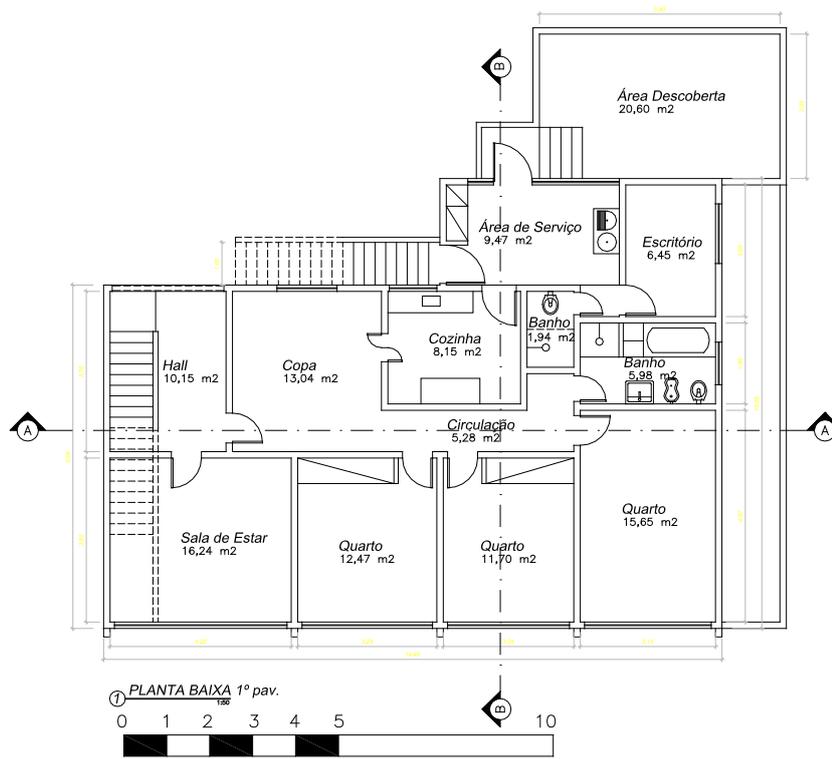


Figura 130: Planta pavimento superior - Casa Penha Maia

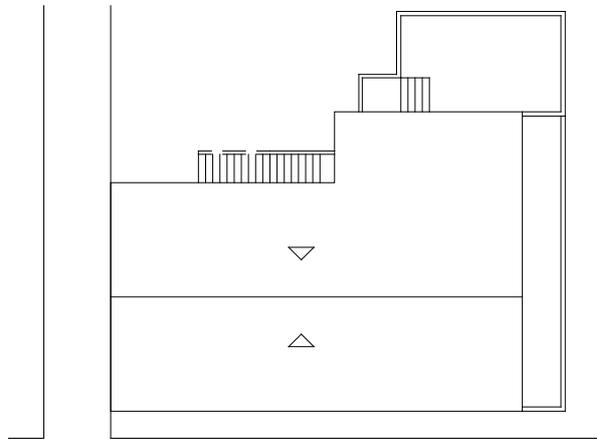


Figura 131: Implantação / diagrama de telhado - Casa Penha Maia

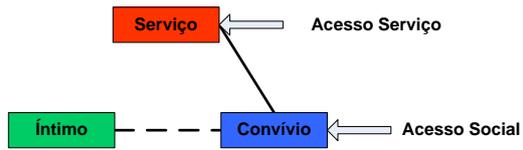


Gráfico 69: Esquema funcional detalhado do pavimento residencial (superior) - Casa Penha Maia.

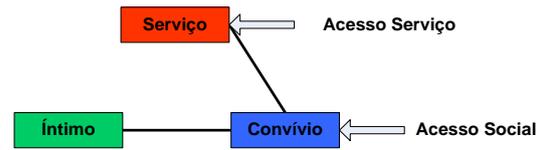


Gráfico 70: Esquema funcional resumido do pavimento residencial (superior) - Casa Penha Maia.

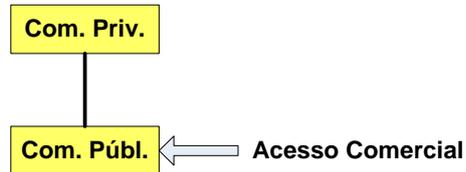


Gráfico 71: Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Casa Penha Maia.

4 ARMAZÉNS

4.1 Terceiro Período: 1919 a 1935

4.1.1 Galpão Cafessul

Ano de construção: 1920

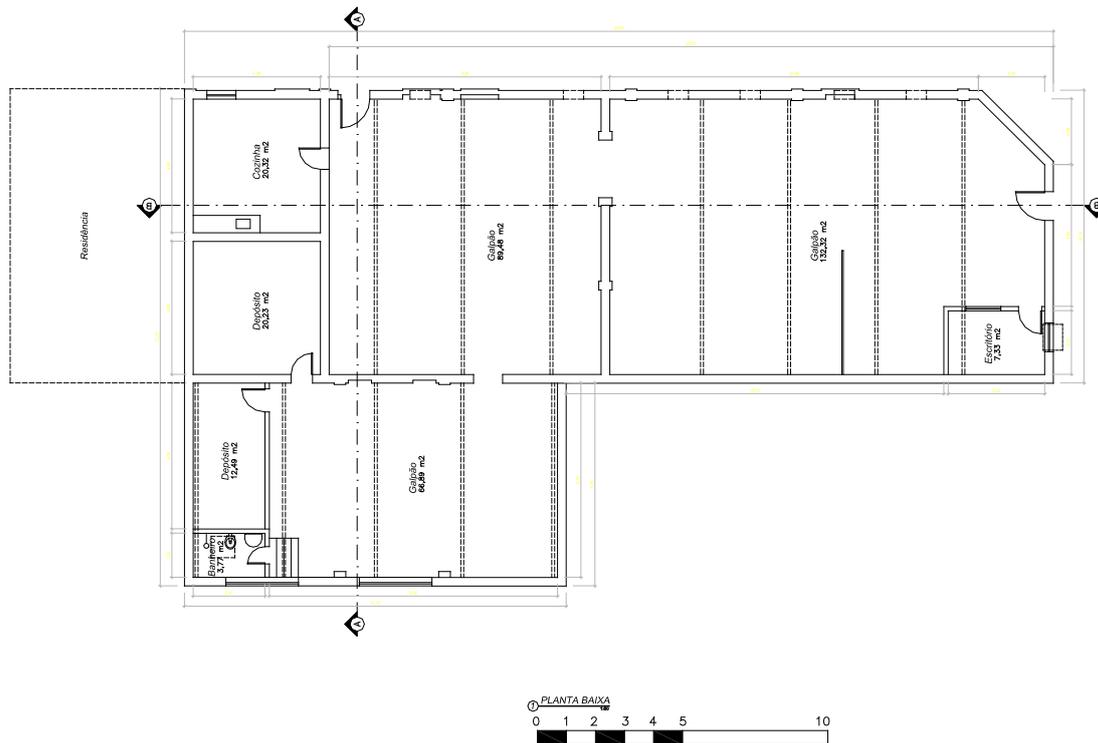


Figura 132: Planta pavimento térreo - Galpão Cafessul

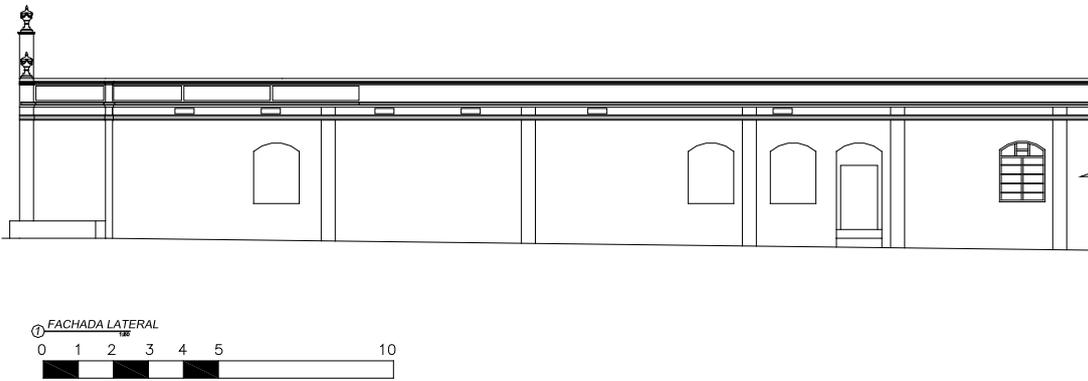


Figura 133: Fachada lateral - Galpão Cafessul

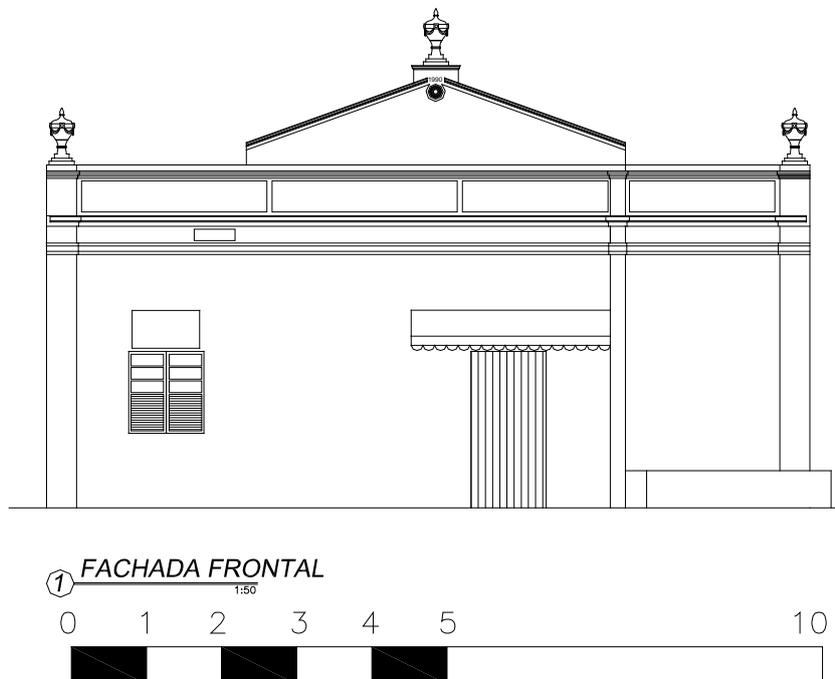


Figura 134: Fachada frontal - Galpão Cafessul

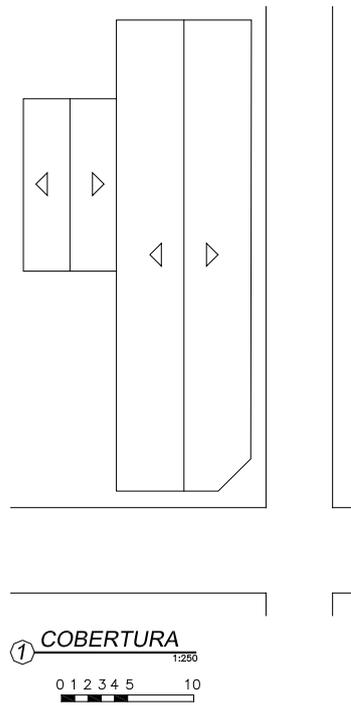


Figura 135: Implantação / diagrama de telhado - Galpão Cafessul

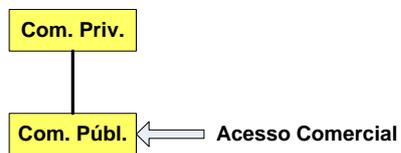


Gráfico 72: Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Galpão Cafessul.

4.1.2 Galpão Família Carvalho

Ano de construção: 1924

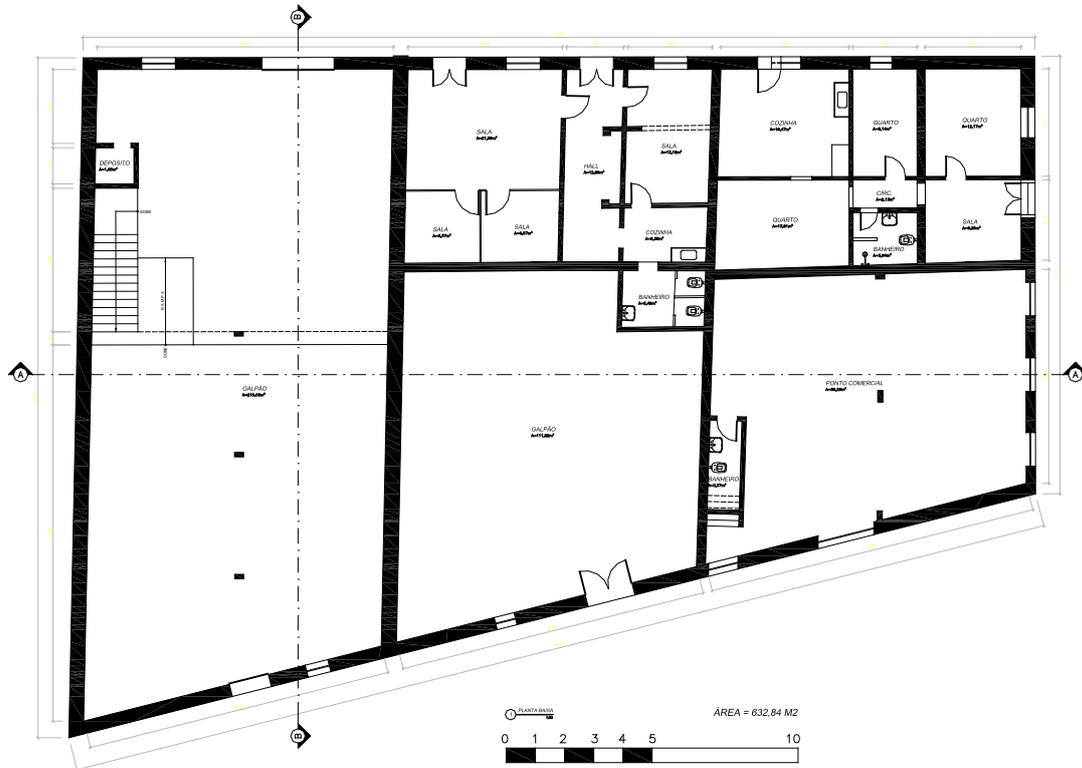


Figura 136: Planta pavimento térreo - Galpão Família Carvalho

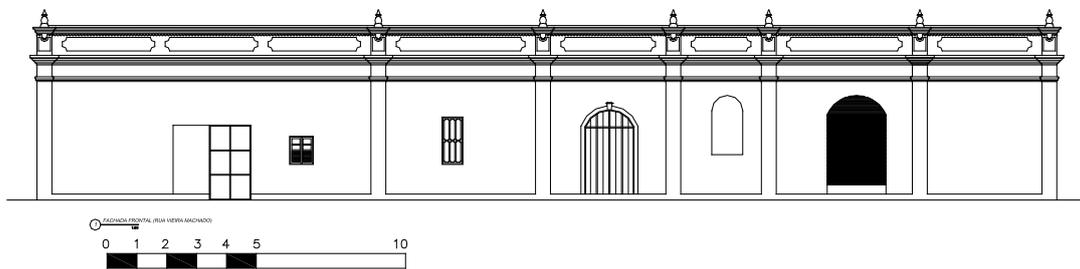


Figura 137: Fachada lateral direita - Galpão Família Carvalho

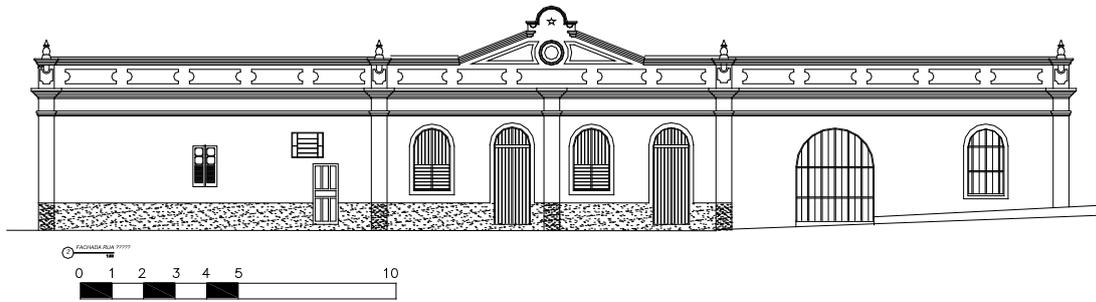


Figura 138: Fachada lateral esquerda - Galpão Família Carvalho

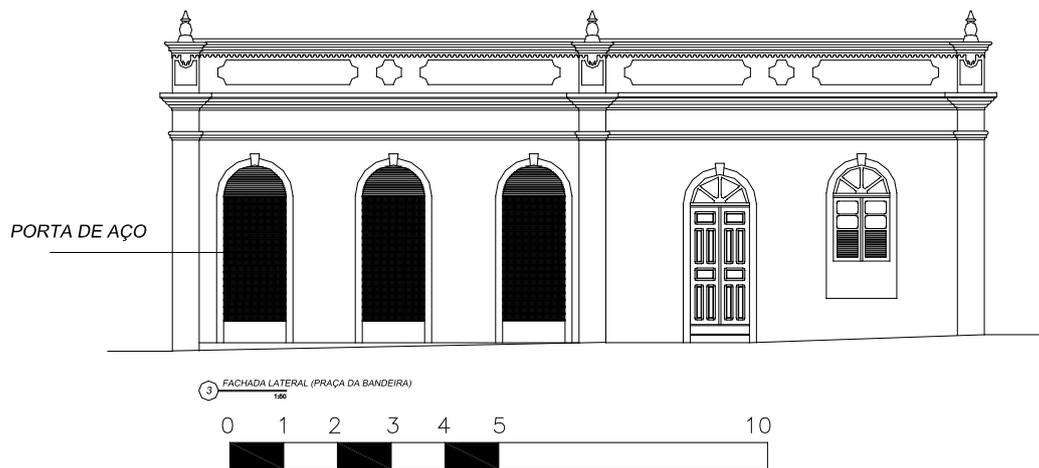


Figura 139: Fachada frontal (Praça da Bandeira) - Galpão Família Carvalho

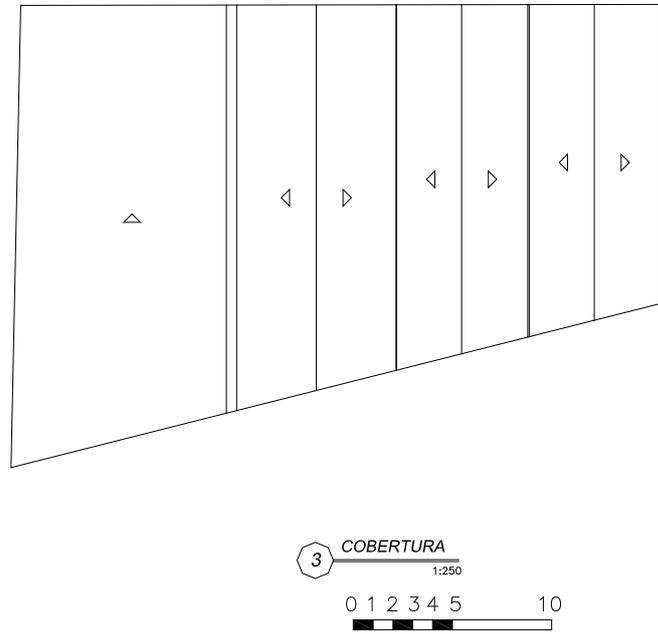


Figura 140: Implantação / diagrama de telhado - Galpão Família Carvalho

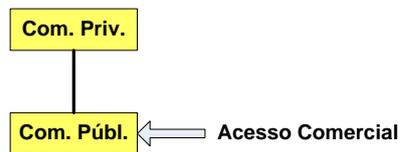


Gráfico 73: Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Galpão Família Carvalho.

4.1.3 Bar Ideal

Ano de construção: 1925

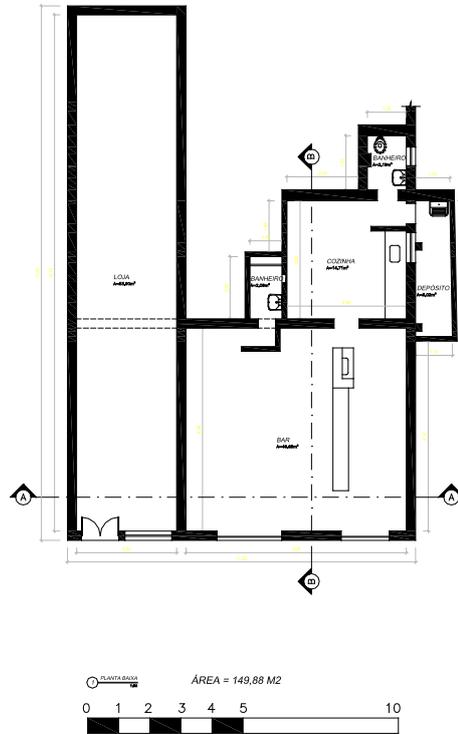


Figura 141: Planta pavimento térreo - Bar Ideal

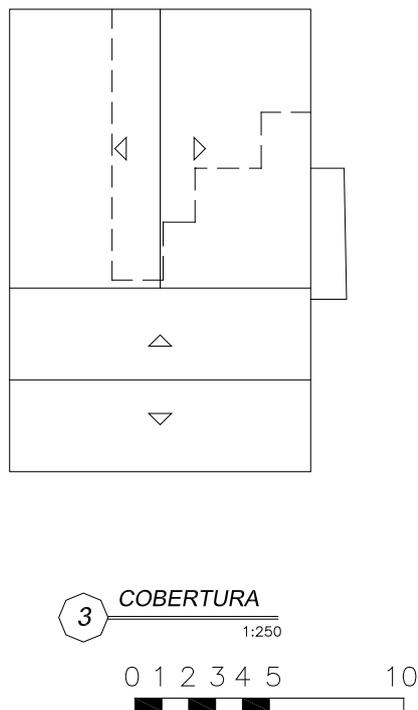


Figura 142: Implantação / diagrama de telhado - Bar Ideal

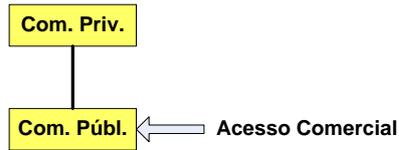


Gráfico 74: Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Bar Ideal.

4.2 Quarto Período: 1936 a 1970

4.2.1 Padaria Vitória

Ano de construção: 1954

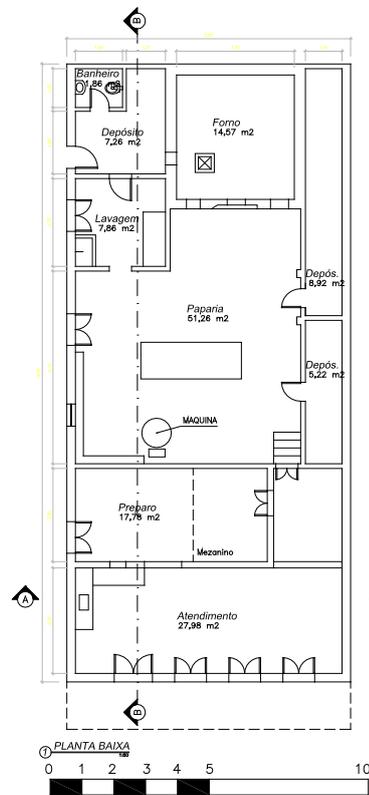


Figura 143: Planta pavimento térreo - Padaria Vitória

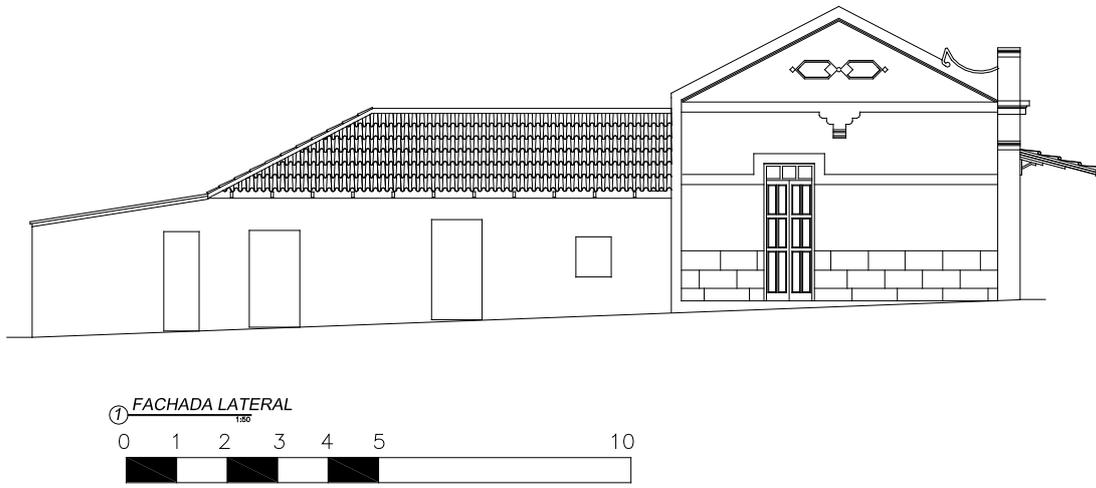


Figura 144: Fachada lateral - Padaria Vitória

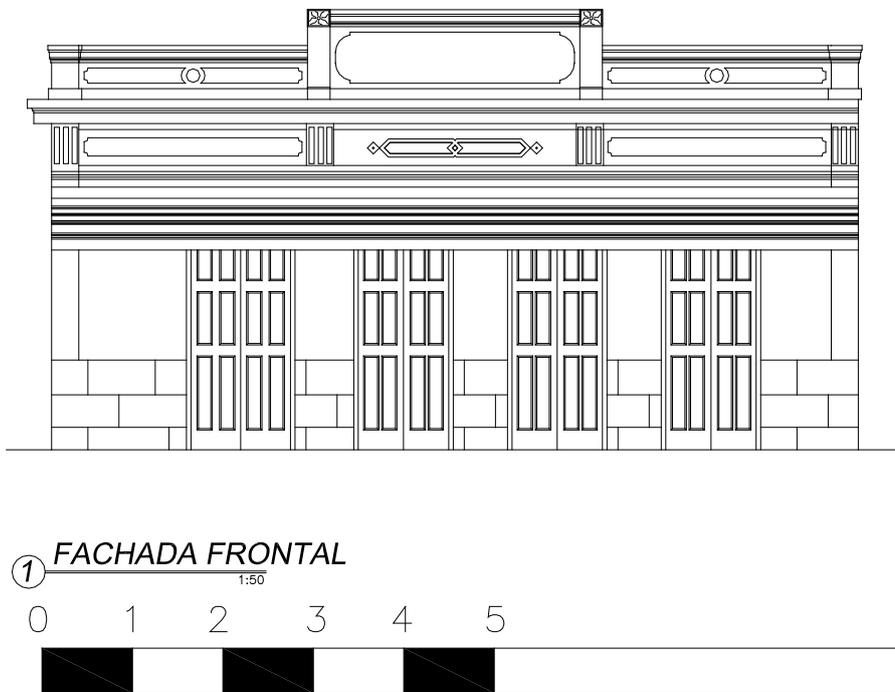


Figura 145: Fachada frontal - Padaria Vitória

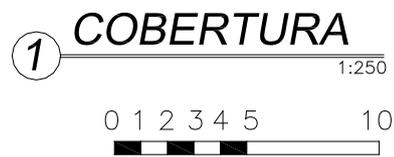
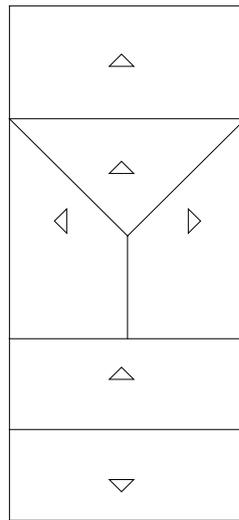


Figura 146: Implantação / diagrama de telhado - Padaria Vitória

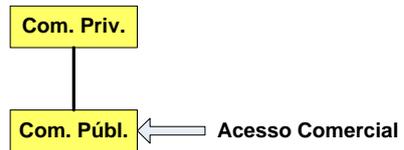


Gráfico 75: Esquema funcional resumido do pavimento comercial (térreo) - Padaria Vitória